

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ- UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS
NÍVEL: DOUTORADO

DANIELE BROCARDO

**“Quando entrei aqui era tudo mato [...] e agora se enxerga tudo vermelho de soja”:
percepções acerca das transformações na paisagem em Cascavel/PR**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PR

2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ- UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS
NÍVEL: DOUTORADO

DANIELE BROCARDO

**“Quando entrei aqui era tudo mato [...] e agora se enxerga tudo vermelho de soja”:
percepções acerca das transformações na paisagem em Cascavel/PR**

Tese de doutorado apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, Poder e Práticas Sociais, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Marechal Cândido Rondon, na Linha de Pesquisa Cultura e Identidades, sob a orientação do prof. Dr. Marcos Nestor Stein.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PR

2020

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Brocardo, Daniele

Quando entrei aqui era tudo mato [...] e agora se enxerga tudo vermelho de soja : percepções acerca das transformações na paisagem em Cascavel/PR / Daniele Brocardo; orientador(a), Marcos Nestor Stein, 2020.
252 f.

Tese (doutorado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Programa de Pós-Graduação em História, 2020.

1. Cultura. 2. Natureza. 3. Desmatamento. 4. Modernização da Agricultura. I. Stein, Marcos Nestor. II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE DANIELE BROCARDO, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 20 dia(s) do mês de novembro de 2020 às 14h00min, na modalidade webconferência e de forma síncrona, realizou-se a sessão pública da Defesa de Tese do(a) candidato(a) Daniele Brocardo, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Doutorado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Marcos Gerhardt, Miguel Mundstock Xavier de Carvalho, Claércio Ivan Schneider, Marcos Nestor Stein, Meri Frotscher Kramer. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Marcos Nestor Stein, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de TESE DE DOUTORADO, intitulada: "Quando entrei aqui era tudo mato [...] e agora se enxerga tudo vermelho de soja": percepções acerca das transformações na paisagem em Cascavel/PR. O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Tese. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Marcos Gerhardt, Miguel Mundstock Xavier de Carvalho, Claércio Ivan Schneider, Meri Frotscher Kramer. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Tese. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a). De acordo com o que está previsto nos § 8 e § 9 do Artigo 81 do Regulamento do Programa de Pós-graduação em História da Unioeste, a banca de Defesa de Tese foi realizada contando com a participação de membros via utilização de tecnologia de webconferência. Diante desta circunstância, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História assina esta Ata e atesta a conformidade da Comissão Examinadora em relação ao resultado da Defesa de Tese e ao conteúdo dos pareceres descritivos anexados.

Orientador(a) - Marcos Nestor Stein

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Marcos Gerhardt
Universidade de Passo Fundo (UPF)



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE DANIELE BROCARDO, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Miguel Mundstock Xavier de Carvalho
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Meri Frotscher Kramer
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Claécio Ivan Schneider
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Daniele Brocardo
Aluno(a)

Moisés Antiquera

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DE
DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR
VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Prof(a). Dr(a). Marcos Nestor Stein, declaro, como **ORIENTADOR**, que presidi os trabalhos de defesa à **distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de defesa da tese do(a) candidato(a) Daniele Brocardo, deste Programa de Pós-Graduação.

Considerando o trabalho entregue, a apresentação e a arguição dos membros da banca examinadora, **formalizo como orientador(a)**, para fins de registro, por meio desta declaração, a decisão da banca examinadora de que o(a) candidato(a) foi considerado(a): **Aprovado**, na banca realizada na data de 20 de novembro de 2020.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,



MARCOS NESTOR STEIN
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Programa de Pós-Graduação em História

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA
DE DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR
VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Prof. Dr. Marcos Gerhardt declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de defesa da tese do(a) candidato(a) Daniele Brocardo, deste Programa de Pós-Graduação.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o(a) candidato(a) pode ser considerado(a): **APROVADA** na banca realizada na data de 20 de novembro de 2020.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Os ajustes necessários foram apontados durante a banca de defesa e sua exigência fica a critério do professor orientador.

Atenciosamente,



Marcos Gerhardt
Universidade de Passo Fundo
Programa de Pós-Graduação em História

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

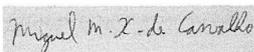
**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DE
DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR
VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Prof. Dr. Miguel Mundstock Xavier de Carvalho declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de defesa da tese do(a) candidato(a) Daniele Brocardo, deste Programa de Pós-Graduação.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o(a) candidato(a) pode ser considerado(a): APROVADA na banca realizada na data de 20 de novembro de 2020.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,



Miguel Mundstock Xavier de Carvalho
Universidade Federal da Fronteira Sul
Programa de Pós-Graduação em História

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DE
DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR
VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Profa. Dra. Méri Frotscher declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de defesa da tese do(a) candidato(a) Daniele Brocardo, deste Programa de Pós-Graduação.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro interno**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o(a) candidato(a) pode ser considerado(a): aprovado na banca realizada na data de 20 de novembro de 2020.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

A tese apresentada contempla os requisitos necessários para a aprovação. Trata-se de necessária e relevante discussão sobre as percepções sociais acerca das transformações da paisagem entre os anos 1950 e 1980 na região de Cascavel, com base em variado conjunto de fontes (periódicas, imagéticas e orais), metodologias específicas e discussão com ampla produção bibliográfica.

Atenciosamente,



Méri Frotscher
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Programa de Pós-Graduação em História

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DE
DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR
VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Prof. Dr. Claércio Ivan Schneider declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de defesa da tese do(a) candidato(a) Daniele Brocardo, deste Programa de Pós-Graduação.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro interno**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o(a) candidato(a) pode ser considerado(a): Aprovada na banca realizada na data de 20 de novembro de 2020.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Fica ao critério do orientador e da orientanda realizar as adequações indicadas durante a arguição. Gostaria de parabenizar a doutoranda pela coragem de problematizar – em alto e bom tom – as contradições da história oficial de Cascavel e do Paraná. Acredito que seu trabalho pode contribuir no despertar de uma consciência crítica sobre as transformações na paisagem de Cascavel, em especial sobre como ela foi rapidamente transformada sob a justificativa da necessidade do progresso, do desenvolvimento, da modernidade; vistos a partir da ideia de lucro – lucro que não se distribuiu para todos, é claro, pois uma grande parcela de agricultores acabou sendo expulsa do campo. Acredito também que trabalhos como esse podem gradativamente provocar as futuras gerações a usar a tecnologia a favor da natureza, e não ao contrário, como, em grande medida, até hoje podemos observar. Não culpamos a tecnologia, culpamos os homens, gananciosos, inescrupulosos, hipócritas. Por fim, novamente meus parabéns ao orientador e orientanda pela pesquisa.

Atenciosamente,



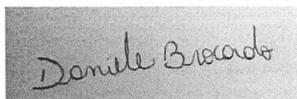
Claércio Ivan Schneider
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DEFESA PARA BANCA EXAMINADORA DE
DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR
VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, discente Daniele Brocardo, declaro, que realizei a minha defesa à **distância, de forma síncrona e por videoconferência** do trabalho de tese intitulado em “**Quando entrei aqui era tudo mato [...] e agora se enxerga tudo vermelho de soja**”: **percepções acerca das transformações na paisagem em Cascavel/PR**, para banca examinadora realizada na data de 20 de novembro de 2020.

Atenciosamente,



DANIELE BROCARDI

Orientador Prof. Dr. Marcos Nestor Stein
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Programa de Pós-Graduação em História

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos professores e professoras que durante toda a minha formação, desde a graduação até o doutorado em História, contribuíram para que eu me tornasse uma pessoa e uma profissional melhor.

Meu agradecimento especial à professora Méri Frotscher Kramer, pela sua generosidade em compartilhar seu conhecimento. Também ao professor Djoní Roos, por proporcionar aprofundamento teórico e experiência de vida na sua disciplina junto ao curso de Geografia. À professora Yonissa Marmitt Wadi pelos ensinamentos na disciplina de Estudos Avançados em Cultura e Identidades e ao professor Moisés Antikeira por seu trabalho junto à coordenação do Programa de Pós-Graduação em História da Unioeste.

Quero agradecer aos entrevistados por ceder parte do seu tempo e memórias para este estudo: obrigada pela sua disponibilidade!

Aos membros da banca pela leitura do trabalho, pelos apontamentos, sugestões e correções, Méri Frotscher Kramer, Miguel M. X. Carvalho, Clárcio Ivan Schneider e Marcos Gerhardt. Obrigada!

Agradeço de forma incondicional ao professor Marcos Nestor Stein, que me orientou durante toda a minha formação acadêmica, pela paciência, leitura e pela troca de conhecimentos.

Às secretárias do Programa de Pós-Graduação pelo trabalho cuidadoso.

Agradeço à CAPES pela bolsa de estudos, que tornou o desenvolvimento do doutorado um pouco menos cansativo.

Aos meus colegas e amigos do curso de doutorado, em especial: Tania, Tiago, Ricardo, Maria Cristina, Caroline, Bruna, Wagner e a Grazi. Obrigada pelas caronas!!!

Aos meus familiares, meus pais, Amarildo e Diana, meus irmãos, David e Carlos e à minha cunhada Daiane. Às minhas amigas Kellin e Shaieny e ao meu companheiro Tiago A. Orben e aos seus familiares. Obrigada a todos!

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar as percepções sobre as transformações na paisagem no município de Cascavel/PR. Essas transformações ocorreram de forma mais intensiva entre as décadas de 1950 a 1980, principalmente em função das ações de indústrias madeireiras e da agricultura. No primeiro capítulo é realizada uma revisão bibliográfica visando mapear e analisar as interpretações sobre essas alterações na paisagem. No segundo capítulo investigamos tais percepções presentes em jornais impressos no município de Cascavel de 1960 a 1980. No terceiro capítulo são analisadas quatro entrevistas de História Oral realizadas entre 2013 e 2018 com pessoas que desenvolveram atividades ligadas às madeireiras e à agricultura no período estudado. Os entrevistados são antigos trabalhadores agrícolas e ex-funcionários de madeireiras. No quarto e último capítulo, enfocamos o acervo eletrônico fotográfico do Museu da Imagem e do Som de Cascavel – MIS. O acervo começou a ser organizado em 2009 pela prefeitura de Cascavel em parceria com Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. A tese proposta neste trabalho é a de que esse conjunto de narrativas – visuais, escritas e faladas – apresenta percepções sobre as mudanças na paisagem de Cascavel que estão ligadas a determinadas concepções sobre o passado, o presente e o futuro de seu território e população. Na maioria das fontes foi encontrada uma percepção na qual o presente é entendido como melhor, como o resultado do trabalho de transformação da paisagem local; é o tempo do “progresso e do desenvolvimento”. No entanto, verificamos que há, também, narrativas que destoam desta percepção. São narrativas que constituem a paisagem do passado como melhor, como tempo do trabalho, da saúde, da ausência de agrotóxicos, etc. Portanto, as transformações na paisagem em Cascavel são analisadas a partir de diferentes percepções, que levam em consideração os diferentes sujeitos que as vivenciaram.

PALAVRAS-CHAVES: Cultura; Natureza; Desmatamento; Modernização da Agricultura; Madeireiras.

ABSTRACT

This research aims to analyse the perceptions concerning landscape transformations in Cascavel city – Paraná state. This transformations happened more intensely over the 1950s and the 1980s, mainly because of the presence of the wood industry and agriculture over the area. On the first chapter we carry out a bibliographical review aiming to map and analyse interpretations about these landscape transformations. On the second chapter we investigate the perceptions found in printed newspapers from Cascavel, from the years of 1960 to 1980. On the third chapter we analyse four Oral History interviews that were carried out between 2013 and 2018 with people who worked in activities from the wood industry and agriculture over the studied timeline. The interviewees are former agriculture workers and former wood industry employees. On the fourth and last chapter we focus on the photographic electronic collection from the Image and Sound Museum from Cascavel – MIS. This collection was first organized in 2009 by Cascavel city hall, alongside UNIOESTE – State University of Western Paraná. This research thesis is that these narratives – visual, written and spoken – present perceptions concerning Cascavel’s landscape transformations, which are connected to certain conceptions about the past, the present and the future of its territory and population. In most sources we found perceptions according to which the present is understood as something better, as a result of the transformations that happened in the local landscape, as the time of “progress and development”. However, we found out that there are, also, narratives that are different from those, narratives that see the landscapes of the past as something better, as a period of work, health and absence of agrochemicals etc. Therefore, Cascavel’s landscape transformations are analysed from different perceptions, which take into account the various people who lived them.

KEYWORDS: Culture; Nature; Deforesting; Agriculture Modernization; Wood Industry.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, MAPAS, TABELAS, REPORTAGENS E QUADROS

IMAGEM 1: “Memorial aos pioneiros de Cascavel”	10
IMAGEM 2: “Monumento da Resistência dos Produtores em defesa do direito à propriedade”	11
MAPA 1: Localização do território e da vegetação de abrangência do estudo.....	28
MAPA 2: Mapa das principais “obrages” no oeste do Paraná.....	31
TABELA 1: Relação de madeireiras em Cascavel.....	35
TABELA 2: Administradores do município de Cascavel.....	49
TABELA 3: Exportação de coníferas serradas do Brasil, 1911-1981.....	54
TABELA 4: As fases da indústria madeireira na região da araucária.....	56
TABELA 5: População Brasileira por situação do domicílio - 1940-1991.....	71
TABELA 6: Utilização da Terra na Região Oeste e no Município de Cascavel – 1960-1980.....	76
REPORTAGEM 1: Quase Esgotadas as Reservas Florestais Brasileiras.....	94
REPORTAGEM 2: Madeiras: Santa Tereza tem reserva para 3 anos.....	100
REPORTAGEM 3: “Metade do Estado Será enorme distrito florestal”.....	108
REPORTAGEM 4: “Um dia Com os bóias-frias”.....	118
REPORTAGEM 5: Desemprego na zona rural.....	121
REPORTAGEM 6: “Diminui aplicação de defensivos no oeste”.....	127
REPORTAGEM 7: “Reportagem na ‘fazenda mocotó’ com SR. Roberto Wypych”.....	131
MAPA 3: Distribuição dos tratores até meados de 1960.....	149
FIGURA 1: Organização do Acervo <i>eletrônico</i> do Museu da Imagem e do Som.....	190
QUADRO 1: Página inicial do <i>site</i> do acervo do Museu da Imagem e do Som.....	193
QUADRO 2: Acervo do Museu da Imagem e do Som, com destaque para os <i>Assuntos</i>	194
QUADRO 3: Acervo do Museu da Imagem e do Som, com destaque para a galeria: “Zona rural”.....	194
IMAGEM 3: Acervo do Museu da Imagem e do Som, com destaque para a galeria “madeireiras”.....	197
IMAGEM 4 : Acervo do Museu da Imagem e do Som, com destaque para a galeria “Serraria”.....	198
IMAGEM 5: Imagem Galeria “Madeireiras”.....	199
IMAGEM 6: Imagem Galeria “Madeireiras”.....	199
IMAGEM 7: Imagem Galeria “Madeireiras”.....	201
IMAGEM 8: Imagem Galeria “Madeireiras”.....	202
IMAGEM 9: Imagem Galeria “Serraria”.....	204
IMAGEM 10: Acervo do Museu da Imagem e do Som, com destaque para a galeria “Zona rural”.....	207
IMAGEM 11: Imagem Galeria “Zona Rural”.....	208
QUADRO 4: Acervo do Museu da Imagem e do Som destaque para galeria “MST”.....	211
IMAGEM 12: Fotografias do MIS no Livro de Piaia.....	213
IMAGEM 13: Fotografias do MIS no Livro de Guil.....	214
IMAGEM 14: Acervo do Museu da Imagem e do Som, com destaque para a galeria “município”.....	217
IMAGEM 15: Acervo do Museu da Imagem e do Som, destaque para as fotografias da galeria “geral”.....	217
IMAGEM 16: Imagem Galeria “Augusto Gotardo”.....	218
IMAGEM 17: Imagem Galeria “Alceu A. Sperança”.....	220

IMAGEM 18: Imagem Galeria “Alceu A. Sperança”.....	220
IMAGEM 19: Imagem Galeria “Mata Nativa”.....	222
IMAGEM 20: Fotografias dos livros de Sperança de 1992 e 2011.....	223
IMAGEM 21: Imagem Galeria “Roçada”.....	224
IMAGEM 22: Imagem Galeria “Desmatamento”.....	224
IMAGEM 23: Imagem Galeria “Desmatamento”	225
IMAGEM 24: Fotografia do MIS nos Livros de Piaia e Guil	228

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 – AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM: AS AÇÕES DE MADEIREIRAS E DA AGRICULTURA.....	27
1.1.1 Qual era a paisagem!.....	27
1.1.2 Transformações na Paisagem: breve revisão bibliográfica.....	38
1.2 AS MADEIREIRAS E AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM.....	39
1.3 AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM A PARTIR DA AGRICULTURA	58
1.3.1 Entre a reforma agrária e a modernização técnica da agricultura	61
1.3.2 O processo de implantação da modernização técnica da agricultura brasileira	66
CAPÍTULO 2 – A IMPRENSA E AS NARRATIVAS SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM.....	78
2.1 FONTES IMPRESSAS E A PESQUISA EM HISTÓRIA	78
2.2 OS JORNAIS E SEUS GRUPOS.....	80
2.3 “MADEIREIROS [...] EXIGEM MELHOR TRATAMENTO”: os jornais e as ações das madeireiras.....	86
2.3.1 “E as Serrarias Desaparecem: já devastamos a região”	98
2.4 A PAISAGEM É POTENCIAL DE USO: as ações da agricultura nos jornais	109
CAPÍTULO 3 – MEMÓRIAS SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM.....	137
3.1 A HISTÓRIA ORAL: METODOLOGIA E FONTES.....	137
3.2 PAISAGEM DA(S) MEMÓRIA(S): NARRATIVAS SOBRE O TRABALHO NAS MADEIREIRAS E NA AGRICULTURA	139
3.2.1 “Mas e quando termina essa fase da madeira que é nossa matéria prima”, veio a agricultura! E pegou esses madeireiros com muita experiência	142
3.2.2 “Mas era bom aquele tempo! Era sofrido também!”.....	166
3.2.3. “Eu tenho saudade do tempo da roça, parece que era bem mais divertido né!?” .	174
CAPÍTULO 4 – “AS IMAGENS DA PERCEPÇÃO”: NARRATIVAS VISUAIS SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM	186
4.1. O ACERVO FOTOGRÁFICO ELETRÔNICO DO MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DE CASCAVEL – MIS	186
4.1.1 A pesquisa com o acervo eletrônico de fotografias	192
4.2. UM MUSEU DAS IMAGENS.....	195
4.2. 1 A Natureza como Atividades Econômicas.....	195
4.2.2 Que História Se Quer Contar?!	210

4.2.3 Progresso x Destruição.....	221
CONSIDERAÇÕES FINAIS	230
FONTES	237
a) Impressas:	237
b) Orais:	239
c) Sites consultados:.....	239
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	242

INTRODUÇÃO

No dia 01 de março de 2020¹ foi inaugurado próximo ao Teatro municipal de Cascavel, Oeste do Paraná, um monumento nomeado “Memorial aos Pioneiros de Cascavel”. Nesse monumento estão representadas pessoas e o que é designado como seus papéis sociais - uma mulher, em seu papel de mãe, pois, segura no colo uma criança, e dois homens que seguram instrumentos de trabalho no campo -, um tronco de árvore e, atrás, em um tamanho maior, um machado. Esse monumento foi elaborado por Dirceu Rosa, que é autor de outros trabalhos, entre eles o “Monumento da Resistência dos Produtores”² (que está em frente ao parque de exposições da Sociedade Rural do Oeste do Paraná, onde é realizada atualmente a *Expovel* - Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Cascavel).



Imagem 1: “Memorial aos pioneiros de Cascavel”, inaugurado no dia 01 de março de 2020.
Fonte: <<https://globoplay.globo.com/v/8362312/>> Acesso: 06/07/2020.

¹ Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8362312/>> <https://catve.com/noticia/6/280924/feira-do-teatro-completa-dois-anos-em-cascavel-com-programacao-especial>>.

<https://www.alertaparana.com.br/noticia/7021/feira-do-teatro-ganha-memorial-dos-pioneiros>. Acesso em: 16/06/2020. Esse monumento foi inaugurado em período final de minha tese.

² Esse monumento foi analisado na dissertação de mestrado, ADAMY, Irene Spies. *Formação e organização política da classe dominante agrária: a sociedade rural do oeste do Paraná*. Marechal Cândido Rondon, 2010. 173 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). p. 144.



Imagem 2: “Monumento da Resistência dos Produtores em defesa do direito à propriedade”, inaugurado no ano de 2007.

Fonte: ADAMY, Irene Spies. *Formação e organização política da classe dominante agrária: a sociedade rural do oeste do Paraná*. Marechal Cândido Rondon, 2010. 173 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).p.144.

Nestes monumentos, bem como em outras narrativas que serão analisadas nessa tese, as transformações da paisagem, geradas tanto pelas madeiras, quanto pela agricultura no município de Cascavel, entre as décadas de 1950-1980, são apresentadas como positivas e necessárias para a constituição do tempo presente; também representado como o tempo do “agronegócio”, o qual parece se estender para um futuro indefinidamente, como o único horizonte.

Assim, a presente tese visa analisar as percepções sobre as transformações na paisagem que ocorreram no município de Cascavel/PR e como elas podem ser vistas inseridas em um “regime de historicidade”, conforme a definição de François Hartog – conceito que será apresentado ainda nesta introdução. Busca-se investigar narrativas escritas, orais e visuais que conectam temporalidades, pessoas e as transformações na paisagem no espaço de Cascavel entre as décadas de 1950 e 1980.

Nesse período ocorreram transformações na paisagem de forma mais intensiva, principalmente em função das ações de indústrias madeireiras e da agricultura³. No entanto, essa tese também abrange outros períodos relacionados aos diferentes tempos em que as fontes foram produzidas.

As principais fontes utilizadas são: os jornais publicados no referido município no período de 1960 a 1980, disponíveis no acervo da biblioteca pública municipal; as entrevistas realizadas entre 2009 a 2018 com pessoas que desenvolveram atividades ligadas às madeireiras e à agricultura entre as décadas de 1950 e 1980; e o acervo eletrônico de fotografias do Museu da Imagem e do Som – MIS de Cascavel (2009-2019).

A escolha por trabalhar com esses diferentes tipos de materiais se dá por entendermos que todas fazem parte da construção social, mas, também, por ampliarem as possibilidades do estudo das percepções construídas sobre as transformações na paisagem a partir de diferentes formas e linguagens, seja de forma oral, escrita, ou visual⁴.

Essa pesquisa constitui-se como uma continuidade de meus trabalhos anteriores, desenvolvidos na graduação e no mestrado em História. Durante o período da graduação atuei no projeto de extensão da UNIOESTE, desenvolvido em parceria com o município de Cascavel, denominado “Ações para a higienização, catalogação e digitalização do acervo do Museu da Imagem e Som (MIS), do município de Cascavel”. Nessa atividade tive a oportunidade de entrar em contato com o acervo fotográfico do MIS. Algumas das fotografias digitalizadas no projeto retratavam a ação das madeireiras e da agricultura. Como resultado, fui motivada a analisar a ação das madeireiras na minha pesquisa de TCC e na dissertação de mestrado.

Nessas pesquisas trabalhei com aspectos da história do município de Cascavel que se encontravam ligados à ação das indústrias madeireiras entre as décadas de 1950 a 1970, a partir de fontes orais e de textos produzidos sobre a história do município por autores locais, do meio acadêmico e externo a ele. A partir da análise dos textos de parte da historiografia sobre Cascavel foi possível entender como as narrativas construídas em tais obras edificam uma imagem sobre as ações das madeireiras e sobre outros aspectos da história do município em questão⁵.

³ Porém, há outros fatores que contribuem para as transformações na paisagem – como o crescimento urbano –, mas que não serão estudados de forma específica nesta tese.

⁴ O município de Cascavel não possui outros acervos públicos com documentos escritos.

⁵ Para mais informações ver: BROCARD, Daniele. *Memórias sobre o Processo de Desmatamento e da Ação de Madeireiras na Região de Cascavel / PR (1950-1970)*. Marechal Cândido Rondon/PR, 2012, 50 p. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE; BROCARD, Daniele. *Memórias sobre a ação de madeireiras: o processo de extração da floresta no município de*

No entanto, nesses trabalhos foram pesquisadas apenas as ações das madeireiras, com outros objetivos, diferentes do que se pretende aqui, que é o de analisar as percepções sobre as transformações na paisagem. Além disso, na presente pesquisa também analisamos as ações da agricultura, por entendermos que elas tiveram uma atuação conjunta com as madeireiras para ações de transformação na paisagem, devido a uma série de questões econômicas e políticas. Ademais, nesta pesquisa são utilizados o acervo eletrônico do Museu da Imagem e do Som de Cascavel e os jornais impressos, o que possibilita ampliar o escopo de análise em relação às anteriores.

No primeiro capítulo da presente tese realizamos uma revisão bibliográfica, ponderando sobre como os diferentes autores estudados percebem as transformações na paisagem geradas a partir das ações de madeireiras e da agricultura. Buscamos, também, através dessa revisão, abordar quais acontecimentos contribuíram para que ocorressem tais transformações na paisagem, durante as décadas de 1950 a 1980, no espaço que compreendia o município de Cascavel/PR.

Primeiramente, ponderamos as ações de indústrias madeireiras, principalmente por meio dos estudos de Miguel M. X. Carvalho, pois este historiador trabalha de forma ampla essas ações na floresta de araucárias na região do Médio Iguaçu. Também analisamos os textos de autores que escreveram sobre o município de Cascavel/PR, como os de Alceu A. Sperança.

Na segunda parte do capítulo, com base em diferentes autores, buscamos explicar como o golpe civil-militar de 1964 – e, com ele, a implantação da chamada modernização da agricultura – possibilitou o crescimento agrícola voltado à exportação e a sua relação com a expulsão dos camponeses para as cidades e com uso intensivo de agrotóxicos e máquinas agrícolas, o que ocasionou uma aceleração significativa nas transformações na paisagem geradas pela agricultura.

No segundo capítulo escolhemos trabalhar com alguns jornais impressos, disponíveis na Biblioteca Pública Municipal de Cascavel, os quais datam do início da década de 1960 (já que não há no acervo jornais da década de 1950). O objetivo é analisar as percepções no momento histórico que estavam ocorrendo de forma mais intensiva em relação às ações de madeireiras e da agricultura nas transformações na paisagem do município. Para isso, foram selecionados os seguintes títulos, com o respectivo recorte temporal: *Diário d' Oeste* (1962-1970), *Fronteira do Iguaçu* (1971-1981) e *O Paraná* (1976-1989). Esses jornais eram – ou são – de

propriedade de membros da elite local⁶, alguns ligados à Sociedade Rural do Oeste do Paraná, que é organizada pela “fração agrária da classe dominante na região Oeste”⁷.

A análise aborda as percepções construídas por esses jornais em suas reportagens ao longo das décadas de 1960 a 1980 sobre as transformações que ocorreram na paisagem, e como essas percepções se relacionam com diferentes interpretações sobre os tempos. Sobre o uso de periódicos como fonte para a construção do conhecimento histórico, Heloisa de F. Cruz e Maria Peixoto afirmam que:

Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico. Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa /sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe⁸.

Desse modo, ao trabalhar com os jornais, esses são entendidos como parte da sociedade, sendo capazes de construir percepções e de influenciar as pessoas. Com tal característica, compreende-se a imprensa como imbuída de força de “intervenção nas diferentes esferas da vida social, política e cultural na sociedade moderna”⁹.

No terceiro capítulo buscamos trabalhar com fontes posteriores às ações de transformação, mas que estão ligadas diretamente a elas. Assim, dialogamos com quatro entrevistas, produzidas com sujeitos que tiveram atuação direta nas transformações que ocorreram na paisagem do espaço do estudo. Essa atuação se deu através de seus trabalhos, já que os entrevistados são ex-funcionários da agricultura e de madeireiras.

As duas primeiras entrevistas foram realizadas com Alberto Rodrigues Pompeu, que trabalhou como contador em uma indústria madeireira. Pompeu também pode ser considerado um porta-voz da “história do município de Cascavel”¹⁰, já que foi qualificado como

⁶ O jornal *Diário D' Oeste* de propriedade do Médico Wilson Joffre; *Fronteira do Iguaçu*, entre outros proprietários, de Nanci Siliprandi, Itacir Bastini, Jácomo Trento e Dirceu Vieira Fagundes e *O Paraná* no período de sua criação era de propriedade Jacy Miguel Scanagatta.

⁷ ADAMY, Irene Spies. *Formação e organização política da classe dominante agrária: a sociedade rural do oeste do Paraná*. Marechal Cândido Rondon, 2010. 173 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), p. 08.

⁸ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, nº 35, 2007, p. 258.

⁹ Id. *Ibid.*, p. 259.

¹⁰ Pompeu já concedeu diversas entrevistas sobre a história do município de Cascavel, como para o Projeto Universidade sem Fronteiras, que analisaremos aqui, e para o projeto “História e Memória”, uma entrevista produzida entre a TVImagem (Web TV da UNIOESTE) e o MIS Museu da Imagem e do Som.

“pioneiro” e “cidadão honorário”, também é ex-professor universitário, algo que consideramos na análise.

A terceira entrevista foi realizada com Sady José Baldo, um ex-empregado de madeireiras, que, após exercer diferentes atividades, trabalhou na agricultura. Ele é um sujeito que teve uma ampla experiência no trabalho nas madeireiras, já que trabalhou desde criança nessas indústrias, além de ter atuado em diferentes funções. A entrevista de Baldo também é icônica pela sua experiência posterior na agricultura.

A quarta entrevista analisada foi realizada com Lurdes Zancanaro Manica, ex-empregada da agricultura e da pecuária em diferentes fazendas. Ela é uma representante dos trabalhadores rurais, e, como veremos ao longo desta pesquisa, esses trabalhadores, não proprietários de terras, são um dos resultados das transformações que ocorreram na paisagem.

Na análise dessas fontes buscamos investigar como os entrevistados constroem suas percepções sobre as transformações na paisagem, relacionando os tempos, no momento de sua ação, no passado, e no momento de sua recordação, no presente. Entende-se que as ações de transformações na paisagem são relatadas conforme a experiência de cada sujeito. Porém, as narrativas não operam como algo isolado do restante da sociedade.

Como metodologia das entrevistas, optamos por realizar as perguntas com o intuito de permitir que as pessoas falassem não só de seus trabalhos, mas também sobre suas vidas de forma ampla.

Não obstante, mais que perguntar, tentamos avaliar as narrativas orais a partir do que escreveu Alessandro Portelli¹¹. Para ele, essas “[...] são geradas em uma troca dialógica, a entrevista: literalmente uma troca de olhares”. No entanto, sabemos que essa relação de troca não é tarefa fácil, e que, durante as entrevistas “[...] perguntas e respostas não vão necessariamente em uma única direção”, e “[...] o que o historiador quer saber pode não necessariamente coincidir com o que o narrador quer contar”¹².

Também procuramos estudar as fontes orais, como escreveu Yara A. Khoury, em seu texto *O historiador, as fontes orais e a escrita da história*¹³, para “além das características informativas”, ou seja, elas serão consideradas a partir das “características interpretativas, por meio das quais cada um se situa na realidade social; fomos tomando as narrativas como textos impregnados de significados, [...]”¹⁴, a partir da relação passado e presente.

¹¹ PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

¹² Id. Ibid., p. 10.

¹³ KHOURY, Yara A. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: ALMEIDA, P. R. de; KHOURY Y. A.; MACIEL, L. A. *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d' Água, 2006.

¹⁴ Id. Ibid., p. 31.

No quarto capítulo é analisado o acervo eletrônico fotográfico do Museu da Imagem e do Som de Cascavel MIS, disponível por meio do *site*: <http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/acervo.php>. Esse acervo eletrônico passou a existir a partir de convênio assinado em 2009 entre o município de Cascavel, por meio da Secretaria de Cultura, com a UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – através do CEPEDAL (Núcleo de Pesquisa e Documentação Sobre o Oeste do Paraná), sendo este último o responsável por digitalizar as fotografias do Museu da Imagem e Som de Cascavel e disponibilizá-las no *site*. Durante o período da graduação em História, atuei como bolsista e estagiária neste projeto de extensão.

A escolha advém pelo acervo ser formado por fotografias que apresentam as transformações que ocorreram a partir da ação de madeiras ou da agricultura, mas também pelas classificações e descrições das imagens que apresentam percepções sobre essas transformações na paisagem de Cascavel, além de produzirem um sentido para história desse município. Assim, o museu através do acervo eletrônico busca construir uma memória para a região oeste do Paraná.

Buscamos avaliar o momento da produção da imagem pelo fotógrafo (isso se constitui em uma tentativa de buscar interpretar a imagem a partir dos elementos que ela traz e quais seriam as intenções de que a produziu) e o momento posterior, de organização e classificação dessa fotografia no *site* pela coordenação do museu.

Em relação à investigação com a fotografia, temos como base as reflexões de Boris Kossoy, presentes no artigo *Fotografia e memória*¹⁵. Para ele, a fotografia é “uma representação *elaborada cultural/estética/tecnicamente*”, não podendo ser compreendida de forma desvinculada “do *processo de construção da representação*”¹⁶. Isso ocorre porque a imagem fotográfica tem múltiplas faces e realidades. Essas envolvem o que está representado, o contexto de sua produção e, posteriormente, o tempo de sua interpretação, que está ligado à “ideologia de cada momento”¹⁷.

Portanto, na análise das fotografias, organizadas pelo Museu da Imagem e do Som, consideraremos os objetivos de sua produção e o momento atual da organização pelo museu. Nesse sentido, apoiamo-nos nas reflexões de Susan Sontag. Em seu livro *Sobre fotografia*¹⁸, ela discute como a fotografia tem tanto caráter de “verdade” quanto de arte: “Embora em

¹⁵ KOSSOY, Boris. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, Etienne. *O fotográfico*. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 41-47.

¹⁶ Id. *Ibid.*, p. 43.

¹⁷ Id. *Ibid.*, p. 43.

¹⁸ SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

certo sentido a câmera de fato capture a realidade, e não apenas a interprete, as fotos são uma interpretação do mundo tanto quanto as pinturas e os desenhos”¹⁹. Portanto, a fotografia também é uma percepção sobre a paisagem, já que a construção dela passa por escolhas e exclusões, que serão consideradas em nossa análise.

Contudo, essas fotografias serão analisadas sobretudo a partir do banco documental do qual faz parte, o acervo eletrônico do MIS. Portanto, devemos considerar as fotografias em um acervo a partir de suas particularidades em relação a outros documentos. Segundo Aline L. de Lacerda, em seu texto *A imagem nos arquivos*:

Um dos principais problemas é a dificuldade em perceber a “função original” para as quais os documentos visuais foram produzidos. Fotografias, por exemplo, não são documentos autoexplicativos de suas funções, pois não foram produzidos com base em procedimentos controlados e de acordo com regulamentação oficial ou preocupação jurídico/legal. Ao contrário de diversos documentos típicos da administração como atas, relatórios, certidões, diplomas e memorandos, que trazem em sua própria configuração documentária, e de forma muito explícita, a finalidade prática a que vieram satisfazer, em geral consequência da necessidade de cumprimento de uma função, os documentos fotográficos são naturalmente mudos a esse respeito²⁰.

A partir dessa particularidade, entendemos que as fotografias, quando são agrupadas em um arquivo, passam a ter seus sentidos atribuídos pela organização desse acervo e estes permaneceram diversos de suas produções originais. Isso ainda é mais relevante em acervos como do MIS, no qual as fotografias, geralmente, carecem de informações básicas, como o nome do fotógrafo que produziu a imagem, a data e o local da produção e uma descrição do que está representado. Muitas dessas informações só foram conseguidas após a criação do acervo eletrônico, através do contato com pessoas que viveram o mesmo período da produção da imagem. Aqui, vale a pena citar novamente Lacerda:

Como, em muitos casos, o tempo entre a doação do arquivo e a sua efetiva organização pode ser bastante longo, os personagens envolvidos na história de guarda do acervo muitas vezes desaparecem. Assim, a busca por essas informações num momento muito posterior à doação torna-se infrutífera, o que só reforça a importância do investimento de pesquisa sobre arquivo na etapa inicial²¹.

¹⁹ Id. Ibid., p. 17.

²⁰ LACERDA, Aline L. de. *A imagem nos arquivos*. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana. (Org.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 61.

²¹ Id. Ibid., p. 65.

Por necessitar de muitas informações sobre as imagens, não incorporadas aos catálogos no início da criação do acervo físico do MIS (em 21 de abril de 1988, a partir da doação de fotografias e filmes pelo fotógrafo oficial do município Xico Tebaldi), a identificação e a descrição dessas imagens no presente são permeadas pelas percepções de quem construiu e organizou o acervo eletrônico a partir do ano de 2009.

Ao optarmos por analisar diferentes fontes, com múltiplas temporalidades, objetivamos alcançar diversas percepções sobre as transformações que ocorreram na paisagem. Para lidar com a especificidade que cada uma dessas fontes impõe, faz-se necessário um amplo recorte metodológico e teórico, sem perder de vista o objetivo comum, mas levando em consideração a particularidade de cada uma dessas fontes. Dessa forma, ao longo deste estudo, trabalharemos com diferentes conceitos, que, por sua vez, dialogam entre si.

Cabe apresentar, de forma concisa, como estamos ponderando alguns desses conceitos. O primeiro conceito é o de percepção, que ajuda entender o que estamos abordando: as formas como as pessoas pensam, sentem, ouvem, rememoram e descrevem as transformações na paisagem. Na obra *Topofilia: um estudo da percepção e valores do meio ambiente*, de Yi-fu Tuan²², o conceito de percepção é definido, de forma preliminar, como:

[...] tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura²³.

Tal obra ajuda na reflexão sobre o conceito de percepção de forma ampla: algo construído pelas pessoas, a partir da influência de inúmeros fatores, como questões culturais e biológicas, apesar de estar embasada em um meio físico.

O autor aponta para a abundância de formas como os diferentes seres humanos percebem o ambiente ao seu redor: “Duas pessoas não vêem a mesma realidade. Nem dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente. A própria visão científica está ligada à cultura - uma possível perspectiva entre muitas”²⁴. Contudo, apesar das possíveis diferenças, como seres humanos, mantemos alguns elementos em comum, já que nossos sentidos são os mesmos e divergem dos de outros animais. No entanto:

²² TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

²³ Id. Ibid., p. 04.

²⁴ Id. Ibid., p. 06.

[...] todos os seres humanos tenham órgãos dos sentidos similares, o modo como as suas capacidades são usadas e desenvolvidas começa a divergir numa idade bem precoce. Como resultado, não somente as atitudes para com o meio ambiente diferem, mas difere a capacidade real dos sentidos, de modo que uma pessoa em determinada cultura pode desenvolver um olfato aguçado para perfumes, enquanto os de outra cultura adquirem profunda visão estereoscópica²⁵.

Outra questão que influencia nossa percepção do mundo está relacionada ao tamanho dos objetos em relação ao nosso próprio corpo. Embora haja fatores culturais, há certa escala comum aos seres humanos. Temos mais dificuldade em perceber coisas muito grandes ou muito pequenas em nosso cotidiano²⁶:

Notamos arbustos, árvores e gramas, mas raramente as folhas individuais e as lâminas; vemos a areia, mas não os seus grãos individuais. O laço emocional entre o homem e o animal dificilmente persiste além de um certo tamanho – o tamanho do peixinho dourado no aquário e o das tartaruguinhas com as quais as crianças brincam. As bactérias e os insetos estão além do nosso alcance perceptivo comum, e bem além da capacidade humana de empatia. No outro extremo da escala, podemos ver as estrelas, mas apenas como pontos de luz em um teto de altura modesta. A mente pode calcular dimensões astronômicas como entidades abstratas; não podemos, entretanto, imaginar distâncias de um milhão de quilômetros, ou mesmo de mil quilômetros²⁷.

Outro aspecto que influencia nossa percepção envolve como escolhemos nomear, classificar e significar os elementos da natureza – a terra como terrosidade, o metal como dureza e frieza e a madeira como “quente e amigável”²⁸.

Além disso, é a partir do que já conhecemos e respeitamos que vamos avaliar novos ambientes, de modo que a percepção de um conquistador ou imigrante é provavelmente diferente em relação à que apresenta um nativo²⁹. Assim, a percepção da paisagem é também moldada pelo ambiente físico e social que um indivíduo ou povo vive. Como resultado, ambientes de florestas, desertos ou campos tendem a despertar diferentes percepções nos seus habitantes³⁰.

²⁵ Id. Ibid., p. 14.

²⁶ Id. Ibid., p. 16

²⁷ Id. Ibid., p. 17.

²⁸ Id. Ibid., p. 20-21.

²⁹ Id. Ibid., p. 77.

³⁰ Id. Ibid., p. 86.

O tempo é outro fator, que, aliado à cultura,³¹ influencia as percepções, logo, diferentes povos, ao longo do tempo, vão atribuir sentidos diversos a aspectos naturais, relacionados às mudanças de ordem religiosa, científica ou tecnológica. Tuan deu o exemplo das montanhas, que no Ocidente passaram de um sentimento, no início do século XVIII, de total aversão, para, cem anos mais tarde, serem louvadas pelos seus esplendores: “[...] era o que estava na terra mais perto do Infinito”³².

Outro autor que investigou as mudanças de percepções dos seres humanos em relação ao meio natural, com o passar do tempo, foi Keith Thomas³³. Para ele, no período moderno, na Inglaterra, entre os anos de 1500 até 1800, “ocorreu uma série de transformações na maneira pela qual homens e mulheres, de todos os níveis sociais, percebiam e classificavam o mundo natural ao seu redor”³⁴. Em torno de 1800 já não era tão absoluta a confiança no antropocentrismo: “O mundo não podia mais ser visto como feito somente para o homem, e as rígidas barreiras entre humanidade e outras formas de vida haviam sido bastante afrouxadas”³⁵.

Esse tema de estudo foi, por vezes, negligenciado pelos historiadores, mas, para Thomas, é fundamental para entendermos a história humana, já que parece ser “impossível desemaranhar o que as pessoas pensavam, no passado, sobre as plantas e os animais daquilo que elas pensavam sobre si mesmas”³⁶.

Todavia, quando estudamos as percepções sobre as transformações que ocorreram na paisagem, não só a passagem do tempo acarreta percepções diversas. O mesmo ocorre com interpretações diferentes sobre os tempos: passado, futuro e presente – e é relevante pensar na relação que temos com eles.

Para trabalhar tais interpretações utilizamos o conceito de “Regimes de Historicidade”, desenvolvido por François Hartog:

³¹ Entendemos o conceito de Cultura como complexo e dotado de múltiplas definições. Assim, definimos tal conceito como tendo um caráter dinâmico e em constante transformação. A cultura também é compreendida como “um conjunto de significados partilhados. Logo, a cultura é vista como uma produção social e histórica a se expressar, através do tempo, em valores, modos de ser, objetos, práticas. A cultura é ainda uma forma de leitura e tradução da realidade que se mostra de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e a os atores sociais apresentam-se de forma cifrada, portando já um significado e uma apreciação valorativa. A cultura é uma tradução do mundo em significados, não é o reflexo dessa realidade”. PESAVENTO. Sandra Jatahy. Cultura e representações uma trajetória. *Anos 90*, Porto Alegre, v.13, n. 23/24, p. 45-58, 2006. p. 46.

³² TUAN, op. cit., p. 83.

³³ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudança de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

³⁴ Id. Ibid., p. 19.

³⁵ Id. Ibid., p. 426.

³⁶ Id. Ibid., p. 20.

Definamos o que é e o que não é o regime de historicidade. Ele não é uma realidade dada. Nem diretamente observável nem registrado nos almanaques dos contemporâneos; é construído pelo historiador. Não deve ser assimilado às instâncias de outrora: um regime que venha suceder mecanicamente a outro, independentemente de onde venha. Não coincide com as épocas (no sentido de Bossuet ou de Condorcet) e não se calca absolutamente nestas grandes entidades incertas e vagas que são as civilizações. Ele é um artefato que valida sua capacidade heurística. Noção, categoria formal, aproxima-se do tipo-ideal weberiano. Conforme domine a categoria do passado, do futuro ou do presente, a ordem do tempo resultante não será evidentemente a mesma. [...]. O uso que proponho do regime de historicidade pode ser tanto amplo, como restrito: macro ou micro-histórico³⁷.

De tal modo, Hartog propõe essa categoria como uma ferramenta para auxiliar os historiadores na análise de como diferentes sociedades ou determinados sujeitos se relacionam com o tempo. Um regime de historicidade pode ser: presentismo, passadismo ou, ainda, futurismo – algo que varia conforme as relações de cada sociedade ou pessoa com o tempo. Mas, para o autor, essa categoria seria fundamental “principalmente em momentos de crise do tempo”.

[...] aqui e lá, quando vêm justamente perder sua evidencia as articulações do passado, do presente e do futuro. Isso não é inicialmente uma "crise" do tempo? Seria, dessa maneira, uma forma de esclarecer, quase do cerne, as interrogações de hoje sobre o tempo marcado pela equivocidade das categorias: há relação entre um passado esquecido ou demasiadamente lembrado, entre um futuro que quase desapareceu do horizonte ou entre um porvir ameaçador, um presente continuamente consumado no imediatismo ou quase estático ou interminável, senão eterno? Seria também uma maneira de lançar uma luz sobre os debates múltiplos, aqui e lá, sobre a memória e a história, a memória contra a história, sobre o jamais suficiente ou o já em excesso de patrimônio³⁸.

Hartog, em entrevista concedida à *Revista Brasileira de História*, citou várias datas que possivelmente seriam marcos da crise do tempo, entre elas: 1789 e 1989. Na primeira data teria ocorrido uma ruptura com o antigo regime – o passadismo dá lugar a uma nova relação como o tempo: o futurismo. Com “a Revolução Francesa, o futuro entra oficialmente em cena [...] tempo moderno marcado, segundo Koselleck, por uma lacuna crescente entre o campo de experiência e o horizonte de espera”, ou seja, não teríamos muito o que aprender com o passado, caminhava-se para algo novo, sem comparação³⁹. Já na segunda data, marcada pela

³⁷ HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 12-13.

³⁸ Id. Ibid., p. 37-38.

³⁹ ROMERO, Mariza. Entrevista: François Hartog. *Rev. Bras. Hist.* vol.35, n.70 pp.281-291. 2015. Disponível em: < <https://dx.doi.org/10.1590/1806-93472015v35n70005>>>. Acesso: 13/11/2019. p. 283.

queda do muro de Berlim, é o futuro que perde sua importância: não teríamos mais um horizonte de espera, o “presente se impõe como único horizonte”⁴⁰.

Tais reflexões nos ajudam a estudar como as percepções são construídas a partir dessas diferentes relações com o tempo, ou seja, na análise das fontes avaliaremos como o entendimento do tempo (passado, presente ou futuro) se relaciona com uma percepção ou com outras.

Outro conceito que usaremos na análise é o de memória, que envolve as percepções dos sujeitos. De acordo com Bergson⁴¹:

[...] não há percepção que não esteja impregnada de lembranças. Aos dados imediatos e presentes de nossos sentidos misturamos milhares de detalhes de nossa experiência passada. Na maioria das vezes, estas lembranças deslocam nossas percepções reais, das quais não retemos então mais que algumas indicações, simples "signos" destinados a nos trazerem à memória antigas imagens⁴².

Deste modo, para Bergson, toda percepção está ligada a um esforço da memória, “por mais breve que se suponha uma percepção, com efeito, ela ocupa sempre uma certa duração [...]”, ela jamais é um contato simples com objetos presentes, “está inteiramente impregnada das lembranças-imagens que a completam, interpretando-a”⁴³.

Ainda segundo esse autor, “A memória, praticamente inseparável da percepção, intercala o passado no presente, condensa também, numa intuição única, momentos múltiplos da duração, [...]”⁴⁴. É a partir do presente que as lembranças do passado serão invocadas, ou seja, as lembranças serão selecionadas para esclarecer as situações que o meu presente visa responder⁴⁵. Então, por vezes, a memória e a percepção acabam por se confundir, o que possibilita estudar, através das fontes orais produzidas no presente, as relações que esse tempo exerce sobre o passado, e também o contrário.

Também utilizamos o conceito de narrativas, a partir dos trabalhos de Verena Alberti, para ponderar o trabalho com a história oral, mas também com as outras fontes, pois entendemos que, nas fontes selecionadas nesta pesquisa, há um trabalho com a linguagem,

⁴⁰ HARTOG, op. cit. 2013, p. 09.

⁴¹ BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Tradução Paulo Neves. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

⁴² Id. Ibid., p. 30.

⁴³ Id. Ibid., p. 31; p. 155.

⁴⁴ Id. Ibid., p. 77.

⁴⁵ Id. Ibid., p. 163.

seja ela da forma falada, escrita ou visual, e em tal trabalho ocorre uma seleção e organização dos “acontecimentos de acordo com determinado sentido”⁴⁶.

A autora, a partir do exemplo de uma carta, evidencia como esse trabalho de seleção e organização é realizado na construção das fontes:

Para saber o que a carta documenta, precisamos ter claro para quem ela fala e por que ela fala. Ambas as perguntas têm a ver com outras três: quando fala, como fala e o que a fala? O mesmo se passa com uma entrevista de história oral e com qualquer fonte histórica: não basta considerar o enunciado; é preciso refletir sobre as condições de enunciação. Sabemos que as entrevistas de história oral fazem parte das fontes do historiador, mas com a condição de que ele reflita sobre a construção de suas fontes. A questão central, aqui, é a do contexto de produção dos dados em história⁴⁷.

As fontes históricas são sempre produzidas por alguém que objetiva determinados fins. Assim, na história oral, o papel do entrevistador deve ser levado em consideração, pois faz parte da construção das entrevistas, já que é “no momento da entrevista que o diverso, o irregular e o acidental entram numa ordem, dada pelo entrevistado e pela presença ou pela ação dos entrevistadores”⁴⁸. No entanto, esse caráter particular de cada fonte não exclui seu papel como um documento de uma realidade mais ampla, que a vida daquele ou daquela que a produziu. Portanto, analisamos as fontes como constituídas por narrativas, e essas como elementos que organizam os acontecimentos de “acordo com determinado sentido que lhes é conferido”⁴⁹.

O último conceito é o de paisagem, o qual, por vezes, confunde-se com o de percepção. Nessa perspectiva, Simon Schama, em seu livro *Paisagem e Memória*⁵⁰, afirma que:

[...], conquanto estejamos habituados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade elas são inseparáveis. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas⁵¹.

A paisagem é aqui entendida como interação entre o meio e a ação humana, sendo visualizada, sentida e ouvida, constituindo-se, dessa forma, em uma realidade interpretada pela percepção humana, da qual os próprios seres humanos fazem parte, ou seja, a paisagem é

⁴⁶ ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 77.

⁴⁷ ALBERTI, Verena. De “versão” a “narrativa” no Manual de história oral. *História Oral*, v. 15, n. 2, p. 159-166, jul.-dez. 2012, p. 162.

⁴⁸ Id. Ibid., p. 164.

⁴⁹ ALBERTI, op. cit. 2004, p. 92.

⁵⁰ SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁵¹ Id. Ibid., p. 17.

aqui definida como a junção da percepção humana com o meio físico. Tudo o que dizemos, escrevemos ou fotografamos sobre o meio natural passa por nossa percepção, pois a natureza não cria significados sobre ela mesma⁵².

No entanto, o conceito de paisagem é complexo e já recebeu distintas definições, sendo definido – de forma mais simples – como “a parte de um território que a natureza apresenta ao observador”⁵³. Segundo Chantal Blanc-Pamard e Jean Pierre Raison, essa definição é hoje insuficiente para um termo tão complexo, que possibilitou variadas pesquisas por diferentes olhares. Na atualidade, é mais corrente utilizar o conceito de paisagem a partir de “uma síntese eficaz das relações dialécticas entre natureza e sociedade”⁵⁴.

Nesse sentido, os historiadores Angelo A. Priori e Letícia A. Paixão, no artigo *A paisagem como fonte histórica e como produtora de memória*⁵⁵, indicam alguns elementos que devemos considerar ao trabalhar com este conceito:

[...] ao tratar o tema das relações entre os homens e a natureza, devemos substituir a perspectiva antropocêntrica por uma compreensão da natureza como resultado de práticas culturais e como algo que é sempre e, essencialmente, representada pelos seres humanos a partir de suas vivências e experiências sociais. [...] A paisagem não é uma natureza intocável, mas sim uma natureza “antropizada”, que passou por processos de alterações significativos devido à interferência humana. Nesse sentido, a paisagem é o resultado material de interações entre processos físicos, ecológicos, sociais e culturais.⁵⁶

A paisagem se constitui, portanto, como junção do que não foi gerado pela ação humana e do que esta ação causou. A partir dela, podemos observar os efeitos dessa conexão, “as mudanças ambientais, o papel do ambiente no desenvolvimento da sociedade, bem como as relações estabelecidas entre homem e a natureza”⁵⁷.

Em consonância com isso, podemos citar novamente Schama, que escreveu que a ação humana vem modificando o sistema natural muito mesmo antes “dos séculos industriais”⁵⁸, e que é difícil “imaginar um único sistema natural que a cultura humana não tenha

⁵² Id. Ibid., p. 17.

⁵³ BLANC-PAMARD, Chantal; RAISON, Jean-Pierre. Paisagem. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 8, Região. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986, p. 138.

⁵⁴ Id. Ibid., p. 158.

⁵⁵ PRIORI, Angelo Aparecido; PAIXÃO, Letícia Aparecida. A paisagem como fonte histórica e como produtora de memória. *História Revista: revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás*, v. 20, n. 1, 2015.

⁵⁶ Id. Ibid., p. 165-166.

⁵⁷ Id. Ibid., p. 165.

⁵⁸ No entanto, consideramos o papel fundamental da revolução industrial e o que a seguiu, como fatores que aceleraram as transformações do meio natural de forma inédita, trazendo consequências desastrosas para a vida humana e de outros seres vivos no planeta.

modificado”⁵⁹. Desse modo, podemos estudar como algumas dessas transformações podem ser percebidas a partir da observação da paisagem.

A partir do texto de Corrêa, *Paisagem através de outros olhares*⁶⁰, com base nas reflexões da antropóloga inglesa Barbara Bender, podemos entender que “também a memória [e] as lembranças fazem parte das paisagens. Elas são levadas nas migrações e depois transplantadas, adequadas ou guardadas”⁶¹. A paisagem se constitui, dessa maneira, em algo construído não só a partir do que vemos, mas do que já conhecemos e ao que atribuímos valores.

Priori e Paixão destacam também as ligações que os seres humanos estabelecem com a paisagem a partir da memória, como “dimensão afetiva”, de “pertencimento”, mas não só de “mero prazer”. “A paisagem é o lugar de projeções e simbolizações de sentimentos e ações humanas, bem como o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo”⁶².

Por conseguinte, se a paisagem é a junção da percepção humana com um meio físico, também é parte desta a vegetação que forma o espaço do estudo, pois só existirá uma percepção sobre a paisagem se existir uma realidade que a possibilite⁶³. Resta evidente que essa realidade está sujeita às ações humanas – sejam estas objetivas ou subjetivas.

A paisagem pode ser ainda definida como “o encontro da interioridade de quem vê e a exterioridade do que é visto, em meio à corporeidade sensória. A paisagem pode ser tomada como a relação entre o espaço e a imagem. É o encontro entre elas”⁶⁴.

É com base em todos esses conceitos que analisamos as fontes que apresentamos nos capítulos a seguir, considerando as percepções sobre as transformações na paisagem geradas pelas madeiras e pela agricultura em Cascavel, Paraná.

Cabe aqui ainda explicar o título escolhido para esse trabalho. A frase “Quando entrei aqui era tudo mato [...] e agora se enxerga tudo vermelho de soja”, faz parte de uma reportagem do jornal FRONTERIA DO IGUAÇU do ano 1977 e que será analisada no

⁵⁹ SCHAMA, op. cit., p. 17.

⁶⁰ CORRÊA, Dora Shellard. Paisagens através de outros olhares. *Revista de História Regional*. 20, 2015.

⁶¹ BENDER, Barbara; WINER, Margot (Eds.) *Contested landscapes*. Movement, exile and place. Oxford: Berg, 2001. p. 1-18. Apud, CORRÊA, Dora Shellard. Paisagens através de outros olhares. *Revista de História Regional*. 20, 2015. p. 272.

⁶² PRIORI; PAIXÃO, op. cit., p. 163-164;p.166.

⁶³ JACKSON, John Brinckerhoff. *Discovering the vernacular landscape*. New Haven: Yale University Press, 1984. Apud VIEIRA, Daniel de Souza Leão. Paisagem e Imaginário: contribuições teóricas para uma história cultural do olhar. *Fênix*. Revista de História e Estudos Culturais, Vol. 3, Ano III, nº 3, 2006, p. 04. Disponível em: www.revistafenix.pro.br. Acesso: 15/03/2018.

⁶⁴ VIEIRA, Daniel de Souza Leão. Paisagem e Imaginário: contribuições teóricas para uma história cultural do olhar. *Fênix*. Revista de História e Estudos Culturais, Vol. 3, Ano III, nº 3, 2006, p. 14. Disponível em: www.revistafenix.pro.br. Acesso: 15/03/2018.

capítulo 2. Assim, ela foi escolhida por apresentar uma percepção sobre as transformações na paisagem e por ser ilustrativa de parte das transformações que estamos analisando na pesquisa.

CAPÍTULO 1 – AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM: AS AÇÕES DE MADEIREIRAS E DA AGRICULTURA

Neste capítulo, primeiramente apresentaremos, de forma breve, aspectos da paisagem de Cascavel entre os anos 1950 e 1980. Em seguida, a partir de uma revisão bibliográfica, discutiremos as interpretações de alguns autores sobre as transformações que ocorreram na paisagem, geradas pelas ações das madeireiras e da agricultura, e os eventos políticos e econômicos – nacionais e internacionais – que estão relacionados a tais transformações.

1.1.1 Qual era a paisagem!

O município de Cascavel localiza-se no oeste do Estado do Paraná, no terceiro planalto paranaense. Seu solo é o latossolo vermelho, com as seguintes características: “[...] cores avermelhadas, grandes espessuras [...], baixa diferenciação entre horizontes (a exceção do horizonte superficial) e textura muito argilosa [...] determina elevadas taxas de infiltração de água, sob condições originais”. Tal solo é destacado pelos agricultores e pesquisadores como possuidor de alta “potência de uso” para a agricultura⁶⁵.

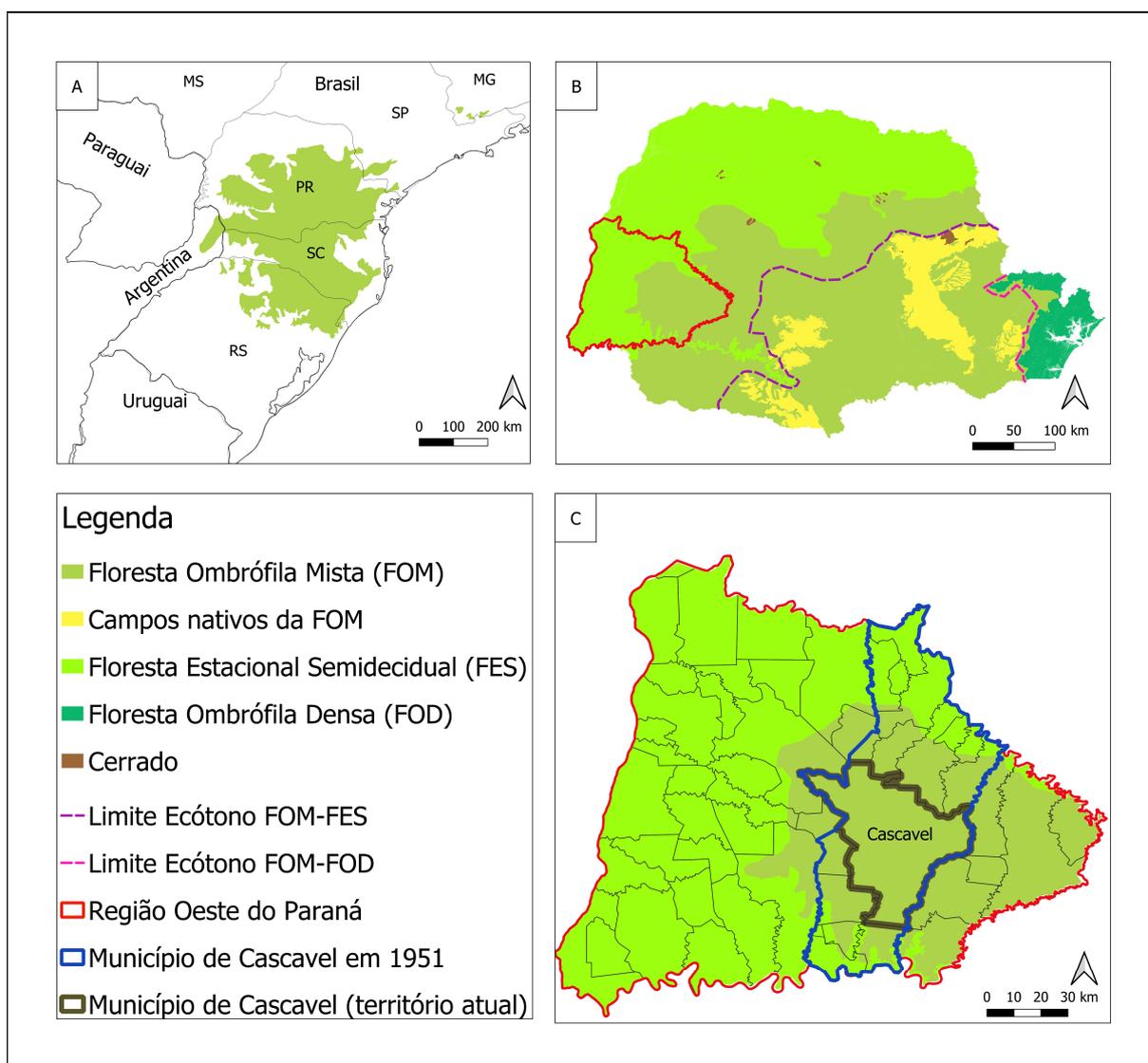
A vegetação no território do município de Cascavel/PR era – e é – caracterizada pelo ecótono⁶⁶ da Floresta Ombrófila Mista – FOM – com a Floresta Estacional Semidecidual – FES (ambas as formações são pertencentes ao bioma da Mata Atlântica). A Floresta Ombrófila Mista é denominada, geralmente, de Mata dos Pinheiros, pois é o pinheiro ou araucária (*Araucaria angustifolia*) a árvore que a caracteriza. Além do pinheiro, esta vegetação é composta por espécies como: a erva-mate, guabiroba, angico, grápia, canafistula, canelas, como canela-amarela e canela-guaicá⁶⁷. Já Floresta Estacional Semidecidual é composta por espécies como: peroba-rosa, pau-marfim, cedro e palmeiras, como palmito e o

⁶⁵ CURCIO, G. R.; DEBRINO, Marlon. *Latossolo vermelho do subplanalto de Cascavel: características e potencial de uso*. Disponível em: <http://www.pronasolos.pr.gov.br/pagina-13.html>. Acesso: 22/11/2019.

⁶⁶ Escolhemos utilizar este conceito por ele abordar a tensão de duas formações vegetais diferentes, característica do espaço do estudo. Assim, o conceito de ecótono pode ser definido, de forma concisa, como: “transição entre dois ecossistemas diferentes e tensão entre ambos”. MILAN, Elisana; MORO, Rosemeri Segecin. O conceito biogeográfico de ecótono. *Terr@ Plural*, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, jan/jun. 2016, p. 76.

⁶⁷ CASTELLA, P. R.; BRITZ, Ricardo, Mirando de. *A floresta com araucária no Paraná: conservação e diagnóstico dos remanescentes florestais*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 78.

jerivá⁶⁸. Associadas a essas vegetações, encontram-se outros seres vivos, como: aves, como pica-pau-de-cara-amarela e o cisqueiro; pequenos roedores, como cutia e preá e mamíferos de grande porte, como a onça-parda e a capivara⁶⁹.



MAPA 1: Localização do território e da vegetação de abrangência do estudo.

Fonte: Produzido por Carlos Rodrigo Brocardo, tendo como finalidade esta pesquisa.

Essa paisagem também era – e é – constituída por seres humanos, entre eles, os indígenas, que sofreram um processo de expulsão e silenciamento. Sobre o silenciamento em relação à presença de indígenas no oeste do Paraná, a historiadora Sarah I. B. T. Ribeiro evidenciou como boa parte dos textos sobre a história da região oeste do Paraná fazem alusão a esse espaço “enquanto um ‘vazio demográfico’, *sertão desabitado*, ao qual se povoa e faz

⁶⁸ BRITZ, Ricardo Mirando de. Aspectos ambientais a serem considerados na restauração da floresta com Araucária no Estado do Paraná. *Pesq. Flor. Bras.*, Colombo, n. 55, jul/dez, 2007, p. 39.

⁶⁹ FONSECA, Carlos Roberto (ed.). *Floresta com araucária: ecologia, conservação e desenvolvimento sustentável*. Ribeirão Preto: Holos, 2009, p. 163. p. 173.

progredir, com base na colonização de áreas supostamente vagas”⁷⁰. No entanto, para a autora: “é lícito reconhecer que, desde tempos imemoriais, diferentes parcialidades Guarani habitam os limites definidos como região Oeste do Paraná”⁷¹. Ainda, segundo Ribeiro:

É interessante sublinhar que grande parte da historiografia relativa ao Oeste paranaense, os manuais destinados aos ensinos fundamental e médio e a memória coletiva, conjugam-se, perpetuando a idealização do processo colonizatório, uma conquista concretizada por obra do *povo escolhido*, que *civiliza* confins inabitados e corrobora o domínio sobre os terrenos anteriormente ocupados pelas sociedades nativas, rotulando-as como elementos da natureza. A expropriação dos territórios guaranis, desta forma, é endossada com base na presunção da superioridade dos neófitos sobre o *outro* e porque, afinal, está se transformando este setor em partícipe e cooperador do *desenvolvimento nacional*⁷².

Essa expropriação dos territórios guaranis no oeste do Paraná ocorreu também de forma prática já no final do século XIX:

Neste momento alega-se haver a intenção por parte do Governo Imperial em nacionalizar estes sítios, submetendo-os aos ditames dos poderes centrais. Os propósitos de abasileiramento se mostram no mínimo incongruentes, uma vez que o Estado inaugura seu suposto propósito de nacionalização destas fronteiras através da concessão de terras da região a companhias estrangeiras, empresas que, caracterizadas pelas atividades extrativistas e predatórias, empregam em grande parte mão-de-obra Tupi-Guarani, num regime de semi-escravidão⁷³.

Esse sistema foi descrito por Wachowicz como *obrage*, e, além de ser um tipo de escravidão dos indígenas, explorava a erva-mate e a madeira em toros no oeste do Paraná. Segundo Wachowicz, “a *obrage* foi um tipo de exploração ou propriedade que se desenvolveu no Paraguai e na Argentina” e, posteriormente, foi empregada no Estado do Paraná, “desde Foz do Iguaçu até os saltos das Sete Quedas”⁷⁴. Ainda: “As obrages chegaram a explorar madeira até 100 quilômetros das margens do rio Paraná”⁷⁵.

A mão de obra usada, chamada pelo autor de *mensus* ou “guaranis modernos”, era submetida a um tipo de escravidão por dívida: “o *mensu* era obrigado a abastecer-se no armazém da *obrage* e suas mulheres, ociosas, eram proibidas de plantar qualquer coisa, até

⁷⁰ RIBEIRO, Sarah Iurkiv G. Os Guarani no Oeste do Paraná: espacialidade e resistência. *Espaço Plural*, Ano VI, nº 13, p. 27-30, 2º Semestre de 2005. Disponível em: www.unioeste.br/saber. Acesso: 18/11/2019. p. 27.

⁷¹ RIBEIRO, Sarah Iurkiv G. Tibes. Fronteira e Espacialidade: o caso dos Guarani no Oeste do Paraná. *Varia Scientia*, V. 06, nº 12, p. 171-19, dez. de 2006, p. 174.

⁷² RIBEIRO, op. cit. 2005, p. 27.

⁷³ RIBEIRO, op. cit. 2006, p. 174.

⁷⁴ WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. 2. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010, p. 276-277.

⁷⁵ Id. Ibid., p. 281.

mesmo criar galinhas, para aumentar a dependência do *mensu*⁷⁶ e de sua família. Além disso, as condições de trabalho eram precárias. Os trabalhadores tinham que se estabelecer em barracas na floresta para o corte dos galhos da erva-mate, e depois deviam transportá-las em fardos carregados em cima de suas cabeças⁷⁷.

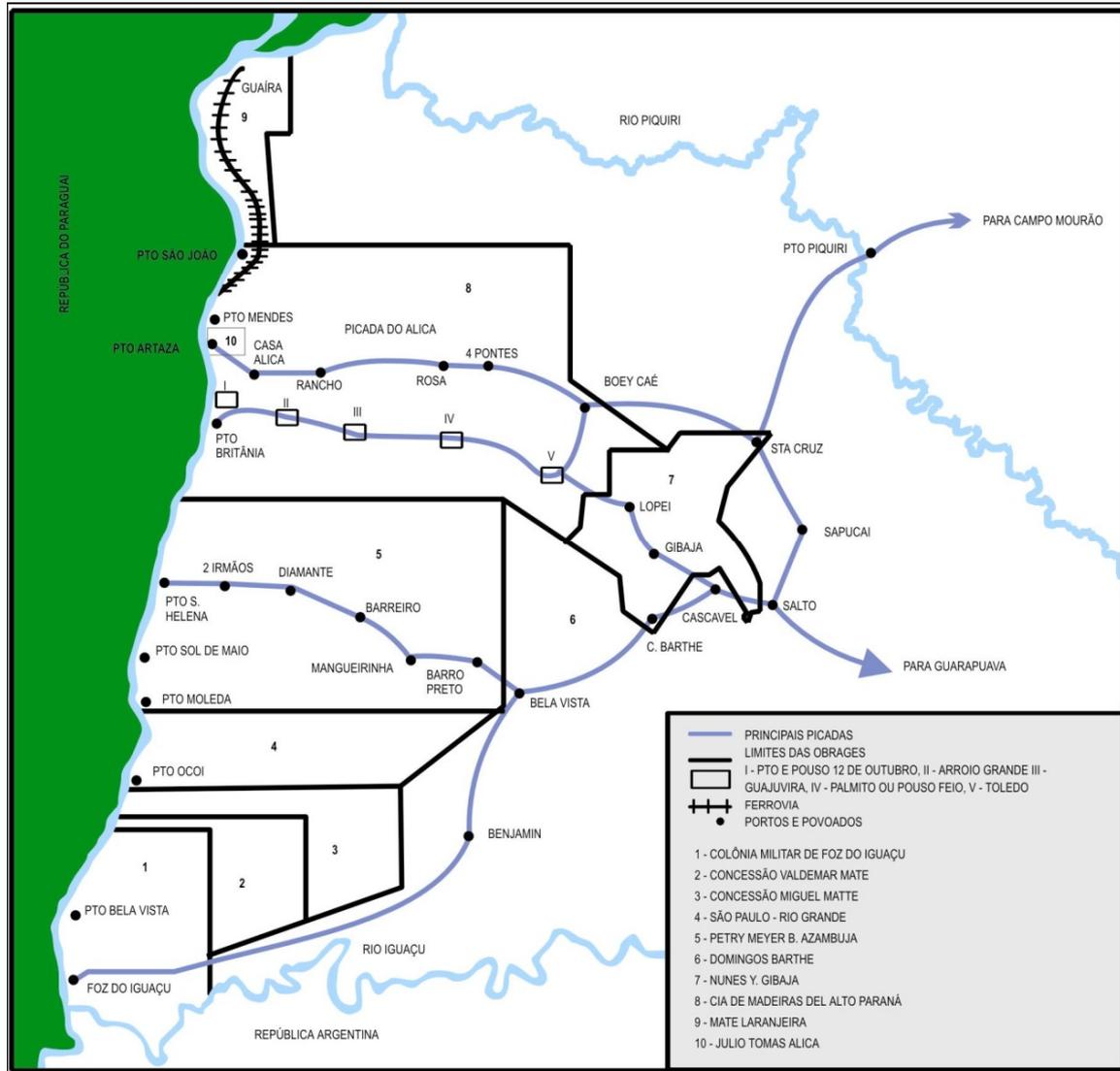
Wachowicz apresenta, em seu livro, uma relação das principais *obrages* estabelecidas no Brasil, entre elas:

- 2- Propriedade da Braviaco, firma que construiu o ramal ferroviário Ponta Grossa-Guarapuava;
[...]
- 4- Propriedade de Domingos Barthe, que explorava erva-mate em sua *obrage* localizada a oeste da atual Cascavel;
- 5- Lopeí, *obrage* de domínio da firma argentina Nuñes y Gibaja desde 1905, situada ao norte da atual Cascavel;
[...]
- 7- Porto Artaza, escoamento da pequena obrage de 400 alqueires pertencente ao argentino Julio Tomas Allica. Explorava ervais das terras da Braviaco que se estendiam de Campo Mourão até Cascavel. [...]
- 8- Mate Laranjeira. Multinacional sul-americana, exportadora de erva-mate mato-grossense. Fundou Guaíra (1909), a fim de melhor exportar este mate para a Argentina⁷⁸.

⁷⁶ Id. Ibid., p. 278.

⁷⁷ Id. Ibid., p. 277; 280.

⁷⁸ Id. Ibid., p. 279.



MAPA 2: Mapa das principais “obrages” no oeste do Paraná.

Fonte: WACHOWICZ, Ruy Christovam. História do Paraná. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1982, p. 64. Apud PERIS, Alfredo Fonseca. A dinâmica econômica dos eixos Cascavel-Guaíra e Cascavel-Foz do Iguaçu. Disponível em: <http://www.geocities.ws/perisconsultoria/publicacao/Trilhas_cap04.pdf>. Acesso: 10/04/2019.

Podemos considerar que as *obrages* tiveram um considerável papel nas transformações na paisagem do espaço em estudo. Outra questão é que o espaço, atualmente considerado oeste do Paraná, foi uma gleba concedida em 1920 para a Braviaco (Companhia Brasileira de Viação e Comércio), empresa subsidiária da *Brazil Railway Company*. A *Lumber (Southern Brazil Lumber and Colonization)*, maior madeireira da América Latina, também consta como propriedade dessa empresa.

Portanto, podemos ponderar que a floresta desse espaço já havia passado por um processo de exploração anteriormente a 1950, o que ocasionou algumas transformações na paisagem. Segundo Wachowicz, as ações das *obrages* teriam ocasionado o fato de que na

década de 1950, quando chegaram “[...] ao oeste paranaense os colonos agricultores, das antigas madeiras de lei encontraram apenas cepos apodrecendo no meio da floresta”⁷⁹.

Apesar dos elementos históricos descritos acima e da afirmação de Wachowicz, sabemos (a partir das fontes que analisaremos ao longo dessa pesquisa e a partir de outros textos que também analisaremos a seguir⁸⁰) que as *obrages* não se constituíram em um obstáculo para a instalação de novas madeireiras no espaço do Oeste do Paraná durante a década de 1950. Ainda que tenha ocorrido uma exploração da floresta nesse espaço – e em um tempo anterior a esse –, a exploração não foi tão drástica, como sugere Wachowicz. Afinal, entre as décadas de 1950 e 1970 ocorreu a atuação de grandes indústrias madeireiras no Oeste do Paraná, como a *Industrial Madeireira Paraná (IMAPAR)* e a Maripá (*Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná Ltda*). Esta última, além de retirar a madeira, loteou e vendeu as terras⁸¹.

A continuação da expropriação dos povos indígenas nessa região ocorreu a partir da década de 1930, com a reocupação desse espaço, um projeto “levado a efeito através da atuação conjugados poderes estatais, companhias colonizadoras e migrantes [...]”⁸². Um exemplo de companhia colonizadora é justamente a Maripá, que atuou na área que abrange os atuais municípios de Marechal Cândido Rondon e Toledo. Esta empresa, além de expulsar de forma “violenta, forçando muitos núcleos familiares a buscarem refúgio nas matas ínvias ou migrarem para outras áreas guaranis no Paraguai ou Argentina”, antes se utilizou em “larga escala da mão-de-obra dos grupos nativos para edificar a infra-estrutura apropriada para recepcionar os pioneiros”⁸³. Além das companhias colonizadoras, os proprietários agrícolas também se utilizaram da mão de obra desses indígenas como boias-frias⁸⁴.

⁷⁹ Id. Ibid., p. 282.

⁸⁰ Também é possível fazer essa afirmação com base em meus trabalhos anteriores. Em minha dissertação analisei quatro entrevistas produzidas no período de 2011 a 2013 com ex-proprietários e empregados do setor madeireiro. Também nesse trabalho apresento, entre as páginas 24 e 26, elementos que demonstram a existência de um número considerável de empresas que trabalhavam com a exploração da madeira no município de Cascavel.

⁸¹ Para mais detalhes ver: GREGORY, Valdir. *Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial: migrações no Oeste do Paraná*. Cascavel: Edunioeste, 2002. NIEDERAUER, Ondy Helio (Org.). *Plano de colonização da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná*. 1955; LENHART, A. P. *Memorial dos Pioneiros: a construção de um lugar de memória em Toledo/PR. Marechal Cândido Rondon*, 2014. 39. p. Monografia. (História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. SMANIOTTO, M. A. Modernização conservadora, concentração fundiária e êxodo rural: contradições de uma microrregião no Oeste do Paraná. In: Gonçalves, R. J. M; RIBEIRO, M. V; ANDRADE, G. I. F. de. (Org.). *Tempos conservadores: estudos críticos sobre as direitas*. Volume 2: Direitas no Cone Sul. Goiânia: Edições Gárgula, 2018, p. 106-140.

⁸² RIBEIRO, op. cit. 2006, p. 174.

⁸³ Id. Ibid. p. 175.

⁸⁴ Id. Ibid. p. 174- 175.

Ao contrário de outros municípios da região oeste, em Cascavel não ocorreu atuação de uma empresa colonizadora. A reocupação da área que hoje forma o município teve início na década de 1930, aliada a um projeto de ocupação de fronteiras em âmbito nacional.

O povoamento efetivo de Cascavel e que marcou sua formação atual, teve início através da “ocupação espontânea”, ocorrida durante a década de 1930, quando chegaram à região alguns colonos descendentes de poloneses oriundos de Santa Catarina, bem como de “caboclos” oriundos de Guarapuava. Instalando-se em pequenas chácaras, abriram posse e derrubaram a mata, faziam suas roças e fundaram vilarejos como as Colônias Esperança e São João. À época, este processo de ocupação facilitava o acesso às terras devolutas⁸⁵.

Naquele período, o governo estadual criou os seguintes órgãos para tentar controlar o acesso à terra e às madeiras: “Departamento Administrativo do Oeste e, em 1946, a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (FPCI) e o Departamento de Geografia Terras e Colonização (DGTC)”.

Não obstante, como mostrou o estudo de Adamy, a reocupação do território era “facilitada pelo fato de as terras serem devolutas”, o direito de propriedade podia ser reconhecido pelo Estado mediante a comprovação de posse⁸⁶. Esse processo inicial, junto a questões mais recentes, tornaram a história desse espaço marcada pelas “disputas relacionadas à ocupação, à posse e à propriedade da terra”⁸⁷:

Nas áreas que formaram o município de Cascavel, a (re)ocupação da terra foi realizada a partir da imposição dos interesses destes grupos, que tinham no Estado seu representante legal e legitimador, a exemplo do que ocorreu durante os governos de Moysés Lupion (1947-1951; 1956-1961). Porém, a (re)ocupação e titulação da terra, em Cascavel, não resultou de um processo único e seguiu critérios que priorizavam e privilegiavam o favorecimento político e a força econômica de quem a reivindicava ou de quem era sócio, o que possibilita, ainda hoje, o questionamento da legalidade de algumas propriedades. Questionamento esse, que tem dado legitimidade às ocupações de terra efetivadas pelos trabalhadores rurais sem terras na região, e viabilizado experiências de resistências e conquista da terra. A formação de uma estrutura fundiária marcada pela criação e manutenção de grandes propriedades rurais foi decisiva para a formação de uma fração agrária de classe dominante no Oeste do Paraná, principalmente em Cascavel, com forte organização política e representatividade junto ao Estado restrito em vários níveis e instituições⁸⁸.

⁸⁵ ADAMY, Irene Spies. Terra e poder no Oeste do Paraná. In: SILVA, Antônio Both da; KOLING, Paulo José. (Org.) *Terra e poder: abordagens em história agrária*. Porto Alegre: FCM Editora, 2015, p. 142.

⁸⁶ Id. Ibid. p. 142.

⁸⁷ ADAMY, op. cit. 2010, p. 14.

⁸⁸ Id. Ibid. p. 15.

Aos problemas iniciais da posse da terra no município de Cascavel, que contribuíram para essa conjuntura de conflitos e à “formação de uma estrutura fundiária marcada por grandes propriedades”, vão se somar o:

[...] modelo de modernização conservadora da agricultura, desencadeado a partir da década de 1960, que dispensou meeiros, arrendatários e assalariados, acelerou o processo de expropriação de pequenos agricultores, contribuindo para o aumento na concentração da terra na região. Da mesma maneira, durante a década de 1980, crise da agricultura e a expansão da pecuária bovina contribuiu para o aumento da concentração de propriedades⁸⁹.

Para entender esses processos, bem como a ação da agricultura em Cascavel, é preciso levar em consideração as políticas de modernização técnica da agricultura, implantadas pelos governos brasileiros – desde a década de 1950 –, com maior intensificação nos governos militares, nas décadas de 1960 e 1970. Essas políticas acarretaram a reocupação do Oeste do Paraná por pessoas de diferentes partes do país.

A criação do município de Cascavel se deu por meio da Lei estadual 790/51, com efetivação em 14 de dezembro de 1952, quando deixou de ser distrito de Foz do Iguaçu. Inicialmente, o território de Cascavel foi delimitado, ao norte, pelo Rio Piquiri e, ao sul, pelo Rio Iguaçu, mas com o decorrer dos anos seu tamanho foi reduzido devido à criação de novos municípios.

Os municípios atuais de Corbélia, Formosa do Oeste, Capitão Leônidas Marques, Cafelândia e Lindoeste – assim como parte do território dos municípios de Assis Chateaubriand, Nova Aurora e Santa Tereza do Oeste –, entre as décadas de 1950 a 1990, eram parte do território do município de Cascavel⁹⁰.

As décadas de 1950, 1960 e 1970 são o período de maior atividade das madeireiras no município e, concomitantemente, temos as atividades agrícolas, que resultaram na transformação da paisagem. Como exemplo temos a ação das madeireiras nesses primeiros anos comparada com a agricultura pelos dados de exportação do município no ano de 1957, no qual a exportação de pinheiros em pés foi 29.732.364 – no valor de Cr\$ 151.535.056,40; o segundo produto em exportação era o feijão: cerca de 8.000 sacos, que alcançaram o valor de

⁸⁹ Id. Ibid. p. 17.

⁹⁰ Atualmente Cascavel possui 312.778 habitantes. Disponível em: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/noticia.php?id=26344>>. Acesso: 23/03/2016. PIERUCCINI, M. A.; TSCHÁ, O. da C. P.; IWAKE, S. *Criação dos Municípios e Processos Emancipatórios*. Disponível: <http://www.unioeste.br/projetos/oraculus/pmop/capitulos/Capitulo_03.pdf>. Acesso: 20/05/2013.

Cr\$ 2.800.000,00⁹¹. Nas duas últimas décadas do século XX a agricultura se consolidou como atividade econômica em relação às madeireiras.

A maior madeireira que atuou em Cascavel foi a *Industrial Madeireira do Paraná (IMAPAR)*, que iniciou suas atividades no ano de 1948 a partir da compra das serrarias *Central Lupion e São Domingos*, pertencentes à Moysés Lupion, Governador do estado do Paraná. A empresa era constituída por três serrarias e uma beneficiadora. Operou também na exportação de madeira, com depósitos de embarque nos portos de Foz do Iguaçu, Antonina, Paranaguá e Porto Alegre.

Nos anos 70 a IMAPAR diversificou suas atividades, passando a atuar também na agricultura e na pecuária. Uma destas propriedades agrícolas era a fazenda Cajati. Atualmente, a área dessa fazenda está destinada à Reforma Agrária.

A IMAPAR tinha sua sede situada, inicialmente, no município de Caxias do Sul/RS e, posteriormente, em Foz do Iguaçu. Em Cascavel alguns de seus endereços eram: Avenida Brasil, esquina com a Rua Pio XII, onde também funcionava a Cajati “Defensivos Agrícolas S.A”. O depósito localiza-se na Rua Recife⁹², e uma de suas serrarias, chamada “Tesouro”, se localizava nas margens da BR 277, saída para Curitiba, atrás do atual posto da polícia federal.

Seus proprietários eram Renato Festugato, Flavio Azanburjo Marder e Florêncio Galafassi. Esse último permaneceu como sócio até o ano de 1963, depois organizou outra empresa madeireira. Helberto Edwino Schwarz (prefeito de Cascavel entre 14 de dezembro de 1956 e 14 de dezembro de 1960) também atuou na direção da indústria. Outras empresas de menor porte, mas que também atuavam no ramo da madeira, eram:

NOME	PROPRIETÁRIOS	LOCALIZAÇÃO
Exportadora Carimã	Wagner Canhedo	A exportadora localizava-se em Foz do Iguaçu; a serraria na comunidade de Centenário.
Indústria Madeireira Cascavel Ltd., fabricantes de esquadrias e beneficiamento de madeira.		Av. Brasil
Madeira Ouro e Prata LTDA., com fábrica de caixas e beneficiamento de madeira.	Frederico Ulzefer e Edimar Ulzefer	Av. Brasil, próximo ao zoológico, bairro São Cristóvão.

⁹¹ Indicador profissional e informativo de Cascavel de 1957. Museu da Imagem e do Som de Cascavel.

⁹² Disponível em: http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/resultado_busca.php?palavra_chave=madeira. Acesso: 20/11/2019.

Madeira Carlos Sbaraini S/A. Industria e Comercio.	Carlos Sbaraini	Onde hoje é localizado o Shopping <i>West Side</i> , bairro São Cristóvão, Av. Brasil.
Madeira Kantorki e Datsch		
Serraria Fumagali		
São Francisco	Augusto Gotardo	
Serraria de Itacir Luchesa	Itacir Luchesa	
Serraria Constantino e Trigal		Bairro Brasmadeira
Serraria da Família Tebaldi	Família Tebaldi	São Pedro (Corbélia); funcionou de 1957 a 1985
Madeira Bosqueirolli	Família Bosqueirolli	Rio do Salto
Serraria Bramatti	Reinaldo Bramatti	
Sarolli Madeiras	Família Sarolli	Entre outros locais, possuía uma serraria no distrito do Rio do Salto em 1968, após adquirir a serraria da Família Liberali; também possui uma exportadora em Foz do Iguaçu
Bobatto Madeiras		
Indústria de Madeiras Parmigiani LTDA.		Vila Aratiba (Escritório: Rua Londrina S/Nº, Cascavel e Céu Azul) (1973).
Wachsmom e Cia LTDA: madeira de Lei/posto de gasolina.		Santa Tereza e Cascavel (1973)
BRESOLIN Indústria e Comercio de madeiras S/A.	Família Bresolin	Rua Erechim nº 800; endereço atual: Rua Europa, 2594, em Cascavel, bairro Brasília.
Agromadeiras S/A.Ind. e Comércio	Jorge Zaballetta	
Madevani Exportadora de Madeira Ltda.		Avenida Carlos Gomes S/nº
Madeira São José de Bresolin, Lancini e Cia Ltda. Comércio e Beneficiamento de Madeiras.		
Irmãos Matana Ltda. Fábrica de Esquadrias e beneficiamento de madeira em geral.		Rua 15, s.n. Cascavel (1962)
Antonio Sartori, com fábrica de esquadrias e beneficiamento de madeiras.	Antonio Sartori	Rua Santa Catarina, 27400, Cascavel/PR.
Laminadora Linzmeyer		BR 277, Bairro Cascavel Velho; as lâminas produzidas eram vendidas para

		Curitiba/PR
Madeira Madevi (ou Madeve)		
Madezan Madeireira Zancanaro	Família Zancanaro Atual Estelamari Zancanaro	Rua Olindo Periolo, 655, bairro: <i>Pacaembu</i>
Madefe	Sérgio Mauro Festugato	Saindo para Corbélia
Imafor S/A	Pedro Boaretto Neto	
Madipê		No ano de 1974 ficava na saída para Foz do Iguaçu, próximo ao viaduto da Avenida Tancredo Neves (Atual loja da Havan); localizações atuais: Avenida Aracy Tanaka Biazetto, 13414, Esmeralda. Marginal Viaduto BR 277, saída para Foz do Iguaçu.
Madeira Cachoeira Ltda.	Ferdinando Antonio Maschio	
Antonio Lucas de Castilho, beneficiamento de madeira.	Antonio Lucas de Castilho.	No ano de 1957: Rua Paraná, Nº 3204.
Lorenzoni e Cia Ltda. madeiras serradas e beneficiadas.		No ano de 1957: Colônia São João e Foz do Iguaçu.
Serraria Scanagatta	Família Scanagatta	
Indústria e Comércio de Madeiras Baú		
Madeira Fracaro Ltda.		Av. Brasil, 556 (30/03/1971)
Itaúba madeiras		1973 Rua do Cowboy, 31, ao lado da Marginal BR-277, no sentido Foz do Iguaçu/PR, Pioneiros Catarinense
Irmãos Salvatti e Cia. Ltda.	Ângelo Salvatti, Pedro Capeletto	
Florêncio Galafassi e Cia. Ltda.	Dercio Galafassi	
IMARIBO S/A	Pedro Boaretto	
Incobel		

TABELA 1: Relação de madeireiras em Cascavel.

Fonte: Tabela produzida pela autora a partir das diferentes fontes usadas na tese⁹³.

Ao fazermos uma leitura de textos sobre a história do município, verificamos, na atualidade, a constituição de uma identificação de Cascavel como sendo um grande “produtor

⁹³ Guil afirma em seu livro que em “Cascavel eram mais de 70 madeireiras, representadas por mais de 150 serrarias, 30 delas na área urbana”. No entanto, não apresenta referência sobre esses dados, o que torna difícil saber se eles estão corretos. Para mais informações, ver GUIL, Luiz Francisco. *Cascavel: a conquista do oeste paranaense*. Curitiba: Arte editora, 2018. p. 53.

de soja”. Tais narrativas constituem o agronegócio como principal setor de sua economia, o qual sucedeu a atividade madeireira. É o que analisamos a seguir.

1.1.2 Transformações na Paisagem: breve revisão bibliográfica

Para analisar as ações de transformações na paisagem geradas pelas madeireiras e pela agricultura e os acontecimentos históricos que as possibilitaram realizamos uma seleção de alguns autores e autoras que refletiram sobre este processo. O objetivo é apreender como esses entendiam – ou entendem – as transformações na paisagem.

Em relação às atividades de madeireiras no sul do Brasil, dialogamos com o historiador Miguel M. X. Carvalho, que realizou pesquisas na área da História Ambiental sobre essa indústria, principalmente na região do Médio Vale do Iguaçu, na área antiga dos municípios de União da Vitória/PR e Porto União/SC. A partir da interlocução com este autor, estabelecemos diálogo com outras pesquisas, com o objetivo de ampliar a discussão acerca do processo de ação das madeireiras.

Sobre Cascavel, abordaremos, principalmente, os seguintes autores que tratam das ações de madeireiras: Alceu A. Sperança⁹⁴, Vander Piaia⁹⁵ e Luiz F. Guil⁹⁶.

Sobre a revolução tecnológica agrícola, dialogamos, entre outras, com as pesquisas do geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, do sociólogo José de Souza Martins, da historiadora Márcia M. M. Motta e dos economistas José Sidnei Gonçalves e Guilherme Costa Delgado.

Destarte, nosso diálogo busca apresentar uma reflexão que conecta as transformações na paisagem de Cascavel à modernização técnica da agricultura – entendida aqui como um projeto que teve influência da Revolução Verde⁹⁷, fomentado pelo governo brasileiro, em

⁹⁴ SPERANÇA, Alceu; SPERANÇA, C. *Pequena História de Cascavel e do Oeste*. Cascavel: J.S. Impressora Ltda. 1980; SPERANÇA, Alceu. *Cascavel: A História*. Curitiba: Lagarto, 1992. SPERANÇA, Alceu. *Cascavel – Livro de Ouro – 50 anos de História*. Cascavel: Gráfica Tuicial, 2002. SPERANÇA, Alceu. A. *Cascavel: a história*. Cascavel: Positiva, 2011.

⁹⁵ PIAIA, Vander. *Terra, sangue e ambição: a gênese de Cascavel*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2013.

⁹⁶ GUIL, Luiz Francisco. *Cascavel: a conquista do oeste paranaense*. Curitiba: Arte editora, 2018.

⁹⁷ “A introdução em larga escala, a partir da década de 1950, em muitos países do mundo, inclusive no Brasil, de variedades modernas de alta produtividade foi denominada Revolução Verde. Esse ciclo de inovações, cujo objetivo foi intensificar a oferta de alimentos, iniciou-se com os avanços tecnológicos do pós-guerra, com um programa de valorização do aumento da produtividade agrícola por meio de uma tecnologia de controle da natureza de base científico-industrial, a fim de solucionar a fome no mundo, visto que na época se considerava a pobreza, e principalmente a fome, como um problema de produção. Com base nessa lógica, a Revolução Verde foi concebida como um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra – conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como a uma base ideológica de valorização do progresso. [...] se caracterizou como uma ruptura com a história da agricultura”. PEREIRA, Mônica Cox de Britto. *Revolução Verde* In: CALDART, Roseli Salete et al (org.). *Dicionário da*

oposição às propostas de “Reforma Agrária gestadas no âmbito da esquerda brasileira ao longo dos anos 1950-1960”⁹⁸.

As consequências da modernização técnica da agricultura foram diversas, tais como o aumento da concentração da propriedade e o crescimento urbano e desigualdade no campo⁹⁹. Além disso, a modernização da agricultura também contribuiu para a alteração do relevo – pois o solo é nivelado para facilitar o plantio e os rios são assoreados e drenados; há, também, uso de máquinas, associado ao plantio de plantas geneticamente modificadas e o uso intensivo de agrotóxicos. Com o extermínio da vegetação, os animais e outros seres vivos, como os insetos, sofreram uma drástica redução¹⁰⁰.

A seguir analisamos as interpretações de diferentes autores sobre as ações de madeireiras para as transformações na paisagem.

1.2 AS MADEIREIRAS E AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM

Neste item refletiremos sobre o contexto histórico que envolve as ações de madeireiras (no espaço do estudo); como essas ações foram significativas para as transformações na paisagem; e como os governos brasileiros e estaduais atuaram em relação a elas. Além disso, ponderamos sobre quais são as explicações¹⁰¹ de diferentes autores/autoras sobre as indústrias madeireiras.

Entretanto, antes cabe definir o que estamos entendendo por indústria madeireira. Alguns dos questionamentos são: de fato, elas eram indústrias? Elas possuíam uma produção organizada nos moldes industriais, com diferentes processos de produção? A sua forma de organização ocorria (ou ocorre) mais para “esconder” o latifúndio? Tais questões se justificam

Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 687-691.

⁹⁸ ALENTEJANO, Paulo. Modernização da Agricultura. In: CALDART, Roseli Salet et al (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 480.

⁹⁹ Ver: BALSAN, Rosane. Impactos Decorrentes da Modernização da Agricultura Brasileira. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

¹⁰⁰ Além disso, estudos apontam a relação entre a modernização agrícola, especialmente o uso de agrotóxicos, e casos de suicídios de agricultores. Sobre isso, em relação ao Oeste do Paraná, ver: SANTOS, José Carlos dos; RISTOW, Márcia Regina. Suicídios: fato social e desenvolvimentismo na base dos atentados contra a vida. In: *Revista Emancipação*, Ponta Grossa, 10(2): 563-576, 2010.

¹⁰¹ Entendo que é a partir das percepções que as interpretações são elaboradas, mas, também, os autores aqui analisados – em sua maioria – fundamentaram seus textos através de métodos científicos, de análise de dados e fontes, para construção de suas pesquisas. Isso é considerado para a análise.

pelo fato de que eram (e são) indústrias detentoras de grandes áreas de terra, que se encontram, muitas vezes, em processo de litígio¹⁰².

Isto posto, entendemos, de uma forma geral, a indústria madeireira como uma atividade que transforma árvores em madeiras. A partir da análise de fontes, podemos concluir que as madeiras, no espaço do estudo, atuavam da seguinte forma: corte das árvores na floresta (nos primeiros anos havia uma maior exploração da *Araucaria angustifolia* – ou pinho, como era nomeado pelos madeireiros); transporte das mesmas até os barracões, nos quais eram serradas em tábuas de diferentes tamanhos; realizava-se tratamento químico; e, então, o transporte até o Porto Fluvial de Foz do Iguaçu/PR, de onde eram exportadas para a Argentina.

Além desses processos, as fontes orais indicam que a madeira também era destinada à produção de caixaria; para a construção da cidade de Brasília; para o beneficiamento da madeira para a construção de casas; entre outras destinações. A classificação da madeira para venda obedecia aos seguintes parâmetros: primeira, segunda e terceira qualidade¹⁰³.

Segundo Miguel M. X. Carvalho e Eunice Sueli Nodari, inicialmente, não se pode falar em uma indústria madeireira propriamente, pois a exploração da madeira ocorria de forma artesanal. Em vista disso, era mais comum falar em “engenhos de serra”, com uma produção voltada para interesses locais, como construção de casas. Portanto, foi só a partir do ano de 1910, com a instalação da *Lumber* e o aumento da procura do “produto” madeira, no país e no exterior¹⁰⁴, que “a indústria madeireira passou a ter um caráter de empresa capitalista voltada para atender as necessidades do mercado”. Foi também nesse período que ocorreu uma maior

¹⁰² Podemos exemplificar os conflitos sobre a posse da terra envolvendo empresas madeireiras: a Guerra do Contestado, que foi acarretada, entre outros fatores, pela atuação da *Lumber*; mais recentemente: os despejos de famílias que ocorrem na região de Pinhão/PR no ano de 2017, ligados à indústria madeireira *João José Zattar S/A*; e o que ocorre no município de Quedas do Iguaçu/PR, em uma área da União, que é ocupada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas que também é reivindicada pela indústria madeireira Araupel S.A. Para mais informação ver: CARVALHO, Miguel M. X. de. *Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com Araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)*. Florianópolis, 2010. 313 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. AYOUB, Dibe Salua. Madeira Sem Lei: memórias de um conflito fundiário no Paraná. In Anais do 34º Encontro Anual da Anpocs, de 25 a 29 de outubro de 2010, Caxambu/MG. Disponível: < <https://www.anpocs.com/index.php/papers-34-encontro/st-8/st14-6/1468-dayoub-madeira/file>>. Acesso: 17/12/2018. Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2018/04/08/dois-anos-apos-massacre-de-quebras-do-iguacu-no-parana-nenhum-pm-foi-punido/>>. Acesso: 17/12/2018. Disponível: < <http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2016/04/mst-afirma-que-vitimas-mortas-no-pr-foram-atingidas-por-tiros-nas-costas.html>> Acesso: 17/12/2018.

¹⁰³ Esta pesquisa foi realizada com o objetivo de refletir sobre as ações de madeireiras de uma forma geral. Por conta disso, não é centralizada em apenas uma indústria.

¹⁰⁴ Um dos fatores do aumento da demanda por madeira foi a 1ª Guerra Mundial. CARVALHO, M. M. X. de; NODARI, Eunice Sueli. As Origens da Indústria Madeireira e do Desmatamento da Floresta de araucária no Médio Vale do Iguaçu (1884-1920). *Cadernos do CEOM*, Ano 21, nº 29. Bens Culturais e ambientais. 2008. p. 72.

especialização na produção – novos padrões de medidas, “qualidades da madeira, e tipos de peças e produtos derivados”. Com essa maior racionalização da produção, tivemos também uma particularização na exploração de algumas espécies de árvores, como a *Araucaria angustifolia*¹⁰⁵.

Em consequência, foi essa indústria um dos principais fatores de “devastação da floresta de araucária ao longo do século XX”¹⁰⁶, como escreveu Carvalho:

Incontáveis famílias de madeireiros em todo o sul do Brasil enriqueceram e construíram o seu poder econômico e político através da exploração desse ecossistema, e assim a região da araucária foi a mais importante riqueza madeireira do Brasil até os anos 1970, quando começou o avanço massivo sobre a Amazônia¹⁰⁷.

Desse modo, os autores escreveram que o auge do processo de exploração madeireira foi a década de 1960, sendo que, no final dessa década, “os empresários e o governo, após sentirem os efeitos da falta de árvores, iniciam os reflorestamentos ou monoculturas de árvores de pinus”, ou, como já mencionado, migraram para novas áreas onde ainda existia floresta¹⁰⁸.

Carvalho, ao estudar as ações humanas na exploração da floresta e a alteração na paisagem, fez questão de demonstrar que as florestas não são ecossistemas imutáveis sem a intervenção humana. O primeiro capítulo de sua tese foi dedicado a apresentar a história da floresta com araucária, além de como os ecossistemas tiveram e têm uma dinâmica independente da ação humana. O autor também afirma que, mesmo antes dessa ação existir, elas já passavam por mudança, “porém numa escala de tempo bem lenta”¹⁰⁹, muito diferente da que estudamos aqui.

Para o autor, estudar a história de alteração da floresta em uma longa duração “serve para termos uma compreensão mais profunda sobre o problema da devastação das florestas com araucária nos últimos 150 anos”¹¹⁰.

Com base no estudo de Alfred Crosby, *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*, Carvalho apontou algumas das alterações diferenciadas pelas quais a floresta passou mais recentemente, a exemplo da coexistência de “plantas e animais que

¹⁰⁵ Id. Ibid., p. 63; 66; 70.

¹⁰⁶ Id. Ibid. p. 63.

¹⁰⁷ CARVALHO, M. M. X. de. *Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com Araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)*. Florianópolis, 2010. 313 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. p. 30.

¹⁰⁸ CARVALHO, M. M. X de; NODARI, op. cit. p. 74.

¹⁰⁹ CARVALHO, M. M. X. de, op. cit. 2010, p. 31.

¹¹⁰ Id. Ibid. p. 51.

tiveram histórias evolutivas completamente separadas das plantas e animais nativos, e que, devido à migração dos colonizadores europeus, vieram junto com estes invadir novas terras”¹¹¹.

Carvalho também observou que houve participação indígena na mudança nos ecossistemas. Entretanto, foi no século XX que houve uma grande alteração na paisagem, de forma acelerada. Isso ocorreu pelas mudanças na forma de organização da sociedade humana como um todo, em relação à economia, ao aumento das tecnologias, aos novos padrões de consumo, ao aumento das populações¹¹² e a uma maior separação entre os humanos e o meio natural.

Portanto, foi nesse novo contexto que tivemos a atuação das madeireiras. Desse modo, o historiador registrou que existe um número considerável de pesquisas que discorrem sobre essa atuação, as quais, não obstante, em sua maioria, estão ligadas a uma história econômica e tendem a ver a floresta “apenas como reserva de madeira”, não considerando “os desmatamentos e a degradação ambiental produzidas por esse processo econômico”¹¹³.

Em meu Trabalho de Conclusão de Curso¹¹⁴, analisei as publicações produzidas pelo jornalista e escritor Alceu A. Sperança, *Pequena História de Cascavel e do Oeste*, de 1980; *Cascavel: a história*, de 1992; e *Cascavel – Livro de Ouro – 50 anos de História*, publicado em 2002. Já em minha dissertação¹¹⁵, além de outras fontes, trabalhei com os livros: *Cascavel: a história*, reeditado em 2011, de Sperança; e o livro *Terra, sangue e ambição: a gênese de Cascavel*, publicado em 2013, por Vander Piaia.

Apesar de esses autores trabalharem outros elementos da história do município de Cascavel – não somente a ação das madeireiras –, eles acabam por construir uma percepção, em seus livros, dessas ações como fundamentais para a formação e a manutenção deste município. Há, portanto, a construção de um marco para a história do município, segundo o qual as ações das madeireiras foram responsáveis por impulsionar a economia, o desenvolvimento e o progresso.

Podemos avaliar isso até mesmo por alguns títulos de capítulos obras. Por exemplo, a obra de Piaia é composta pelos seguintes capítulos: *Madeira e agricultura – o caminho da*

¹¹¹ CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Apud: CARVALHO, Miguel M. X. de. *Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com Araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)*. Florianópolis, 2010. 313 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. p. 52.

¹¹² CARVALHO, M. M. X. de, op. cit. 2010, p. 52.

¹¹³ CARVALHO, M. M. X. de; NODARI, op. cit. p.65.

¹¹⁴ BROCARDO, D., op. cit. 2012.

¹¹⁵ BROCARDO, D., op. cit. 2015.

*riqueza e O comércio e a agricultura consolidam o progresso*¹¹⁶. Contudo, podemos chegar a essas conclusões não apenas pelos títulos escolhidos pelo autor, como também pelo conjunto da obra. De tal modo, Piaia escreveu sobre as serrarias:

A sua existência era sinal de progresso, pois utilizavam determinadas maquinarias industriais, como serras e tornos, além de dependerem de motores, cuja energia provinha de usinas privadas ou de sistemas a combustão. Tecnicamente, poucas outras indústrias do setor de transformação tinham esse patamar¹¹⁷.

Então, a valorização sobre ações das madeireiras para o município de Cascavel ocorre de diferentes formas no texto, neste caso, pelos avanços tecnológicos. Em *O comércio e a agricultura consolidam o progresso*, o autor registrou logo no início do capítulo:

A agricultura foi a substituta eficaz do mérito econômico iniciado pelo período madeireiro. A continuidade de crescimento muito provavelmente teria sido abreviada, caso não houvesse nenhuma atividade econômica à altura da acumulação proporcionada pela extração madeireira. Eram atividades que se complementavam, visto que o vazio deixado pela extração das árvores condicionava o aproveitamento do solo a favor do cultivo¹¹⁸.

Como podemos ler no fragmento acima, a passagem das ações de madeireiras para a agricultura é apresentada de forma naturalizada, como o único caminho para o crescimento econômico. As ações das madeireiras combinariam com a da agricultura não só por deixar a terra vazia para o plantio, mas também por trazer um desenvolvimento, que segundo tal percepção, não admite qualquer outra atividade econômica, ou mesmo a continuidade das ações das madeireiras.

Outra questão presente na obra de Piaia é uma visão dicotômica coloca, de um lado, o selvagem, a natureza, o sertão, o atraso e os indígenas/caboclos; e, do outro, a civilização, as indústrias madeireiras, a cidade, a modernidade e o pioneiro/colono.

Tal visão pode ser analisada no primeiro capítulo da obra, intitulado *Os segredos da fronteira*. Neste capítulo, Piaia aborda a região do Oeste Paraná como um lugar de fronteira (não somente pela divisa que esse espaço faz com outros países). Para o autor, o que caracteriza a fronteira nessa região é a separação entre: “[...] os sertões fechados e bravios do

¹¹⁶ PIAIA, op. cit. p. 131; p. 151.

¹¹⁷ Id. Ibid., p. 133.

¹¹⁸ Id. Ibid., p. 151.

mundo já desbravado das cidades [...]”¹¹⁹. Essa característica da fronteira é alterada com a “chegada dos colonos ao oeste”¹²⁰:

A fronteira antiga, que delimitava as marcas da civilização, a separação entre a cidade e a selva, que assinalava os limites do conhecido e o desconhecido, foi se deslocando, alterando não apenas o espaço, mas também a temporalidade. Por exemplo, o tempo histórico da produção de subsistência do caboclo é diferente daquele determinado pelo colono. Enquanto o primeiro está cercado por crenças e costumes que de alguma forma permitem forjar seu ambiente social e cultural, que, embora arcaico, concede-lhes também fomentar uma identidade, o segundo está em outro tempo, não menos cercado por crença e costumes, contudo aliado aos ditames do mercado e da ordem capitalista. [...] Logo, fica evidente que o colono e o caboclo – poderiam ser os índios ou outras minorias – não vivem no mesmo tempo histórico. A fronteira, que é onde ambos se encontram, evidencia a diferença¹²¹.

Dessa forma, no texto de Piaia, a fronteira é o elemento que separa o “sertão” da “civilização”. No “sertão” estão situados os caboclos e a natureza, isolados em outro tempo, atrasados, ou seja, presos no passado. Já a “civilização” é trazida pelos colonos, alterando o espaço e o tempo, pois estaria em período moderno, das práticas capitalistas de produção. Portanto, há uma alteração dessa fronteira em suas dimensões espacial e temporal, cujos benefícios econômicos ocorrem, agora, pelas ações de madeireiras e dos colonos, ou seja, pelas transformações na paisagem geradas por esses agentes.

Quando comparamos o texto de Piaia com outros textos que abordam as ações das madeireiras no município de Cascavel – como os de Sperança – podemos observar que o autor consegue trazer uma interpretação mais ampla destas ações, ao considerar outros elementos que não dizem respeito unicamente aos benefícios econômicos trazidos por ações: “Porém, ao afirmar o ‘sertão’, delimitado pela ‘fronteira’ como um elemento constituinte da identidade” deste espaço, “age de forma a justificar a ação de destruição do meio natural, ou de uma ação violenta na posse da terra por parte dos chamados ‘pioneiros’”¹²².

Os textos de Sperança também foram analisados em outras pesquisas, entre elas, na dissertação de mestrado da historiadora Adamy. Segundo essa autora, Alceu Sperança construiu, em suas obras, a história do município de Cascavel a partir de ciclos econômicos, sendo o primeiro o ciclo da erva-mate, substituído pelo ciclo da madeira, e, em seguida, pelo

¹¹⁹ Id. Ibid., p. 17.

¹²⁰ Id. Ibid., p. 20.

¹²¹ Id. Ibid., p. 20.

¹²² BROCARDO, D., op. cit. 2015, p. 56.

ciclo da agricultura e da pecuária e, por fim, pela agroindústria¹²³. Podemos observar isso também no livro de Sperança, reeditado em 2011:

O ciclo da madeira, que exibiu grande vigor ao longo de toda a década de 60, passava a dar sinais de esgotamento. Esse declínio, entretanto, apresentava-se compatível com o célere impulso recebido pela agricultura, que em 1970 encontraria um necessário divisor de águas.¹²⁴

Sperança apresentou o esgotamento da exploração da madeira como um impulso para a agricultura. Nesta percepção, a passagem do tempo e das atividades econômicas ocorrem como operadas por uma ordem natural e automática. Os impactos ambientais, causados pelas madeiras, quase não são mencionados. É acentuada a ideia de que a extração da floresta no município foi apenas mais um “ciclo econômico”, seguido pela agricultura, pelo café e pela soja¹²⁵.

Outro elemento observado por Adamy nas obras de Alceu Sperança é a sua visão desenvolvimentista, de progresso, evolução, que contrapõe o antigo ao novo, o passado ao presente, o atrasado ao moderno¹²⁶, o que marca uma visão da história do município por etapas, de forma mecânica.

Essas características das obras de Sperança podem ser observadas de forma mais clara em seu livro *Cascavel – Livro de Ouro – 50 anos de História*, por ser essa uma “obra de caráter comemorativo, produzida pela prefeitura municipal, na qual se tenta fixar a ideia de ‘progresso’ pelo qual o município” teria passado ao longo de 50 anos¹²⁷. Em vista disso, o livro é ilustrado com diversas imagens, contrapondo sempre o passado e o presente, o velho e o novo. Um exemplo: a imagem da primeira rodoviária de 1958 e da atual.

Na página 21 o livro é ilustrado com duas imagens: a primeira é composta por um homem e um carro rodeados por pinheiros e, contrapondo-se, a essa está a fotografia de um núcleo industrial. Cada uma dessas imagens contém uma legenda. Na primeira há a seguinte: “A madeira, importante ciclo econômico (1962)”; já a segunda traz a seguinte descrição: “núcleo industrial do Guarujá e BR-277”¹²⁸.

Em minha monografia analisei estas fotos, questionando o porquê de não serem usadas nesta contraposição duas imagens de indústrias – o que poderia ter sido feito –, haja vista que

¹²³ ADAMY, op. cit. 2010, p. 39.

¹²⁴ SPERANÇA, op. cit. 2011, p. 234.

¹²⁵ BROCARDO, D., op. cit. 2015, p. 39.

¹²⁶ ADAMY, op. cit. 2010, p. 39.

¹²⁷ BROCARDO, D., op. cit. 2012, p. 17.

¹²⁸ SPERANÇA, op. cit. 2002, p. 21.

essas imagens, provavelmente, foram escolhidas no Museu da Imagem do Som de Cascavel¹²⁹, o qual dispõe de grande quantidade de fotografias com imagens de indústrias madeireiras.

O uso da imagem das árvores (*Araucaria angustifolia*) junto à legenda “a madeira [...] ciclo econômico”, pode sugerir uma noção da natureza como mero papel de objeto econômico, sem valor intrínseco¹³⁰, sobretudo, quando a ideia do livro era comparar algo do passado semelhante a algo do presente. Nesta colocação, as árvores no passado são semelhantes a um núcleo industrial.

Em seu livro *Pequena História de Cascavel e do Oeste*, escrito em conjunto com seu irmão Carlos Sperança, podemos ler, já na introdução, qual a percepção apresentada sobre as ações das madeireiras:

A madeira constituiu-se na grande motivação do florescimento e consolidação do povoamento e motivação e base de nosso progresso econômico, em ciclo que mais tarde cederia lugar à agricultura, esteio do país e atual ocupação do povo oestino, que já neste momento prepara o terreno para a industrialização.¹³¹

Os autores descrevem a exploração madeireira como um fator decisivo para a economia e o progresso da região Oeste. Contudo, é acentuada a ideia de que essa foi apenas uma fase – ou uma etapa – de um progresso contínuo que, depois, foi garantido pela agricultura e pela industrialização, sendo estes elementos os que atingiriam a população de igual forma. Há, portanto, a homogeneização da população.

Desse modo, a construção da história dessa região, e não só do município de Cascavel, ocorre na configuração de ciclos, porém, eles não teriam um início e um fim, mas se sucedem, sem interrupções bruscas; não há, por exemplo, nessa compreensão, uma atividade econômica que não trouxe o progresso.

Uma percepção semelhante a essa, segundo a qual a partir da exploração das florestas foi possível formar e consolidar os municípios do Oeste, também é apresentada nos seus livros *Cascavel: a história*, de 1992 e de 2011. Observemos:

¹²⁹ O livro informa que as fotografias são fruto: da secretaria de Comunicação Social, Salete Bramatti, Vanderlei Faria, Luiz C. Cadini, Museu da Imagem e do Som, e dos colaboradores Neri Cardoso e Orlei Silva, com seus arquivos pessoais.

¹³⁰ BROCARDO, D., op. cit. 2012, p. 18.

¹³¹ SPERANÇA, A.; SPERANÇA, C. op. cit., p. 3.

Mas o Censo de 1950 não teria ainda condições de captar a explosão madeireira que a partir daquele ano fez Cascavel saltar, na década ali iniciada, para um crescimento populacional de 79,77% ao ano.

O ano de 1951 se apresentou, de fato, como extremamente promissor para Cascavel, que já passava a se tornar sinônimo de madeira. O sucesso das atividades da Industrial Madeireira Paraná estava na base dessa explosão de desenvolvimento.¹³²

Para Sperança, a consolidação e o crescimento populacional do município de Cascavel estariam associados à presença das madeireiras, o que ele constatou através do censo de 1950. Portanto, nos diferentes trabalhos do autor é apresentada uma percepção que valoriza as ações das madeireiras como uma fase da economia, que teria garantido um desenvolvimento para o município de Cascavel.

Outro texto sobre as ações de madeireiras no município de Cascavel é a monografia de Ediane Teresinha Dumke, nomeada *A importância do ciclo madeireiro nos primórdios da colonização da região oeste do Paraná: 1930-1970*¹³³, orientada por Vander Piaia. A autora procura justificar a importância econômica das madeireiras para o Oeste do Paraná, atribuindo-lhes papel fundamental para o “desenvolvimento populacional e econômico”¹³⁴. Este trabalho não se distingue dos outros textos citados anteriormente, nos quais as ações das madeireiras são percebidas somente pela ótica do campo econômico¹³⁵.

Optamos também por analisar um texto mais recente, elaborado por Luiz Francisco Guil, nomeado *Cascavel: a conquista do oeste paranaense*, de 2018. O livro contou com apoio da Copel-Companhia Paranaense de Energia e o incentivo do PROFICE – Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura –, ligado à Secretaria de Estado da Cultura do Governo do Estado do Paraná. O autor escreveu na introdução do livro:

Oriundos do Centro-Sul do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, os pioneiros do Oeste, como ainda são hoje chamados, transformaram a região num grande parque industrial madeireiro, que algumas décadas depois seria tomado pela agropecuária. Essa transição ocorreu ao passo da destruição da mata. Esse período foi marcado por muitos conflitos e assassinatos, em função de titulações de terras sobrepostas, protagonizadas pelos governos federal e estadual. Grileiros e jagunços legaram a Cascavel a fama de cidade perigosa, até a sua pacificação no final da década de 1960.

¹³² SPERANÇA, A., op. cit. 2011, p. 132-133.

¹³³ DUMKE, Ediane Teresinha. *A importância do ciclo madeireiro nos primórdios da colonização da região oeste do Paraná: 1930-1970*. Cascavel, 2004. Trabalho acadêmico (TCC) – Curso de Ciência Econômica, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

¹³⁴ Id. Ibid., p. 01.

¹³⁵ BROCARDO, D., op. cit. 2015, p. 19.

Já nessa época o município de Cascavel destacava-se como polo comercial, agregando madeireiras que absorviam a matéria-prima da região. A exploração das árvores resultou na formação de grande capital, que ao fim desse ciclo econômico migrou para outros setores, como a agricultura mecanizada e indústrias variadas. Instalaram-se hospitais, clínicas e universidades. Cascavel tornou-se celeiro de grandes empresas industriais e comerciais, para onde converge a produção agropecuária da região. Nas últimas décadas o Oeste paranaense ganhou fama nacional com a evolução de suas cooperativas agrícolas, que passaram a grandes produtoras de derivados de soja, do leite e da carne¹³⁶.

Apesar de Guil ressaltar a destruição da mata e os conflitos que ocorreram na região pela posse da terra, ainda assim traz uma percepção sobre as ações das madeireiras como um “ciclo econômico” e das árvores como “matéria-prima”.

Outra questão que persiste neste trecho em relação a outros trabalhos analisados é a ideia de que as atividades das madeireiras seriam parte de um passado, assim como a violência e os conflitos pela posse da terra. Também, as madeireiras seriam responsáveis por garantir um presente melhor, entendido como sinônimo de agropecuária, e essa, por sua vez, seria moderna e tecnológica. Segundo Guil, ainda:

A influência da madeira na economia regional evidencia-se no fato de que os dois primeiros prefeitos de Cascavel, Neves Formighieri e Helberto Edwino Shwarz, eram administradores de serrarias. O empresário mais prestigiado da cidade era o madeireiro Galafassi.

[...]

Instalaram-se mais de 400 serrarias na região a Oeste, que em breve tornou-se a maior exportadora de madeira do mundo. Somente em Cascavel eram mais de 70 madeireiras, representadas por mais de 150 serrarias, 30 delas na área urbana.

[...]

Os madeireiros do Oeste eram empresários com conhecimentos em transações comerciais. Sua atividade ajudou a criar estruturas, como estradas de boa qualidade, e também estimular o comércio. O grande número de operários necessitava de condições mínimas de sobrevivência, o que levou essas empresas a construir conjuntos habitacionais, impulsionando o desenvolvimento dos núcleos urbanos.¹³⁷

Guil reafirma o papel das madeireiras e de seus empresários no desenvolvimento do município de Cascavel. De tal modo, o município e seus moradores são construídos como credores das ações desses sujeitos e de suas empresas.

¹³⁶ GUIL, op. cit., p. 11.

¹³⁷ Id. Ibid., p. 51; 53.

A respeito da ligação dos madeireiros com a administração municipal de Cascavel, é relevante observarmos o quadro 01, elaborado por Irene Spies Adamy em sua tese¹³⁸ sobre as atividades empresariais de políticos do município.

NOME	PERÍODO	FUNÇÃO	PARTIDO	TRAJETÓRIA/BIOGRAFIA
José Silvério de Oliveira	1938 a 1949	Subprefeito	PSD	Considerado o fundador de Cascavel; nasceu em Guarapuava; foi comerciante, ervateiro, agricultor e madeireiro.
Manoel Ludgero Pompeu	1949 a 1952	Subprefeito	-	Nasceu em Nonoai – RS; Madeireiro e atuou na abertura de ruas e rodovias que facilitaram a colonização da região.
José Neves Formigheri	1952 a 1956	Prefeito e vereador na legislatura seguinte	PTB	Nasceu em Marcelino Ramos – RS; Empresário do setor madeireiro e agropecuarista.
Helberto Edwino Schwart	1956 a 1960	Prefeito e vereador na legislatura anterior	PTB	Nasceu em Taquara – RS; comerciante e empresário do setor madeireiro (sócio de Florêncio Galafassi).
Otacílio Mion	1960 a 1964 e 1969 a 1973	Prefeito	PTB e ARENA	Agricultor e empresário do ramo de cartórios.
Odilon Correia Reinhardt	1964 a 1969	Prefeito	PTB	Nasceu em Curitiba - PR; Advogado; assessor jurídico da prefeitura na gestão Formigheri.
Pedro Mufatto	1973 a 1977	Vereador e prefeito	ARENA	Nasceu em Irati – PR; Agropecuarista e empresário do ramo atacadista e de supermercados.
Jacy Miguel Scanagatta	1977 a 1983	Prefeito, vice-prefeito e deputado constituinte em 1986 ²³	ARENA, PDS, PFL e PDT	Nasceu em Erechin-RS; agropecuarista; Empresário do ramo madeireiro, construção civil; hoteleiro; equipamentos e máquinas agrícolas, revenda de automóveis e comunicação.
Fidelcino Tolentino	1983 a 1988 e 1993 a 1996	Vereador, Deputado estadual e prefeito	MDB	Nasceu em Santo Anastácio-SP, Advogado.
Salazar Barreiros	1989 a 1992 e 1997 a 2000	Prefeito	PMDB, PP	Nasceu em Getulina-SP, Advogado; agropecuarista; presidente da Coopavel.
Edgar Bueno	2001 a 2004 e 2009 a 2012 e 2013 a 2016	Prefeito e Deputado estadual ²⁴	PDT	Nasceu em Marcelino Ramos-RS; Empresário, e agropecuarista; 1º presidente do CDL; presidente do Tuiuti Esporte Clube; presidente da ACIC e da SRO; Secretário para Assuntos Estratégicos do governo do Estado do Paraná (a partir de 2017).
Lisias Tomé	2005 a 2008	Prefeito	PSDC	Nasceu em Uberaba- MG; Médico e proprietário rural.
Leonardo Paranhos	2017	Prefeito, deputado Estadual, vice-prefeito, vereador	PSC	Nasceu em Paraíso do Norte-PR; empresário, foi militante estudantil e Assessor do prefeito Edgar Bueno.

TABELA 2: Administradores do município de Cascavel.

Fonte: ADAMY, Irene Spies. *Poder e Cooperativismo no Oeste do Paraná: o caso da Coopavel*. Marechal Cândido Rondon, 2019. 275 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). p. 74-75.

¹³⁸ ADAMY, Irene Spies. *Poder e Cooperativismo no Oeste do Paraná: o caso da Coopavel*. Marechal Cândido Rondon, 2019. 275 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). p. 74-75.

A partir da tabela elaborada por Admay é possível visualizar a ligação entre o setor madeireiro/agrícola e a administração pública, o que evidencia que as ações desses sujeitos para a infraestrutura do município também eram parte de suas funções, não apenas uma benevolência, como sugeriu Guil.

Em relação às ações dos agricultores, Guil citou a seguinte afirmação de Piaia: “*A preservação estava fora das suas preocupações, as árvores eram ao mesmo tempo dinheiro e empecilho à ocupação permanente das terras. As árvores tinham que tombar!*”¹³⁹. Ao trazer essa citação como parte do seu texto, o autor segue reafirmando uma visão da história do município na qual só existiria uma possibilidade: a eliminação da vegetação. Os sujeitos não agem por vontade ou escolha, são coagidos por uma força maior. Para o autor, essa força maior, que alterou a “relação de respeito” que os “colonos” tinham com a terra e com preservação de áreas de floresta, é o “avanço impetuoso do capitalismo”¹⁴⁰.

Uma percepção distinta dos autores apresentados acima pode ser verificada no artigo *Sociedade e meio ambiente: discursos sobre a “era da madeira”*, redigido pelo historiador Maicon Mariano¹⁴¹. O autor constrói, a partir de várias fontes, uma abordagem que procura evidenciar como as ações das madeireiras aparecem nos discursos que compõem a história local de Cascavel, como: *Era da madeira: de 1945 a 1970*¹⁴². Para tanto, Mariano analisou as reportagens sobre a “crise que o setor madeireiro vivia em fins dos anos 1970”¹⁴³, produzidas pelos jornais *Fronteira do Iguaçu* e *O Paraná*, bem como a obra *Cascavel: a história* de 1992, de Sperança, e uma parte da tese de doutorado de Vander Piaia, de 2004. Além dessas fontes, o autor utilizou algumas fotografias do Museu da Imagem e do Som de Cascavel, com o intuito de comprovar as mudanças ocorridas nas edificações do município a partir de 1970, em que a madeira passa a ser substituída pela alvenaria na construção de casas.

O autor também analisou uma entrevista, produzida com um casal de ex-funcionários de madeireiras. Para ele, foi possível evidenciar múltiplas relações, “para além dos sentidos de nostalgias, desenvolvimentistas, bem como, valores apreciando os feitos do ‘desbravador’, ou dos ‘destruidores’”¹⁴⁴.

¹³⁹ PIAIA, op. cit. p. 148. apud: GUIL, op. cit., p. 53.

¹⁴⁰ GUIL, op. cit., p. 52.

¹⁴¹ MARIANO, Maicon. *Sociedade e Meio Ambiente: discursos sobre a “Era da madeira”* In: 2º Simpósio internacional de história ambiental e migrações, 2012, Florianópolis. *Anais*: Florianópolis, 2012.

¹⁴² Id. *Ibid.*, p. 161.

¹⁴³ Id. *Ibid.*, p. 161.

¹⁴⁴ Id. *Ibid.*, p. 176.

Entre as pesquisas que estudam as madeireiras no estado do Paraná, destacamos o trabalho de Aida Mansani Lavalle, *A madeira na economia paranaense*¹⁴⁵, que busca verificar a economia gerada pela exportação de madeira durante o século XX.

A autora observou que depois da Segunda Guerra Mundial ocorreu uma maior expansão da indústria madeireira paranaense, motivada pelo fato de o Brasil e a Argentina deixarem de ser importadores de madeira da Europa, para se tornarem exportadores de madeira, para a reconstrução dos países afetados pelo conflito. Entretanto, o maior mercado da madeira explorada no Estado do Paraná era o próprio Brasil. A Argentina era o maior comprador externo, com várias unidades de industrialização da madeira que importava do Brasil e depois exportava para a Europa¹⁴⁶.

Lavalle, ao estudar a exportação pelo porto de Foz de Iguaçu, observou que ela cresceu na década de 1950, a partir da “exploração intensiva das matas do sudoeste e extremo oeste do Paraná”¹⁴⁷, motivada pelo esgotamento das reservas de pinheiro-do-paraná (*Araucaria angustifolia*), na região Centro-Sul do Estado¹⁴⁸.

Embora todos esses estudos sobre as indústrias madeireiras, no Estado do Paraná, ou, mais especificamente, no município de Cascavel, tenham importantes contribuições para compreendermos os processos de transformações na paisagem, seja pela quantidade de dados levantados ou pela falta de outros estudos sobre o assunto, ainda assim essas pesquisas, com algumas exceções¹⁴⁹, apresentam uma percepção sobre as ações das madeireiras que enfoca quase somente os aspectos econômicos.

Nesse sentido, é relevante refletir sobre as pesquisas que analisam as ações das madeireiras vinculadas à História Ambiental. Para isso, novamente fazemos uso dos trabalhos de Carvalho, nos quais ele buscou fazer uma análise que conjecture a floresta como objeto, com valor intrínseco e que não fique restrito somente a questões econômicas¹⁵⁰. Outra questão é que um trabalho que aborde somente as ações das madeireiras não daria conta de entender de forma mais completa as transformações na paisagem, relacionando-as também às ações das atividades agropecuárias e da colonização¹⁵¹.

Em sua tese de doutorado, Carvalho aborda outros fatores que causam as transformações na paisagem, como a agropecuária, a extração de lenha e o aumento da

¹⁴⁵ LVALLE, A. M. *A madeira na economia paranaense*. Curitiba: Grafipar, 1981.

¹⁴⁶ Id. *Ibid.*, p. 49-70.

¹⁴⁷ Id. *Ibid.*, p. 18.

¹⁴⁸ Id. *Ibid.*, p. 18.

¹⁴⁹ O texto de MARIANO, Maicon.

¹⁵⁰ CARVALHO, M. M. X. de op. cit. 2010, p. 60.

¹⁵¹ Id. *Ibid.*, p. 60.

população. Para ele, o que diferencia essas outras formas de destruição das florestas, da exploração madeireira no século XX, é que:

[...] pela primeira vez, a floresta estava sendo destruída em larga escala para atender demandas externas ao ecossistema, externas aos habitantes do planalto. Anteriormente à exploração madeireira da araucária, a expansão da pecuária nos campos nativos e a extração da erva-mate também tiveram algum impacto sobre a mata, embora em escala muito menor¹⁵².

Além disso, essa exploração madeireira se diferenciava, por exemplo, da retirada da lenha, já que esta atendia mais à população que residia próxima à mata. As madeiras tornaram a floresta um produto econômico e o levavam para outras regiões do país, até mesmo para outros países¹⁵³. Ademais, podemos comparar a exploração madeireira à extração de erva-mate (*Ilex paraguariensis*). Para o autor, esta última “era feita em bases muito mais sustentáveis, menos agressivas a floresta” e, no entanto, em alguns casos, como o da Lumber, essas eram atividades complementares¹⁵⁴. No Oeste do Paraná, tais atividades também foram complementares no sistema de *obrage*.

O autor evidenciou no seu estudo a expressividade de indústrias madeireiras no Sul do país. Para tanto, divergiu de Dean¹⁵⁵ sobre a análise da Mata Atlântica, a partir apenas do estudo da sua região central. Carvalho procurou levar em conta a singularidade da floresta com araucária quando comparada com outras áreas da Mata Atlântica. Para ele, a distinção desta floresta ocorreu precisamente por causa da ação de indústrias madeireiras, enquanto no restante da Mata Atlântica a floresta fora removida com um único objetivo, que era cultivar a terra nas regiões do país com a araucária:

[...] floresta não era vista somente como o problema, mas também como a fonte de lucro, de oportunidades de ganhar dinheiro. Em segundo lugar, porque o desenvolvimento tecnológico dessa indústria e as discussões levantadas pelo problema da falta de madeira de araucária para as serrarias colaboraram para o início do reflorestamento comercial massivo no Brasil¹⁵⁶.

Neste trecho, além de expor a diferença da floresta com araucária em relação a outras florestas da Mata Atlântica a partir da existência da atuação de indústrias madeireiras, o autor nos ajuda a avaliar estas madeiras como indústrias. Isso pode ser analisado a partir de um

¹⁵² Id. Ibid., p. 102.

¹⁵³ Id. Ibid., p. 102.

¹⁵⁴ Id. Ibid., p. 104.

¹⁵⁵ DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹⁵⁶ CARVALHO, M. M. X. de op. cit. 2010, p. 104.

interesse direto na floresta e não só nas terras, no uso de tecnologia e na preocupação gerada com o reflorestamento por parte dos governos estadual e federal:

De fato, antes da década de 1970, período que coincide com o esgotamento da floresta de araucária para fins madeireiros, o reflorestamento no Brasil era algo muito discutido e debatido, porém muito pouco realizado, como vamos ver. No entanto, a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) num momento crucial para a indústria madeireira sulina, em 1967, e a política de incentivos fiscais ao reflorestamento do governo militar determinaram o início da era dos grandes plantios de pinus e eucalipto no Brasil. Portanto, como veremos, a exploração intensa da floresta com araucária durante décadas ao longo do século XX e a importância econômica e política da indústria madeireira sulina foram fatores determinantes para o Brasil entrar de vez na era do reflorestamento, o que por sua vez trouxe novos tipos de problemas para a floresta com araucária e outros tipos florestais, como a questão das espécies exóticas invasoras¹⁵⁷.

Segundo Carvalho, outro fator que particulariza a floresta com araucária para além do desejo dos madeireiros pela *Araucaria angustifolia* é a marca que essa árvore confere, de uma paisagem única, distinta em relação aos ecossistemas vizinhos¹⁵⁸.

Foi também pela existência da araucária que o Estado do Paraná se tornou um dos primeiros a desenvolver uma indústria madeireira voltada para a exportação: “[...] Não por acaso a araucária é conhecida até hoje também como pinheiro do Paraná, pois esse Estado não só tinha as maiores reservas nativas dessa espécie, como também foi o primeiro a explorar intensivamente a floresta com araucária para fins madeireiros”¹⁵⁹. Além disso, quando comparado a outros estados do sul, o Paraná apresentava maior capacidade de produção, o que pode ser justificado, em partes, no início do século XX, por uma melhor capacidade de escoamento dessa produção¹⁶⁰.

Carvalho traz uma tabela da produção oficial de coníferas¹⁶¹ serradas de 1905 a 1980, e chama a nossa atenção para o fato de ser difícil saber se estes dados estão corretos, por inúmeros fatores, como a falta de controle dos órgãos responsáveis sobre a quantidade de árvores cortadas e o contrabando de madeira. O historiador apresentou o “[...] notável aumento da produção a partir das décadas de 1940 e 1950, época que coincide com o

¹⁵⁷ Id. Ibid., p. 104.

¹⁵⁸ Id. Ibid., p. 105-107.

¹⁵⁹ Id. Ibid., p. 114.

¹⁶⁰ Id. Ibid., p. 120.

¹⁶¹ Coníferas é uma designação de um grupo de plantas na qual está presente a Araucariaceae, família de árvores que pertence a *Araucaria angustifolia*. Assim, é basicamente a essa espécie que os dados do autor estão se referindo. Ver: CARVALHO, M. M. X. de op. cit. 2010, p. 40.

crescimento populacional e econômico do Sul do Brasil e do país como um todo, o que teve como resultado óbvio uma demanda sempre crescente de madeira [...]”¹⁶².

Podemos destacar como parte desse crescimento e aumento de demanda a construção da cidade de Brasília, como mencionamos anteriormente. Todavia, não foram somente as cidades brasileiras as destinatárias das madeiras resultantes do processo de exploração da floresta, pois Buenos Aires e Montevideu também foram “vorazes consumidoras de araucária”¹⁶³.

	1911-20	1921-30	1931-40	1941-50	1951-60	1961-70	1971-80	1981
Ano 1	7.368	120.300	126.317	495.502	1.094.531	1.104.551	994.000	198.000
Ano 2	6.239	168.293	131.867	550.861	645.204	838.290	836.000	
Ano 3	19.926	239.216	136.990	478.832	941.606	821.725	688.000	
Ano 4	9.701	188.555	178.645	498.807	809.750	1.052.000	382.000	
Ano 5	51.301	160.059	218.353	431.575	1.123.459	1.153.000	307.000	
Ano 6	118.780	133.498	240.810	793.160	648.075	1.188.708	177.000	
Ano 7	76.341	148.281	342.788	836.628	1.364.343	1.032.000	192.000	
Ano 8	253.875	133.299	359.957	955.291	1.121.702	1.312.000	178.000	
Ano 9	119.607	151.833	514.016	647.346	805.102	1.022.000	239.000	
Ano 10	141.758	141.990	412.562	751.278	933.652	927.000	187.000	
Totais	804.896	1.585.324	2.662.305	6.439.280	9.487.424	10.451.274	4.180.000	
Média nos decênios	80.490	158.532	266.231	643.928	948.742	1.045.127	418.000	19.800

TABELA 3: Exportação de coníferas serradas do Brasil, 1911-1981 (em m³).

Fonte: McNEILL, John. Deforestation in the Araucaria Zone of Southern Brazil, 1900-1983. In: RICHARDS, J. F.; TUCKER, R. P. (ed.) *World Deforestation in the Twentieth Century*. Durham: Duke University Press, 1988.p.21. Apud CARVALHO, M. M. X. de. *Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com Araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)*. Florianópolis, 2010. 313 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. p. 133.

Os dados da tabela acima, sobre a exportação de coníferas serradas do Brasil, de 1911 a 1981, permitem observar a diminuição, na década 1970, dos números de exportação, o que era causado pelo “esgotamento das matas de araucária”¹⁶⁴.

O autor, ao analisar o aumento da produção de madeira e, com isso, o avanço da devastação da floresta, ponderou quais fatores contribuíram para tanto, entre os quais se destaca o avanço da colonização nos vários lugares da região sul. Sobre o Oeste e Norte do Paraná Carvalho escreveu que:

¹⁶² Id. Ibid., p. 132.

¹⁶³ Id. Ibid., p. 137.

¹⁶⁴ Id. Ibid., p. 134.

Muitas vezes ao menos as árvores mais grossas eram cortadas e vendidas às serrarias que se instalavam simultaneamente à inauguração das colônias, mas também acontecia de toda a floresta ser cortada e limpa para ser queimada, como foi mais comum na região da Floresta Estacional Semidecidual do Norte e Oeste do Paraná, para os plantios do café¹⁶⁵.

Por mais que uma parte da floresta nessas regiões do Paraná tenha sido simplesmente cortada e queimada, este não era o destino mais comum da floresta. Podemos afirmar isso pela atuação de empresas que obtinham seus lucros a partir da colonização de terra e da exploração da floresta, como a *Pinho e Terras Ltda* e a *Maripá*, que atuaram na região oeste.

O município de Cascavel contava com um número significativo de empresas que trabalhavam com o processamento de madeira. Por exemplo: no ano de 1966 existia no município 21 beneficiadoras de madeira, 9 laminadoras, 7 fábricas de móveis e 67 serrarias – o estabelecimento industrial com maior número nesse ano¹⁶⁶.

Sobre o Norte do Paraná, a historiadora Cancián apresentou uma relação de 177 serrarias existentes no ano de 1947, “266, em 1953 e 372, em 1961”¹⁶⁷. No entanto, observou que:

No chamado Norte Pioneiro ou Norte Velho, de colonização anterior ao século XX, a ocupação do solo se fez quase que exclusivamente pela cafeicultura. Nesse período as estradas eram péssimas e não se têm notícias sobre o aproveitamento de madeira dessas regiões. Só depois de solucionada a questão dos transportes é que se pode pensar em aproveitamento da madeira que ia sendo extraída à medida que as terras iam sendo ocupadas¹⁶⁸.

Desse modo, no Norte do Paraná o aproveitamento de árvores – como peroba, cedro, marfim, canelão, entre outras – pelas serrarias só ocorreu de forma mais intensiva após 1947¹⁶⁹.

Portanto, outro fator que contribuiu para o aumento da produção de madeira e para a alteração da paisagem relacionada a ela para além da colonização foi o advento de novas tecnologias, como o uso de motosserras, serra-fitas, tratores e caminhões no lugar do transporte ferroviário. Nesse sentido, Carvalho afirma que: “De fato os caminhões entraram

¹⁶⁵ Id. Ibid., p. 142.

¹⁶⁶ FAUTH, Willy. *Tudo Sobre Cascavel: história, comércio, indústria, poder publico, entidades, informações, estatísticas*. Toledo: Grafo - set, V. 1, nº 2, 1973, p. 54. Para mais informações sobre o número de empresas que atuavam com processamento da madeira no município de Cascavel ver: BROCARD, D. op. cit. 2015.

¹⁶⁷ CANCIÁN, Nadir Aparecida. *A conjuntura econômica da madeira do norte do Paraná*. Curitiba, 1974. 217 p. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná (UFPR), p. 94.

¹⁶⁸ Id. Ibid., p. 68.

¹⁶⁹ Id. Ibid., p. 67-68.

em cena e foram fatores decisivos para o período mais intenso da exploração madeireira e devastação da floresta com araucária (1950-1970)”,¹⁷⁰.

Carvalho também destaca que, em meados do século XX, devido ao acúmulo de capital, começaram a surgir grupos industriais madeireiros que possuíam várias serrarias, com uma produção mais diversificada e novos produtos beneficiados da madeira, como: fábricas de caixas, cabos de vassoura etc¹⁷¹. Para evidenciar estas mudanças nos padrões de produção na organização das madeireiras, paralelamente ao processo histórico de devastação da floresta, o autor elaborou, juntamente com Nodari, uma tabela que divide em 3 as fases da exploração madeireira na floresta com araucária:

Fase 1 (1870-1910)

- Serrarias pequenas e com baixa tecnologia
 - Grande predominância da indústria madeireira do Paraná. (principalmente no planalto de Curitiba)
 - Percepção de que os pinheirais eram praticamente infinitos. (Romário Martins¹⁷²)
-

Fase 2 (1910-1940)

- Primeiro *boom* significativo da produção madeireira, que atinge todos os Estados do Sul.
- Uso intenso da ferrovia para o transporte da madeira.
- Aperfeiçoamentos técnicos das serrarias e aumento da produção.
- Preocupações nascentes em relação a exploração desenfreada (Hoehne¹⁷³).

Código Florestal Federal de 1934 e Códigos Florestais Estaduais.

Fase 3 (1940-1970)

- Produção intensiva de madeira e esgotamento dos pinhais em várias regiões.
 - Indústrias maiores, algumas com várias filiais, e produtos mais elaborados, como celulose, papel, compensados.
 - Aparecimento do INP e dos "reflorestamentos" (monoculturas de araucária).
 - Uso intenso do caminhão e decadência da ferrovia.
 - Abandono do projeto de plantar a araucária e substituição pelo pinus¹⁷⁴
-

TABELA 4: As fases da indústria madeireira na região da araucária.

Fonte: CARVALHO, Miguel M. X. de; NODARI, Eunice Sueli. As fases da exploração madeireira na floresta com araucária e os progressivos avanços da indústria madeireira sobre as florestas primárias (1870-1970). In. Simpósio Internacional de História Ambiental e Migração. *Anais Florianópolis/SC*, 2010, p. 710.

¹⁷⁰ CARVALHO, M. M. X. de op. cit. 2010, p. 147.

¹⁷¹ Id. Ibid., p. 148.

¹⁷² Político e intelectual que se dedicou a discutir a questão da floresta com araucária.

¹⁷³ Frederico Carlos Hoehn botânico e naturalista.

¹⁷⁴ CARVALHO, M. M. X. de; NODARI, Eunice Sueli. As fases da exploração madeireira na floresta com araucária e os progressivos avanços da indústria madeireira sobre as florestas primárias (1870-1970). In. Simpósio Internacional de História Ambiental e Migração. *Anais Florianópolis/SC*, 2010, p. 710.

Destarte, somente na fase 3, em 1941, é que houve a criação de um órgão responsável para pensar e planejar o reflorestamento: o INP – Instituto Nacional do Pinho. A criação teria sido motivada pelas “[...] transformações de mentalidade. O acúmulo de críticas e preocupações com o destino da floresta com araucária, que reduzia cada vez mais em função do desmatamento, e a inocuidade do Código Florestal de 1934”¹⁷⁵.

No entanto, esse órgão contribuiu muito mais para os interesses madeireiros do que para um reflorestamento que levasse em consideração as questões ambientais. Tratou-se, portanto, de “[...] um modelo de ‘reflorestamento’ que apenas considerava o plantio da monocultura da araucária, como uma lavoura agrícola moderna, sem considerar a opção de permitir a regeneração de toda a biodiversidade da floresta”¹⁷⁶.

Segundo Carvalho, se o Instituto Nacional do Pinho tinha em seu nome o pinho (*Araucaria angustifolia*), isso demonstrava a importância que tinha essa espécie de árvore na economia madeireira da época. Com a substituição deste pelo Instituto Nacional do Desenvolvimento Florestal (IBDF), em 1967, ocorreu uma mudança que ia além do nome, pois marcava também a “mudança bastante grande nas políticas governamentais em relação à floresta com araucária: [...] se entrou de vez na era dos grandes reflorestamentos com espécies exóticas”¹⁷⁷. Dessa maneira, o governo militar instituiu um programa de incentivo fiscal para o reflorestamento com espécies como o *Pinus*¹⁷⁸.

Podemos entender de forma mais expressiva a ligação dos governos – principalmente do Estado do Paraná – com os interesses madeireiros a partir dos textos de Jefferson de Oliveira Salles. Foi evidenciado pelo autor que o setor industrial madeireiro se aliou a outros grupos de poder econômico e social, principalmente proprietários de terra, e, junto a eles, ocupou o poder no Estado, e “mesmo nas entidades de representação, como a Associação Comercial do Paraná (ACP) o principal órgão de representação do empresariado do período”. Essas alianças geraram poder aos madeireiros, de modo que, em 1929, o Sindicato de Madeiras do Brasil recebeu um empréstimo do Banco do Brasil, tendo como fiador o Estado do Paraná¹⁷⁹.

Desse modo, foram criados órgãos governamentais responsáveis por defender os interesses dos madeireiros, como o Instituto da Madeira e o INP, “criado à imagem do

¹⁷⁵ Id. Ibid., p. 722.

¹⁷⁶ Id. Ibid., p. 723.

¹⁷⁷ CARVALHO, M. M. X. de op. cit. 2010, p. 155.

¹⁷⁸ Id. Ibid., p. 158.

¹⁷⁹ SALLES, Jefferson de Oliveira. Atores sociais do desmatamento no Paraná 1940 - 1960: contribuições para uma história da indústria madeireira. In. SONDA, Claudia; TRAUZYNSKI, Silvia Cristina (Org.). *Reforma Agrária e Meio Ambiente: teoria e prática no estado do Paraná*. Curitiba: ITCG, 2010. p. 54.

congênera instituto da Madeira”, o que trouxe, entre outros benefícios, a proibição da exportação de toros de pinho, em 1947. Tal proibição “[...] foi essencial para o aumento da mecanização/industrialização do setor, favorecendo principalmente as maiores empresas, que ampliaram suas atividades para produtos com melhor acabamento”¹⁸⁰.

Ademais, foi criada, em 1956, a Comissão Coordenadora de Exportação de Madeiras (CCEM). Além destes órgãos, várias reivindicações do grupo foram consentidas pelos governos, a exemplo: “a políticas protecionistas garantida pelo Banco do Brasil para exportações para a Argentina”, com a determinação pelos sindicatos patronais do setor sobre os preços mínimos¹⁸¹. Dessa forma, os interesses madeireiros eram representados nos níveis nacional, estadual e municipal. Neste último, ocorria principalmente em relação ao cuidado das vias de transporte¹⁸².

Salles escreveu, na conclusão de seu texto, como a ação das madeiras foi interligada à da agricultura:

Resumidamente, acreditamos ter demonstrado que o desmatamento intensivo no território estadual intensificou-se a partir da sua maior integração com o mercado nacional e internacional (por meio da conquista de terras pela expansão da fronteira agrícola), sendo que, as madeiras foram “soldados de infantaria” deste empreendimento; isto é, não foram os responsáveis principais, mas os agentes que agiram de forma mais agressiva¹⁸³.

Assim, levando em consideração estas ações conjuntas – das madeiras com a agricultura e as políticas governamentais – adentraremos no próximo item do texto, no qual buscamos analisar diferentes interpretações que consideram as práticas e teorias pensadas para a agricultura brasileira – que, quando implementadas, contribuiriam para as ações de transformações na paisagem do espaço do estudo.

1.3 AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM A PARTIR DA AGRICULTURA

Neste item abordaremos, através de diferentes autores e autoras, os elementos que contribuiriam para as transformações na paisagem a partir da agricultura nos anos 1950-1980. Entre os fatos que influenciaram de forma mais intensa essas transformações destacamos o

¹⁸⁰ Id. Ibid., p. 57-58.

¹⁸¹ Id. Ibid., p. 58-59.

¹⁸² GUIL, op. cit., p. 53.

¹⁸³ Id. Ibid., p.79.

golpe civil e militar de 1964 e a chamada “modernização da agricultura” – e, com isso, o crescimento da agricultura voltada para a exportação –, a expulsão de pequenos proprietários agrícolas para a cidade e o uso intensivo de agrotóxicos.

Esse diálogo com diferentes autores e autoras busca analisar também o contexto histórico que culminou na implantação da modernização técnica na agricultura brasileira, principalmente a partir do ano 1964; expor como o projeto de modernização técnica da agricultura foi colocado como oposição a um projeto de Reforma Agrária; discorrer sobre como os governos brasileiros optaram por essas discussões; e, por fim, evidenciar como a modernização técnica da agricultura contribuiu de forma significativa para as transformações na paisagem.

Entre 1950 a 1960 as discussões sobre a questão agrária brasileira, que depois foram refletidas em ações práticas no governo militar, giravam em torno de uma necessidade de mudança na organização do campo. Não obstante, essas discussões apresentavam divergências sobre o caminho a seguir.

Antes de entendermos melhor cada uma dessas posições e suas consequências posteriores nos governos militares, compete-nos apresentar o contexto que possibilitava essas discussões.

Segundo Gonçalves, estas divergências de ideias foram resultado de uma crise no desenvolvimento do bloco de investimentos representado pelo Plano de Metas, no período 1957/61, com a ideia de construir uma indústria pesada e eliminar os “atrasos” na agricultura¹⁸⁴.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira – que abordou a questão agrária de forma ampla e o lugar dos camponeses no modo de produção atual – destacou os conflitos que estavam ocorrendo no campo naquele contexto da seguinte maneira:

A sociedade nacional que, desde 30, marchava na direção da industrialização e da urbanização, continuava a conviver, no lado oposto das elites, com o aprofundamento dos conflitos no campo. Parte desses conflitos derivavam das tentativas de organização dos camponeses e trabalhadores assalariados rurais buscada pelo então, Partido Comunista do Brasil, fruto de sua curtíssima legalidade pós Constituição de 1946. Assim, o final da década de 40, os anos 50 e o início da década de 60 foram marcados por este processo de organização, reivindicação e luta no campo brasileiro. No Nordeste esse processo ficou conhecido com a criação das “Ligas Camponesas”, cuja luta

¹⁸⁴ GONÇALVES, José Sidnei. A questão agrária nos clássicos revisitada: as idéias, seu tempo e seu lugar. *Informações Econômicas*, SP, v.23, n. 8, ago. 1993, p. 01.

pela terra e contra a exploração do trabalho marcou significativamente sua ação¹⁸⁵.

José de Souza Martins, que também discutiu o papel e as ações dos camponeses no Brasil, ressaltou os diferentes movimentos camponeses nesse período: “Entre o final dos anos 40 e o golpe de Estado de 1964 foram vários os movimentos camponeses que surgiram nas diferentes regiões do país”¹⁸⁶. O surgimento destes movimentos estava relacionado a uma série de conflitos que estavam ocorrendo em todo o país, e que tinham como uma de suas causas as constantes expulsões dos camponeses da terra.

Martins descreveu com detalhes vários destes conflitos, entre eles, os ocorridos no Paraná: A Revolta de Porecatu¹⁸⁷ (1946-1951) e A Revolta de 1957¹⁸⁸. O autor também destacou, entre os casos de recorrente expulsão, os ocorridos no estado de Minas Gerais, em que os migrantes originários do Nordeste chegaram a passar por dois processos de expulsão¹⁸⁹:

[...] Mas, ao mesmo tempo, essa massa já expulsa da terra foi expulsa mais uma vez. Violentos despejos foram feitos por fazendeiros que iam tomando as terras, durante os anos 40 e 50, chegando ao auge em 1955. Nesse ano, um camponês expulso da terra junta seus companheiros para fundar um sindicato, embora sindicatos de trabalhadores rurais não fossem nessa época reconhecidos legalmente¹⁹⁰.

Adiciona-se a esses conflitos o interesse de construir uma extensiva industrialização para o país (o que significava transferir a mão de obra do campo para a cidade), com a necessidade de eliminar os problemas (que se acreditava existir) na produção da agricultura. Teremos, então, divergências sobre o caminho a seguir, no que parecia ser obrigatório: uma mudança no meio rural brasileiro.

¹⁸⁵ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labor Edições, 2007. p. 104.

¹⁸⁶ MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 67.

¹⁸⁷ Para mais informações sobre a Revolta de Porecatu ver: PRIORI, A., et al. *História do Paraná: séculos XIX e XX* [online]. Maringá: Eduem, 2012. A revolta camponesa de Porecatu. p. 129-141. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>.

¹⁸⁸ Para mais informações sobre a Revolta de 1957, ver: ORBEN, Tiago A. *A Revolta dos Colonos de 1957, interpretações, apropriações e memórias*. Porto Alegre-RS: Dissertação – Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, 2014. KOLING, P. J. *A revolta de 1957 no sudoeste do Paraná: a luta pela terra entre memórias e comemorações*. Guarapuava/PR: Ed Unicentro, 2018.

¹⁸⁹ MARTINS, op. cit., p. 73-74.

¹⁹⁰ Id. Ibid., p. 69.

1.3.1 Entre a reforma agrária e a modernização técnica da agricultura

Segundo Gonçalves, essas divergências sobre que caminho seguir podem ser representadas por dois grupos. O primeiro, chamado de *progressistas*, representado pelos seguintes autores: Alberto P. Guimarães, Caio Prado Jr, Celso Furtado e Ignácio Rangel; e o segundo grupo, denominado *conservadores*, a exemplo: Ruy M. Paiva e Delfim Netto (este último é estudado por Delgado).

Os conservadores defendiam a opção “posteriormente chamada ‘modernização conservadora’, a qual preconizava a expansão do moderno, eliminando o tradicional”, sendo essa opção, posteriormente, imposta pelo golpe civil-militar. Já os progressistas defendiam a opção pela “‘modernização estruturalista’ que buscava o avanço do moderno, modernizando o tradicional”¹⁹¹.

A partir do texto de Delgado, que busca repensar o debate da questão agrária com base nas questões contemporâneas, políticas e econômicas, podemos dizer, de forma simples, que enquanto um grupo defendia “a modernização técnica da agropecuária”, outro defendia a necessidade de uma reforma agrária¹⁹².

Gonçalves se dedica a analisar cada um desses grupos a partir de seus diferentes autores. Desse modo, descreveu as ideias de Alberto Passos Guimarães, pertencente aos chamados progressistas:

[...] datada do início da década de 60, se circunscreve no fato de representar de forma completa a visão de parcela importante da esquerda brasileira, alinhada com a luta pela reforma agrária, objetivando destruir os resquícios “feudais” ainda prevalentes no campo brasileiro. O trabalho clássico de Guimarães 1963 preconiza a determinante feudal da colonização brasileira¹⁹³.

Segundo Márcia M. M. Motta, a obra de Guimarães *Quatro séculos de latifúndio* foi escrita em um contexto em que parecia que a Revolução seria concretizada, com o governo Goulart e sua proposta de Reforma Agrária, além da “prova histórica da necessidade de uma melhor distribuição de terra. Com certo grau de ingenuidade, acreditava-se na urgência da

¹⁹¹ GONÇALVES, op. cit., p. 01.

¹⁹² DELGADO, Guilherme Costa. *A questão agrária no Brasil, 1950-2003*. p. 01. Disponível: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_2-10.pdf.

¹⁹³ GONÇALVES, op. cit., p. 02.

Reforma, entendida como condição imprescindível para o desenvolvimento do capitalismo em bases nacionais”¹⁹⁴.

Outra característica do trabalho de Guimarães, que seria decorrente da sobrevivência do feudalismo, era o “poder extra-econômico”, que possibilitava uma estrutura de dominação sobre os camponeses, exercida pelos grandes proprietários. Por isso, a proposta de reforma agrária de Guimarães não era centrada apenas em uma reestruturação das terras pertencentes aos latifundiários, também era centralizada na destruição do poder de dominação que o latifúndio exerce: poder extra-econômico, político e “jurídico”, o que não possibilitaria uma democracia plena¹⁹⁵.

A partir da análise de Gonçalves a respeito do estudo de Caio Prado Jr. podemos perceber que há uma divergência com as ideias de Guimarães e de outros autores da esquerda sobre os resquícios feudais no campo brasileiro:

Ao posicionar-se contra as análises que enxergavam, no latifúndio, formas de subordinação semelhantes às antigas submissões de servos aos senhores da terra no feudalismo europeu, o autor [Caio Prado Jr.] não pretende negar a situação de pauperidade do trabalhador rural brasileiro e sua submissão ao “dono” da terra, mas tão somente marcar uma perspectiva teórica distinta dada à impropriedade histórica de aplicar-se, no Brasil, categorias teóricas extemporâneas e exógenas¹⁹⁶.

Para Prado Jr. já existia o capitalismo no Brasil. Isso poderia ser verificado por meio do exemplo da economia açucareira, que, mesmo com a grande concentração fundiária, era uma das indústrias mais modernas¹⁹⁷. Portanto, para este autor, a questão agrária passava justamente pelo capitalismo, pela desigualdade gerada por este e pela existência de maior exploração dos trabalhadores. Desse modo, “o campo não precisava de mais capitalismo”, mas necessitava romper com a estrutura de dominação, consequência da escravidão colonial¹⁹⁸:

Mas essas sobrevivências escravistas longe de constituírem obstáculos ao progresso e desenvolvimento do capitalismo lhes têm sido altamente

¹⁹⁴ MOTTA, Márcia Maria Menendes. *O Rural à la gauche: campesinato e latifúndio nas interpretações de esquerda (1955-1996)*. Niterói: Editora da UFF. 2014. p. 57.

¹⁹⁵ GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. São Paulo, Paz e Terra, 1982. 255p. apud: GONÇALVES, José Sidnei. A questão agrária nos clássicos revisitada: as idéias, seu tempo e seu lugar. *Informações Econômicas*, SP, v.23, n.08, ago. 1993, p. 03.

¹⁹⁶ GONÇALVES, op. cit., p. 03.

¹⁹⁷ PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1966. 332p. apud: GONÇALVES, José Sidnei. A questão agrária nos clássicos revisitada: as idéias, seu tempo e seu lugar. *Informações Econômicas*, SP, v.23, n.08, ago. 1993, p. 03.

¹⁹⁸ Id. *Ibid.*, p. 04.

favoráveis, pois contribuem para a compressão da remuneração dos trabalhadores, ampliando com isso a parte da mais valia e favorecendo por conseguinte a acumulação capitalista¹⁹⁹.

Para Prado Jr., eram os “resquícios” do escravismo que tornavam o “desenvolvimento do capitalismo profundamente excludente” no país. Destarte, as soluções destes problemas não passariam por uma revolução ou reforma agrária, já que a questão central não era o latifúndio, mas a exploração dos trabalhadores. A “contradição fundamental está entre trabalhadores e grandes agricultores e não camponeses ‘sem terra’ e latifundiários”. De tal modo, a solução estaria na ampliação das lutas pelos direitos trabalhistas²⁰⁰:

A acentuação e o desenvolvimento da luta reivindicatória por melhores condições de trabalho e emprego tenderá assim a eliminar empresas que não tiveram condições para se adaptarem, pelo aumento da produtividade, à nova situação criada pelas exigências dos trabalhadores. A solução será então o desmembramento da propriedade²⁰¹.

Segundo Motta, o Golpe de 1964 produziu uma derrota para a vertente feudal, defendida por Alberto P. Guimarães, ou seja, “grande parte da produção acadêmica irá incorporar – como verdade – as interpretações sobre o campo brasileiro, sistematizadas por Caio Prado Junior”²⁰².

Para fechar o debate, dentro do Partido Comunista Brasileiro temos as teses de Ignácio Rangel que, junto aos dois autores apresentados anteriormente (Caio Prado Jr. e Alberto Passos Guimarães), era protagonista das questões teóricas e políticas nas discussões da questão agrária nos anos de 1960 no campo marxista²⁰³.

O trabalho de Ignácio Rangel tratava de dois problemas. O primeiro era relacionado à superpopulação, representada pelo Norte, região em que a população rural era majoritária. Para esse autor, um processo de industrialização apenas mudaria o problema de local, transportando essa população para as cidades, onde ela também sofreria com a falta de condições de sobrevivência, geradas pelo desemprego. Dessa forma, não se teria solução para a desigualdade estrutural²⁰⁴. Já o segundo problema, o da superprodução, representada pelo Sul – onde havia um excedente de bens agrícolas –, era “[...] um problema de mercado uma

¹⁹⁹ Id. Ibid., p. 04.

²⁰⁰ GONÇALVES, op. cit., p. 04.

²⁰¹ PRADO JR., apud: GONÇALVES, José Sidnei. op. cit., p. 04.

²⁰² MOTTA, op. cit. p. 19.

²⁰³ DELGADO, op. cit., p. 53.

²⁰⁴ RANGEL, Ignácio. A questão agrária brasileira. Recife, Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962. apud: GONÇALVES, José Sidnei. A questão agrária nos clássicos revisitada: as ideias, seu tempo e seu lugar. *Informações Econômicas*, SP, v.23, n.08, ago. 1993, p. 06.

vez que a agricultura nacional teria um ciclo colado nos altos e baixos do mercado internacional. A resolução desses problemas seria crucial para [...]” a industrialização. A dissolução de todas as questões refletidas por Rangel passaria por, “[...] uma revolução social que mudasse o conteúdo social do próprio Estado”²⁰⁵.

Gonçalves ressaltou que o pensamento de Ignácio Rangel se assemelha ao de Celso Furtado no que diz respeito ao fato de que uma “[...] industrialização sem reforma agrária produz uma sociedade excludente calcada numa economia de baixos salários”²⁰⁶.

A teoria de Celso Furtado da década de 1970 – representante da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) no Brasil – atribuía “[...] ao setor agrícola uma tendência a gerar tensões estruturais sobre a inflação e crises frequentes de abastecimento de alimentos”²⁰⁷. Para Furtado, o acesso à propriedade de terras no Brasil é algo que, sucessivamente, permaneceu nas mãos de uma pequena parcela da população que detém o monopólio da terra. Desse modo, era preciso romper com a concentração, gerando uma distribuição de terras, o que garantiria maior produção de alimentos e redistribuição da renda nacional²⁰⁸.

Além destes autores, parte da Igreja Católica teve um papel importante nesse período em relação às discussões e práticas a respeito da agricultura brasileira. Delgado inclui os setores reformistas da Igreja Católica, ao lado do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e da CEPAL na defesa da Reforma Agrária, em oposição ao grupo dos economistas da USP (Universidade de São Paulo), representados por Delfim Netto, ligados pelas mesmas ideias de modernização da agricultura²⁰⁹.

No entanto, apesar de defender – como o PCB – uma Reforma Agrária, estes setores reformistas da Igreja Católica disputavam com o PCB o espaço na organização dos trabalhadores rurais. Essa conjuntura teve influência na organização do sindicalismo rural brasileiro. Além disso, estes setores da Igreja ajudam a refletir a questão da função social da propriedade da terra, que depois aparecerá no Estatuto de Terra de 1964 e na Constituição de 1988: “O princípio da função social substitui *de jure* a velha tradição do direito de

²⁰⁵ Id. Ibid., p. 06.

²⁰⁶ GONÇALVES. op. cit., p. 06.

²⁰⁷ DELGADO. op. cit., p. 53.

²⁰⁸ FURTADO, Celso. A estrutura agrária no sub-desenvolvimento brasileiro. In: Análise do modelo brasileiro. Rio de Janeiro, Nacional, 1972. p. 89-122. apud: GONÇALVES, José Sidnei. A questão agrária nos clássicos revisitada: as idéias, seu tempo e seu lugar. *Informações Econômicas*, SP, v. 23, n. 08, ago. 1993, p. 05.

²⁰⁹ DELGADO, G. C. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: Carter, M. (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 82-83.

propriedade, proveniente da Lei de Terras de 1850, que trata a terra como se fosse uma simples mercadoria”²¹⁰.

Com outra forma de pensamento e ação – que se opunha a uma Reforma Agrária e colocava como saída aos problemas do campo a Modernização da Agricultura – havia os conservadores. Observaremos, a partir da bibliografia aqui estudada, as teorias de Ruy Miller Paiva e Antonio Delfim Netto como representantes desse grupo.

A teoria de Ruy M. Paiva, da década de 1960, tinha como conjuntura a “função homogeneizadora das condições estruturais da industrialização” e uma visão de que somente parte dos agricultores no Brasil alcançava as melhorias da técnica agrícola, enquanto o restante mantinha técnicas tradicionais. Dessa forma, não havia uma questão agrária, mas tecnológica: “Nessa visão, a limitação básica a ser vencida é o dualismo tecnológico, impulsionando um processo de modernização da agricultura”. Contribuiria para o aumento da modernização, nessa visão, a saída da população “excedente” do setor agrícola, que passaria a ser o mercado consumidor dos produtos agrícolas²¹¹.

Segundo Gonçalves, a teoria de Paiva é limitada, pois não considerou fatores históricos e políticos na sua análise da agricultura brasileira e ignorou a dominação exercida pelo grande proprietário da terra, refletindo somente a questão da baixa produtividade da agricultura²¹².

A teoria de Delfim Netto, também da década de 1960, assim como a de Paiva, valorizava a modernização agrícola em oposição a uma reforma agrária. Essa proposta de Delfim Netto acabou sendo a que, depois, foi colocada na agenda do dia, nas décadas seguintes – 1970 e 1980 – pelos governos brasileiros²¹³, que contaram com a atuação direta de Netto²¹⁴.

A ideia base da tese de Delfim Netto não levava em consideração a questão agrária. Ele desconsiderava “a estrutura fundiária e as relações de trabalho prevaletentes no meio rural como um problema econômico relevante”, bem como a questão de coerções extras econômicas, e ainda rejeitava as teses da CEPAL. Consequentemente, sua tese pregava a

²¹⁰ DELGADO, op. cit., p. 54.

²¹¹ PAIVA, Ruy Miller. Apreciação geral sobre o comportamento da agricultura brasileira. In: Seminário de análise do processo de formulação de política governamental. Rio de Janeiro, FGV, 1968.7 6p. apud: GONÇALVES, José Sidnei. A questão agrária nos clássicos revisitada: as idéias, seu tempo e seu lugar. *Informações Econômicas*, SP, v. 23, n. 08, ago. 1993, p. 07.

²¹² GONÇALVES. op. cit., p. 07.

²¹³ DELGADO, op. cit., p. 54.

²¹⁴ Delfim Netto “Passou a atuar em nível federal a partir de 1965, quando ingressou no Conselho Consultivo de Planejamento (Consplan), órgão de assessoria à política econômica do governo do general Humberto Castelo Branco (1964-1967), conduzida pelos ministros Roberto Campos, do Planejamento, e Otávio Gouveia de Bulhões, da Fazenda”. Também foi ministro da Fazenda em 1967, embaixador do Brasil na França em 1974-1978 e deputado constituinte por São Paulo de 1987, entre outros cargos. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-delfim-neto>>. Acesso: 25/11/2020.

modernização da agricultura, para trazer divisas e não para mudar a estrutura fundiária, pois, para ele, eram quatro as funções da agricultura no modo de produção capitalista²¹⁵:

- a) liberação de mão-de-obra a ser utilizada no setor industrial, sem diminuir a quantidade produzida de alimentos;
- b) criação de mercado para os produtos da indústria;
- c) expansão das exportações; e
- d) financiamento de parte de capitalização da economia²¹⁶.

Portanto, a partir da proposta de Delfim Netto, o que ocorreu no Brasil foi uma modernização técnica da agricultura, chamada por alguns autores de “modernização conservadora”²¹⁷, pois não alterou as estruturas fundiárias e não mexeu nas relações de trabalho postas no campo.

Até aqui nos dedicamos a entender as escolhas que foram feitas para que ocorresse um processo intensificado de modernização da agricultura. Podemos, a partir do entendimento destas escolhas, observar suas consequências, entre elas: as transformações na paisagem.

1.3.2 O processo de implantação da modernização técnica da agricultura brasileira

Todo aquele contexto das décadas de 1950 a 1960, de conflito e organização social no campo, que possibilitou as discussões apresentadas acima, vai se somar à Guerra Fria, e serviram para justificar o Golpe Civil e Militar em 1964. Sobre esse fato, escreveu Motta:

Em abril de 1964, um golpe militar apoiado pela burguesia pôs fim ao sonho de um país com uma melhor distribuição de renda e terra. Tirou de cena, pela força, os agentes sociais que haviam combatido pelas reformas de base. Os intelectuais do Partido Comunista Brasileiro viram cair por terra seus pressupostos teóricos, consubstanciados em sua prática política. [...] Ao contrário do que pensavam os defensores da “tese feudal”, não havia grilhões para impedir o avanço do capitalismo. [...] A reforma agrária era um desejo, não uma necessidade econômica, muito menos para o capital²¹⁸.

O governo anterior ao Golpe Militar – de João Goulart – havia tentado realizar algumas medidas em prol de uma Reforma Agrária, ideia que seu partido, o PTB (Partido Trabalhista

²¹⁵ DELGADO. op. cit., p. 55.

²¹⁶ DELFIM NETO, Antônio. Problemas econômicos da agricultura brasileira. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP – Boletim, n. 46, Cadeira XXV. São Paulo, 1963? 298 p. apud: DELGADO, Guilherme Costa. *A questão agrária no Brasil, 1950-2003*. p. 01. Disponível: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_2-10.pdf, p. 55.

²¹⁷ DELGADO, op. cit., 2010. p. 85.

²¹⁸ MOTTA, op. cit. p. 113.

Brasileiro), apoiava²¹⁹, pois acreditavam que ela “ampliaria o mercado interno, interessando, portanto, à própria burguesia”²²⁰.

As ações de Goulart consistiram na publicação do chamado primeiro “Estatuto da Terra” e as leis delegadas, entre elas, a número 11, que criou a SUPRA (Superintendência da Política Agrária), primeiro órgão federal de execução de programas de colonização e reforma agrária no país”. No entanto, a proposta de Reforma Agrária de Goulart foi derrotada no congresso. Mesmo assim, ele tentou usar de instrumentos de decretos para aprovar e iniciar a implantação da lei²²¹. Porém, como escreveu Ariovaldo U. de Oliveira, isso não se concretizou: “Em 1 de abril de 1964, João Goulart foi deposto e o Brasil entrou em um período negro e de chumbo de sua história, que durou 21 anos de ditadura militar. Ditadura militar que antes de tudo, ficou contra a reforma agrária”²²². Ainda sobre esse contexto, escreveu Delgado:

O golpe militar de 1964 cortará a efervescência do debate agrário e imporá pela força, ainda que de forma gradual, a tese de Delfim Neto de “modernização agrícola sem reforma agrária”. Enquanto os pensadores progressistas definiam a “crise agrária” em conexão à estrutura da propriedade fundiária, as relações de trabalho predominantes, e seus efeitos mais amplos na economia, sociedade e política, os conservadores asseguram que, sem pressões estruturais por parte da agricultura sobre o índice geral de preços, a balança comercial e a produção industrial, não haveria por que falar em “crise” do setor primário²²³.

De tal modo, as ações realizadas durante os governos militares, no que diz respeito à questão agrária, consistiram no incentivo à modernização técnica e pouco ou nada de mudança na estrutura fundiária. No entanto, foi o primeiro governo militar, o do Marechal Castelo Branco, que assinou o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, 30/11/64). Segundo Ariovaldo U. de Oliveira, isso se deve a “um quadro de pressão social interna e sobretudo externa”. Mas, o Estado planejava a desarticulação das organizações populares dos trabalhadores, argumentando que faria a reforma agrária²²⁴.

José de Souza Martins descreveu como foi surpreendente a mudança de opinião dos congressistas sobre a reforma agrária:

²¹⁹ OLIVEIRA, op. cit., p. 112.

²²⁰ MARTINS, op. cit., p. 94.

²²¹ OLIVEIRA, op. cit., p. 113-118;

²²² Id. Ibid., p. 120.

²²³ DELGADO, op. cit., 2010. p. 84.

²²⁴ OLIVEIRA, op. cit., p. 121.

O Estatuto da Terra foi aprovado rapidamente pelo Congresso Nacional e, dentro dele, pelas mesmas forças políticas que durante os 18 anos posteriores à promulgação da Constituição de 1946 haviam levantado todo tipo de empecilho a qualquer medida de reforma agrária. Menos de 15 dias após o envio da mensagem ao Congresso, já os senadores e deputados aprovavam emenda constitucional que removia o obstáculo do artigo 147 da Constituição, permitindo agora desapropriações de terras por interesse social sem a prévia e justa indenização em dinheiro, bastando que o fosse em títulos especiais da dívida pública²²⁵.

Talvez essa mudança de posição se explique pelas garantias dadas pelo Ministro do Planejamento – nesse período: Roberto Campos – aos congressistas latifundiários, de que “a lei era para ser aprovada, mas não para ser colocada em prática”. Isso posto, somente na década de 1980 o governo elaborou o Plano Nacional da Reforma Agrária, “instrumento definidor da política de implementação da reforma agrária”²²⁶.

Entre as medidas tomadas pelos governos militares estão a extinção da SUPRA; a criação do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária); e do INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário). Esses dois órgãos agiram de 1964 a 1970, e, além de intensificarem uma contra-reforma agrária, tiveram suas atuações marcadas por corrupção, “grilagens e venda de terras para estrangeiros”. Com a visita de dirigentes da *Food Agricultural Organization* – FAO –, órgão ligado à ONU (Organização das Nações Unidas), nasceu a proposta de fusão do IBRA e do INDA em um único instituto: “Assim foi que nasceu o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária –, através do Decreto-Lei nº 1.110, de 09/07/70”²²⁷.

Junto à criação do INCRA tivemos a efetivação de outros projetos do governo militar: 1 – *Operação Amazônia*, que consistia em levar a população do Nordeste, região com estrutura fundiária concentrada, para a Amazônia; 2 – o *Programa de Integração Nacional* – PIN –, que versava sobre a criação de rodovias de integração do Nordeste com a Amazônia, visando à migração e à colonização, sendo representante desse projeto a Rodovia Transamazônica; 3- e, por fim, o *Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste* – PROTERRA –, que versou sobre a compra de terra de propriedades com grande extensão e improdutivas – tudo realizado com pagamento do governo, em dinheiro. Os proprietários que escolhiam a parte que destinariam a esse projeto²²⁸.

²²⁵ MARTINS, op. cit., p. 95.

²²⁶ OLIVEIRA, op. cit., p. 121.

²²⁷ Id. Ibid., p. 122.

²²⁸ Id. Ibid., p.122-124.

São esses projetos, através da migração e da colonização, que vão ratificar a estratégia dos governos militares para fazer ou não fazer a Reforma Agrária. Segundo Ariovaldo U. de Oliveira:

Como se pode observar, o PIN, o INCRA e o PROTERRA formavam um esquema articulado nos bastidores do governo militar. Ou seja, criava o governo do General Médici um programa que simplesmente contrariava o Estatuto da Terra, que previa a desapropriação através de pagamento com “Títulos da Dívida Agrária”. Entretanto, através do PROTERRA, passava esta desapropriação a ser feita “*mediante prévia e justa indenização em dinheiro*” (alínea “a” do artigo 3). Estava estabelecido mais um elo da “contra-reforma agrária”, ou seja, uma reforma a favor dos latifundiários²²⁹.

Além dessas medidas, como afirmamos antes, os governos militares incentivaram a modernização da agricultura, de modo que ela não pode ser entendida sem ligação com as ações políticas do Estado brasileiro, pois foi ele que “criou as condições para a internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura, um sistema de pesquisa e extensão voltado para impulsionar o processo de modernização e as condições financeiras para viabilizar este processo”²³⁰.

Destarte, o governo federal criou, em 1972, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e, em 1974, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), objetivando estimular a pesquisa, a assistência técnica e a “extensão rural que forneceu as bases para a difusão do novo padrão produtivo”. Além disso, criou o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, que tornou possível a compra de máquinas e insumos pelos produtores rurais. No entanto, o fornecimento de créditos para adquirir fertilizantes e outros insumos químicos já vinha sendo incentivado desde 1955, com a criação de uma série de fundos para estimular esse tipo de aquisição por parte dos agricultores²³¹.

Outra questão de importância para o incentivo da modernização foi a ideológica. Era necessário convencer os agricultores da suposta “superioridade das formas modernas de produzir em relação às tradicionais”²³². Com esse objetivo, o governo e o mercado utilizaram

²²⁹ Id. Ibid., p. 124.

²³⁰ ALENTEJANO, op. cit., p. 480.

²³¹ Id. Ibid., p. 480-481.

²³² Id. Ibid., p. 482.

propagandas, meios de comunicação e instrução pedagógica, a exemplo dos Clubes 4-S (Saber, Sentir, Servir, Saúde)²³³.

A modernização técnica da agricultura brasileira foi incentivada pelos governos brasileiros desde a década de 1950, e estava ligada à chamada Revolução Verde, que ocorria em âmbito mundial e que tinha em comum com a modernização na agricultura a contraposição da modernização à Reforma Agrária e a “utilização crescente de máquinas, insumos químicos e sementes melhoradas”²³⁴.

Entretanto, esses processos contaram com o maior apoio do governo militar após 1964, que optou pela modernização, colonização e migração, dando suporte com recursos financeiros e crédito para alguns agricultores e para as pesquisas, em detrimento de uma Reforma Agrária. Essa última era apoiada por 61% da população brasileira, segundo dados do IBOPE de 1963, e pelo presidente João Goulart, que sofreu o golpe²³⁵.

Portanto, o governo militar optou por uma maior concentração da propriedade da terra e por uma menor distribuição da renda, “ou seja, ampliou a desigualdade no campo brasileiro, ao permitir que os grandes proprietários se apropriassem de mais terras e de mais riqueza em detrimento dos trabalhadores rurais, dentre os quais avançou a proletarização e a pauperização”²³⁶. A partir destas colocações, é relevante apresentar como era organizada a população brasileira, a partir da situação do domicílio, antes de 1964 e após a efetivação das políticas do governo militar:

²³³ O programa “4-S foi implantado pelo Escritório Técnico de Agricultura (projeto nº15), órgão binacional criado no Brasil em 1953 a partir de um acordo entre os governos estadunidense e brasileiro. Esse projeto contou com recursos oriundos da proposta de “ajuda” técnica para o desenvolvimento dos países considerados como subdesenvolvidos, como o ‘Ponto IV’ [...]. Esses clubes estiveram presentes em vários municípios do Oeste do Paraná [...] difundindo um novo modelo de produção. Os 4-S constituíram-se num espaço voltado para o trabalho pedagógico-educativo especialmente voltado para as expectativas dos jovens agricultores no interior da extensão rural”. WOLFART, Cintia. *O Novo Já Nasce Velho: os Clubes 4-S e a Modernização da Agricultura no Oeste do Paraná (1950-1980)*. Marechal Cândido Rondon/Paraná 2017. 269 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste.

²³⁴ ALENTEJANO, op. cit., p. 480

²³⁵ OXFAM BRASIL. *Terrenos da desigualdade: Terra, agricultura e desigualdade no Brasil rural*, Novembro de 2016. Disponível em: www.oxfam.org.br. Acesso: 30/11/2018. p. 04.

²³⁶ ALENTEJANO, op. cit., p. 481.

Tabela da População Brasileira por situação do domicílio – 1940-1960

REGIÃO	1940 Urbana	1940 Rural	1950 Urbana	1950 Rural	1960 Urbana	1960 Rural
BRASIL	12.880.182	28.356.133	18.728.891	33.161.506	32.004.817	38.987.526
REGIÃO SUL					4.469.103	7.423.004
PARANÁ	302.272	934.004	528.288	1.587.259	1.327.982	2.968.393
CASCADEL ²³⁷	Não se aplica	Não se aplica	4.250	13.700 ²³⁸	12.136	27.377

Tabela da População Brasileira por situação do domicílio – 1970-1991

REGIÃO	1970 Urbana	1970 Rural	1980 Urbana	1980 Rural	1991 Urbana	1991 Rural
BRASIL	52.904.744	41.603.839	82.013.375	39.137.198	110.875.826	36.041.633
REGIÃO SUL	7.434.196	9.249.355	12.153.971	7.226.155	16.392.710	5.724.316
PARANÁ	2.546.899	4.450.783	4.566.755	3.182.997	6.192.976	2.250.323
OESTE PARANÁ	149.516	602.916	484.504	476.225	728.126	287.803
CASCADEL	34.331	48.878	102.103	20.481	177.668	15.216

TABELA 5: População Brasileira por situação do domicílio – 1940-1991.

Fonte: Esses dados foram extraídos a partir de várias fontes.²³⁹

Com base nesses dados, é possível notar uma mudança, de modo geral, na concentração da população brasileira com o passar dos anos: do meio rural para o urbano. Podemos

²³⁷ Os dados sobre Cascavel só serão especificados depois que se torna município, em 14 de dezembro de 1952.

²³⁸ Dados referentes ao ano de 1957.

²³⁹ IBGE, Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. (1) População recenseada. (2) População residente. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>. Acesso: 05/12/2018. https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940_1996.shtm.. Acesso: 06/12/2018. IBGE – Anuário Estatístico do Brasil, Contagem da População 2007. Apud: *As Notas técnicas do IPARDES constituem breves abordagens sobre temas relevantes para a agenda de pesquisa e planejamento do Estado*. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/biblioteca/docs/NT_14_tendencias_demograficas.pdf. Acesso: 07/12/2018. Censos Demográficos Brasileiros – FIBGE, 1970 a 2000 e Contagem da População. Apud: RIPPEL, Ricardo. *Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000*. Campinas, 2005. 261p. Tese (doutorado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas. p. 121; 141. Indicador Profissional de Informativo de Cascavel, Prefeitura municipal de Cascavel 1957. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Apud: REIS, Cirineu Ribeiro dos. *Agronegócio e Urbanização: a relação rural-urbano em Cascavel/PR*. Francisco Beltrão, 2017. 113 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. p. 51.

considerar, ainda, esses dados para cogitar como ocorreu uma transformação na paisagem, não só porque as pessoas deixaram espaços rurais para se estabelecerem em ambientes urbanos, com o êxodo rural, fruto da modernização da agricultura, mas, também, porque antigos espaços considerados rurais se tornaram urbanos por meio do processo de urbanização. Soma-se a isso:

Transformadas em ativo financeiro com a vinculação do crédito subsidiado à propriedade da terra, dando origem ao processo de territorialização do grande capital, as terras valorizaram-se significativamente, tornando-se em objeto de especulação. Com isso, não apenas houve expressiva expulsão de moradores, parceiros e posseiros, como se verificou uma crescente dificuldade para que os pequenos agricultores adquirissem terras. Isto, além de dificultar a reprodução ampliada da família camponesa, contribuiu para acentuar o movimento migratório do campesinato rumo à fronteira, além de forçar parcelas expressivas das famílias de agricultores a apelar para o assalariamento temporário como forma de complementar renda, dada inclusive a impossibilidade de ampliar as terras sob seu controle²⁴⁰.

Os historiadores Carla Silva e Marcio Both²⁴¹ afirmam que, durante a política agrária da ditadura militar brasileira, não “são poucos os camponeses (colonos, caboclos, comunidades indígenas, comunidades quilombolas, agregados, pequenos posseiros, meeiros, parceiros etc.) que foram expropriados e violentados, física, simbólica e psicologicamente”. Esses sujeitos foram obrigados, muitas vezes, a abandonar suas moradias, trabalhos, modos tradicionais de vida e suas sociabilidades “em prol de uma ideia de progresso e inovação que pouco ou nada os favorecia”²⁴². Desse modo, a opção pela modernização trouxe um rastro de sangue²⁴³.

Além da violência física, a modernização também trouxe um discurso que a positiva como representante do progresso, do desenvolvimento e do uso das melhores técnicas, em prejuízo dos conhecimentos tradicionais dos agricultores. De tal modo, temos, além da expropriação econômica, a do saber, “pois torna os camponeses dependentes, uma vez que não mais dominam as técnicas e os processos produtivos”²⁴⁴, ou, ainda, como escreveram os historiadores acima citados:

²⁴⁰ ALENTEJANO, op. cit., p. 481.

²⁴¹ SILVA, Marcio Antônio Both da; SILVA, Carla Luciana Souza. Conflitos e violência contra camponeses no Oeste do Paraná no contexto da modernização da agricultura (1964-1988). In: Sérgio Sauer [et al]. (Org.). Comissão Camponesa da Verdade. Relatório final. Violações de direitos no campo 1946 a 1988. 1ed. Brasília: Dex – UNB, 2015, v. Único.

²⁴² Id. Ibid. p. 538.

²⁴³ Id. Ibid. p. 538-539.

²⁴⁴ ALENTEJANO, op. cit., p. 482.

Implicitamente, está presente neste discurso outra violência cometida pelo projeto de modernização da agricultura, menos palpável e mais simbólica, mas tão destruidora quanto foi o êxodo rural provocado pela mecanização. É a negação dos saberes/conhecimentos manejados pelas populações camponesas, os quais foram totalmente desrespeitados. Assim, muitas formas tradicionais de lidar com a terra, com o mundo natural, com o plantio e a colheita passaram a ser tratadas como expressão de ignorância, de rudimentaridade, enfim, foram estigmatizadas para, depois, facilitar o processo de sua substituição pelas tais “técnicas modernas”.²⁴⁵

De tal modo, essa nova forma de produção na agricultura acarretou mudanças radicais. No lugar de sistemas diferenciados e rotacionais, de regimes de alimentares diversificados e da adaptação à diversidade ambiental, temos agora uma agricultura padronizada, monoculturas com base no pacote tecnológico da Revolução Verde, “em insumos industriais (adubos químicos, agrotóxicos, motores à combustão interna, variedades de plantas e animais de laboratório considerados de alto potencial produtivo)”²⁴⁶. Além disso, essa nova agricultura “[...] se impõe à diversidade ambiental, artificializando os ambientes e adequando-os ao padrão mecânico-químico da agricultura moderna, ao mesmo tempo em que impõe a todos os povos um padrão alimentar [...]”²⁴⁷.

Entre os inúmeros elementos que transformaram a paisagem e causaram impactos socioambientais ainda temos a perda de variedades antigas de plantas, a perda de material genético, o êxodo rural e a “dependência da agricultura em relação à indústria e às corporações, dependência do agricultor da ciência e da indústria, desterritorialização dos camponeses, invasão cultural e contaminação do ser humano e do ambiente como um todo”²⁴⁸.

Igualmente, a partir dessa nova forma de lidar com a agricultura tivemos um aumento no uso de venenos e, conseqüentemente, maior desmatamento. Do mesmo modo, temos, como resultado do processo de modernização da agricultura brasileira, sua subordinação “[...] às grandes corporações agroindustriais e ao capital financeiro e que beneficia cada vez menos os camponeses e trabalhadores do campo em geral e que tampouco contribui para a soberania alimentar”²⁴⁹. Todos esses efeitos da modernização da agricultura são entendidos como causadores de transformações na paisagem. Ademais, temos:

²⁴⁵ SILVA; SILVA, op. cit., p. 540.

²⁴⁶ PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Revolução Verde. In: CALDART, Roseli Salette et al (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 688.

²⁴⁷ ALENTEJANO, op. cit., p. 480.

²⁴⁸ PEREIRA, op. cit., p. 688.

²⁴⁹ ALENTEJANO, op. cit., p. 482.

[...] o crescente controle das transnacionais do agronegócio sobre a agricultura brasileira – seja pela determinação do padrão tecnológico (sementes, máquinas e agroquímicos), seja pela compra/transformação da produção agropecuária (grandes *traders*, agroindústrias). Do ponto de vista do padrão tecnológico, os processos mais notórios atualmente dizem respeito à difusão das sementes transgênicas pelas grandes empresas do setor (como Monsanto, Bayer, Syngenta, que também são as grandes produtoras de agroquímicos), mas também são dignos de nota a ampliação da presença das transnacionais na comercialização e o processamento industrial da produção agropecuária, sobretudo pelas empresas ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus, que, inicialmente, concentravam sua atuação no ramo de cereais, mas têm se expandido para outros ramos, sobretudo o sucroalcooleiro²⁵⁰.

Larissa Mies Bombardi também evidencia a participação de empresas estrangeiras na agricultura brasileira, com destaque para o uso de agrotóxicos. Segundo a autora, “92% dos agrotóxicos comercializados no Brasil em 2010 o foram por empresas de capital estrangeiro: Syngenta (Suíça), Dupont (Estados Unidos), Dow Chemical (Estados Unidos), Bayer (Alemanha), Novartis (Suíça), Basf (Alemanha) e Milenia (Holanda/Israel)”²⁵¹. Estas empresas se organizam em oligopólios. O exemplo mais recente disso é a compra, no ano de 2016, da empresa Monsanto (EUA – fabricante de sementes modificadas e químicos agrícolas) pela Bayer (Alemanha, fabricante também de medicamentos)²⁵².

O uso de agrotóxicos, associado à modernização da agricultura e à Revolução Verde, vem crescendo em todo mundo. Bombardi traz em seu texto dados a esse respeito: nos anos 2000 a 2010 o aumento das vendas mundiais ficou entre 50% a 100%, enquanto, no Brasil, esse número beira os quase 200% de aumento. Coligada ao uso desses agrotóxicos está a produção de *commodities*. Dados do ano de 2009 demonstram que a produção de soja, “sozinha, responde pelo consumo de quase metade dos agrotóxicos utilizados no Brasil”, seguida pelo milho e cana-de-açúcar. A autora também apresenta dados sobre o uso de agrotóxicos por estados brasileiros²⁵³:

[...] os estados nos quais mais houve venda de agrotóxicos são justamente aqueles conhecidos por serem “celeiros” dos produtos do agronegócio. Mato Grosso lidera a produção de soja e a venda de agrotóxicos, São Paulo lidera a produção brasileira de cana e ocupa o segundo lugar em venda de agrotóxicos e, finalmente, Paraná que ocupa o terceiro lugar em produção de

²⁵⁰ Id. Ibid. p. 482.

²⁵¹ BOMBARDI, Larissa Mies. Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro. In: Tatiana Merlino; Maria Luisa Mendonça. (Org.). *Direitos Humanos no Brasil: 2012*. 1ed. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2012, v. 1, p. 03.

²⁵² Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/o-que-esta-por-dentro-da-fusao-entre-bayer-e-monsanto/>. Acesso: 12/12/2018.

²⁵³ BOMBARDI, op. cit., p. 02-03.

cana e segundo lugar em produção de soja, é o terceiro estado em venda de agrotóxicos²⁵⁴.

De tal modo, as consequências da modernização técnica da agricultura foram diversas e influenciaram as transformações da paisagem de todo o país. Para termos um exemplo recente, os agrotóxicos que corresponderam a 60% de uso no ano de 2009 foram os Herbicidas, utilizados para a eliminação de outras plantas, consideradas “infestantes ou ervas daninhas”, que vão competir por água, luz e nutrientes com a planta cultivada. Entre os “herbicidas, o ingrediente ativo mais comercializado é o glifosato, cujo montante comercializado em 2009 ultrapassou 90 mil toneladas, respondendo por 76% dos herbicidas”. O glifosato é o agrotóxico vendido no mesmo pacote com a soja transgênica, que é resistente a este ingrediente ativo. Segundo Bombardi, “este aumento no consumo de agrotóxicos está, sem dúvida, vinculado à chamada ‘expansão da fronteira agrícola’ e ao ‘plantio direto’ nestas terras, o que, literalmente, tem significado a supressão das matas naturais”²⁵⁵.

Podemos considerar os efeitos da modernização da agricultura para a eliminação das florestas desde o início da disfunção de suas práticas e teorias, pois foi também com a supressão das matas que a modernização se efetivou no espaço refletido na pesquisa, ainda na década de 1960. Segundo Mariângela A. Pieruccini Souza²⁵⁶, “Na região Oeste do Paraná, durante a década de 1960 começaram a esgotar-se muitas das áreas de exploração madeireira. ‘É no final desse período que se verifica o início do fenômeno da mecanização da agricultura[...]’²⁵⁷. Além disso, também tivemos uma alteração nas formas de produção agrícolas:

Se antes a agricultura de subsistência e a criação de suínos era a base econômica da região, a partir do final da década de 1960 surge um novo padrão produtivo pautado sobretudo na monocultura da soja. Era o início da produção comercial em grande escala, tendo nas mudanças tecnológicas e na organização produtiva aspectos primordiais a estabelecer uma nova configuração do espaço regional. Desse modo, regionalmente, a agricultura sucede a atividade extrativa, anteriormente praticada no município de Cascavel e região, tornando-se importante referência para o crescimento econômico local²⁵⁸.

²⁵⁴ Id. Ibid., p. 05.

²⁵⁵ Id. Ibid., p. 04.

²⁵⁶ SOUZA, Mariângela Alice Pieruccini. *A Modernização da Agricultura e a Construção de Territorialidades Rurais no Município de Cascavel – PR (1960-2007)*. Florianópolis, 2007. 288 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina.

²⁵⁷ Id. Ibid., p. 103.

²⁵⁸ Id. Ibid., p. 106.

Outrossim, podemos averiguar os impactos da modernização da agricultura para as transformações na paisagem no espaço do estudo a partir da tabela abaixo. Segundo a autora, é possível observar a diminuição das áreas de matas, pois, “em 1960 eram 119.280 hectares de área e em 1980 restavam apenas 613 hectares destas”.

Utilização da terra [ha]	Anos			
	1960	1970	1975	1980
<i>Area total da região Oeste do Paraná</i>	621023	1616724	1748380	1837529
Lavouras permanentes	21622	59398	70445	52770
Lavouras temporárias	111311	599111	1017295	1135295
Em descanso	-	-	15588	29903
Pastagens naturais	19163	20069	34373	36394
Pastagens Artificiais	22121	228251	232588	311961
Matas naturais	331762	472686	170917	135161
Matas reflorestadas	8875	22341	13036	23383
Terras Incultas	88195	150621	115895	35448
<i>Area total do município de Cascavel</i>	222816	236940	216541	262592
Lavouras permanentes	8015	1862	1916	1050
Lavouras temporárias	35428	61090	126110	145255
Em descanso	-	-	3989	2738
Pastagens naturais	3170	2419	5220	6520
Pastagens Artificiais	10333	29133	27435	39062
Matas naturais	119280	79409	22273	613
Matas reflorestadas	2433	17225	5265	13120
Terras incultas	41151	36475	15136	-

FONTE: IBGE – CENSOS AGROPECUÁRIOS 1960;1970;1975;1980
 * No conjunto de municípios da região Oeste para o ano de 1960, foram computadas exclusivamente as áreas de Cascavel, Foz do Iguaçu, Guaraniaçu, Guaíra e Toledo.

TABELA 6: Utilização da Terra na Região Oeste e no Município de Cascavel – 1960-1980.
 Fonte: SOUZA, Mariângela Alice Pieruccini. *A Modernização da Agricultura e a Construção de Territorialidades Rurais no Município de Cascavel – PR (1960-2007)*. Florianópolis, 2007. 288 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina. p. 108.

Souza observou que ocorreu uma acentuação da extração da madeira nesse período, e, somando isso à expansão das lavouras, teremos uma intensa transformação na paisagem.

Outro elemento transformado pela modernização da agricultura foi a criação de animais. Como citamos acima, a criação de suíno era uma das bases da economia da região. No entanto, antes da década de 1960, essa criação era realizada basicamente com os animais soltos, um sistema conhecido como safra ou vara. Após esse período, como escreveu Carvalho e Oliveira:

No caso da produção de suínos no Paraná, as transformações fundamentais do processo de modernização a partir das décadas de 1960 e 70 envolveram a introdução do confinamento total, rações cientificamente formuladas e com soja, importação de raças estrangeiras de animais e utilização de antibióticos e remédios. Essas transformações foram levadas a cabo por extensionistas da Emater, os frigoríficos e os próprios criadores. Assim como a modernização da agricultura em geral, o setor da suinocultura em particular também foi caracterizado por transformações de âmbito global [...]²⁵⁹.

Os animais passaram a viver em confinamento: “eles são privados de movimentos e de uma série de instintos para que se possa maximizar a taxa de conversão de cereais em carne”. A modernização da agricultura também favoreceu essas transformações ao tornar mais barato o cultivo dos cereais utilizados para produção de rações, como a soja e milho²⁶⁰.

Ao investigarmos percepções sobre as transformações da paisagem, causadas tanto pelas ações de madeireiras como pela agricultura/agropecuária, acabamos por considerar, também, os inúmeros impactos gerados por essas transformações, como: os econômicos, políticos, sociais e ambientais. Sobre os impactos ambientais, Carvalho e Nodari questionaram o que vem sendo feito pela sociedade até agora para minimizá-los:

Assim, reformas puramente legais na questão ambiental, ou um simples racionalização e maior tecnificação da agricultura e da indústria madeireira, como parecem propor alguns, não parecem dar conta da complexidade da questão ambiental, que envolvem novos saberes, novos comportamentos e uma nova ética não antropocêntrica²⁶¹.

Nos próximos capítulos nosso objetivo é estudar algumas das percepções apresentadas sobre estas transformações na paisagem, geradas pela agricultura e pelas madeireiras a partir do contexto apresentado acima. Iniciaremos a próxima parte com a análise de jornais publicados em Cascavel na década de 1960.

²⁵⁹ CARVALHO, M. M. X. de; OLIVEIRA, O. J. F. de. Memórias de criadores de suínos: a modernização da suinocultura vista a partir da experiência dos criadores (Nova Laranjeiras – Paraná). *Revista de História Regional*, 23(1), p. 134-150, 2018, p. 135.

²⁶⁰ CARVALHO, M. M. X. de; PROVIN, B. G.; VALENTINI, R. P., Uma Leitura da Modernização da Suinocultura: história, agropecuária e bem-estar animal – Paraná, Brasil (1960-1980). *Expedições: teoria da história e historiografia*, ano 7, nº 2, p. 119-140, dezembro de 2016, p. 122.

²⁶¹ CARVALHO, M. M. X. de; NODARI, op. cit., 2008, p. 75.

CAPÍTULO 2 – A IMPRENSA E AS NARRATIVAS SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM

2.1 FONTES IMPRESSAS E A PESQUISA EM HISTÓRIA

Neste capítulo serão analisadas algumas reportagens produzidas por jornais locais impressos, disponíveis para pesquisa na Biblioteca Pública Municipal de Cascavel/PR²⁶², que datam do início da década de 1960. São eles: *Diário d' Oeste*, *Frenteira do Iguaçu* e *O Paraná*.

Os jornais ainda são uma fonte pouco explorada pelos pesquisadores quando se trata de estudar as relações dos humanos com o meio natural em Cascavel. O texto desenvolvido por Maicon Mariano²⁶³ é uma das poucas pesquisas que se utilizam dessa fonte para tal fim.

A escolha por analisar o *Diário d' Oeste*, *Frenteira do Iguaçu* e *O Paraná* ocorreu, entre outros motivos, pela referida biblioteca possuir exemplares que abrangem o recorte geográfico e temporal da pesquisa e pelo fato destes destacarem em suas reportagens assuntos ligados às ações de madeireiras e da agricultura, já que alguns proprietários dos jornais também eram madeireiros ou/e proprietários agrícolas.

Optamos por selecionar edições dos jornais que apresentam reportagens sobre o processo inicial de ação das madeireiras (reportagens da década de 1960, o período mais antigo disponível para consulta), passando pelo período que foi considerado, pelos textos sobre o município, como o marco “do fim do ciclo madeireiro” (década de 1970), até a década de 1980, período que marca o término desses processos mais intensivos de transformação na paisagem, acirrados pelos efeitos da modernização da agricultura.

Na análise deste material levamos em consideração o que escreveram Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto ao considerarem o uso da imprensa para a pesquisa em História:

Uma primeira lembrança é que não é possível lidar com qualquer fragmento de um veículo da imprensa - um editorial, notícias esparsas reunidas em pasta na hemeroteca, cartas aos leitores - sem o reinserir no projeto editorial no interior do qual se articula, ou seja, sem remetê-lo ao jornal ou à revista que o publicou numa determinada conjuntura. Qualquer que seja nosso

²⁶² A Biblioteca Pública Municipal de Cascavel possui outros títulos de jornais em seu acervo, como: *Gazeta do Paraná*, a partir década 1990; *Hoje*, a partir década de 1990, entre outros. Contudo, optamos por não trabalhar com um número maior de jornais, devido à quantidade de material, ao recorte temporal e espacial da pesquisa e aos demais objetivos.

²⁶³ MARIANO, op. cit.

caminho de aproximação com jornais e revistas em suas diferentes formas históricas, não se pode esquecer que o objetivo de nossa leitura e análise é a de indagar sobre a configuração de seu projeto editorial, desvendando sua historicidade e intencionalidade²⁶⁴.

Deste modo, tomando a imprensa como fonte para a pesquisa, primeiro procuraremos apresentar estes jornais de uma forma ampla: título, datas-limites da publicação, periodicidade, projeto gráfico/editorial, organização da publicação, se possuía ou não iconografia, anúncios publicitários, quem era o grupo produtor do jornal, “[...] quem são seus aliados ou amigos? Que grupos ou forças sociais são identificados como inimigos, adversários ou forças de oposição?”²⁶⁵. Também serão considerados os principais temas e posicionamentos políticos defendidos. Buscamos, deste modo, estudar a historicidade dos jornais e suas intencionalidades²⁶⁶.

Em seguida, iniciaremos as análises das reportagens dos jornais com atenção aos elementos destacados acima e aos objetivos da pesquisa. Contudo, antes é preciso refletir um pouco sobre o uso dessa fonte na História. Pois, como foi observado pelas autoras citadas, há necessidade de conversarmos “[...] sobre procedimentos teórico-metodológicos”²⁶⁷ do uso da imprensa como fonte na História.

Um dos primeiros cuidados que devemos ter é não usar a imprensa como mera fonte de informação, mas “[...] tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo”, pensando as relações da imprensa com a sociedade em que ela está inserida, incluindo, portanto, as diferentes esferas da sociedade: social, política, cultura e nas relações dos humanos como o meio natural²⁶⁸.

Cruz e Peixoto escreveram que, com o passar dos anos, a imprensa como “força ativa na constituição dos processos de hegemonia social” assumiu uma configuração na forma de atuar, o que faz com que tenha, entre outras características, a “formação de nossa visão imediata de realidade e de mundo”; “repetição e naturalização do inusitado no cotidiano, produzindo o esquecimento” e a “articulação, divulgação e disseminação de projetos, ideias, valores, comportamentos, etc.”²⁶⁹.

As autoras também apresentaram questões mais metodológicas, como as condições de produção técnicas, os títulos e a classificação do conteúdo ao longo do jornal. A exemplo:

²⁶⁴ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, nº 35, p.253-270, 2007, p. 260.

²⁶⁵ Id. Ibid., p. 260.

²⁶⁶ Id. Ibid. p. 260, 265-267.

²⁶⁷ Id. Ibid., p. 256.

²⁶⁸ Id. Ibid., p. 257-259.

²⁶⁹ Id. Ibid., p. 259.

- as capas e primeiras páginas: funcionam como vitrine da publicação [...] indicam ênfase em determinados temas e questões [...]
- cadernos especiais e suplementos: indicam a emergência de ou novos campos temáticos, a secundarização de conteúdos ou ainda a abertura de espaço para interesses de grupos específicos [...]
- Iconografia: [...] que, buscando traduzir a posição editorial em outra linguagem, podem reforçar, complementar, extrapolar e, por vezes, entrar em tensão com a abordagem da parte textual.
- principais anunciantes, publicidade e seus espaços: indicam a articulação da publicação com determinados interesses empresariais e comerciais naquela conjuntura²⁷⁰.

Há, ainda, necessidade de examinar que grupo se articula para que um jornal exista; quais são os seus objetivos; como vão compor seus projetos; quais serão seus adversários; e como vão intervir na agenda pública da sociedade que estão ou estavam inseridos²⁷¹. Estes elementos serão averiguados a seguir.

2.2 OS JORNAIS E SEUS GRUPOS

Procuramos apresentar, nesse item, a posição de quem produziu os jornais que serão analisadas posteriormente, assim como as características mais gerais destes periódicos.

O jornal *Diário d' Oeste* foi publicado no período de 1962 a 1970 e era de propriedade do médico Wilson Joffre Soares dos Santos. Possuía como subtítulo “Um jornal a serviço do Município, do Estado e do Brasil”, até o ano de 1962. Posteriormente, em 1963, só continha o subtítulo: “matutino”; em 1964: “matutino independente”; de 1965 até o final o jornal não possui subtítulo.

Wilson Joffre era natural de Piraquara/PR. Em 1951 se muda para Cascavel, onde participou das eleições para prefeito pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) no ano de 1956. Foi derrotado pelo candidato Helberto Edwino Schwarz do PSD (Partido Social Democrático).

Segundo o texto da jornalista Claudia Jawsnicker sobre a formação da imprensa no município Joffre sentiu necessidade de produzir um jornal que ajudasse a realizar seus objetivos políticos e eleitorais. Para tanto, convidou o jornalista Celso Sperança, Eli do

²⁷⁰ Id. Ibid., p. 262.

²⁷¹ Id. Ibid., p. 263-264.

Espírito Santo, Luiz Antônio de Guiné e Agenor Pacheco, entre outros, para auxiliar nesta produção²⁷².

Celso Sperança (pai do escritor Alceu Sperança) já havia participado de outros jornais anteriormente: *Correio D' Oeste*, com Luiz Antônio de Guiné (período de publicação foi de 1953 a 1956); e *A Verdade* (publicado em 1956)²⁷³, ambos ligados aos interesses políticos do PSD, partido do governador do Paraná Moyses Lupion (em dois mandatos: de 1947 a 1951 e de 1956 a 1961), que teria ajudado Sperança nestes empreendimentos²⁷⁴.

Segundo Jawsnicker, a inauguração do *Diário d' Oeste*, em 11 de novembro de 1962, contou com a participação de políticos locais e do Estado, incluindo o governador no período Ney Braga. Celso Sperança atuava como redator chefe e Eli do Espírito Santo, Luiz Antônio de Guiné e Agenor Pacheco na direção gráfica do jornal²⁷⁵.

No entanto, na consulta da fonte em si, as informações que temos são: no ano de 1962 a propriedade e a direção responsável era de Wilson Joffre; o redator chefe era Celso F. Sperança; o redator secretário era Sefrin filho (que produzirá outros jornais, posteriormente); o gerente era Alcides Veiga e a paginação era realizada por Ely (com y) do Espírito Santo.

Nos anos seguintes aparece o nome de Paulo Costa Marques como redator secretário ou diretor superintendente. Assim, já não temos mais os nomes de Celso Sperança, a partir de dezembro de 1962, e de Sefrin Filho, que, apesar de atuar em mais alguns números, também se desligou do jornal²⁷⁶.

Inicialmente, O *Diário d' Oeste* circulava diariamente, com exceção das segundas-feiras. Em 1964 passou a ter circulação semanal. Neste período já atuava como diretor Elcir João Carlos Neis²⁷⁷. Segundo Jawsnicker, o jornal possuía gráfica própria e era impresso em duas cores. A linotipo²⁷⁸ era usada para impressão, com formato 36,5cm por 54cm

²⁷² JAWSNICKER, Claudia. *Correio D' Oeste, A Verdade e Diário do Oeste. Jornalismo político-partidário em Cascavel (PR) na década 50. Revista Pj: Br jornalismo Brasileiro*, São Paulo, 7 ed., 2º semestre de 2006. Disponível em: < http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/monografia7_c.htm >. Acesso: 21/03/2018. p/s. Wilson Joffre não chegou a ser eleito.

²⁷³ Ambos os jornais não possuem exemplares disponíveis para pesquisa na biblioteca pública municipal, nem em outro acervo de acesso público de que tenho conhecimento. Além disso, a obra *Pequena história de Cascavel e do Oeste*, escrita por Alceu Sperança e seu irmão, apresenta como primeira data de publicação do jornal *Correio d' Oeste* o ano de 1954 e não de 1953. Há, também, a descrição de outros jornais que foram publicados no município: *A Tarde* (sem dados) *Gazeta do Oeste*, publicado pelo jornalista Eraldo Bastos no ano de 1956, “com propósitos político-eleitorais”. Ver: SPERANÇA, Alceu; SPERANÇA, Carlos. *Pequena história de Cascavel e do Oeste*. Cascavel: J.S. Impressora LTDA., 1980, p. 130.

²⁷⁴ JAWSNICKER, op. cit., p/s.

²⁷⁵ Id. Ibid., p/s.

²⁷⁶ Id. Ibid., p/s.

²⁷⁷ SPERANÇA, Alceu; SPERANÇA, Carlos. *Pequena história de Cascavel e do oeste*. Cascavel: J.S. Impressora LTDA., 1980, p. 130.

²⁷⁸ “A Linotipo é um equipamento de composição mecânica que compreende quatro partes fundamentais: os magazines, ou depósitos de matrizes; o teclado, o mecanismo de fundição e o mecanismo de distribuição das

(posteriormente, passou a ser publicado no formato 33cm por 48cm) e apresentava oito páginas. No entanto, em sua primeira edição temos no campo acima do expediente a designação da *Gráfica Lincoln*. O jornal contava com sucursal nos municípios de Toledo, Foz do Iguaçu, Campo Mourão, Rio de Janeiro e tinha uma sucursal diretora em Curitiba²⁷⁹.

Suas reportagens continham assuntos de interesse local, nacional e internacional. Havia espaços especiais dedicados a: horóscopo, “O mundo é da Mulher”, “Assuntos Médicos”, esportes, “Oeste Agrícola” e “Ronda da Cidade”. Neste último eram apresentadas questões do cotidiano do município de Cascavel em forma de anedotas. Suas páginas eram preenchidas com fotografias, ilustrações, histórias em quadrinhos e anúncios diversos, muito destes com produtos destinados ao uso das madeiras ou da agricultura, ou, ainda, de publicidades de empresas madeiras.

Seu custo em número avulso foi de 15 para 80 cruzeiros com passar dos anos, e a assinatura anual era de Cr\$4.000,00. Também, serviu como diário oficial de vários municípios, como Cascavel, Foz do Iguaçu, Laranjeiras do Sul, entre outros²⁸⁰. Em 11 de dezembro de 1966, com a morte do proprietário do jornal, Elcir João C. Neis passa a ser responsável pela produção editorial, mas, em 1970, devido a desentendimentos com a viúva de Joffre, o jornal deixa de circular²⁸¹.

Já o jornal *Fronteira do Iguaçu* foi publicado do ano 1971 a 1981. Em seu primeiro ano de funcionamento passou ser órgão oficial do Município de Cascavel. Era de propriedade de Nanci Siliprandi, Itacir Bastini, Jácomo Trento (diretor comercial) e Dirceu Vieira Fagundes (diretor responsável pelo jornal). O *Fronteira* foi produzido com objetivo de promover o chamado “Estado do Iguaçu”²⁸², movimento do qual os proprietários eram integrantes, e tinha como propósito retomar, em formato de Estado, o Território do Iguaçu²⁸³.

matrizes. Basicamente, a sua operação consiste em: reunir as matrizes em uma linha de texto; espaçá-la automaticamente a fim de alcançar a medida predefinida; posicionar a linha composta no mecanismo de fundição; transferir a imagem dos caracteres das matrizes para uma barra de metal; e, por fim, devolver as matrizes às suas posições originais nos magazines, para nova utilização”. Rocha, Cláudio. Uma breve história da linotipo. *A Revista Técnica do setor gráfico brasileiro*. 2013. Disponível em: <http://www.revistatecnologiagrafica.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4231:uma-breve-historia-da-linotipo&catid=68:materias-especiais&Itemid=188>. Acesso: 22/03/2018.

²⁷⁹ JAWSNICKER, op. cit., p/s.

²⁸⁰ Id. Ibid., p/s.

²⁸¹ Id. Ibid., p/s. Consta no livro de Sperança, citado acima, que, no período de 1964, o município tinha uma revista intitulada *Oest*. No ano de 1969 havia outro jornal, *Diário de Cascavel*, especializado na área agrícola. Entretanto, só tomei conhecimento deste jornal neste livro e não tenho conhecimento de acervos dedicados a armazenar estes materiais.

²⁸² “O Território do Iguaçu foi um território federal brasileiro criado pelo Decreto-lei n.º 5.812, de 13 de setembro de 1943, durante o governo de Getúlio Vargas, e extinto em 18 de setembro de 1946, pela Constituição. [...] em 1946, surgiu um movimento favorável a recriação do território, desta vez como estado. [...] Na década de 1960, a luta pela volta do Território do Iguaçu, desta vez como estado, foi retomada, tendo entre outros defensores o advogado gaúcho Edi Siliprandi. O advogado e empresário conseguiu muitos adeptos desta

Inicialmente, circulava três vezes por semana. Depois de outubro de 1974 passou a circular diariamente, com novos proprietários: o médico Luiz Carlos de Lima, Jatir Antônio Freitas, Pedrinho de Sousa e o jornalista Frederico Leopoldo Sefrin Filho (que já atuava como jornalista desde 1973 no jornal). Era produzido a partir de impressão *off-set*²⁸⁴, no formato de tabloide, 28cm por 38cm (quando passou à nova administração mudou seu formato para *standard*, com cerca de 55cm e algumas variações), com uma quantidade de cerca de 12 páginas. O jornal possuía sucursais em diversos municípios, como: Toledo, Foz do Iguaçu, Pato Branco, entre outros, sendo as prefeituras as suas principais financiadoras²⁸⁵.

Suas reportagens eram compostas por assuntos de interesse variados, locais e até internacionais. A partir da nova administração o jornal passa a ser dividido em cadernos. Entre outros temas, possuía o “Suplemento Rural”, com matérias dedicadas à agricultura²⁸⁶. Suas páginas eram preenchidas com reportagens acompanhadas por fotografias, anúncios – como de caminhões e máquinas agrícolas –, ilustrações, histórias em quadrinhos etc. Seu custo era de Cr\$0,50 para formatos menores e de Cr\$1,00 para seu formato maior, chegando a custar Cr\$4,00 em 1978 e Cr\$20,00 em 1981.

No ano 1975, Sefrin, jornalista e sócio do jornal, deixa o *Fronteira do Iguaçu* para atuar em um novo jornal, *O Paraná*. Segundo Jawsnicker, a partir deste período o jornal entra em crise devido, entre outros fatores, à competição com o novo jornal. Em 1977 é comprado pelo grupo Kucinski, depois repassado ao empresário Antônio Heleno Rodrigues dos Santos. Em

causa na cidade de Cascavel, onde propunha, fosse instalada a capital [...] foi eleito Deputado Federal defendendo a criação do estado de Iguaçu. Em 1991 e 1994 o Deputado apresentou propostas à Câmara dos Deputados [...], que não passou na Comissão de Constituição e Justiça e a proposta foi arquivada no dia 31 de março de 1993. A cidade de Cascavel acabou se tornando o principal centro difusor da ideia da criação do estado de Iguaçu, liderando o chamado Movimento Pró-Criação do ‘Estado do Iguaçu.’ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Territ%C3%B3rio_Federal_do_Igua%C3%A7u>. Acesso: 29/03/2018. Para mais informações ver: LOPES, Sérgio. O Território Federal do Iguaçu e a “Marcha para Oeste”. *Espaço Plural*, ano V, nº 11, p. 16-18, 1º semestre de 2004. LOPES, Sérgio. “Estado do Iguaçu”: A Trajetória de um movimento. *Revista Informe Gepec*, vol. 08, nº 02, p. 1-17, jul./dez. de 2004. BATISTI, Isa Marta; SOUZA, Edson Belo Clemente de. Da formação do Território ao Estado do Iguaçu. *Revista Informe Gepec*, v. 8, n. 2 (2004). OLIBEIRA, LICÉRIO. “Estado do Iguaçu”: o regionalismo em questão. Campinas/SP, 1999, 165. p. Dissertação Mestrado em Ciência Política – Universidade Estadual de Campinas.

²⁸³ SPERANÇA, Alceu; SPERANÇA, Carlos. *Pequena história de Cascavel e do oeste*. Cascavel: J.S. Impressora LTDA., 1980, p. 131.

²⁸⁴ “A expressão ‘offset’ vem de ‘*offset lithograph*’ (literalmente, litografia fora-do-lugar), fazendo menção à impressão indireta (na litografia, a impressão era direta, com o papel tendo contato direto com a matriz). A offset é ideal para grandes quantidades de impressos pois o papel corre pela máquina, e não precisa de nenhuma intervenção humana enquanto o processo é feito. Mas não pense que o humano não tem utilidade nessa hora. Pelo contrário, a máquina precisa de vários ajustes durante a impressão, seja na quantidade de tinta e água ou seja na hora em que um impresso for ter mais de uma cor”. Disponível em: <<https://chocoladesign.com/o-que-%C3%A9-uma-impress%C3%A3o-offset-54899578d998>>. Acesso: 29/03/2018.

²⁸⁵ SPERANÇA, Alceu; SPERANÇA, Carlos, op. cit., p. 132. e JAWSNICKER, Claudia. Os impasses da modernização dos jornais no oeste do Paraná na década de 70. In: VIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sul, 2007, Passo Fundo. Anais Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, p. 03-05.

²⁸⁶ Id. Ibid., p. 04.

27 de fevereiro de 1979 o jornal sofre um incêndio e passa a ser publicado semanalmente, sendo impresso em Curitiba. Soma-se a tudo isso o assassinato do proprietário do jornal em agosto do mesmo ano²⁸⁷. Acabou sendo comprado pelo jornalista Rolvi Martini e, posteriormente, vendido ao empresário Nelson Ventorano. Em 1981, o jornal *Frenteira do Iguaçu* deixa de existir²⁸⁸.

Os editoriais do jornal, nos anos de 1972 a 1973, foram analisados no artigo *Jornal Frenteira do Iguaçu e a Ditadura Militar*²⁸⁹, de autoria de Maycon Moacir Souza Corazza e Ricardo Krupiniski, texto relevante para este trabalho, pois buscou entender como este jornal se posicionou no período da ditadura civil militar brasileira, sendo que esse regime atuou durante a existência de boa parte dos jornais aqui analisados, de 31 de março de 1964 até 15 de março de 1985.

Neste artigo os autores usaram um questionário realizado com Alceu Sperança, que respondeu sobre o jornal:

O *Frenteira* teve quatro fases. A primeira, a serviço da proposta de criação do Estado do Iguaçu, que definiu devido à repressão ditatorial. A segunda foi a transição do jornal semanário para diário, com a equipe de Frederico Leopoldo Sefrin Filho, que propunha um jornal democrático, ouvindo os dois lados de uma questão. A terceira foi de oposição mais aguda ao regime, à Arena e às lideranças locais pró-ditadura. A estratégia, nesse caso, era publicar o que os militares e a polícia pediam, pois eram ordens, mas atacar fortemente as lideranças locais ligadas ao regime. A quarta foi a liquidação do jornal, primeiro com o incêndio criminoso de suas instalações e por fim o assassinato de seu diretor, Antônio Heleno. A circulação decaiu até fechar as portas²⁹⁰.

Nos editoriais analisados pelos autores se constatou uma tentativa de produzir uma imagem positiva da Ditadura Militar, o que evidenciava um alinhamento do jornal com o governo, com o objetivo de construir uma visão histórica da Ditadura como “revolucionária” e ausente de violência. Em seus editoriais, além destes elementos, defendeu como projeto

²⁸⁷ O jornal da *República* de circulação em São Paulo/SP apresentou no dia 27 de agosto de 1979, nº 01, ano: 001, página 17, uma reportagem intitulada: *Os mandantes: o prefeito e o vice*, sobre o assassinato do proprietário do jornal *Frenteira do Iguaçu*. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/3028109788676/I0000017-7Alt=003546Lar=002252LargOri=004503AltOri=007093.JPG>. Acesso: 03/04/2018. O próprio jornal *Frenteira do Iguaçu* apresentou uma série de reportagem sobre o tema em agosto de 1979.

²⁸⁸ JAWSNICKER, op. cit. 2007, p. 05-06.

²⁸⁹ CORAZZA, M. M. S.; KRUPINISKI, R. *Jornal Frenteira do Iguaçu e a Ditadura Militar: a construção do consenso por meio dos editoriais (1972 a 1973)*. *Revista Advérbio*, v. VII, nº 13, 21/03/2017. Disponível em: <http://www.adverbio.fag.edu.br/>. Acesso: 18/12/2019.

²⁹⁰ SPERNAÇA, A. questionário realizado pelos autores Maycon M. Corazza e Ricardo Krupiniski, 20 de março de 2012. Apud CORAZZA, M. M. S.; KRUPINISKI, R. op. cit., p. 07.

desenvolvimentismo, ou seja, também neste aspecto tinha um consenso favorável à Ditadura Militar²⁹¹.

O jornal *O Paraná* começou a funcionar em 1976 e atua até os dias atuais. Segundo Jawsnicker, foi criado como seus antecessores com objetivos políticos e eleitorais. Tinha, entre seus objetivos, dar suporte, em 1976, à candidatura do empresário, madeireiro e agropecuarista Jacy Miguel Scanagatta²⁹² à prefeitura de Cascavel, pela Arena (Aliança Renovadora Nacional), um dos dois partidos legais durante a Ditadura Civil Militar, que apoiava o governo.

Conforme Jawsnicker, inicialmente, Scanagatta tentou um acordo com o jornal *Fronteira do Iguaçu*, não concretizado, pois um dos proprietários desse jornal no período, Luis C. Lima, pretendia apoiar outro nome para a prefeitura, o do empresário e também madeireiro Sérgio Mauro Festugato²⁹³. Assim, Scanagatta fundou, em sociedade com o jornalista Frederico Sefrin Filho, um novo jornal²⁹⁴.

O Paraná foi inaugurado em 15 de maio de 1976, a partir da compra dos equipamentos do jornal *Diário do Norte* de Maringá, incluindo uma máquina impressora rotativa denominada *Goss-Community*. Seu primeiro exemplar foi vendido no dia seguinte. Possuía sucursais e correspondentes nos municípios de: Curitiba, Marechal Cândido Rondon, Guairá, Toledo, Medianeira e Foz do Iguaçu. Sua publicação diária contava com 15 páginas durante a semana, com número maior aos domingos²⁹⁵.

O subtítulo que possui até dias atuais – “Jornal de Fato” – trazia notícias sobre assuntos locais, nacionais e internacionais. Contava com espaços destinados ao editorial, a assuntos da

²⁹¹ CORAZZA, M. M. S.; KRUPINISK, R. op. cit., p. 10-14. Sobre desenvolvimentista durante o regime militar ver: REGERT, R; BAADE, J. H; SANTOS, A. M. Breve relato sobre o desenvolvimento político, a ideia desenvolvimentista e a educação na ditadura militar. *Educa-Revista Multidisciplinar em Educação*, Porto Velho, v. 6, n. 13, p.82-98, jan/mar, 2019.

²⁹² Jacy Miguel Scanagatta possuía, no período estudado, uma madeireira que serrava ao mês “800 a 900 metros cúbicos de madeira”, “algo em torno de 200 a 300 pinheiros”. Além disso, ele passou a ser proprietário, em 1962, de uma revenda da Volkswagen e de uma “concessão da Massey Ferguson, fabricante de implementos agrícolas”, a Camagril. Isso possibilitou que ele se tornasse, posteriormente, “o maior revendedor da marca no Sul do Brasil” e proprietário de diversas fazendas nos ramos da agricultura e da pecuária no município de Cascavel e nos Estados do Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso, além de atuar em outros empreendimentos econômicos, como na propriedade de duas emissoras de rádio e um jornal. Antes de se mudar para o espaço do estudo já atuava no desmatamento, serrando e transportando as madeiras para exportação através do rio Uruguai. Scanagatta foi eleito em 1965 para o cargo de vice-prefeito e em 1976 para prefeito de Cascavel pela Arena (Aliança Renovadora Nacional). Em 1986 foi eleito deputado federal constituinte. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jaci-miguel-scanagatta>>. Acesso: 25/11/2020. MANFREDINI, Luiz. Empreendedores do Paraná: oeste e sudoeste. 2º ed. Curitiba: Ipê Amarelos, 2008, p. 40-43.

²⁹³ Um dos proprietários da IMAPAR *Industrial Madeireira do Paraná* e também da Madefe.

²⁹⁴ JAWSNICKER, op. cit., 2007, p. 06.

²⁹⁵ Id. *Ibid.*, p. 07, 08 e 09.

política, da economia e do social local. Possuía um “Suplemento Infantil” posteriormente renomeado como “Paraná Jr”; o “Caderno C”, com matérias sobre cultura; e o “Suplemento Agrícola”²⁹⁶. Seu custo era de Cr\$3,00 em 1976, chegando a NCz\$0,60 em 1989.

Após a eleição de 1976, na qual Scanagatta foi eleito prefeito de Cascavel e Assis Gurgacz vice-prefeito, Sefrin deixa o jornal devido a desentendimentos, fundando, posteriormente, outro jornal, o *Hoje*. Com a sua saída, a direção geral do *O Paraná* passa a ser realizada por Manuel dos Passos, que já atuava em vários meios de comunicação²⁹⁷.

Em 1978 o jornal foi vendido para André Costi – superintendente das empresas de Jacy Scanagatta – e para o jornalista Emir Sfair, que já trabalhava no jornal como colunista político, o que manteve, assim, as mesmas ligações políticas anteriores²⁹⁸. O redator-chefe do *O Paraná* passa ser Anselmo Cordeiro²⁹⁹. O jornal também foi nomeado neste ano como o órgão oficial do Município de Cascavel, substituindo o jornal *Fronteira do Iguaçu*³⁰⁰. Assim, a prefeitura tornou-se o maior agente financiador do *O Paraná*, como fora do *Fronteira do Iguaçu*³⁰¹.

2.3 “MADEIREIROS [...] EXIGEM MELHOR TRATAMENTO”³⁰²: os jornais e as ações das madeireiras

Ao analisarmos as reportagens sobre as ações das madeireiras, notamos que estas narrativas se diferenciavam um pouco dos textos sobre a história local. Nos jornais, a ação da agricultura pareceu ser mais valorizada. Isto pode ser observado pelos espaços dedicados à agricultura em cada jornal, como: “Oeste agrícola”, no Diário d’Oeste; “Suplemento rural”, no *Fronteira do Iguaçu*, e “O Paraná agrícola”, no *Paraná*.

Mas isso não quer dizer que esses jornais deixaram de trazer em suas páginas elementos sobre as ações das madeireiras. Muito pelo contrário, os jornais trabalharam para o enaltecimento destas ações e para sua defesa. Podemos considerar que as ações das

²⁹⁶ Id. Ibid., p. 09.

²⁹⁷ Id. Ibid., p. 10.

²⁹⁸ Id. Ibid., p. 11.

²⁹⁹ Anselmo Cordeiro também trabalhou como jornalista nos jornais *Fronteira do Iguaçu*, *Jornal Hoje*, *Folha de Londrina*, *Estado do Paraná* e *Gazeta do Paraná* e escreveu o livro *Ninho de Cobras*, no qual conta a história de algumas famílias detentoras de grande poder econômico em Cascavel e suas ligações com crimes. Disponível em: <<https://cgn.inf.br/noticia/104160/morreu-nesta-madrugada-jornalista-anselmo-cordeiro>>. Acesso: 26/04/2018.

³⁰⁰ CORDEIRO, Anselmo. *Ninho de Cobras*. Cascavel: Editora Independente Ltda, 1986. p. 08.

³⁰¹ JAWSNICKER, 2007, op. cit., p. 12.

³⁰² Subtítulo extraído do jornal DIÁRIO D’OESTE na quinta-feira 04 de abril de 1963. Diário. Ano I, nº 74, p. 01.

madeiras também foram, muitas vezes, entendidas como parte da agricultura, sendo comum nos espaços dedicados à agricultura termos menção à silvicultura, ou seja, plantação de árvores, como pinus, em larga escala.

Na primeira edição do jornal *Diário D' Oeste*, em 11 de novembro de 1962, na página 5, temos 19 anúncios publicitários, dos quais 5 são ligados à agricultura ou às madeiras. Entre estes anúncios estão os das seguintes empresas: *Madeira São José* de Bresolini, Lancini e CIA. LTDA. comércio e beneficiamento de madeira; *Madeira Ouro e Prata*: fábrica de caixas e beneficiamento de madeiras; *Indústria Madeira Cascavel Ltda.* fabricantes de esquadrias e beneficiamento de madeiras.

Acima destes anúncios temos um quadro no qual consta, após o nome de todas as empresas que compunham os anúncios, as seguintes palavras: “traduzindo o pensamento do Comércio e da Indústria cascavelense, saúdam o DIÁRIO DO OESTE, no ensejo do aparecimento do novel órgão da imprensa diária do Paraná”³⁰³. Podemos, a partir destes elementos, exprimir que tais indústrias mantiveram uma ligação de interesse com esse jornal.

Os outros dois jornais também contavam com anúncios publicitários de madeiras, como os parabéns dados à indústria Imapar por seus 25 anos por outras empresas e pela prefeitura do município, nas páginas 4, 10, 13, 14, 15, 16 e 18 no dia 07 de agosto de 1973 no jornal o *Fronteira do Iguaçu*.

Como exemplo de congratulações dadas à Imapar trazemos os parabéns elaborados pela empresa Nodari S.A. (comercial e industrial, revendedora dos tratores FIAT), sendo destaque deste um recorte do discurso do sócio proprietário da Imapar, Renato Festugato, no dia 14 de outubro de 1972, na inauguração de uma nova sede da empresa. O trecho selecionado do discurso para a homenagem realizada pela Nodari trazia como título “A pregação de um pioneiro” e dizia:

Não tem limites as possibilidades desta região que é nossa; inesgotáveis são, também, as fontes de riqueza desse oeste paranaense. A fabulosa fertilidade de seu solo e as perfeitas condições de tornar-se o celeiro do país: o incalculável potencial hidráulico, capaz de fornecer energia a um continente; a exuberância e a grandiosidade de suas florestas; o reflorestamento que garantirá o futuro de nossas matas; todo esse conjunto de valores e possibilidades, constitui um real tesouro à espera de que o dinamize e o coloque em benefício da humanidade”³⁰⁴.

³⁰³ DIÁRIO D'OESTE: um jornal a serviço do município, do Estado e do Brasil. Cascavel/PR: Gráfica Lincoln. Domingo 11 de novembro de 1962. Diário. Ano I, nº I, p. 05.

³⁰⁴ FRONTERIA DO IGUAÇU. Cascavel/PR: Editora Fronteira do Iguaçu, LTDA. Terça-feira 07 de agosto de 1973. Trimensal. Ano III, nº 225, p. 15.

Este trecho do discurso apresenta vários elementos que nos permitem sintetizar algumas das percepções sobre as transformações na paisagem que foram construídas no período pelos jornais. Assim, neste discurso/homenagem, bem como nos outros parabéns dados ao longo do jornal, temos uma percepção que apresenta a crença no progresso da humanidade, no antropocentrismo, na visão da natureza como um recurso infinito – desde que seja explorada com um uso racional, ou seja, com o reflorestamento –, e em uma visão da produção agrícola da região como fornecedora de alimentos para todo o país, além da defesa da construção de uma hidrelétrica em Guaíra.

No mesmo dia, o *Frenteira do Iguaçu* também produziu uma reportagem especial sobre a comemoração do aniversário da Imapar, da página 5 à 9. Esta reportagem, além de contar os detalhes da festa de comemoração com os convidados e com a banda que animou a festa também apresentou os empreendimentos da indústria e sua organização. Todo o texto produzido expressou uma grande publicidade para a Imapar. Entre os enaltecimentos estava o reflorestamento:

Há cerca de 16 anos passados, a Imapar acordou para o problema florestal, antecipando-se às leis obrigatórias do reflorestamento e vem fazendo plantios desde aquela época.

Atualmente tem 4.500.000 árvores plantadas em terrenos próprios e mais 1.500.000 em terrenos de terceiros, sendo ainda grande a sua reserva florestal nativa.

As espécies cultivadas são de “*Pinus Elliottis*” e “*Araucaria Brasiliensis*”. Devendo notar-se que o *Araucária* foi o primeiro a ser cultivado e é maioria. O reflorestamento ainda não parou e, todos os incentivos fiscais possíveis são aplicados nesse setor, bem assim como recursos particulares para que a indústria nunca sofra solução de continuidade.

Graças a uma previsão anterior, a empresa ainda não necessita fazer desbastes, com perda de matéria prima, pois os primeiros pinheiros foram plantados no sistema 4X4³⁰⁵.

Apesar da percepção da natureza como recurso inesgotável, o reflorestamento é ressaltado como algo positivo para um futuro distante. Não obstante, sabemos que isso não era tão distante, já que, em 1977, 4 anos depois, já era anunciada nos jornais a impossibilidade de as madeireiras continuarem suas ações na região oeste do Paraná por falta de matéria prima³⁰⁶.

Nesta reportagem comemorativa há também a valorização da atuação da Imapar na agricultura e na pecuária, a partir da empresa subsidiária CAJATI – Agro-Pastoril Ltda., como

³⁰⁵ Id. Ibid., p. 05-06.

³⁰⁶ Id. Ibid., Domingo 17 de abril de 1977, Ano VII, nº 1142, p. 04.

produtora de alimento para o futuro. É destacada a produção de 100 alqueires, com previsão de aumento de 400 alqueires para o próximo ano. A empresa se utilizava de 8 máquinas, das quais 2 são tratores para destoca. O Jornal anunciou: “Prevendo grande safras, a Madeireira, como é conhecida na região, está preparando uma infra-estrutura completa, incluído a instalação de secadores e silos para estocagem de seus próprios produtos”³⁰⁷. Se analisarmos os trechos da reportagem em conjunto, podemos considerar que, por mais que a Imapar investisse no reflorestamento, isso não era o futuro almejado, já que a indústria demonstrava estar investido bastante na agricultura.

No jornal *O Paraná* não foram encontrados tantos anúncios de madeireiras, talvez por ter sua primeira publicação só em 1976. Suas páginas continham, além de muitos assuntos sobre a agricultura, alguns dos efeitos das ações das indústrias madeireiras, como a falta de reflorestamento, a erosão do solo e a poluição dos rios pelas serrarias, além de algumas reportagens voltadas para uma maior preocupação ambiental. No entanto, reportagens que visavam defender os interesses das madeireiras também tiveram destaque.

No dia 23 de maio de 1979, na página do Informe Rural, o jornal apresentou a reportagem “Afastada ameaça às madeireiras”³⁰⁸. Nela era comemorado o incentivo ao reflorestamento a partir da portaria 001/79-DR do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Tal portaria seria fundamental para a manutenção das empresas madeireiras de pequeno porte da região sul, já que elas não dispunham de recursos próprios para investir no reflorestamento.

Com base nesta mesma argumentação – que defende o reflorestamento para uso das madeireiras – fora produzida a reportagem intitulada “Cascavel quer incentivo para reflorestar”³⁰⁹, no dia 19 de agosto de 1979, que tratava de um pedido da Imapar junto ao secretário da Agricultura e Meio Ambiente do município encaminhado ao secretário de Estado da Agricultura. Nele era solicitada a inclusão da área do município como região prioritária para o reflorestamento no Paraná, por meio do plantio de *Araucaria angustifolia* e outras “essências nativas”.

A reportagem explicou a razão de o município ter ficado de fora desse recorte e quais as justificativas para sua inclusão: foi feito com base no Programa Nacional de Papel e Celulose, que teria excluído o município devido “a excelente fertilidade dos solos e ao alto preço da

³⁰⁷ Id. Ibid., Terça-feira, 7 de agosto de 1973, Ano III, nº 225, p. 07.

³⁰⁸ O PARANÁ: jornal de fato. Cascavel/PR. Quarta-feira, 23 de maio de 1979. Diário. Ano IV, nº 901, p. 08.

³⁰⁹ Id. Ibid. Domingo, 19 de agosto de 1979. Diário. Ano IV, nº 975, p. 10.

terra”. Segundo a reportagem, por meio desta medida o governo federal visava ampliar a área agrícola nos estados das regiões sul e sudoeste, incentivado pelo próprio IBDF.

Não obstante, segundo o pedido da madeireira, elaborado pelo secretário municipal Edgard Ribeiro Pimentel³¹⁰, isso trazia consequências negativas, como:

- Sob o ponto de vista de conservação do solo e das águas nossa experiência mostra que nesta região a ampliação da área agrícola fez desaparecer a cobertura florestal em quase toda a sua totalidade, havendo grandes riscos de erosão do solo devido a ausência da proteção antes oferecida pelas florestas naturais, as quais somente serão recompostas através do reflorestamento intensivo e caráter protetor.
- O reflorestamento com Araucaria e outras essências nativas é inevitável para agilizar o processo de conservação do solo e do meio ambiente, tão necessários a nosso município e região³¹¹.

A madeireira também apresentou como justificativa para o incentivo ao reflorestamento no município o possível desaparecimento da Araucária, e completou no final de seu pedido: “[...] ‘a concretização do objetivo que não atenderá somente os interesses de uma empresa, mas de todas as indústrias madeireiras deste município e a de todos os cidadãos conscientes e integrados na defesa e proteção do meio-ambiente’”³¹².

Apesar do secretário e da madeireira demonstrarem interesses que aparentavam estar aliados às preocupações ambientais para um futuro mais sustentável com reflorestamento para posterior uso, isso só é considerado como um recurso ambiental para garantir um solo adequado e/ou como futura fonte de matéria-prima. A reportagem também demonstra o poder das madeireiras junto à prefeitura, pois foi o secretário que enviou o pedido para o Estado, além defender o reflorestamento no lugar da produção da agricultura, algo impensável no período contemporâneo em tal município³¹³.

As madeireiras também apareceram nos jornais através das convocações do sindicato dos trabalhadores, mas é basicamente na defesa dos interesses das madeireiras junto aos órgãos federais que elas foram mencionadas nos jornais. No dia 04 de dezembro 1962, na

³¹⁰ Edgar(d) Ribeiro Pimentel, além de ter sido secretário municipal da Agricultura e meio Ambiente na gestão de Jacy M. Scanagatta, também foi um dos fundadores da SRO— Sociedade Rural do Oeste do Paraná —, e era responsável por assinar o quadro *Oeste Agrícola* quando as reportagens eram vinculadas pela ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Rural. Ele também foi deputado estadual.

³¹¹ O PARANÁ. op. cit., domingo, 19 de agosto de 1979. Diário. Ano IV, nº 975, p. 10.

³¹² Id. Ibid., p. 10.

³¹³ “Prefeitura quer derrubar 231 araucárias para readequar estrada rural em Cascavel”. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2020/05/19/prefeitura-quer-derrubar-231-araucarias-para-adequar-estrada-rural-em-cascavel.ghtml>. Acesso: 09/06/2020. Porto cobra SEMA sobre intenção de cortar 231 araucárias no interior de Cascavel. Disponível em: <https://www.camaracascavel.pr.gov.br/noticias/item/8884-porto-cobra-sema-sobre-intencao-de-cortar-231-araucarias-no-interior-do-municipio.html>. Acesso: 09/06/2020.

primeira página do jornal *Diário D'Oeste*, foi destaque: “Firmas Madeireiras Prejudicadas pelo Grupo Amambahy”, reportagem que tratava de um encontro do delegado regional do *Instituto Nacional do Pinho* – INP³¹⁴ – no Rio de Janeiro, sede oficial do INP, com o objetivo de resolver um mandado de segurança contra a Agência do Banco do Brasil realizado pelo Grupo Amambahy. Tal grupo estaria tentando desobedecer ao regime de quotas para exportação, definido pela resolução do instituto, exportando o valor “447 mil pés quadrados de pinho”³¹⁵, e não seguindo as resoluções de estoque.

O INP (*Instituto Nacional do Pinho*) foi criado com a clara intenção de “fomentar a atividade madeireira, representando nesse sentido a defesa dos interesses do setor, num contexto em que o governo também buscava expandir a indústria no país”³¹⁶. Assim, essa reportagem do *Diário D'Oeste*, além demonstrar o alinhamento dos interesses das madeireiras com o jornal, revela o papel de controle que tinha o INP – ou, pelo menos, que tentava ter.

No domingo dia 10 de março de 1963 o jornal trouxe, na página 3, a reportagem “Florestamento do Paraná em pauta na reunião Regional do I.N.P.”³¹⁷. O assunto abordado na era a reunião que aconteceria no próximo dia 15, na cidade de Curitiba, na delegacia fiscal do tesouro nacional. Estariam reunidos a junta regional – o órgão representativo que legislava sobre as exportações de madeira – e o conselho florestal do instituto, a fim de delimitar as pautas para a reunião nacional que ocorreria no Rio de Janeiro, também no dia 15, mas do próximo mês.

Apesar de o título ter a palavra *florestamento*, a maior preocupação apresentada na reportagem foi em relação à necessidade de aumento da exportação, que, no período, era de

³¹⁴ O *Instituto Nacional do Pinho* foi um órgão oficial brasileiro criado por Getúlio Vargas, em 1941, com o objetivo de controlar as atividades “de produção, transporte e comercialização da madeira”. Teve atuação nos três estados do sul do Brasil e era vinculado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Operou até final década de 1960, quando foi substituído pelo *Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal* – IBDF –, vinculado ao Ministério da Agricultura. Também tinha como objetivo possibilitar ao governo um “sistema de arrecadação tributária sobre a madeira exportada”. Entre as suas atribuições está: “promover o fomento do seu comércio no interior e exterior do País”; “fixar preços mínimos; estabelecer quotas de produção e de exportação” e “fiscalizar a execução das medidas e resoluções tomadas, punindo os infratores de acordo com as penalidades que forem fixadas no regulamento do Instituto Nacional do Pinho (I.N.P.)”. Regulava, ainda, a instalação de novas serrarias, fábricas de caixas e de beneficiamento de madeira, entre outros. Era organizado em vários departamentos distribuídos hierarquicamente, com atribuições definidas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4813.htm. Acesso: 18/02/2020. LAVALLE, A. M. op. cit. p. 78. RADIN, José Carlos; SALINI, Ademir Miguel. O Instituto Nacional do Pinho e a indústria madeireira no oeste catarinense. *Revista Professare*, Caçador, v. 4, n. 3, p. 21-46, dez. 2015. p. 29-37. BRASIL. *Decreto-Lei nº 3.124*, de 19 de março de 1941. Cria o Instituto Nacional do Pinho e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3124.htm> Acesso: 31/05/2018.

³¹⁵ DIÁRIO D'OESTE, op. cit., Terça-feira, 04 de dezembro de 1962. Diário. Ano I, nº 17, p. 01.

³¹⁶ RADIN, José Carlos; SALINI, Ademir Miguel. O Instituto Nacional do Pinho e a indústria madeireira no oeste catarinense. *Revista Professare*, Caçador, v. 4, n. 3, p. 21-46, dez. 2015. p. 29-37.

³¹⁷ DIÁRIO D'OESTE: matutino. Cascavel/PR: Gráfica Lincoln. Domingo 10 de março de 1963. Diário. Ano I, nº 57, p. 03.

2,5 milhões de pés de madeira por mês em Foz do Iguaçu, ou seja, a reportagem visava falar da necessidade de aumentar o desmatamento, ao contrário do que sugere o título “florestamento”.

Segundo Miguel M. X. de Carvalho, o INP até apresentava uma preocupação do governo com a rápida devastação das florestas e com “a necessidade de ao menos promover e fomentar o reflorestamento”³¹⁸. Também era responsável por promover “educação florestal nos centros madeireiros”³¹⁹, pela “criação de alguns parques florestais em áreas desmatadas” e por apresentar em seus anuários: autores que “ alertavam sobre a velocidade do processo de devastação e a falta de correspondência nas ações de reflorestamento”³²⁰.

No entanto, o instituto e suas políticas visavam mais proteger e garantir os interesses dos madeireiros. Mesmo as críticas à devastação acelerada presentes nos anuários estavam calcadas “em argumentos produtivistas” e antropocêntricos³²¹, o que parecia ser também a visão apresentada na reportagem do *Diário D’Oeste*.

Ainda segundo Carvalho, mesmo as menções a reflorestamento e educação florestal não possibilitam que consideremos o INP “como um órgão de proteção ambiental da maneira como entenderíamos hoje”. Estas ações procuravam manter “a própria perpetuação e crescimento econômico do setor”³²² madeireiro. Muito dos reflorestamentos promovidos pelo órgão eram realizados com espécies exóticas, como o pinus³²³. Assim, a criação do INP representou “a ascensão econômica e política definitiva da classe madeireira sulina junto ao governo federal”³²⁴. É o que podemos analisar a seguir, a partir da reportagem do dia 14 de março do mesmo ano.

Neste dia, na primeira página do *Diário D’Oeste*, o assunto das quotas de exportação definida pelo INP é retomado. Desta vez, tratava-se da reclamação sobre as quotas de exportação pelo sudoeste do Paraná, realizada pelo deputado estadual Egon Pudell (PSD – Partido Social Democrático). Antes de ingressar na política ele foi “gerente do Empório

³¹⁸ CARVALHO, Miguel M. X. de. A crítica ambiental e o processo de devastação das florestas de araucária no Sul do Brasil. In: ANPUH – XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, São Leopoldo, *Anais*. p. 02.

³¹⁹ BRASIL. *Decreto-Lei nº 4.813*, de 8 de outubro de 1942. Reorganiza o Instituto Nacional do Pinho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De14813.htm> Acesso: 31/05/2018.

³²⁰ CARVALHO, M. M. X. de op. cit. 2007, p. 03.

³²¹ Id. *Ibid.*, p. 03.

³²² CARVALHO, M. M. X. de op. cit. 2010, p. 177.

³²³ Id. *Ibid.*, p. 280.

³²⁴ CARVALHO, M. M. X. de op. cit. 2006, p. 161.

Toledo, braço comercial³²⁵” da *Industrial Madeireira e Colonizador Rio Paraná S/A* (MARIPÁ).

Suas críticas foram rebatidas pelo também deputado Luiz Alberto Dalcanalle (PTB – Partido Trabalhista Brasileiro), que teria falado em defesa das ações do INP e da junta deliberativa. Segundo o jornal, ele afirmou que: “foram as únicas que deram um critério especial de tratamento ao problema da madeira em Foz do Iguaçu, dando uma quota limite de 2 milhões de pés quadrados de exportação”³²⁶. Dalcanalle, assim como Egon Pudell, provavelmente estava falando em nome seus próprios interesses, já que Dalcanalle era um dos proprietários da empresa de colonização e madeireira *PINHO e TERRAS LTDA*, com atuação no sudoeste do Paraná, e com ligações com “grupos econômicos de Buenos Aires” – estes últimos eram os principais compradores da madeira exportada por Foz Iguaçu³²⁷.

A partir das reportagens do jornal podemos perceber as relações entre os grupos madeireiros e o Estado. Além disso, tais jornais permitem ponderar as formas de atuação dos madeireiros, ora apoiando o INP, ora contra ele, conforme seus interesses. É o que também foi verificado nas reportagens do dia 4 de abril de 1963. Na primeira página, com destaque, está a reportagem intitulada: “Madeireiros de Foz do Iguaçu Exigem Melhor Tratamento”³²⁸, que procurava demonstrar a indignação da associação dos madeireiros de Foz do Iguaçu contra o INP no que se referia às cotas de exportação pela “fronteira seca” em relação às realizadas pelo Atlântico – considerado o caminho de exportação mais vantajosa, o que prejudicava o que era feito por Foz do Iguaçu.

No mesmo dia – mas com bem menos destaque – temos uma reportagem que louvava as atitudes do INP junto aos grupos madeireiros. O diretor da subdelegacia do INP, Romulo Martinelli, lembrava: “[...] a laboriosa classe madeireira, que está autorizado a conceder aumento na produção serrada, na base de 25%, sendo que tal aumento favorecerá somente as serrarias registradas” [sic]³²⁹.

Segundo Lavalle, a criação do INP até trouxe algumas modificações no que tange ao transporte da madeira, mas “não teve uma atuação positiva no controle e planejamento da produção”³³⁰, além de não impedir o contrabando da madeira³³¹.

³²⁵ Disponível em: <<https://www.jornaldooeste.com.br/noticia/morre-egon-pudell-pioneiro-de-toledo-e-ex-prefeito>>. Acesso: 26/06/2018.

³²⁶ DIARIO D’OESTE. Op. cit. Quinta-feira, 14 de março de 1963. Diário. Ano I, nº 60, p. 01.

³²⁷ WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2. ed., Curitiba: Lítero-Técnica, 1985. p. 188-189.

³²⁸ DIARIO D’OESTE. Op. cit. Quinta-feira, 04 de abril de 1963. Diário. Ano I, nº 74, p. 01.

³²⁹ Id. Ibid., p/s.

³³⁰ LAVALLE, A. M. op. cit., p. 78.

³³¹ RADIN, J. C; SALINI, A. M. op. cit. p. 43.

Sobre este assunto temos a reportagem de primeira página de terça-feira, dia 28 de maio de 1963, intitulada: “Repressão ao Contrabando de Pinho para a Argentina”³³². Ela tratava da “operação Pinhão”, que tinha o objetivo de “impedir a passagem de pinhão e mudas de pinheiro” para a Argentina. Para tanto, o estado do Paraná busca a ajuda do estado Santa Catarina. A preocupação era com o aumento das reservas florestais no país vizinho, e, com isso, a superação do Brasil como exportador de pinheiro. Assim, o jornal novamente dava destaque aos interesses madeireiros em sua página principal.

Em 30 de abril de 1967 foi produzida a notícia “Quase Esgotadas as Reservas Florestais Brasileiras”³³³. Tal reportagem foi acompanhada da imagem abaixo:



REPORTAGEM 1: Quase Esgotadas as Reservas Florestais Brasileiras.

Fonte: DIARIO D'OESTE: Domingo 30 de abril de 1967. Ano III, nº 366, p. 05

Na legenda da imagem temos a seguinte frase: “Paisagens como está ao lado já são difíceis de se avistar em nossa região, o que ainda é uma das mais ricas em araucárias nativas”. Ao observarmos o título, a imagem e a legenda podemos inferir que os resultados das ações madeireiras, que causaram as transformações na paisagem, também eram evidenciados nas páginas do jornal – para além dos interesses econômicos das madeireiras.

³³² DIARIO D'OESTE. op. cit. Terça-feira 28 de maio de 1963. Diário. Ano I, nº 108, p. 01.

³³³ Id. Ibid. Domingo 30 de abril de 1967. Diário. Ano III, nº 366, p. 05.

Segundo essa notícia, há dois fatores eram os responsáveis por causar o esgotamento das reservas – os “inimigos da Floresta”, como foram nomeados. Em primeiro lugar, havia a “ignorância” e a “ganância” dos primeiros exploradores e, em segundo, os porcos: “o porco é, pois o segundo grande inimigo do pinheiro brasileiro”, ou seja, o papel das madeiras na diminuição das araucárias não foi sequer mencionado.

O que também chama atenção nesta reportagem é que essa diminuição só é reclamada pelo papel que a árvore tinha enquanto madeira. Assim, a *Araucaria angustifolia* foi descrita como uma madeira mole, que representava 70% da madeira consumida no país, sendo: “50% na construção civil; 20% na fabricação de caixaria para embalagens [...] 5% na indústria de móveis; e o restante (25%) distribuído em vários usos, dentre os quais a fabricação de poupa de papel celulose, papel de imprensa, chapas compensadas e outros [...]”. A notícia é finalizada da seguinte forma:

Outras espécies, menos úteis e mais comuns, deveriam ser abatidas, dando lugar a um maior número de árvores coníferas.

A própria araucária, quando defeituosa, deveria ser abatida, e, quando possível, utilizada na fabricação de celulose, cedendo lugar aos espécimes mais desenvolvidos, que seriam destinados ao corte³³⁴.

A percepção que a notícia reproduz é da silvicultura – plantação de árvores para o futuro uso. Assim, o desmatamento também é incentivado, até mesmo o corte das araucárias. A ideia era produzir coníferas, podendo ser araucárias ou não. O objetivo era aumentar a produtividade da indústria madeireira.

Da mesma forma como as reportagens apresentadas no texto acima, *O Diário D’ Oeste* produziu, ao longo do ano de 1967, várias outras que buscavam assegurar os interesses dos madeireiros. Assim também foi no dia 06 de agosto de 1967, em que defendeu que os madeireiros não deveriam pagar o ICM (imposto de circulação de mercadorias). No dia 13 de agosto de 1967 afirmou que a diminuição do ICM sobre a madeira acarretaria grandes benefícios – como em relação ao estímulo à habitação, já que reduziria o custo da madeira serrada, usada para a construção de casas. No dia 27 de agosto de 1967 divulgou a reunião dos madeireiros com o governo do estado, solicitando apoio. No dia 10 de setembro de 1967 noticiou como a isenção de imposto aos madeireiros era um incentivo ao reflorestamento, e, no dia 24, trouxe a reclamação do sindicato madeireiro sobre a Resolução nº 11 do conselho nacional do comércio exterior.

³³⁴ Id. Ibid. p. 05.

Neste mesmo dia foi produzida a reportagem intitulada “O ‘Dia da árvore’ é um dia triste...”. Tal reportagem apresenta a mesma imagem inserida na reportagem do dia 30 de abril (no texto acima), e, como na anterior, a primeira impressão que temos é que haverá alguma crítica ao setor madeireiro. Todavia, isso não ocorreu.

A reportagem foi iniciada com uma observação sobre como se comemorava o dia da árvore: plantando árvores nas escolas e recitando poesia. Na sequência, em um tom crítico, é observado que: “nos anos anteriores, mais de 500 árvores foram derrubadas em todo o Brasil, apenas no decorrer de dois minutos”³³⁵. Também há crítica à falta do replantio. Não obstante, da mesma forma observada na reportagem do dia 30 de abril, a questão é a falta da madeira considerada mole.

No entanto, algumas críticas à falta de replantio são diferentes. Vejamos: “E é por isso que o nosso clima já não é o mesmo. Os verões estão muito mais quentes. Os invernos mais curtos. As chuvas já não irrigam: destroem”³³⁶. Aqui, temos uma percepção que observa além do valor das árvores para produção de madeira, que considera as árvores como elemento de equilíbrio para o clima. Na sequência, retoma-se a percepção das árvores como madeira: “Madeira é riqueza. É indústria. É economia”.

Talvez houvesse, de forma camuflada, uma crítica às madeireiras. Com base na reportagem, o governo estava oferecendo todos os benefícios para o reflorestamento, como a dedução de tributos. Contudo, observou-se: “Mesmo assim, continuam derrubando árvores. Derrubando. Derrubando. Derrubando. E nunca plantando”.

Há, também, uma alusão ao ICM. Não por acaso, a reportagem inserida abaixo da página é justamente sobre qual tipo de madeiras pagaria este imposto, com o título “Exportar madeira bruta paga ICM”. Nessa matéria, noticia-se que seria cobrado o ICM dos produtos que apresentavam pouco beneficiamento, já que este imposto não era atribuído aos artigos industrializados destinados ao Exterior.

A reportagem sobre o dia da árvore anunciou, ainda, que o Brasil, dentro de poucos anos, seria um deserto. O tom mais crítico do jornal nesta reportagem se explica pelo que se lê ao final da reportagem: escrita em colaboração com o Conselho Nacional de Propaganda e Instituto Brasileiro do desenvolvimento Florestal, ou seja, não era uma produção exclusiva do jornal.

A defesa dos interesses madeireiros não era uma exclusividade do *Diário D’Oeste*. Por exemplo, o *Fronteira do Iguaçu* apresentou, no dia 09 de maio de 1971, uma matéria sobre

³³⁵ Id. Ibid. Domingo 24 de setembro de 1967. Diário. Ano III, nº 384, p. 04.

³³⁶ Id. Ibid., p. 04.

uma reunião que os madeireiros de Cascavel e Foz do Iguaçu tiveram com o IBDF para acertar a nova tabela de medição da madeira, com base na Portaria nº 1.391.

No dia 13 de junho de 71 o *Fronteira do Iguaçu* anunciou na sua primeira página, com letras grandes: “Madeira exportada será isenta de ICM” – complemento à notícia na página 7. Na página foram inseridas as duas reportagens principais³³⁷ do jornal, uma delas sobre o ICM. O jornal informa que o sindicato das Indústrias de serrarias, carpintarias, tanoarias e marcenaria do Estado Paraná havia informado o governo sobre o “problema das saídas de madeira serrada”. Em benefício desse setor o governo do Paraná decidira baixar uma resolução na qual a madeira serrada passaria ser entendida como produto industrializado, portanto, isento de ICM para exportação. Além dessa benfeitoria o estado planejava tornar a exportação da madeira algo menos burocratizado, ou, nas palavras do jornal: “medidas para facilitar as saídas do produto para o exterior”.

Essa reportagem, além de reforçar a noção dos jornais como exímios defensores do setor madeireiro, também demonstrou como o estado do Paraná estava mais preocupado em garantir maior lucro a esse setor, e não com a preservação e conservação das florestas, ou, também, como garantia de arrecadação de valores sobre uma riqueza que não pertencia somente aos madeireiros.

Se os jornais no âmbito geral ratificavam ampla advocacia aos interesses dos madeireiros, acreditando nos benefícios que a extração da madeira poderia trazer, alguns textos dentro destes tinham outras afirmações. Talvez isso ocorresse porque algumas das pessoas que atuavam nos jornais tivessem uma percepção diferenciada.

No dia primeiro de abril de 1971, na página 13 no jornal *Fronteira do Iguaçu*, foi produzida uma história com início, meio e fim intitulada: “Pinheiros” – assinada por Alcides Pereiro, representante do jornal no departamento jurídico.

Tal narrativa apresenta como cenário as margens do Rio Iguaçu. No início são apresentados os jagunços, que tinham a missão de eliminar alguém. Após a frase “O castigo e o temor não existiam”³³⁸, há descrição da personagem principal, Waleska, viúva da vítima dos jagunços. Seu marido fora “assassinado por questões de grilos de pinheiros”. Também nos é apresentado o filho mais velho do casal, com 13 anos. O autor se dedicou a descrever a tristeza da viúva e como ela percebia os pinheiros.

³³⁷ A primeira reportagem era sobre 6 mortos em Santa Helena: a ação da polícia como “restabelecendo a ordem”.

³³⁸ Pelo que podemos verificar, essa frase é de Ovídio em *Metamorfoses*.

Formatos de taças gigantescas, os densos pinheiros, motivos das complicações. Os mesmos pinheiros que foram e são as causas de tantas fortunas, mortes e lares enlutados. Foram extensões enormes de matas verdejantes. Waleska sente em suas entranhas a própria substância dos pinheirais. Fazem parte de seu corpo, de sua alma. Eles produzem a madeira de construção. A resina. Pasta mecânica que é transformada em papel. Dêles se fabricam os moveis. Os palitos. Comem-se os deliciosos pinhões, sucedâneos da castanha. [...]. Derrubados exaurem da terra fértil a exuberância natural, e a transformam em árida e desértica. Os homens se apossam de tudo. Dos pinheiros e da terra. Grilam. Matam. Incendeiam. Waleska participa e vive esse drama. O seu drama. Pretende transformar a mentalidade dessa gente, evitar com outros, o que houve consigo³³⁹.

A história se encerra de forma grandiosa e harmônica com a concretização dos objetivos de Waleska. Com o passar dos anos, os filhos dos jagunços estudam com os de suas vítimas: “formam gerações livres de preconceitos”. Waleska agora é professora, homenageada em seu aniversário pelo coral que ajudou a construir: “Na tarde seguinte à das homenagens, silenciosa e pura como viveu, Waleska junta-se para sempre a aquêle que tanto amou: seu marido”. Waleska morreu, mas, na narrativa do escritor, se tornou parte da própria natureza, está no ar puro das matas.

A narrativa épica sobre a história de Waleska a constitui como uma heroína mulher, tendo as características que normalmente são atribuídas como naturais a este gênero: o silêncio e a pureza, algo estendido também no meio natural, com o ar, as árvores e a água. As críticas recaem sobre a ganância pelo pinheiro e pela terra, que geram mortes. A aplicação do pinheiro como matéria-prima é valorizada, mas sua exploração por completo não. Assim, nessa percepção, a paisagem formada pelos pinheiros tem valor utilitário e valor de contemplação.

No final da história temos a visão para um futuro harmônico, sem mais conflitos de nenhum tipo. Assim, não há vingança ou justiça pela morte do marido de Waleska, tampouco pela exploração humana sobre a natureza.

2.3.1 “E as Serrarias Desaparecem: já devastamos a região”³⁴⁰

Em meados década de 1970 o setor madeireiro já dava sinais de estar em crise. Pelo menos isso era o que os jornais noticiavam. Em 1º de dezembro de 1976 o jornal *Fronteira do Iguaçu*, em sua primeira página, apresentou: “Serrarias estão sendo fechadas”. Segundo o jornal, o oeste do Paraná “gravitou” em torno da extração da madeira por vários anos, mas

³³⁹ FRONTERIA DO IGUAÇU., op. cit. Quinta-feira, 1 de abril de 1971, Ano I, nº 18, p. 13.

³⁴⁰ Subtítulo extraído FRONTERIA DO IGUAÇU. Quarta-feira, 1 de dezembro de 1976, Ano 6, nº 1031, p. 11.

agora era a agricultura que crescia, e o setor madeireiro se não fechava, iria para outros estados, o que geraria no próximo ano o aumento do desemprego.

A reportagem continuou na página 11, com o título: “E as Serrarias Desaparecem: já devastamos a região. Por isso, as serrarias se internam pelas matas de outros estados”. Como na primeira página, é reafirmado o espaço perdido na economia pelas madeiras e o aumento na produção agrícola. Acreditava-se que dentro de 10 anos as reservas de florestas estariam totalmente esgotadas, o que levaria ao fim da operação das serrarias na região. Assim, o fim das florestas é sentido pela ótica econômica, pela perda da atuação das serrarias como um sinal do fim de empregos, em um tom alarmante.

A reportagem cita a fala do então chefe do Posto de Controle de Fiscalização (POCOF) do Instituto Brasileira de Desenvolvimento Florestal, Adágrio Somavila, para comprovar o declínio da produção das serrarias. A fala de Somavila também é relevante por dizer que na região oeste, como em todo o Paraná, “terá apenas o pinheiro como uma lembrança”³⁴¹. A saudade do pinheiro é apresentada em relação à produção madeireira: “pois o restante que existe, ou pertence à área de preservação ou está sendo cortado aos poucos”³⁴².

No mesmo jornal, em 17 de abril de 1977, é retomado o assunto sobre a crise do setor madeireiro, dessa vez sobre atual município de Santa Tereza, na época ainda distrito de Cascavel. A matéria também foi destaque da capa do jornal, com o título “Futuro Incerto Para S. Tereza”. A reportagem ocupou todo o espaço da quarta página. Sob o título “Madeiras: Santa Tereza tem reserva para 3 anos”, o texto é subdividido em duas partes. A primeira “Madeira parou. Faltou madeira e capital de giro” e a segunda “Fim da madeira: o comércio poderá ser paralisado em 70%”³⁴³. Todos os títulos têm um tom alarmante sobre um futuro incerto, algo que também aparece na reportagem como um todo, principalmente sobre o destino dos trabalhadores e seus familiares com o fim de seus trabalhos nas madeiras.

A matéria é composta por três imagens. A primeira à esquerda, na parte superior, é de um homem em um escritório assinando papéis, o que apresenta a ideia de alguém preocupado com seu trabalho, e embaixo há a legenda: “Rui Menta: indústria está parada, não pode pagar ICM atrasado”³⁴⁴.

A segunda imagem à direita é de uma serraria, com muitas toras de árvores. Não há pessoas trabalhando, nem tábuas de madeira serrada. A ideia apresentada é de abandono, e

³⁴¹ Id. Ibid., p. 11.

³⁴² Id. Ibid., p. 11.

³⁴³ Id. Ibid. Domingo 17 de abril de 1977, Ano 7, nº 1142, p. 04.

³⁴⁴ Id. Ibid., p. 04.

abaixo há a legenda: "Na Madeireira Campos Novos, o reflexo do fim próximo do ciclo da madeira".

Ao ler a reportagem ficamos sabendo que a madeireira da imagem pertence a Rui Menta e estava parada desde dezembro de 1975. Ele já havia demitido seus funcionários, tendo somente um guarda trabalhando. Este guarda é Algeu Soares, que também foi entrevistado na reportagem em relação à sua preocupação com a falta de empregos se as serrarias fechassem.

A terceira imagem está dentro de um quadro. Ela apresenta outro homem, também em um escritório – como na primeira –, porém, o homem está parado; suas mãos postas sobre a mesa se apertam; tem o olhar fixo, como se buscasse no horizonte alguma solução. A legenda: "Grubisich: madeiras só para três anos. Madeira, uma economia que chega ao fim".



REPORTAGEM 2: Madeiras: Santa Tereza tem reserva para 3 anos.

Fonte: FRONTERRIA DO IGUAÇU: Domingo, 17 de abril de 1977, Ano 7, nº 1142, p. 04.

A reportagem é composta, além do título e dos subtítulos maiores, por subtítulos menores que compõem as argumentações, o sentido do texto. A narrativa se inicia com a descrição segundo a qual das 12 indústrias que existiam no distrito, duas tinham paralisado suas atividades, porém, uma já retomava as atividades, agora com novo proprietário (o antigo proprietário era Ivo Wachesmann, ex-vereador). Assim, por mais que a argumentação da reportagem fosse em relação à crise do setor madeireiro, podemos ponderar que essa não era tão grave como queria fazer parecer o jornal, já que só uma madeireira das 12 indústrias de fato parara de funcionar.

Um dos subtítulos menores que compõem essa parte do texto é: “Matéria-Prima: Ainda 2 anos, ‘Num pau Brabo’”, subtítulo que segue a lógica dos outros, pois também projeta um futuro complicado para as madeireiras e para os seus trabalhadores. A solução para estes problemas é trazida na sequência da reportagem, na fala de Menta: “todo mundo está falando de ir para o Mato Grosso”. O próximo subtítulo é uma citação da fala do funcionário Soares, e tem o mesmo sentido que a fala de Menta, de um futuro em outro lugar: “Tô com vontade de ir para Rondônia”.

A reportagem tem a parte inferior dividida em duas: uma dentro de um *box*, e a outra do lado, cada uma com um subtítulo principal. Ambas as partes são significativas para analisarmos as percepções sobre as transformações na paisagem. A primeira, dentro do *box* e abaixo da terceira imagem, se expressa da seguinte maneira:

Há duas dezenas de anos atrás, a vegetação regional era bastante rica. Mas aí, já havia iniciado o ciclo madeireiro e bastaram estes poucos anos para praticamente extinguir grande parte das árvores nativas da região. Com isso, houve em parte o desequilíbrio ecológico e em parte o Oeste paranaense sentiu o progresso chegar acelerado e vigoroso, o qual se pode verificar³⁴⁵.

A narrativa apresenta uma apreensão com o futuro que não é só econômica. Há o entendimento de que as madeireiras trouxeram benefícios – “progresso” –, entendidos como empregos, mas também ocorreram perdas com as ações das madeireiras: as árvores. Nesse trecho há uma noção de um tempo cíclico. A partir do passado, a percepção apresentada é de que as madeireiras teriam gerado riquezas e perdas, mas esse tempo acabou. Na sequência não há um novo ciclo: um tempo marcado pelo desequilíbrio ecológico e pela aceleração das transformações. Assim, o tempo é cíclico na medida da continuação do progresso e das mudanças na paisagem.

³⁴⁵ Id. Ibid., p. 04.

A mistura de progresso e destruição como elementos provocados pelas transformações na paisagem está também presente na sequência da narrativa, sob o subtítulo “Agricultores também são culpados do desmatamento”, construído a partir da entrevista com o madeireiro João Grubisich (representado na terceira imagem). Segundo a reportagem:

Ele adquire madeiras de agricultores da região. Considerou, Grubisich, que o desequilíbrio ecológico com a exploração da madeira, em especial nos últimos anos, é em parte culpa dos próprios agricultores, já que estes desmatam e, ‘inclusive, destocam’ para plantar produtos agrícolas³⁴⁶.

Que desequilíbrio ecológico seria esse? A falta de árvores, ou, talvez, com base na análise de outros jornais, poderíamos supor que Grubisich se referia às erosões, tema que apareceu com frequência nas reportagens, que criticavam o desmatamento como fator das erosões do solo.

Não obstante, não temos como saber se era esse o desequilíbrio a que Grubisich se referia. O que sabemos é que ele parece ter a certeza de que há um problema ecológico, e na sua percepção isso é fruto do desmatamento, algo pelo qual sua empresa madeireira é responsável, porém, não é a única. Grubisich, da mesma forma que Menta, queixou-se sobre o fato de as madeiras pagarem ICM (imposto de circulação de mercadorias). Isso, somado à falta de matéria-prima, levaria as madeiras a fecharem suas portas.

Na parte inferior da reportagem o subtítulo é: “Fim da madeira: o comércio poderá ser paralisado em 70%”. Nesta parte, buscou-se demonstrar como não só os empregados e os empresários teriam prejuízos com o fim das ações das madeiras. Mas, toda a população do distrito seria prejudicada, pois “o Distrito praticamente sobrevive às custas da industrialização e comercialização da madeira”. Para argumentar nesse sentido, a reportagem trouxe a fala de um proprietário de secos e molhados, Mazolino Fermo:

‘Quando entrei aqui era tudo mato – assinalou Fermo, mais adiante – e agora se enxerga tudo vermelho de soja’. Assim se expressando, o comerciante destacou que a lavoura não empregará a mão de obra que o atual parque industrial madeireiro de Santa Tereza dispensará com o fim do ciclo da madeira. Isto porque a lavoura hoje é totalmente mecanizada e ocupa pouca mão de obra³⁴⁷.

Fermo descreve a passagem do tempo e a mudança na paisagem no lugar, que antes era ocupado pela vegetação e agora é utilizado para a produção de soja, descrita por ele como

³⁴⁶ Id. Ibid., p. 04.

³⁴⁷ Id. Ibid., p. 04.

sendo de cor vermelha – é difícil saber a razão pela qual ele atribui tal coloração à soja, talvez pelo contraste com o verde da vegetação, ou por algumas variedades dessa planta, que, ao estar madura, tem um tom avermelhado. Assim, a sua percepção sobre a transformação na paisagem é verbalizada pela substituição da vegetação e das cores. Nessa percepção a agricultura não é uma boa substituta para as madeireiras, como notamos em outras narrativas. Para ele, a agricultura não gera o mesmo tipo de benefícios sociais: os empregos.

A reportagem segue com uma entrevista com um cliente do comércio de secos e molhados, Genésio Bonumetto, que se aposentou como trabalhador de madeireiras. Ambos os entrevistados indicaram possíveis soluções para gerar empregos no distrito. Bonumetto argumentou que uma solução seria um novo parque industrial com outros tipos de indústrias entre Cascavel e Santa Tereza, no qual trabalhariam os seus filhos e genros, enquanto ele trabalharia como boia-fria³⁴⁸, “para ajudar o dinheiro da aposentadoria”. Outra possibilidade apontada foi de migração: “O negócio é a turma se mandar pro Mato Grosso ou Transamazônica”.

As possibilidades para enfrentar “o fim do ciclo da madeira na região Oeste do Paraná”, provavelmente, já faziam parte da realidade de alguns sujeitos da época. São elementos que se concretizaram e serão ainda analisados nesse texto.

A reportagem tinha o objetivo de descrever a crise que o setor madeireiro estaria enfrentado, e como isso prejudicaria toda a população. Entretanto, podemos constatar que ela também visava defender os interesses dos madeireiros, sobretudo reforçar as demandas destes quanto ao fim do pagamento do ICM (imposto de circulação de mercadorias). Com base nesses objetivos a reportagem apresentou várias falas, e, a partir delas, podemos compreender diferentes percepções sobre as transformações da paisagem, tanto sobre a ação das madeireiras quanto da agricultura, em um período de incertezas sobre o futuro.

Nesse período de crise sobre o futuro também são apresentados outros aspectos que envolvem as percepções sobre as transformações na paisagem. Por exemplo, algumas reportagens mencionam a plantação de árvores pela prefeitura, outras referiam a criação e manutenções de parques municipais: “a única opção que o Poder Público deu ao cascavelense em termos de áreas verde” (em uma área desapropriada da madeireira Cachoeira Ltda., pertencente ao ex-vice-prefeito, Ferdinando Antonio Maschio). Também encontramos uma

³⁴⁸ “Também denominado volante, ‘pau-de-arara’, avulso, ‘pilão’, clandestino, catingueiro ou ‘changueiro’, o ‘boia-fria’ recebe essa denominação devido às características de sua alimentação, normalmente feita no dia anterior ao consumo, e realizada no próprio local de trabalho, sem aquecimento [...] podemos definir o ‘boia-fria’ como um trabalhador rural caracterizado pelo trabalho temporário ou sazonal [...]”. CARVALHO, Tarcísio. Boia-Fria. In: MOTTA, Márcia (Org.) *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 63.

reportagem sobre o turismo em Foz do Iguaçu, com o título “O reencontro com a natureza tão escassa”, que se iniciava com uma provocação: “para quem gosta de curtir o pouco de verde que ainda existe”³⁴⁹.

Podemos refletir que esse período da década de 1970 foi também um período que marcar “o despertar da consciência ecológica no mundo”, tivemos a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo (1972), o “relatório Meadows (1972) sobre os limites do crescimento e relatórios subsequentes (Tinbergen, Laszlo, Bariloche)”, além do surgimento de movimentos ecológicos em varias partes do mundo. Talvez todos essas ações também influenciaram o que era escrito nos jornais em Cascavel, já que graça esse movimentos “pela primeira vez os problemas de degradação do meio ambiente provocados pelo crescimento econômico são percebidos como um problema global [...]”³⁵⁰.

No jornal *O Paraná* de 12 de novembro de 1976, quando já se discutiam questões relacionadas à modernização da agricultura e se publicava o suplemento “O Paraná Agrícola”, temos a matéria “Serrarias continuam poluindo rios do Oeste e Sudoeste”. Tal reportagem buscava alertar e conscientizar os madeireiros e o restante da população sobre os problemas que o descarte da serragem de madeira trazia para os rios, como os gases tóxicos e a redução do oxigênio na água. Os rios mais afetados eram “os arroios que formam as bacias do Iguaçu e do Piquiri”³⁵¹.

Para tanto, foi usada a fala do então secretário da agricultura, Eládio Del Rosal, nomeado como naturalista pelo jornal. Podemos entender naturalistas como os que “desejavam manter as áreas naturais para apreciá-las e estudá-las. Eles procuravam proteger as áreas naturais do avanço acelerado da urbanização e da industrialização”³⁵². No entanto, as propostas de Rosal para resolver o problema da serragem nos rios não eram fundamentadas totalmente nas questões ambientais, pois ele sugeriu que a serragem fosse queimada ao invés de ser jogada nos rios. Além disso, a serragem nos rios só seria um problema porque afetava os produtores agrícolas, pecuaristas (que na sua visão, eram os mesmos madeireiros) e o desenvolvimento regional.

No mês posterior o jornal publicou a reportagem: “Cada vez mais poluído: assim está o Rio Cascavel, que fornece a água que o cascavelense bebe”, que fora destaque da primeira

³⁴⁹ FRONTERIA DO IGUAÇU., op. cit. Quarta-feira, 13 de abril de 1977, Ano 7, nº 1138, p. 01; e Domingo, 10 de abril 1977.

³⁵⁰ VIOLA, Eduardo J. *O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica*. Notre Dame [Estados Unidos]: Kellogg Institute, 1987.p.02-03.

³⁵¹ O PARANÁ. op. cit., Sexta-feira, 12 de novembro de 1976, Ano I, nº 151, suplemento: O Paraná Agrícola.

³⁵² RIBEIRO, W. C. Em Busca da Qualidade de Vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PINSKY, Jaime (Org). *História da Cidadania*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 401.

página do jornal *O Paraná*, composta por uma fotografia e uma pergunta: “Você beberia desta água?”³⁵³.

A reportagem sobre o Rio Cascavel, que até hoje abastece a cidade, apresentava os diversos poluidores e a opinião das algumas pessoas. Entre os piores poluidores para as pessoas que tiveram seus animais mortos por estes tomarem a água do rio, foram citados um matadouro e a serraria Sarolli. Além destes possíveis poluidores do rio, o jornal completou: “Uma serraria e uma indústria, aliada a produtos químicos das lavouras das proximidades, esgotos de propriedades rurais e outros fatores de menor incidência, são os responsáveis diretos por toda sujeira do Rio Cascavel”.

A serraria era a *Sarolli*, e a indústria seria a *Paraná Refrigerantes*, que fabricava os refrigerantes da Coca-Cola. Segundo o jornal, “apesar de conhecerem o problema e tentarem de diversas formas solucioná-lo, os moradores das redondezas prejudicados pela sujeira do rio desconheciam a principal fonte poluidora do rio: a indústria [...]”. O tubo de descarga dos detritos químicos da indústria no rio estaria entre a serraria e uma chácara. Provavelmente, o propósito do jornal era descrever o caminho dos resíduos da indústria de refrigerantes para o rio, contudo, acabou também por apresentar os impactos negativos das ações das madeiras e da agricultura para a água.

Outra reportagem que tratou da poluição da água dos rios de Cascavel e a relacionou diretamente com as ações das madeiras foi publicada pelo jornal *Fronteira do Iguaçu* em 25 de dezembro de 1976. Com o título “Poluição: agente químico não se decompõe”³⁵⁴, a reportagem argumentou, a partir da fala de José Antonio Marco Sanches, que trabalhava na Coordenadoria dos Recursos Naturais Renováveis do Núcleo Regional da Seag³⁵⁵ de Cascavel, que era preocupante a situação dos rios da região quanto à poluição química. Expôs, ainda, a partir da fala do entrevistado:

[...] à poluição química “é aquela gerada por qualquer agente químico em suspensão na água. Ela pode ser gerada por intermédio de agentes impermeabilizantes em madeira, principalmente nas de exportação, nas quais são utilizados agentes químicos especiais no próprio dejetos da água. E são os rios que sofrem com isto. Esse tipo de poluição é mais registrada em serrarias”³⁵⁶.

³⁵³ O PARANÁ. op. cit. Quarta-feira, 1º de dezembro de 1976, Ano I, nº 165, p. 01.

³⁵⁴ FRONTERIA DO IGUAÇU. op. cit. Sábado, 25 de dezembro de 1976, Ano 6, nº 1051, p. 13.

³⁵⁵ Acredito se tratar da Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

³⁵⁶ Id. Ibid., p. 13.

Há, portanto, uma relação entre os agentes químicos encontrados na água e as ações das serrarias, o que explica que os jornais, mesmo que superficialmente, apontavam alguns problemas causados pelas madeireiras.

Reportagens que falavam de problemas ambientais e que causavam prejuízo à agricultura também foram feitas em alguns jornais. No caderno especial do jornal *O Paraná*, no dia 06 de agosto de 1978, a erosão foi o tema de capa do *O Paraná Rural*. Na capa, uma imagem grande buscava ilustrar as erosões no solo. Nessa imagem havia uma grande cratera e abaixo temos a chamada da reportagem:

Hoje muito se fala da erosão e a necessidade de combatê-la. Ao falar isto, o homem esquece-se que ele mesmo é o responsável por tudo isso. Há muito anos, sem pensar no futuro, os homens pegaram seus machados e começaram o desmatamento, enfraquecendo as terras. Ainda há tempo de salvar o que resta, mas para isso, precisa de consciência e muita luta³⁵⁷.

A imagem e a chamada da reportagem buscam estabelecer a ideia de que um desastre ambiental estava ocorrendo. O texto responsabiliza diretamente as ações humanas pelo desmatamento como causa das erosões, mas o sujeito causador da erosão é indeterminado, pois é identificado genericamente como “homem” e seu machado. Além disso, não há menção sobre o papel das madeireiras, nem mesmo do principal instrumento do desmatamento moderno: a motosserra.

Isso fica mais claro ao analisarmos a matéria como um todo. O título apresentado na página da reportagem é: “Não existe mais terra fértil. Ela foi destruída pelo homem”. Com base neste título, o que parece se impor é a terra como um elemento de produção – se as ações humanas de desmatamento foram prejudiciais, isso seria somente para a produção agrícola.

De tal modo, a reportagem se iniciou descrevendo como a terra era quando coberta pelas árvores, pelas matas, composta por matéria orgânica e mineral. Isso se alterou quando “[...] os homens pegaram seus machados e derrubaram as matas. Queimaram os restos da derrubada. [...]. E plantaram sobre a terra queimada. Precisavam obter alimentos [...]”³⁵⁸. Esses homens pensavam apenas no presente”. Aqui há uma percepção crítica sobre as transformações na paisagem, há uma visão segundo a qual “os homens” agiam de forma irresponsável em relação ao futuro.

Todavia, estes “homens” não seriam os madeireiros, tampouco seriam os agricultores modernos, que plantam monoculturas em larga escala com o uso de máquinas, e que foram

³⁵⁷ O PARANÁ. op. cit. Domingo, 06 de agosto de 1978, Ano III, nº 53, Caderno Rural.

³⁵⁸ Id. Ibid., p. 12.

censurados. As ações destes derrubada das florestas não foram criticadas. O que é criticado é a agricultura de subsistência, de coivara, que usa a queimada para produção de alimentos, sendo essa a agricultura praticada pelos povos tradicionais brasileiros.

A reportagem segue com a descrição de 4 pontos que seriam os motivos das terras se tornarem “fracas, pobres, gastas”. O primeiro seria a “Retirada de alimentos do solo pelas colheitas”, o que diminuiria sua fertilidade; o segundo: “Destruição da matéria orgânica pelo calor”, sendo esse de origem no sol ou no fogo; o terceiro: “Lavagem vertical do solo pelas águas de infiltração”; e o quarto e último ponto: “Erosão da camada agrícola pela água das chuvas”. Somente o quarto ponto teve relação com a erosão, anunciada como tema da reportagem.

De tal modo, essa reportagem se dedicou mais a descrever os problemas causados para a agricultura, com solos poucos férteis. O desmatamento só é encarado como um mais um dos danos para o solo – não é um problema para o meio ambiente como um todo. Mesmo a erosão só foi tratada como mais prejuízo para agricultores. Portanto, as ações das madeireiras sobre as transformações na paisagem e a sua relação com os problemas ambientais foram, de fato, pouco abordadas nos jornais. Eles se dedicaram mais a destacar a falta da matéria-prima, de madeira, ou os danos para agricultura moderna. Os problemas ambientais quando abordados, foram na perspectiva dos impactos a economia, e não a natureza por si mesma, ou a sociedade de forma ampla.

Até mesmo em reportagem como a do jornal *O Paraná* no dia 07 abril de 1987, que trazia título “Floresta será tema de encontro” (promovido pelo Instituto Florestal do Paraná, tendo como tema o desmatamento), o que importava era “a escassez da matéria-prima” para as indústrias madeireiras, e não as ações negativas dessas indústrias ou a reposição da floresta para amenizar os impactos ambientais, o que significaria também pensar na qualidade de vida das pessoas.

Por vezes, quando se escreveu nos jornais sobre impactos ambientais do desmatamento, isso foi relacionado a outras ações, de outros sujeitos, e não das ações dos madeireiros, como na reportagem citada acima do *O Paraná Rural*.

Uma visão mais crítica foi encontrada no espaço “Carta” jornal, *Fronteira do Iguaçu*, na qual os leitores escreviam para o jornal. No dia 20 de novembro de 1975, Mariano Cyganczuk, de Curitiba, escreveu uma carta que tinha como título “Uma voz a favor da natureza”³⁵⁹. Além do texto, a carta tinha uma imagem de pinheiros e outras árvores.

³⁵⁹ FRONTERIA DO IGUAÇU., op. cit. Quinta-feira 20 de novembro de 1975, Ano V, nº 750, p. 03.

A carta era um posicionamento do autor sobre a reportagem publicada no dia 12 de novembro do mesmo ano, que tinha como título: “Metade do Estado será enorme distrito florestal”³⁶⁰, também acompanhada de uma imagem formada por muitos pinheiros.



REPORTAGEM 3: “Metade do Estado Será enorme distrito florestal”.

Fonte: FRONTERIA DO IGUAÇU: Quarta-feira, 12 de novembro de 1975, Ano V, nº 744, p. 04.

Apesar de a imagem ser composta quase exclusivamente por *Araucaria angustifolia*, a reportagem tratava sobre a criação de um distrito florestal de aproximadamente 1 milhão de hectares para plantação, principalmente, dos gêneros *pinus* e *eucaliptos*, além de algumas essências nativas. O objetivo era atender ao Programa Nacional de Papel e Celulose, ou seja, um segmento da indústria madeireira no estado do Paraná.

Com base nessa ideia – de reflorestar para atender à indústria – o autor da carta se posicionou criticamente. Cyganczuk iniciou observando como a imagem que acompanhava a matéria não seria uma raridade para o futuro: “Sr. diretor: venho congratular-me pela beleza de fotografia de um bosque com pinheiros, inserida sobre a notícia: [...]. Pinheiros assim, nunca mais[...]”. O autor ainda afirmou: “[...] verifica-se que, mais uma vez, o econômico destrói o ecológico”. Para ele, a possibilidade de uma monocultura de árvores, sobretudo com espécies exóticas como *pinus*, é nociva, pois não possibilitaria a vida de outros seres vivos, mas a criação de: “verdadeiros desertos ecológicos”.

³⁶⁰ Id. Ibid., Quarta-feira 12 de novembro de 1975, Ano V, nº 744, p. 04.

A percepção apresentada por Cyganczuk é que a destruição da natureza acarretaria problemas para nosso futuro: “tanto material como espiritual”, uma percepção distinta das apresentadas, muitas vezes, nos jornais analisados. Esses jornais, com algumas exceções, descreveram as transformações na paisagem geradas pelas ações das madeireiras de forma harmônica. Os problemas maiores seriam a falta de matéria-prima para a própria indústria ou a falta de empregos. Assim, foi com a defesa dos interesses madeireiros que os jornais se preocuparam.

2.4 A PAISAGEM É POTENCIAL DE USO: as ações da agricultura nos jornais

Na primeira edição do jornal *Diário D’ Oeste*, em 11 de novembro de 1962, na página 3, temos uma declaração escrita pelo proprietário do jornal, Wilson Joffre, intitulada: “Confiança no Oeste”, na qual procura apresentar suas motivações para fundar um jornal diário.

Nessa declaração é apresentada uma das principais bandeiras do jornal: o asfaltamento da BR-35, estrada federal que ligava Ponta Grossa a Foz do Iguaçu. Há, ainda, na página, a entrevista com o recém-eleito Deputado Federal pelo Partido Social Democrático (PSD), Lyrio Bertoli, na qual afirma que, entre os benefícios que procurava trazer para a região, estava também o asfaltamento da BR-35.

O jornal também trouxe um comunicado aos leitores, no qual faz alusão ao oeste do estado como “terra das araucárias”. Entretanto, é característica deste a construção de uma visão da história como linear e progressiva. Vejamos um pequeno trecho:

[...] A CIVILIZAÇÃO OESTINA transfigura-se através de um processo evolutivo sem precedentes nos variados ciclos do mecanismo que coloca o Paraná como o mais progressista na atualidade brasileira. Tudo está em mudança, em mudança para melhor, sempre para o alto, cada vez mais para frente, cumprindo a destinação histórica que a própria natureza descreveu para o oeste, ao dotá-lo, através das mãos hábeis da Criação, com os mananciais de riquezas econômicas em impressionante promiscuidade. [...]³⁶¹

Essa visão de uma história linear e progressiva para oeste do Paraná é produzida como natural, pois estaria em consonância com os desígnios divinos. E, segundo tais desígnios, o destino desta região seria avançar rumo a um futuro entendido como melhor. Esse sentido de

³⁶¹ DIÁRIO DO OESTE, op. cit., Domingo 11 de novembro de 1962. Diário. Ano I, nº I, p. 03.

futuro é produzido por meio do uso de determinadas palavras, como: civilização, evolução e transformação. Trata-se de uma percepção da paisagem desse espaço marcada por constantes modificações, como se essa fosse uma característica intrínseca à região oeste. Essa percepção é semelhante aos ideais impostos para os Estados Unidos no século XIX, partir da Doutrina do Destino Manifesto, em que o destino glorioso e expansionista de tal país era traçado por Deus.

Mas percepção construída no jornal também se assemelha a outros periódicos de circulação nacional, como a revista *O Cruzeiro* na década de 1950, estudada pela autora Meyrer³⁶². Apesar de a autora estudar um período anterior ao do jornal, podemos encontrar traços análogos em ambos os periódicos, por exemplo: o “ideal civilizador”.

Segundo Meyrer, a revista “entendia que o país estava em sua etapa final do processo civilizador”, algo semelhante ao jornal *Diário D’Oeste*, e, por conseguinte, “era ainda necessário fazer ajustes, no que diz respeito ao espaço nacional, o que significava promover a integração do território brasileiro em conformidade com a lógica capitalista de ocupação e exploração”³⁶³. Em tal semelhança podemos pensar a necessidade de asfaltamento da BR-35, promovida pelo jornal.

Outro elemento semelhante entre o jornal e a revista *O Cruzeiro* é o ideal de desenvolvimento. Segundo a autora, este era o principal elemento do imaginário nacional em tal período. Nesse ideal, “O Brasil, então, apresentava-se como pleno de possibilidades, inserido em uma trajetória irreversível rumo ao futuro que tinha, como ponto de chegada, o mundo civilizado, identificado com os países desenvolvidos”³⁶⁴.

Neste ponto, o *Diário D’ Oeste* é mais enfático do que a revista. O oeste do Paraná não teria escolha, era obrigado a se “desenvolver”, pois sua natureza, pelos recursos que dispunha, ofertados pelas “mãos hábeis da Criação”, tinha o dever ou a obrigação de explorar tais recursos ao máximo³⁶⁵.

Na página 8 temos, entre as congratulações ao novo jornal, o anúncio “BR-35”, no qual o jornal defendia o projeto de asfaltamento dessa estrada, e que foi repetido em outras edições:

³⁶² MEYRER, Marlise Regina. *Representações do desenvolvimento nas fotorreportagens da revista O Cruzeiro (1955-1957)*. Porto Alegre, 2007. 257 p. Tese (Doutorado em História) – PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

³⁶³ MEYRER, Marlise Regina. A “domesticação” da paisagem como parte do “processo civilizador”: uma análise das fotorreportagens da revista *O CRUZEIRO*. *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, V. 15, p. 299 – 335. 2º Semestre – 2011. p. 299.

³⁶⁴ MEYRER, op. cit., 2007, p. 06.

³⁶⁵ A ideia de um desenvolvimento inevitável também é observada na edição de 02 de dezembro 1962, na página 04, com a reportagem “Estrutura do Progresso no oeste paranaense”, assinada por Epifânio Alves de Figueiredo (antigo procurador jurídico do município de Cascavel).

O asfaltamento da Estrada Federal Ponta Grossa-Fóz do Iguaçu, não é só um imperativo ditado pelos interesses da Segurança Nacional. Significa, antes de tudo, a redenção econômica do Oeste paranaense, e a certeza de que a produção regional será canalizada aos grandes centros de consumo, colaborando decisivamente para a solução do abastecimento das grandes metrópoles. Impõe-se, portanto, que o oeste, eternamente esquecido, mereça, da clarividência de nossos governantes e da visão dos parlamentares paranaenses, condições de prioridade para com esse justo e retardatário melhoramento na importante rodovia³⁶⁶. (grafia como original).

Nessa declaração, ocorre novamente a fusão do discurso do progresso com o discurso religioso – essa ideia realçada com a palavra “redenção” econômica do Oeste (com a rodovia). Não obstante, a defesa do jornal pelo asfaltamento da rodovia é justificada pela necessidade de escoamento da produção agrícola, alçada como decisiva para resolver o problema de abastecimento de alimento de outras cidades. Assim, é essa produção o motivador para que tal projeto de infraestrutura seja executado, o que facilitaria a expansão da área cultivada agrícola.

Podemos relacionar essa narrativa com o texto da revista *O Cruzeiro*, mencionado anteriormente, pois ambos refletem uma visão de mundo em que a “paisagem era percebida sob a ótica do progresso enquanto potencial de riqueza e possibilidades para o futuro do país”³⁶⁷.

Na edição do *Diário D’Oeste* de 13 de novembro 1962 temos, no acervo da biblioteca, somente duas páginas: 3 e 4. Na página 3 são tratados os assuntos ligados à infraestrutura do município de Cascavel e temos como título principal: “**Em 12 meses estarão concluídas as obras do serviço de abastecimento de água da cidade**”. Logo abaixo, em letras menores, mas em caixa alta: “conclusão do novo aeroporto – transferência da usina do Melissa à COPEL e urbanismo – outros assuntos ventilados pelo prefeito a reportagem do DIÁRIO D’OESTE, na tarde de ontem”³⁶⁸. Todos os elementos que compõem esses títulos (abastecimento de água, usina hidrelétrica, aeroporto etc.) nos dão a ideia de uma transformação de forma acelerada no espaço do município de Cascavel.

Não obstante, na sequência dessas exaltações, temos uma queixa, o título – quase tão grande como o principal –, também em negrito: “**Paraná Esquecido**”. Faz parte do quadro do jornal: “o pensamento D’Oeste”, assinado, nessa edição, por Airton Camargo³⁶⁹. As queixas

³⁶⁶ DIÁRIO DO OESTE, op. cit., Domingo 11 de novembro de 1962. Diário. Ano I, nº I, p. 08.

³⁶⁷ MEYRER op. cit., 2011, p. 308.

³⁶⁸ DIÁRIO D’OESTE, op. cit., Terça-feira 13 de novembro de 1962. Diário. Ano I, nº II, p. 03-04.

³⁶⁹ Membro do conselho deliberativo da ACIC (Associação Comercial de Cascavel), junto com Wilson Joffre.

eram no sentido de que a união se esqueceu de colocar em cargos federais pessoas de origem do estado Paraná. Para justificar suas queixas, são exaltados os elementos do estado que contribuiriam para a nação, entre eles: “sua extraordinária produção do café, principalmente, e da indústria extrativa da madeira e da erva mate”³⁷⁰, ou seja, novamente a produção agrícola e florestal do Paraná é avaliada como potência para o desenvolvimento de todo o país.

Esse discurso de progresso ligado ao setor agrícola não era uma exclusividade local, nem nacional, mas estava relacionado a um movimento internacional. Naquele período foram firmados acordos entre o Brasil e os Estados Unidos, nomeados de “Aliança para o Progresso”, noticiados pelo *Diário D’Oeste* em 08 de maio de 1963, com o título: “Assinados dois importantes Acôrdos da Aliança: Para a Expansão da Agricultura Brasileira”.

Os acordos assinados em 10 de abril de 1963 eram parte do: “Programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina formalizado quando os Estados Unidos e 22 outras nações do hemisfério, entre elas o Brasil, assinaram a Carta de Punta del Este em agosto de 1961”. Essa Aliança nasceu a partir de uma mudança de postura dos EUA em relação à América Latina, fruto das preocupações com as revoluções socialistas, a exemplo de Cuba, em 1959³⁷¹. Assim, os EUA:

[...] mostraram-se dispostos a abandonar sua política tradicional baseada na convicção de que o capital privado, por si só, possibilitaria o crescimento econômico da América Latina, passando a reconhecer a necessidade de planos nacionais de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, propuseram a criação de um Fundo Especial Interamericano para o Desenvolvimento Social com recursos iniciais da ordem de quinhentos milhões de dólares, a serem aplicados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em projetos de reforma agrária, habitação, educação e saneamento básico. Inspirada nesse esboço de programa norte-americano, a chamada Ata de Bogotá sistematizou as diretrizes para uma revitalização do sistema regional³⁷².

Segundo a reportagem, os acordos firmados entre o Ministério da Agricultura e as Agências de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos visavam “incrementar a produção de carne, ovos, leite e produtos agrícolas, assim como melhorar o sistema de mercados e expandir a diversificação das exportações agrícolas do Brasil”³⁷³.

O jornal trouxe, de forma entusiasmada, as explicações detalhadas de cada um dos dois acordos, além da fala do diretor da Agência de Desenvolvimento Internacional (ADI) no

³⁷⁰ DIÁRIO D’OESTE, op. cit., Terça-feira 13 de novembro de 1962. Diário. Ano I, nº II, p. 03.

³⁷¹ Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1>>. Acesso: 14/02/2020.

³⁷² Id. Ibid.

³⁷³ DIÁRIO D’OESTE, op. cit., Quarta-feira, 08 de maio de 1963. Diário. Ano I, nº 94, p/s.

Brasil, James Howe, que também explicou os acordos. O primeiro acordo tratava do aumento e da autossuficiência do país na produção de fertilizantes, adubos e na produção de suplementos minerais para o gado. Já o segundo era sobre sementes e mudas, buscando seu “aperfeiçoamento” e a posterior distribuição aos agricultores.

As políticas da Aliança para o Progresso, voltadas para a agricultura, que foram idealizadas como esboço na “teoria da modernização”, afirmavam que, nos países latino-americanos, a agricultura era um:

[...] obstáculo estrutural ao desenvolvimento, dada sua tendência para exportação com base em latifúndio e minifúndio, baixo nível de incorporação de tecnologia e baixa produtividade. Além disso, a grande maioria da população se concentrava nas áreas rurais, e a interpretação era a de que apresentavam baixo nível de renda e de escolaridade. Dentro dos objetivos da Aliança no que tange ao mundo rural apareciam: o aumento da produtividade agrícola e a melhoria dos serviços de armazenamento, transporte e distribuição; programas de reforma agrária que deveriam substituir o latifúndio e o minifúndio por “sistemas sociais mais justos e complementados por crédito e assistência técnica” e elevação da renda e padrão de vida das classes mais pobres³⁷⁴.

Contudo, no ano de 1963 a Aliança para o Progresso já se mostrava enfraquecida, fruto da ruína dos regimes civis na Argentina e no Peru em 1962, e também da crise de relação entre o Brasil e os EUA, tanto que em meados de 1963 nenhum novo acordo foi assinado, “com exceção dos relativos ao trigo norte-americano e de dotações ao programa da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Paralelamente, os EUA adotaram uma política de negociar com os governos estaduais que estivessem de acordo com suas condições”, como com o governo do estado da Guanabara e do Rio Grande do Norte³⁷⁵.

Entretanto, como analisamos no primeiro capítulo, após o Golpe Civil Militar de 1964 no Brasil, as políticas para o campo de modernização técnica continuaram a ser implantadas, trazendo inúmeras consequências, e tudo com o apoio dos EUA, mas nenhuma gerou melhor distribuição da terra no país.

Antes do golpe de 1964 a ideia de uma melhor distribuição da terra através da reforma agrária era um tema recorrente nos jornais, quem sabe por ser uma política defendida pelo

³⁷⁴ NATIVIDADE, Melissa de M. Aliança para o Progresso e educação rural no Brasil. In: Encontro de História da Anpuh – Rio, XVII, 2016, Nova Iguaçu. *Anais: entre o local e o global*, Nova Iguaçu, 2016, p. 02. Disponível em: <http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465608518_ARQUIVO_AliancaparaoProgressoeeeducacaoruralnoBrasil.pdf>. Acesso: 19/02/2019.

³⁷⁵ Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1>>. Acesso: 14/02/2020.

Presidente da República João Goulart. No dia 21 de março de 1963 o *Diário D'Oeste* apresentou a notícia “João Goulart Quer Reforma Agrária”. Apesar desse título – no qual temos a impressão de que era uma demanda exclusiva do governo a reforma –, ao longo da reportagem o jornal demonstrou certo apoio à proposta encaminhada ao Congresso pelo governo. É o que indica a seguinte passagem: “a reforma agrária, uma das maiores e mais legítimas aspirações do povo brasileiro”³⁷⁶.

Também no dia 08 de maio o tema da reforma agrária foi vinculado ao nome de João Goulart. Na capa, em letras grandes, temos: “Uma Reforma Agrária Humana e Cristã – Disse Goulart”. A reportagem na última página do jornal trazia em detalhe o discurso do Presidente da República na inauguração de uma Exposição Agropecuária em Uberaba/MG, que explicava a razão pela qual era necessário haver reforma agrária e como isso era apoiado por setores da Igreja Católica.

Portanto, ao longo do ano de 1963 o jornal apresentou, em vários dias, a proposta de reforma agrária proposta pelo governo federal³⁷⁷. Talvez nesse período o jornal tivesse um forte apreço pela figura de Goulart, já que apresentou em suas edições a defesa do presidencialismo no plebiscito de 06 de janeiro de 1963, que buscava definir se o Brasil teria um regime parlamentarista ou presidencialista.

Mas o jornal não trouxe somente a defesa da reforma agrária feita pelo presidente em 1963. Outros setores da sociedade também tiveram publicadas as suas falas sobre o tema. No dia 17 março, com o título “A Reforma Agrária e a Frente Agrária Gaúcha”, o texto assinado e redigido por Rogério Alves visava esclarecer alguns pontos sobre a proposta de Reforma Agrária e sobre as atividades da Frente Agrária (uma iniciativa da Igreja Católica, com o objetivo de coordenar o movimento dos camponeses).

No ano de 1964 o tema da Reforma Agrária também apareceu nas páginas do jornal, mas o clima já era outro: no início do ano já se escrevia sobre um possível golpe. Também a imagem vinculada ao presidente era outra. Em 5 de fevereiro de 1964 o título principal era: “Presidente João Goulart nomeou comissão investigadora ao escândalo da Petrobrás”³⁷⁸, e, ao lado da reportagem, havia uma imagem do presidente sorrindo com os olhos fechados. Podemos analisar que esta imagem, associada ao título e paralelamente aos textos que formam

³⁷⁶ DIÁRIO D'OESTE, op. cit., Quinta-feira, 21 de março de 1963. Diário. Ano I, nº 65, p/s.

³⁷⁷ Id. Ibid., Quarta-feira, 08 de maio de 1963. Diário. Ano I, nº 94, primeira e última página.

³⁷⁸ Id. Ibid., Quarta-feira, 05 de fevereiro de 1964. Diário. Ano II, nº 254, p. 01.

a notícia, buscavam construir uma ideia negativa do presidente, segundo a qual ele não estava levando a sério os problemas do país, por isso já não merecia governar³⁷⁹.

Durante e após a ditadura civil militar o tema da reforma agrária vai aparecer nas páginas dos jornais, em um momento em que as condições já possibilitavam retomar velhas demandas. Em 11 de novembro de 1975, durante o governo do ditador Ernesto Geisel, considerado um momento de início do processo de redemocratização do país, o jornal *Fronteira do Iguaçu* apresentou a reportagem: “A estrutura agrária e a produção agrícola” assinada por Herval Faria, do serviço especial da *Agência Estado*. A *Agência Estado* era, e é, um grupo de conglomerado de mídia, do qual faz parte o jornal *O Estado de S. Paulo*³⁸⁰.

O artigo do jornal *Fronteira do Iguaçu* – que provavelmente fora copiado daquele jornal – tratava dos diferentes aspectos que envolviam a agricultura do Brasil na época, mas destacava como problema principal o latifúndio. Além disso, o autor destacou a falta de tecnologia e observou que, na tentativa de solucionar o mal desempenho da agricultura do país, o governo havia iniciado “amplo programa de cooperativismo”, mas quase nada fazia para solucionar a má distribuição de terras:

Contrariando tudo o que tem sido propalado, o latifúndio continua sendo fortalecido e, atualmente, cerca de 70 por cento da área total cultivada é composta por propriedades acima de 500 hectares e está concentrada em mãos de apenas 1,7 por cento dos proprietários rurais. Ampliaram-se os minifúndios e reduziram-se as áreas das pequenas propriedades, com a conseqüente geração de centenas de milhares de trabalhadores temporários (são hoje mais de 5 milhões) e reduz-se o de trabalhadores permanentes (menos de 1 milhão atualmente, contra 4,4 milhões de 1940).

O quadro mostra que o governo tem que buscar a total modificação da estrutura agrária do País. Os instrumentos existem: a Emenda Constitucional nº 10, e o Estatuto da Terra. Basta desengavetá-lo e fazê-lo cumprir. O mundo vive hoje sob fome epidêmica. O Brasil tem pensado em se transformar num grande fornecedor de alimentos. Mas para isso, é necessário que sejam efetivadas urgentes e drásticas modificações em sua estrutura agrária, abrindo-se os 500 milhões de hectares inaproveitados de que dispomos aos milhões de desempregados ou sub-empregados do campo³⁸¹.

Esse artigo consegue ilustrar, em parte, as questões que marcavam as notícias sobre a agricultura no período estudado. De tal modo, as questões dos “boias-frias” (desempregados

³⁷⁹ Nesse período também temos reportagem que tratavam da Supra (Superintendência da política agrária), decreto assinado por Goulart que visava à desapropriação de terras ao longo das linhas de ferrovias, das rodovias e açudes.

³⁸⁰ Disponível em: <http://www.broadcast.com.br/sobre/>. Acesso em: 28/02/2020.

³⁸¹ FRONTERIA DO IGUAÇU., op. cit. terça-feira 11 de novembro de 1975, Ano V, nº 743, p. 05.

ou subempregados), trabalhadores agrícolas temporários, assim como das cooperativas³⁸² e da tecnologia para o campo foram temas bastantes abordados nas reportagens dos jornais.

Destarte, embora a reforma agrária fosse um tema recorrente nos jornais até a década 1980, é a modernização da agricultura (tecnologia) que se consolidou para transformação da paisagem, porém, não sem controvérsias e infortúnios. Entre eles havia as dificuldades impostas aos próprios trabalhadores temporários.

Em 12 de dezembro de 1975 o jornal *Fronteira do Iguaçu* apresentou na sua capa a reportagem “Um dia Com os boias-frias”. Essa reportagem ocupou toda a página 9 do jornal e buscava mostrar quais eram as condições de vida dos trabalhadores temporários. Entretanto, a manchete principal desse dia foi: “Carneiro mostra os planos da Agricultura”. Na capa havia ainda outras notícias relacionadas à agricultura, como sobre a *Expovel* (Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Cascavel), a respeito das atrações deste evento, e uma imagem do local onde seria realizado, o espaço de uma antiga madeireira³⁸³.

A matéria principal da capa foi alocada na página 4, com o título: “Secretaria da Agricultura quer regularizar 15 mil títulos de terras”. No texto descobrimos que Paulo Carneiro era o secretário da Agricultura e que estava em Cascavel devido à realização da *Expovel*, o que apresenta uma relação entre as duas reportagens da capa.

Nessa matéria é apresentado o Plano de Ação que o governo estudava, junto com a Fundação Instituto de Terras e Cartografia e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), para a agricultura. Esse plano previa desde a regularização de terras, como meio de aumentar a produtividade, até a instalação de um Centro de Produção e Experimentação, para pesquisas e desenvolvimento de novas tecnologias. Isso evidencia que, por mais que o governo falasse em regularizar situações agrárias, não deixou de investir no que se materializou, que foi o uso de tecnologia para a agricultura.

Na página 9 temos a reportagem sobre o dia dos boias-frias. Esses trabalhadores moravam na cidade e iam para o campo para trabalhar em terras de fazendeiros. Inseridas

³⁸² Sobre esse tema ver: ADAMY, Irene Spies. *Poder e Cooperativismo no Oeste do Paraná: o caso da Coopavel*. Marechal Cândido Rondon, 2019. 275 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Segundo a autora: “No processo da reorganização produtiva ou modernização que ocorreu no campo brasileiro a partir do final da década de 1960, as cooperativas agropecuárias e/ou agroindustriais tiveram papel determinante se apresentando, na região Oeste do Paraná, como o principal meio para inserir a região na dinâmica da economia mundial, abrindo caminho para o que se convencionou chamar de agronegócio. [...], para a classe patronal rural de Cascavel e entorno, a criação da cooperativa Coopavel [Cooperativa Agroindustrial de Cascavel] era defendida como ‘uma questão de sobrevivência’ e de busca pela autossuficiência econômica, mas significou também a subordinação da maioria dos pequenos proprietários ao modelo produtivo por ela adotado”.

³⁸³ Id. *Ibid.*, terça-feira 12 de dezembro de 1975, Ano V, nº 768, p. 01.

nessa reportagem estão quatro imagens. A primeira apresenta um homem posando para a foto, com a legenda: “O boia-fria: ele quase não fala, prefere trabalhar”, o que demonstra silêncio.

Abaixo dessa imagem, a segunda fotografia de duas crianças carregando um balde com o auxílio de uma vara, e, próximo a elas, outra pessoa segurando em uma das mãos a enxada e na outra o que parece ser um copo: todas estão no meio de uma plantação que parece ser de soja. A legenda: “Os ‘bombeiros’ distribuem água...”, procura exemplificar a atividade realizada.

Na terceira imagem há as mesmas crianças do balde, e, em volta delas, duas pessoas e mais duas crianças. Uma delas é bem pequena. A legenda: “... e a transportam para toda lavoura”, completando a ideia apresentada na segunda imagem. De tal modo, essas duas últimas imagens e suas legendas nos narram a história de uma atividade realizada pelos “boias-frias”, contudo: trabalhadores infantis. Essas crianças trabalhavam distribuindo a água fresca para os outros, e eram chamadas de “bombeiros”.

A quarta imagem procura apresentar todos os trabalhadores em seu ofício de capinar, e a legenda complementa a ideia: “Setenta bóias-frias e as enxadas emprestadas”³⁸⁴.

³⁸⁴ Id. Ibid., p. 09.

FRONTEIRA DO IGUAÇU

O 'gato' chega e reúne os bóias-frias. Eles sobem no caminhão e vão à lavoura

Há quase três mil bóias-frias em Cascavel e esse número pode aumentar. O dono é o Sr. Zé, que mora em Cascavel e trabalha em São Paulo.

Em Cascavel, no bairro Alto Alegre, mora o Sr. Zé. Ele é dono de um caminhão e trabalha em São Paulo. Ele tem um caminhão com 70 pessoas e vai buscar os bóias-frias para o trabalho. Ele os reúne no caminhão e os leva para a fazenda.

Os bóias-frias são pessoas que não têm trabalho fixo e vão trabalhar por um tempo. Eles são chamados de bóias-frias porque são como as bóias que são usadas para puxar o barco.

Os bóias-frias são pessoas que não têm trabalho fixo e vão trabalhar por um tempo. Eles são chamados de bóias-frias porque são como as bóias que são usadas para puxar o barco.

Bombeiros? São os meninos que carregam água no galão

Os bóias-frias são chamados de bombeiros porque eles carregam água no galão para beber. Eles são chamados de bombeiros porque eles carregam água no galão para beber.

AS ENXADAS CORTAM O CHÃO, TRABALHO, SUOR E SILÊNCIO

As enxadas cortam o chão, o trabalho, o suor e o silêncio. Os bóias-frias trabalham duro e não têm tempo para descansar.

CÍCERO: "EU SOU BÓIA-FRIA TURISTA"

Cícero é um bóia-fria que gosta de viajar. Ele é chamado de bóia-fria turista porque ele gosta de viajar e trabalhar em diferentes lugares.

REPORTAGEM 4: "Um dia Com os bóias-frias". Fonte: FRONTEIRA DO IGUAÇU: terça-feira 12 de dezembro de 1975, Ano V, nº 768, p. 09.

Além das imagens, a reportagem é composta por cinco títulos, e cada título é acompanhado de um pequeno texto que procura demonstrar a rotina de um dia de trabalho destas pessoas. O primeiro é: "O 'gato' chega e reúne os bóias-frias. Eles sobem no caminhão e vão à lavoura"; abaixo: "Há quase três mil bóias-frias em Cascavel e esse número pode aumentar. A estimativa é do Sindicato Rural".

Nesse primeiro trecho é apresentada a rotina inicial de trabalho dos boias-frias: em que bairros residiam e como eram reunidos para serem levados pelo "gato" (o dono do caminhão) até o trabalho. Nesse caso, o dono era o "Zé", que também servia de encarregado do proprietário da fazenda. Nesse fragmento também foi descrito quem eram os boias-frias: crianças, homens, mulheres, idosos, e o que faziam logo após chegarem na fazenda.

No segundo título: “Bombeiros? São os meninos que carregam água no galão”, e ao lado as fotos já descritas. Nesse texto é apresentada, de forma mais detalhada, a vida de alguns trabalhadores e como se dava a função dos “bombeiros”, que eram os trabalhadores infantis, como apresentado acima.

Já os trabalhadores que tiveram os detalhes de sua vida descritos foram: Diva Alves Martins, casada e com três filhos, sendo que dois desses também trabalhavam com ela; Isolina Domingues de Oliveira, separada, com um filho, “criada na lavoura”, possuía como documento a certidão de nascimento, não sabia ler; e José Caseiro, de 70 anos, e sua esposa.

A reportagem procurou apresentar as condições de vida e de trabalho destes sujeitos; como faziam para se alimentar; onde procuravam auxílio quando ficavam doentes; no que trabalhavam se chovia; ou, quando não era época de safra, se tinham ou não conhecimentos de alguns direitos, como o acesso ao posto de saúde – pergunta cuja resposta foi negativa.

O terceiro título é “A vida é sofrida. Tem dias que não tem comida para levar”. Esse título passa a ideia de que conheceremos mais sobre a vida desses trabalhadores a partir de suas falas. No entanto, o texto abaixo enfoca a entrevista realizada com José Joaquim, conhecido como “Zé”, responsável pelo agenciamento dos trabalhadores, o “gato”. Segundo o entrevistado, há 4 anos trabalhava nessa função: buscava 70 trabalhadores às 4 horas da manhã e os transportava em seu caminhão, as enxadas usadas no trabalho também eram dele.

Ao longo desse terceiro título é construída a imagem de “Zé” como um sujeito compreensivo e que fala do difícil trabalho dos sujeitos que recrutava, mas também de alguém que zelava pelo trabalho bem feito. Assim, “Zé” não seria um “gato”, propriamente, pois estes, segundo sua própria fala: “são pessoas que empreitam os serviços destas pessoas, muitas vezes tem enganado estes trabalhadores”. Sua representação é feita, portanto, com uma distinção entre ele e o que se conhece, de fato, como um “gato”³⁸⁵. Também, a partir da fala de “Zé”, explica-se na reportagem o porquê do termo “boias-frias”: “têm que comer comida fria, por isso tem esse nome”. Mas, segundo Zé, nem todos tinham comida para levar todos os dias.

No quarto título, “As enxadas cortam o chão: trabalho, suor e silêncio”, são apresentadas mais quatro pessoas: Euclides dos Santos, 28 anos, solteiro; Jair Trindade, 5

³⁸⁵ Os “gatos” eram/são agenciadores de mão de obra, responsáveis pelo recrutamento, transporte e também por receber valores e repassá-los aos trabalhadores. Provavelmente, o termo “gato”, usado ainda na atualidade para denominar os agenciadores de trabalhadores rurais, deve ter suas origens ligadas ao trabalho nas madeiras, pois nomeava o instrumento usado pelos trabalhadores dessas indústrias em um dos serviços mais exaustivos. O “cabo do gato” era o instrumento usado para tombar as toras das árvores. BROCARD, D; Paisagem da(s) memória(s): narrativas sobre o trabalho nas madeiras e na agricultura. In: BROCARD, D; DEBIASI, R. E; ORBEN, T. A. (Orgs.). *Terra e memórias: Vivências, conflitos e conquistas no(s) rural(is) do Brasil*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 186-187.

anos; Paulo Onofre, filho de Zé; e José Calminatti, de 63 anos. A reportagem traz um pouco da história de cada um, suas funções e algumas de suas falas. Mas foi a fala do filho de Zé, Paulo Onofre, que foi apresentada com mais detalhes. Quiçá Zé e seu filho pudessem falar mais, já que não tinham que estar capinando no mesmo momento em que eram entrevistados, já que eram também os chefes. Entretanto, há outro detalhe que explica o destaque para fala deles. Na reportagem ficamos sabendo do receio que tinham os “boias-frias” de falar algo que os prejudicasse. Destarte, podemos analisar que Paulo e Zé se colocaram como porta-vozes ou como uma fala autorizada ao falar em nome desses trabalhadores, e isso também pode explicar a palavra “silêncio” no título.

Paulo Onofre falou sobre as condições de trabalho dos boias-frias e mencionou: “Agora tá ficando feio pros bóias-frias, porque os fazendeiros tão passando venenos nos matos e então não existe carpição”, ou seja, para ele o veneno geraria a perda do lugar de trabalho dos boias-frias. Há, portanto a indicação de que esse tipo de trabalho estaria em processo de extinção. Assim, a tecnologia e as modernizações agrícolas modificaram também a presença humana no campo: a paisagem é transformada por uma espécie de “desantropização” dos espaços rurais.

O quinto e último título: “Cícero: ‘eu sou bôia-fria turista’”, apresenta a história de Cicero dos Santos, destacado por falar bastante quando comparado com os colegas de trabalho. Cicero dos Santos era do município de Goioerê/PR, e, segundo a reportagem, estava trabalhando apenas para juntar dinheiro para a passagem de volta de seu passeio em Cascavel. Assim, o título faz alusão direta à fala desse sujeito.

A despeito de essa reportagem ser construída de forma crítica sobre as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores diaristas, nesse trecho pareceu amenizar tais condições, ao apresentar um sujeito que escolheu trabalhar para manter o lazer de uma viagem.

Contudo, também foram expostas, nesse trecho, as histórias de outros trabalhadores, que tinham uma condição de vida bastante precária. Ana Fernandes, viúva, mãe de três filhos, pagava aluguel, e, segundo ela, o dinheiro só dava para viver. Outra foi Iraci Trindade, mãe de Jair, o menino de 5 anos que acompanhava ela no trabalho. Outras questões que estão nesse fragmento do texto dizem respeito a questões trabalhistas: os agenciamentos realizados pelos “gatos” e o desconhecimento de quem de fato os contratava, já que não sabiam nem mesmo o nome do dono da fazenda.

Outra reportagem sobre os trabalhadores rurais foi apresentada no dia 16 de agosto de 1978 no jornal *O Paraná*. A manchete era: “Desemprego na zona rural preocupa as

autoridades”³⁸⁶. Abaixo, está a fotografia de um homem e de uma mulher, sentados no chão em uma casa de madeira. Ambos aparentavam ter idade avançada. A fotografia, junto ao título, busca ilustrar um cenário preocupante, ao lado um pequeno texto, que afirmava que esse desemprego era fruto dos problemas das safras de milho e feijão. No entanto, ao longo da reportagem ficamos sabendo que o desemprego já estava ocorrendo antes dessas safras, e que o sindicato dos trabalhadores rurais já tivera que lidar com 2.500 famílias desempregadas antes, pela seca, e que, em parte, essas pessoas foram trabalhar na Itaipu.

Essas transformações da agricultura, geradas pela modernização, também tiveram suas consequências para o espaço urbano. Os problemas que preocupavam “as autoridades” e foram relacionados diretamente aos desempregados eram: “dificuldades para coibir uma série de pequenos roubos e da mendicância infantil”. Deste modo, o jornal associa o aumento do desemprego no campo com o aumento de problemas sociais na cidade.



REPORTAGEM 5: A esquerda a Capa: “Desemprego na zona rural preocupa as autoridades” e a direita reportagem: “Número de bóias-frias pode crescer”.

Fonte: O PARANÁ: Quarta-feira 16 de agosto de 1978, Ano III, nº 674, p. 01 e 08.

³⁸⁶ O PARANÁ., op. cit., Quarta-feira, 16 de agosto de 1978, Ano III, nº 674, p. 01.

Na página oito a reportagem com o título: “Número de bóias-frias pode crescer”³⁸⁷ ocupa toda a parte superior da página e vem acompanhada de uma fotografia. Abaixo, há uma reportagem sobre o aumento da procura pelos abrigos e albergues na cidade – o que faz com que ambas acabem por estar relacionadas.

A fotografia da reportagem principal da página foi produzida agora no ambiente urbano, diferente da foto de capa. Em uma praça temos 4 pessoas sentadas, 3 delas em um banco e uma no chão: 3 homens – o que está no chão é o mais jovem – e uma mulher que esconde o rosto, todos usam roupas simples; o jovem e a mulher usam chinelo de dedo; a mulher também usa uma saia até o joelho, mesmo se tratando de um período frio; em volta deles há dois sacos de roupas; o jovem e outro homem parecem ter as pernas machucadas; embaixo, há a legenda: “O número de bóias-frias cresce a cada dia que passa”.

Novamente, o cenário apresentado é preocupante. Podemos nos perguntar o que incomodava o jornal nesse cenário. Seria o desemprego, a fome e o frio que passavam essas pessoas? Ou seriam os problemas sociais que o jornal relacionou diretamente, na capa, com o aumento dos desempregados no campo: “roubos e da mendicância infantil”? Ou, ainda, seria o desconforto de agora dividir o espaço “urbano”? Espaço considerado: sofisticado, amável, civilizado, cortês, e tantas outras palavras que são seus sinônimos e expressão da valorização do espaço da cidade e de seus habitantes em relação aos que eram recém-chegados do rural, do campo, sinônimos de agreste, bucólico, rústico³⁸⁸. O texto que forma a reportagem parece confirmar que todas essas indagações formavam as preocupações do jornal e das autoridades neste momento histórico.

São parte dos elementos que compõem a narrativa textual as seguintes afirmações: primeiro, a necessidade de manter os “pequenos agricultores” no campo através da filiação em cooperativas; segundo, a chegada desses novos sujeitos à cidade aumentaria os problemas sociais; e terceiro, esses recém-chegados na cidade passariam fome, o que no campo, segundo o jornal não aconteceria³⁸⁹.

O jornal ainda afirmou, a partir da fala do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Nicanar Chumacher, que a cidade não tinha indústria para absorver essa mão de obra,

³⁸⁷ Id. Ibid., p. 08.

³⁸⁸ Os termos Cidade e Campo tiveram múltiplos significados para as pessoas e classes sociais ao longo do tempo. Os significados construídos acima foram apresentados tendo como base as reportagens. Ver: Williams, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo : Companhia das Letras, 2011.

³⁸⁹ No entanto, era pouco provável que essas pessoas, se escolhessem ficar no campo, não passassem ao menos muita dificuldade de se alimentar, pois, entre os motivos destacados pelo próprio jornal – o aumento da migração para a cidade –, havia também a geada, o que levou à perda das safras do milho e do feijão, e à morte da pastagem usada para alimentar o gado.

só a Itaipu é que estaria amenizando o problema do desemprego, gerado pela perda ou venda da terra dos pequenos agricultores.

Essa afirmação do jornal *O Paraná* não leva em conta que a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional também foi responsável por gerar mais desapropriação e, com isso, desemprego. Segundo a historiadora Milena C. Mascarenhas, que estudou os atingidos pela Itaipu:

Durante o período da ditadura civil-militar foi construída a Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, no leito do Rio Paraná entre a região do município de Foz do Iguaçu, no Brasil, e o município de Puerto Stroessner, hoje Ciudad de Leste, no Paraguai, entre os anos de 1975 e 1984. Este projeto sequer foi discutido com a população atingida, pois foi um projeto gestado em gabinetes dos governos nacionais, em especial dos dois países envolvidos – Brasil e Paraguai. Somente no lado da fronteira brasileira, atingiu cerca de 40 mil habitantes entre eles proprietários de terra, posseiros, arrendatários, indígenas, comerciantes, entre tantos outros. Foram obrigados, de diferentes formas, a deixar suas terras. Essas terras acabaram sendo, de fato, desabitadas, mas não sem luta, não sem antes os atingidos terem organizado um movimento reivindicatório, de denúncia das injustiças praticadas pela Itaipu nas desapropriações (forma e valor das indenizações), que divulgou esta face do processo para o país e o mundo, ao mesmo tempo em que mobilizava e pressionava os “faraós e seus arquitetos”³⁹⁰.

A ideia de aproveitamento do Salto das Sete Quedas na cidade de Guaíra para gerar energia é anterior aos governos civis militares da ditadura, e os jornais aqui estudados³⁹¹ trabalhavam em defesa desse projeto. Assim, ao analisarmos ao longo dos anos os jornais e os contrapormos a outras fontes e análise históricas – como às acima apresentadas – podemos avaliar que os jornais ignoravam ou omitiam a destruição da paisagem que tal obra gerou, e pouco se preocuparam com os problemas sociais e culturais da construção da Itaipu³⁹².

[...] os expropriados criaram, principalmente através da atuação da Comissão Pastoral da Terra e das Comunidades Eclesiais de Base, um movimento social de resistência e reivindicação que incluiu a produção de materiais de

³⁹⁰ MASCARENHAS, Milena C. Poeira: a expressão dos atingidos de Itaipu. In: SILVA, Marcio Antônio Both da; KOLING; Paulo José. (Org.). *Terra e poder: abordagens em história agrária*. Porto Alegre: FCM Editora, 2015. p. 121.

³⁹¹ *DIÁRIO D'OESTE*: Terça, 11 de dezembro de 1962, Ano 01, nº 22. Manchete: “Hidrelétrica das Sete Quedas, Maior do Mundo: construção em estudos”.

³⁹² O jornal *O Paraná* apresentou, no ano de 1981, algumas reportagens sobre a questão da desapropriação de áreas pela Itaipu. Em 12 de março de 1981 trouxe a fala do deputado estadual Gernote Kirinus. Em 15 de março há um pequeno quadro no canto esquerdo superior da capa, que apresentava uma reunião marcada para o próximo dia, uma segunda-feira, e algumas reivindicações. No dia 17, na capa, há notícia sobre a marcha dos desapropriados, que saiu do município de São Miguel do Iguaçu e foi até Foz do Iguaçu. No dia 18 há uma notícia sobre a chegada em Foz do Iguaçu. Apesar de demonstrar algum apoio aos desapropriados havia também certa crítica a eles. Devemos considerar que os jornais escreviam em um período de ditadura. Assim, esse tema pode e deve ser mais bem estudado em outras pesquisas históricas.

formação e comunicação, a exemplo do *O Mausoléu do Faraó*, o *Boletim Poeira* e *A Taipa da Injustiça*, nos quais socializavam as ações, propuseram formas de organização e de discussões e denunciavam as injustiças que sabiam que a direção da Itaipu realizava³⁹³.

De qualquer modo, a Itaipu estava longe de ser um consolo para aqueles que perdiam suas terras, era, antes, um dos fatores que gerou as expropriações.

Ainda sobre a reportagem “Número de bóias-frias pode crescer”, em relação ao trecho que citou a fala do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, era necessário que houvesse a construção de moradias menores do que as do BNH (Banco nacional de Habitação³⁹⁴), pois essas pessoas que chegavam à cidade vindas do campo eram ainda mais pobres do que as pessoas que normalmente buscavam as casas do BNH. Para o presidente do sindicato as moradias eram essenciais para realizar: “[...] um programa de higiene e de limpeza, pois morando nas condições em que eles se encontram atualmente, de nada adianta falar de higiene e de saúde, pois não existem as mínimas condições para tanto”.

O migrante rural, o trabalhador rural temporário, ou, ainda, os boias-frias, nos anos estudados, foram um tema recorrente nas páginas dos jornais, mas nem sempre a preocupação foi com as condições de vida desses sujeitos. Vejamos um exemplo, no ano de 1981, no jornal *O Paraná*, na reportagem “Mão-de-obra agrícola causa problemas a empresários rurais”³⁹⁵. Nessa reportagem o jornal reclamava que, devido às produções que usavam muita tecnologia e, com isso, baixa mão de obra, estimulava-se a migração dos trabalhadores para outros locais onde a produção agrícola exigisse maior quantidade de mão de obra. O que o jornal buscava evidenciar era a carência de mão de obra, quando necessária, e os prejuízos que isso gerava aos empresários rurais. Assim, a preocupação dessa reportagem foi com a produção e a redução dos lucros dos empresários.

Outro elemento que apareceu de forma saliente com a modernização da agricultura e que ajudou a diminuir a necessidade de boias-frias foi o uso de venenos, ou, como eram chamados pelos jornais na época: “defensivos”³⁹⁶. A maioria das reportagens analisadas

³⁹³ Id. Ibid., p. 138.

³⁹⁴ “Pela Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, foi instituído o Plano Nacional da Habitação e criado o Banco Nacional da Habitação, com sede no Rio de Janeiro. O banco deveria ser o gestor e o financiador de uma política destinada a “promover a construção e aquisição da casa própria, especialmente pelas classes de menor renda”, bem como a ampliar as oportunidades de emprego e dinamizar o setor da construção civil. A pedra angular do BNH era o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), que tinha por finalidade principal prover recursos que garantissem a execução do Plano Nacional da Habitação”. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/banco-nacional-da-habitacao-bnh>. Acesso: 05/03/2020.

³⁹⁵ O PARANÁ., op. cit., Quarta-feira, 11 de março de 1981, Ano V, nº 1432, p. 10.

³⁹⁶ Para uma aprofundada discussão envolvendo o uso de agrotóxicos e da expressão “defensivos agrícolas” em Santa Catarina ver: CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli; NODARI, Rubens

tratava da necessidade de se ter um uso correto dos “defensivos”, e como o seu mau uso poderia representar um problema para a saúde humana e de outros animais.

Vejam alguns exemplos: *Fronteira do Iguaçu*, novembro de 1975, a reportagem: “Defensivos: falta de cuidados causa intoxicação”, no mesmo jornal, mas, em dezembro de 1976: “Defensivos, mas com muito cuidado”; em agosto de 1978: “Defensivo: veneno letal ou uma arma mal empregada?”; no jornal *O Paraná* de maio de 1979: “Defensivo agrícola preocupa”; mesmo jornal e período: “Defensivos (uso, perigo e precauções)”; e, no ano de 1981: “Toxicidade dos defensivos”.

No dia 30 de dezembro de 1976, quando o jornal *Fronteira do Iguaçu* publicou a reportagem “Defensivos, mas com muito cuidado”³⁹⁷, na página 7, também anunciou essa reportagem na capa com o título: “Chega: é preciso saber aplicar os defensivos”, em um pequeno quadro. No entanto, a manchete de capa era outra. A reportagem era: “Poluição mata peixes e gado”, apresentada na última página com acréscimo no título: “Poluição química mata peixes e gado”³⁹⁸.

À primeira vista poderíamos achar que essas duas reportagens não dialogam entre si, mas em uma análise mais atenta vemos que a poluição sobre a qual a reportagem principal tratava era provocada por inseticidas, ou seja, um tipo de “defensivo” agrícola.

A manchete da capa denunciava, a partir da fala do chefe da Coordenadoria de Recursos Naturais Renováveis, que, no município de Marechal Cândido Rondon, nas propriedades agrícolas, peixes, aves e gado estavam morrendo, e também animais silvestres, devido aos produtos químicos aplicados nas lavouras, o que causava um risco até mesmo às famílias dos “lavradores”. De acordo como o texto: “[...] Marechal Cândido Rondon a falta de cuidado na aplicação de defensivos agrícolas, principalmente os pulverizados”³⁹⁹. O problema maior eram os inseticidas em pó, porque o vento os carregava e espalhava com facilidade. Assim, essa reportagem visava à conscientização desses agricultores sobre o uso correto dos agrotóxicos.

Foi com esse mesmo intuito que a reportagem da página 7 fora produzida pela Coopavel (Cooperativa Agroindustrial de Cascavel, fundada em 15 de dezembro de 1970). Tratou de vários cuidados que os agricultores deveriam ter com o “defensivo”: onde guardar, não fazer misturas com outros produtos, como aplicar e em que hora do dia, e, após aplicar,

Onofre. “Defensivos” ou “agrotóxicos”? História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, jan./mar. 2017, p. 75-91.

³⁹⁷ FRONTERIA DO IGUAÇU., op. cit. Quinta-feira, 30 de dezembro de 1976, Ano VI, nº 1054, p. 07.

³⁹⁸ Id. Ibid., p. última.

³⁹⁹ Id. Ibid., p. última.

como higienizar o corpo. Diferentemente do período atual, onde os tratamentos com “defensivos” são realizados de forma preventiva, sem que haja, de fato, por exemplo, algum inseto atacando a soja, no período da reportagem se recomendava: “Não é preciso tratar toda a lavoura, se você encontrar apenas meia dúzia de plantas atacadas”. Também se orientava: “Respeite sempre o intervalo entre a última aplicação e a colheita. Respeitando esse período de carência, você estará evitando a ocorrência de resíduos nos alimentos”⁴⁰⁰, o que também é diferente dos dias atuais, em que “defensivos” são usados também para a secagem dos cereais para a colheita.

Nessa comparação presente/passado também podemos achar estranhas as notícias da década de 1980, que anunciavam a diminuição da aplicação de “defensivos” no oeste do Paraná. O jornal *Fronteira do Iguaçu*, em 08 de março de 1980, apresentou “Agricultores usam menos defensivos agrícolas”. *O Paraná* em 29, em março de 1981, no caderno rural: “Diminui aplicação de defensivos no oeste”; e, novamente, no *Fronteira do Iguaçu*, em 26 de março de 1981: “Cai o consumo de defensivos no oeste”.

A reportagem do jornal *O Paraná* ocupou uma página inteira do caderno rural. Quase do mesmo tamanho da folha há uma fotografia. A imagem apresenta embalagens de agrotóxicos descartadas à margem do que parece ser um rio. Sua legenda diz: “Preserve a natureza usando corretamente os defensivos”. Embaixo da fotografia e do texto temos uma tabela comparativa da comercialização dos “defensivos” nos anos de 1979 e 1980, e, ao lado, duas imagens menores de uma pessoa vestida com equipamentos, na primeira preparando o produto e, na segunda, pulverizando. Abaixo, há a legenda: “Maneira corretas do uso de defensivos”⁴⁰¹. Novamente notamos uma preocupação por parte do jornal em conscientizar as pessoas sobre as formas de uso dos agrotóxicos.

⁴⁰⁰ Id. *Ibid.*, p. 07.

⁴⁰¹ O PARANÁ., op. cit., domingo, 29 de março de 1981, Ano V, nº 1448, número do caderno rural: 185.

DIMINUI APLICAÇÃO DE DEFENSIVOS NO OESTE

A Secretaria de Estado de Agricultura do Estado do Paraná, visando obter dados concretos sobre o uso e comercialização de defensivos agrícolas, e, considerando-se que as aplicações de defensivos agrícolas oferece alta potencialidade de riscos, além de características altamente poluentes do meio ambiente, efetuou um trabalho de levantamento da quantidade de todos os defensivos comercializados no ano de 1980, no Núcleo Regional de Cascavel.

O levantamento da comercialização de defensivos agrícolas na região Oeste do Paraná, realizados pelos técnicos do Departamento de Defesa Sanitária Vegetal do Núcleo Regional de Cascavel, acusou uma sensível queda na venda de defensivos. Este dado torna-se mais expressivo em razão desta redução ocorrer com os inseticidas clorados, fosforados, clorosforados e carbamatos, que são defensivos cuja degradação na lavoura é mais lenta.

A título de ilustração, citamos abaixo a análise comparativa da comercialização nos anos de 1979 e 1980.

Podemos observar através deste quadro que a comercialização dos inseticidas clorados, clorosforados, carbamatos e fosforados, sofreram redução de 46,3; 29,1; 55,2 e 32,8% respectivamente. Atribui-se esta variação à Campanha do Uso

Preserve a natureza usando corretamente os defensivos

ANÁLISE COMPARATIVA DA COMERCIALIZAÇÃO NOS ANOS DE 1979 e 1980

	Quantidade em Kg ou litros		
	1979	1980	%
INSETICIDAS			
CLORADOS	1.307.300	702.453	53,7
CLORO-FOSFORADOS	802.900	569.425	70,9
CARBAMATOS	320.000	143.379	44,8
FOSFORADOS	3.030.500	2.036.833	67,2
PIRETROIDES	920	3.227	350,7
HERBICIDAS	949.200	1.252.347	131,9
FUNGICIDAS	1.457.900	1.510.993	103,6
TOTAL	7.868.720	6.218.657	

Adequado de Defensivos Agrícolas promovida pela Coordenadoria da Defesa Sanitária Vegetal da Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná, bem como a técnica do manejo de pragas difundida através da Acarpa/Emater-Pr. Outrossim, a implantação do refeitório agrônomo se fez sentir favoravelmente nesta redução.

Foi constatado um acentuado crescimento na comercialização de produtos de baixa toxicidade tais como inseticidas biológicos, óleo mineral e outros. A elevação da venda do piretroides foi da ordem de 250,7%.

O aumento na venda dos herbicidas foi de 32% em relação 79/80. Esta maior procura foi em função da melhoria do nível tecnológico dos produtores, somada à crescente e escassez de mão de obra.

Em se tratando de fungicidas, pode-se dizer que a variação está dentro de uma faixa normal, considerando que o seu uso é de caráter preventivo, e que no ano passado as condições climáticas obrigaram seu uso.

Ainda no ano de 1980 foram comercializados 13.356 de defensivos biológicos, 14.893 de óleo mineral e 49.899 de espalhante adesivo.

Maneiras corretas do uso de defensivos.



REPORTAGEM 6: “Diminui aplicação de defensivos no Oeste”.

Fonte: O PARANÁ rural: suplemento do Jornal *O Paraná*, domingo, 29 de março de 1981, Ano V, nº 185.

Segundo a reportagem, a partir dos dados levantados pela secretaria de estado de agricultura do estado do Paraná, no ano de 1980 teria ocorrido uma diminuição na venda de “defensivos” em relação ao ano anterior: redução ocorre “com os inseticidas clorados, fosforados, clorosforados e carbamatos”. A mesma reportagem apontava um “aumento na venda dos herbicidas [...]”. Esta maior procura foi em função da melhoria do nível tecnológico dos produtores, somada à crescente e escassez de mão e obra⁴⁰². Ao avaliar a tabela, observamos que também os fungicidas tiveram aumento.

A reportagem evidencia que é nesse período histórico que estavam ocorrendo as mudanças na agricultura, fruto da modernização tecnológica, como demonstra o aumento do uso dos herbicidas. Esses agrotóxicos, como afirmamos no primeiro capítulo, são os mais usados hoje para o controle das plantas consideradas daninhas, e estão ligados, como a

⁴⁰² Id. Ibid.

reportagem afirma, à tecnologia desenvolvida para a agricultura e ao desenvolvimento de plantas transgênicas⁴⁰³.

No período da reportagem os agrotóxicos mais usados eram inseticidas. No período atual esses tipos de veneno aparecem atrás dos outros dois tipos em consumo⁴⁰⁴, o que caracteriza uma clara mudança no estilo de produção na agricultura de um período para o outro, e também na alteração na paisagem.

A análise dessa reportagem também revela que, para o jornal, havia uma escassez de mão de obra, e isso teria sido responsável pelo aumento do uso dos herbicidas. Com base nessa constatação podemos perguntar: o que aconteceu com os três mil boias-frias de 1975 e os desapropriados da Itaipu? Será que a baixa quantidade de mão de obra causou o uso dos “defensivos”? Como afirma o jornal. Ou seria o uso dos agrotóxicos que levou ao desemprego da mão de obra dos boias-frias?

A soja, planta de origem asiática, foi um elemento que acompanhou esses dois estágios de transformação na paisagem: os boias-frias e, depois, os venenos (os defensivos), e que segue até os dias atuais. Na atualidade, a soja é o elemento principal da paisagem do oeste do Paraná.

Na década de 1960, apesar de já se ter notícias sobre a soja nesse espaço, elas ainda eram poucas. Outros produtos agrícolas eram mais enfatizados, como: trigo, milho, feijão, batata, hortelã e café, sendo noticiados até mesmo contrabandados desta última semente. Contudo, isso se alterou totalmente na década de 1970. Para se ter um exemplo, em abril de 1977, no jornal *O Paraná*, conseguimos encontrar quase todos os dias uma reportagem sobre o assunto soja.

As reportagens sobre a soja encontradas nos jornais tratavam de assuntos diversos relacionados a essa planta: divulgavam-se as vantagens de se plantar, pesquisas para melhorar a produção, eventos que relacionavam a identidade local com a produção de soja, novos espaços de plantação, aumento da produtividade, tentativas de controle do governo sobre a exportação, o consumo, entre outras.

Nem todas as reportagens, entretanto, tinham seus objetivos tão explícitos. Por exemplo, no jornal *Fronteira do Iguaçu*, de 17 de março de 1973, nas páginas 13 e 14, temos a “Reportagem na ‘fazenda mocotó’ com SR. Roberto Wypych”⁴⁰⁵. À primeira vista, essa seria

⁴⁰³ BOMBARDI, op. cit., p. 02-03.

⁴⁰⁴ Dados do ano de 2017 para Paraná. Disponível em: http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/PlanoAgrotoxic30_05_18.pdf. Acesso: 18/03/2020.

⁴⁰⁵ FRONTERIA DO IGUAÇU., op. cit. sábado, 17 de março de 1973, Ano III, nº 176, p. 13-14.

apenas uma reportagem sobre um fazendeiro, porém, a partir das imagens e do texto, analisamos que o objetivo era divulgar a produção de soja como algo lucrativo.

Na página 13 da reportagem observamos, logo abaixo do título, uma grande imagem. Nela, vê-se um homem em meio a uma plantação de soja, com a seguinte legenda: “O proprietário da fazenda, Roberto Wypych, homem de porte avantajado no meio da soja”. Podemos conjecturar que o jornal estava enaltecendo apenas a figura do fazendeiro e político, mas também podemos observar que se buscava destacar a soja quando comparada ao proprietário, pois, já que ele era de fato alto (avantajado), a planta, por sua vez, também era, já que chegava na altura mais ou menos do peito do fazendeiro.

Esse tipo de comparação também está presente em outra imagem da reportagem, na qual o proprietário está próximo a um carro, mas ainda no meio da plantação de soja, com a legenda: “Vejam a altura da leguminosa comparando com automóvel encostado. O carregamento de sementes é impressionante”. Nessa imagem as plantas são comparadas diretamente, e é ressaltada a produção em número de sementes, porém, a produção de soja não deveria ser só valorizada pelo tamanho da planta ou pela grande produção, ela também deveria ser destacada por possibilitar a aquisição de bens – nesse caso: o carro, objeto usado como exemplo de como essa plantação renderia “bons frutos” a quem a plantasse.

No final do texto, depois de muitos elogios à organização da produção na fazenda, ficamos sabendo que o proprietário recebera um título de “O agricultor do ano”, ou, como ele gostava de ser chamado: “empresário”. Além disso, foram exaltados, para a produção, o papel dos fornecedores de créditos, da Cooperativa Agrícola de Cascavel (Coopavel) e da Acarpa (Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná⁴⁰⁶).

Destarte, a reportagem destacou os elementos fundamentais para o aumento da produção de monocultura em larga escala, e que ajudaram a transformar a paisagem: os créditos concedidos pelo governo e as empresas que prestavam assistência aos produtores. Adamy analisou em sua tese um levantamento realizado pelo INCRA e pelo IPARDES nos anos iniciais da década de 1970, e chegou à seguinte conclusão:

[...] na região Oeste e Sudoeste do Paraná, pôde diagnosticar que as culturas que mais absorveram os recursos do crédito agrícola, em cerca de 95%, foram a soja e o trigo, culturas não cultivadas em pequenas propriedades e que agricultores associados a cooperativas tiveram proporcionalmente maior procura e acesso a este tipo de financiamento, sendo que o Banco do Brasil

⁴⁰⁶ A Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná foi criada em 1959, a partir do ETA – Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano, e depois foi substituída, em 1977, pela atual Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER.

foi a instituição financeira responsável por grande parte dos recursos liberados para agricultores associados [...] ⁴⁰⁷.

Para a autora, cooperativas como a Coopavel conseguiram acesso a crédito rural facilitado para os seus associados, mas, mesmo dentro dessa linha de crédito, os grandes proprietários foram os maiores beneficiários. Era o caso de Roberto Wypych ⁴⁰⁸, que possuía 500 alqueires próximos a BR. Ele foi diretor de cooperativa, sendo “um dos sócios fundadores e diretor presidente da Coopavel” ⁴⁰⁹ e diretor-presidente do Consórcio Itaipu de Cooperativas em 1974. Assim, a imagem que a reportagem procurou construir Wypych como um sujeito comum, que conseguiu aproveitar as oportunidades e se organizar para melhorar sua produção. Por outro lado, ela silencia acerca de que ele não trabalhou sozinho: contou com apoio de empresas e do governo, como descrito acima.

⁴⁰⁷ ADAMY, op. cit. 2019. p. 161.

⁴⁰⁸ Roberto Wypych foi um contador e agropecuarista filiado ao Partido Democrata Cristão (PDC). Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 em 27 de outubro de 1965 e a posterior instauração do bipartidarismo ele se tornou membro da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do regime militar instalado no país em abril de 1964. Ingressou na vida política como deputado estadual na legenda da Arena. Foi eleito no pleito de novembro de 1966 e empossado em março do ano seguinte, tendo concluído o mandato em janeiro de 1970. Nomeado presidente da Cooperativa Agropecuária de Cascavel e diretor-presidente do Consórcio Itaipu de Cooperativas em 1974, permaneceria nesses cargos até 1979. Em 1975 passou a integrar a diretoria da Cooperativa Central Regional Iguazu Ltda. (Cotriguaçu), exercendo a função de diretor-presidente até 1978. Nesse período, entre os anos 1976 e 1978, foi também vice-presidente da Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar). Em 1º de setembro de 1978 tornou-se suplente de Afonso Camargo, eleito indiretamente senador pela Arena. Com a extinção do bipartidarismo, em 29 de novembro de 1979, e a consequente reformulação partidária, filiou-se ao Partido Popular (PP). Presidente da diretoria executiva da Sociedade Rural de Cascavel em 1980, trabalhou como chefe da representação em Cascavel da Delegacia da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, entre os anos de 1981 e 1982. Em fevereiro deste último ano, em virtude da incorporação do PP ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), filiou-se a essa legenda, sucessora do MDB. Em março de 1985, com a designação de Afonso Camargo para o Ministério dos Transportes, no governo do presidente José Sarney, ocupou a sua vaga, exercendo o mandato até fevereiro de 1986, quando Camargo deixou a pasta e retornou ao Senado. Após essa data, Wypych passou a dedicar-se à agropecuária em suas fazendas em Cascavel (PR), até 1995: São José do Rio Claro (MT), até 1997, e, a partir do ano seguinte, em Barreiras (BA). Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/wypych-roberto>. Acesso: 30/03/2020.

⁴⁰⁹ ADAMY, op. cit. 2019, p. 122.

REPORTAGEM NA "FAZENDA MOCOTÓ" COM O SR. ROBERTO WYPYCH



O proprietário da fazenda, Roberto Wypych, homem de porte avantajado no meio da soja

...em do FDI se...
...fazenda Mocotó...
...aproximadamente...
...Cascavel em dire-...
...onde vai...
...BR-467, Per-...
...município de Cascavel...
...de 500 alqueires...
...hectares, assim...
...da, de soja e...
...de milho em...
...travada. Restan...
...pequena parte...
...Pretende fazer...
...300 alq. de...
...150 de pastagem...
...florestal.

...não concor-...
...de terra, foi...
...", pois...
...ser chama-...
...". A "FAZEN-...
...rural su-...
...Roberto Wypych...
...empresário...
...para nova que...
...estariado em subs...
...legendária do...
...teve o seu...
...dos povos.

...rural criou a...
...rural que...
...que o homem...
...hectare.

...administração. É o homem que adota uma política administrativa, uma política social e uma política econômica dentro de sua empresa. Em outras palavras, é o homem que pensa, quando levanta dinami-za o que está planejado e co-ordenado, depois senta de novo e faz uma avaliação do que foi feito e tira as suas conclu-sões.

Nessa empresa rural "Mocotó" tudo é programado, tudo é calculado. Este ano se preve uma safra de aproximadamente 10.000 sacos de milho e 15.000 sacos de soja. As variedades destas leguminosas que foram plantadas são a Santa Rosa, Hardee e Visoja. Esta última com características e rendimento extraordinário. Toda a área plantada foi corrigida com aproximadamente 15 toneladas de calcário dolomítico por alqueire. Aduba-ção corretiva e de 120 kg. de fosforo e 80 kg. de potasio por hectare.

A terra é considerada ex-cessivamente baixa de PH, 4,5, tendo sido elevada para



Vejam a altura da leguminosa comparando com o automóvel encostado. O carregamento de sementes é impressionante.

Wypych alcançar os maiores índices de produção e produtividade por área. O propósito é de alcançar 150 sacos de soja e 100 sacos de trigo por alqueire.

Buscando o aproveitamento total da área toda a madei-ra está sendo usada internamente por meio de uma pequena serraria. Estão sendo construídos galpões para cereais, depósito para máquinas, manguei-ras, cercas, casas para operá-rios, etc. Segue

...nio que eram na base de 2,5 se apresentam hoje em torno de 0.

As áreas recentemente des-tacadas poderão produzir 80 sacos por alqueire, mas as áreas mais antigas poderão produzir entre 100 a 130 sacos alqueire.

Quanto a frustração do tri-go o entrevistado não se inti-midou. Diz que vai plantar a mesma área que foi plantada com soja.

É propósito do sr. Roberto

...CA DE OLHOS

REPORTAGEM 7: "Reportagem na 'fazenda mocotó' com SR. Roberto Wypych".

Fonte: FRONTERIA DO IGUAÇU: Sábado 17 de março de 1973, Ano III, nº 176, p. 13.

Nesse mesmo dia, na página 6, fora reproduzida do jornal *Folha* de Santiago/RS a reportagem "O soja é a 'carne do pobre'", na qual era enaltecido o consumo da soja e seus derivados como complemento nutricional para as pessoas e também para os animais. Em um mesmo dia foram apresentadas duas reportagens que buscavam incentivar a produção e o consumo da soja.

No entanto, apesar do incentivo ao consumo da soja e do leite da leguminosa, essa última reportagem buscava não excluir do consumo os produtos de origem animal. Vejamos:

Alguns até se perguntam: se os preços da carne, ovos e queijos são elevados, e se o soja contém as substâncias nutritivas daqueles alimentos, podendo ser adquirido a preços relativamente módicos, a solução não será então, adotar o soja como substituto parcial daqueles produtos?

[...]

Os médicos desaconselharam o emprego exclusivo do soja na alimentação por enfraquecer, com o tempo, a resistência dos ossos. Isto acontece, também para os animais. A quantidade deve ser adaptada às necessidades de cada um, de acordo como o esforço a ser dispendido no trabalho diário⁴¹⁰.

O enaltecimento dessa visão é muito importante para que o aumento de uma nova forma de produção agrícola, a da soja, não venha a atrapalhar e/ou gerar perdas às outras formas de produção também agrícola, ligadas diretamente ao cultivo de soja, ou seja, a ingestão de soja não deveria ser uma concorrência ao consumo de leite ou carne de animais, ela deveria ser entendida como um complemento “parcial”, já que a soja também é usada para a produção de ração para esses animais.

Outra reportagem que valoriza o consumo da soja sem excluir o consumo de produtos de origem animal fora produzida pelo jornal *O Paraná* em 03 abril de 1977: “Vamos comer soja?”, no *caderno C* (criado após 1976, “com matérias sobre cultura”, de circulação aos domingos⁴¹¹). Essa reportagem foi acompanhada por receitas que incluíam a soja. Podemos ler o incentivo ao consumo da soja logo no início do quadro principal, abaixo do título:

Um alimento muito mais barato, muito fácil de preparar e que supera ou equivale a quantidade de nutritiva protéica da carne, do leite, de ovos e outros alimentos básicos: a soja. “O leite de soja não chega a ser mais nutritivo do que o leite de vaca, já que o leite de vaca é o alimento mais completo que existe, mas chega a equivaler-se no teor protéico”. Informou Maria Eliza Ribeiro da Motta, coordenadora regional de bem-estar da Acarpa, em Cascavel.

[...] a soja deverá fazer parte, obrigatoriamente, da alimentação de qualquer família, quer na forma de leite, ou de inúmeros pratos doces e salgados que com ela podem ser preparados⁴¹².

Havia certa exaltação sobre o consumo da soja para os humanos, além dos produtos de origem animal. Isso era consolidado pelos órgãos ligados ao governo de incentivo à modernização a partir da pesquisa e da extensão, ou seja, a partir da atuação da Acarpa (Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná), que, além de fornecer assistência rural, também fornecia crédito aos agricultores.

O cultivo de soja em larga escala, como observamos na contemporaneidade, não parece ter se concretizado pelo aumento do consumo humano direto desse grão ou de seu leite. Foi a partir das cooperativas e da produção de animais, também em larga escala, que a plantação de soja se consolidou, tendo como finalidade a exportação. Assim, foi para a produção de rações

⁴¹⁰ FRONTERIA DO IGUAÇU., op. cit. Sábado 17 de março de 1973, Ano III, nº 176, p. 06.

⁴¹¹ JAWSNICKER, 2007, op. cit., p. 09.

⁴¹² O PARANÁ., op. cit., domingo, 03 de abril de 1977, Ano I, nº 26, caderno C.

para animais que a soja passou fazer parte da paisagem do oeste do Paraná, seja para os animais produzidos no Brasil ou em outros lugares do mundo.

Por isso, a Acarpa (Associação de Crédito e Assistencial rural do Paraná) atuava também em cursos para produção de suínos, como lemos no jornal *Fronteira do Iguaçu*, em 08 de julho de 1972, de forma mais direta em: “Acarpa treina agricultores em suinocultura”, curso que incluía a visitação em frigoríficos, como à *Sadia*, em Toledo, além de: “Líderes rurais são treinados pela Acarpa de Cascavel”, com curso sobre cultivo de trigo, soja e criação de suínos. Além do treinamento, havia, segundo o jornal, incentivo ao crédito rural⁴¹³.

No entanto, nesse período a produção de soja já era alvo de algumas críticas. No jornal *Fronteira do Iguaçu*, de 16 de fevereiro de 1974, na reportagem “Soja: Raios-X da Questão”, foram tratados vários assuntos que envolviam a produção de soja, entre eles, a assistência técnica que a Acarpa realizava através do rádio e de revistas especializadas. Também são abordados os problemas ecológicos trazidos por essa produção:

A soja, como cultura que exige grandes extensões de terra, exige o desmatamento de vastas áreas ocupadas por matas virgens, o que por seu lado provoca problemas ecológicos, como os que estão ocorrendo no Oeste do Paraná. Além da modificação da fauna e da flora, com a extinção de espécies e o surgimento, por exemplo, de pragas que antes não se manifestavam devido ao equilíbrio natural existente, há as modificações de ordem climática que se manifestam⁴¹⁴.

Assim, essa reportagem tratava de variados assuntos que envolviam a produção de soja, sem deixar de apontar os desequilíbrios provocados por essa produção, além de seus efeitos em transformar a paisagem, como por meio do desmatamento e das mudanças climáticas.

No jornal *O Paraná*, de 06 de abril de 1977, também foram publicadas várias reportagens sobre a produção de soja, entre elas: “Soja bate novo recorde”, sobre o aumento dos preços do produto; “Farinha de trigo receberá cinco por cento de soja”, sobre a adição de farinha de soja na farinha de trigo, e, finalmente: “Para cada quilo de soja, ½ de defensivo”. Essa reportagem tinha uma crítica sobre a quantidade de agrotóxicos aplicados nas lavouras de soja, sobretudo em relação aos inseticidas. São apontadas doenças causadas pelo uso excessivo de defensivos como: o câncer.

No mesmo jornal, mês e ano, no dia 21 foi publicada a reportagem assinada por José Correia Alves: “Soja: industrialização trará vantagem a todos”, na qual há várias críticas à produção deste grão. A primeira crítica é sobre a forma como é organizada e baseada a

⁴¹³ FRONTERIA DO IGUAÇU., op. cit. sábado, 08 de julho de 1972, Ano II, nº 102, suplemento rural nº 37.

⁴¹⁴ Id. Ibid., sábado, 16 de fevereiro de 1974, Ano III, nº 306, p. 05.

produção de soja, uma monocultura para exportação, o que já aconteceu com outras plantações no Brasil. Em seguida, o autor aponta como a produção de soja usa baixa quantidade de mão de obra quando comparada, por exemplo, com o café, cultura anterior.

Assim, a produção de soja também seria responsável por gerar os boias-frias: “Bóia-fria, é a denominação que se dá àqueles que vivem de sub-emprego na área rural. Residem na cidade, geralmente em habitações deficientes, sem oferecer as mínimas condições de higiene segurança e conforto”⁴¹⁵. O autor seguiu sua crítica com a descrição das condições de trabalho desses sujeitos, e como elas eram diferentes em outros cultivos. As culturas do “café, arroz, milho, feijão, hortelã etc.” também tinham outro diferencial, eram consumidos no Brasil, pelas pessoas, não pelos animais:

Da soja extraímos quase exclusivamente óleo para fazer comida farelo e óleo semi-refinado, ambos para exportação além de fazermos rações para o tratamento de animais. Particularmente achamos absurdo o uso da soja para o tratamento de animais, apesar do argumento de que o rendimento será melhorado. Não é possível em um mundo que passa fome, entendido que passar fome não é só morrer de fome, é alimentar-se deficientemente, usa-se tão rico alimento para tratar de ovinos, bovinos suínos, etc. Há de se descobrir um meio de alimentá-los de outra forma, sem ter de utilizar alimento tão completo e tão útil à alimentação de pessoas carentes, de proteínas e sais minerais⁴¹⁶.

José Correia Alves propôs o uso da soja no Brasil de diferentes maneiras. Com isso, incentivar-se-ia também a industrialização do país, o uso de mão de obra local – como a dos boias-frias – e melhores condições de alimentação das pessoas. Foi destacado o papel da Acarpa na divulgação dos nutrientes da soja. Assim, o que Alves propôs foi a industrialização da soja com um elo total na produção, na industrialização e no consumo final, todos no próprio estado do Paraná.

Podemos avaliar que, se a proposta de José Correia Alves fosse de fato implantada, quem sabe faria mais sentido termos uma identidade regional ligada à produção da soja. Não obstante, mesmo sem essas escalas de industrialização e consumo no estado, só com a plantação a soja já é construída como parte da identidade do Paraná, o que observamos nos jornais analisados.

A constante menção à soja estava vinculada à tentativa, ainda atual, de se construir uma identidade regional associada ao seu plantio. Assim, lia-se, por exemplo, no jornal *Fronteira*

⁴¹⁵ O PARANÁ., op. cit., quinta-feira, 21 de abril de 1977, Ano I, nº 280, p. 06.

⁴¹⁶ Id. Ibid., p. 06.

do *Iguaçu*, de 14 de abril de 1974: “Na terra da soja falta óleo de soja”, título de reportagem sobre a escassez de óleo nos supermercados de Cascavel, devido ao reajuste de preço.

No mesmo jornal, em 31 de maio de 1977: “Festa da Rainha da Soja do Paraná 77”, sobre o concurso que elegia a rainha e duas princesas da soja. Nesse ano o concurso teve candidatas de 46 municípios do Paraná e foi realizado na cidade de Ponta Grossa. Foi eleita rainha da soja a cascavelense Rosilene Bernardelli de Godoy.

Também no *Frenteira do Iguaçu*, no dia 23 de maio de 1971, saiu um suplemento especial sobre a I Festa da Soja em Palotina/PR⁴¹⁷. Nessa festa, entre outras atividades realizadas, também foi eleita a “rainha da soja”. O jornal se dedicou a construir uma ideia de progresso ligada à produção deste grão. Entre os destaques estava: “Distrito de Maripá: o maior produtor de soja”.

Esses são só alguns exemplos de como os jornais tentavam, e ainda tentam, construir a “soja” como um símbolo que marca a identidade do Oeste do Paraná. Entretanto, se a identidade é marcada pela diferença, o Oeste do Paraná não poderá ser a “capital dos orgânicos”, por exemplo, o que traz como consequência prática ser, talvez, a “capital do veneno”, já que, se o Brasil é, “nos dias de hoje, o maior consumidor mundial de agrotóxicos”⁴¹⁸, o Paraná fica na terceira colocação nacional de estados que mais consomem agrotóxicos⁴¹⁹ e a região do município de Cascavel fica em primeiro lugar no Estado do Paraná⁴²⁰, como já analisamos no primeiro capítulo.

Ao analisar a imprensa local no período que essas transformações estavam ocorrendo podemos considerar que há uma percepção que se sobressai às outras. Ela defende as ações das madeireiras e da agricultura como necessárias para um futuro melhor, para o progresso e o desenvolvimento econômico dos municípios do oeste do Paraná.

⁴¹⁷ “A história do Cooperativismo no Oeste do Paraná teve início no município de Palotina, no ano de 1963, com a criação da Cooperativa Agrícola Mista de Palotina, a CAMPAL. Encontrando dificuldades para a sua administração, em 1969 a Acarpa, atual Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (EMATER), assumiu a coordenação de um projeto de reorganização da cooperativa. Entre os encaminhamentos realizados estava o incentivo à produção, à comercialização e ao consumo de produtos à base de soja. Para tanto, em 23 de maio de 1971, realizou-se a “1ª Festa da Soja” no município” – ADAMY, op. cit. 2019, p. 146.

⁴¹⁸ ALENTEJANO, op. cit., p. 480. O estudo citado como referência é do ano de 2012, portanto, não leva em conta os últimos anos, quando se teve um aumento significativo no registro de novos agrotóxicos no Brasil. Para se ter uma ideia, no ano de 2018 foram liberados 449 novos tipos e, em 2019, 474. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/12/28/numero-de-agrotoxicos-registrados-em-2019-e-o-maior-da-serie-historica-945percent-sao-genericos-diz-governo.ghml>. Acesso: 15/06/2020.

⁴¹⁹ BOMBARDI, op. cit., p. 05.

⁴²⁰ Dados referentes ao ano de 2013. Disponível em: <http://www.saude.ufpr.br/portal/observatorio/monitoramento/mapas-do-consumo-de-agrotoxicos-no-parana/>. Acesso: 13/02/2019. DUTRA, Lidiane Silva; FERREIRA, Aldo Pacheco. Associação entre má formações congênitas e a utilização de agrotóxicos em monoculturas no Paraná, Brasil. Saúde em Debate [online]. 2017, v. 41, n. 2, pp. 241-253. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042017S220>. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-11042017S220>. Acesso: 03/04/2020.

Essa percepção se faz presente em todos os jornais pelos interesses semelhantes que eles apresentavam, seja pelas pessoas que os organizaram ao longo dos anos, sendo que algumas dessas pessoas trabalharam em todos os jornais, como o jornalista Frederico Sefrin Filho, ou pela condição semelhante desses jornais de terem sido os diários oficiais de muitos municípios do Oeste do Paraná, principalmente de Cascavel.

Por conta disso, os jornais buscaram legitimar e defender constantemente as ações das madeireiras. O desmatamento mencionado não era ligado diretamente a tais ações, e o reflorestamento, quando foi defendido, foi pela óptica dessas indústrias, pela falta de matéria-prima.

Não obstante, em um momento de crise, de incertezas sobre o futuro, quando a indústria madeireira dava sinais de que deixaria de ser uma fonte de emprego para a população, críticas e percepções diferentes sobre as transformações geradas na paisagem por essas indústrias tiveram espaço nas páginas dos jornais. De tal modo, podemos ler elementos sobre o desequilíbrio ecológico e a falta de lugares onde ainda existiam áreas de floresta para as pessoas.

É também com a crise do setor madeireiro que as percepções diferentes sobre a agricultura serão apresentadas, como, por exemplo, de que maneira ela não era equivalente para substituir as madeireiras por não gerar a mesma quantidade de empregos. Contudo, como já afirmamos, a percepção dominante é dos benéficos da agricultura e da modernização que estaria ligada a ela e sobre as vantagens de plantar a soja.

Antes da modernização ser totalmente implantada também ocorreram outras visões sobre o futuro para agricultura e sobre como solucionar os seus problemas. A ideia de uma reforma agrária foi mencionada e defendida em diferentes reportagens apresentadas nos jornais. Também, as contradições trazidas pela modernização foram questionadas: a situação dos trabalhadores rurais que ficaram sem empregos e migraram para as cidades; o uso intensivo de “defensivos” agrícolas; e a produção de soja em larga escala para exportação. Como frutos dessas contradições foi necessário haver produção de reportagens que visavam convencer as pessoas sobre os benéficos que tais transformações acarretariam.

A utilização dos jornais nesta pesquisa tem a importância de essa fonte ser construída durante o processo de transformações na paisagem de forma mais intensa pelas madeireiras e pela agricultura, além de essas narrativas serem produzidas pelos jornais que auxiliaram na formação de opiniões públicas e na memória coletiva sobre essas transformações, tendo, portanto, alguma influência sobre as narrativas produzidas em período posteriores – como as entrevistas e o acervo eletrônico de fotografias que analisaremos a seguir.

CAPÍTULO 3 – MEMÓRIAS SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM

3.1 A HISTÓRIA ORAL: METODOLOGIA E FONTES

Neste capítulo analisaremos entrevistas realizadas com pessoas que trabalharam na agricultura ou/e em madeiras no período e no espaço do estudo. Antes, cabe explicar como estamos entendendo a História Oral, já que essa é uma metodologia utilizada tanto para a produção das fontes quanto para a análise das entrevistas, que entendemos como uma fonte construída a partir da relação entre o entrevistado e o entrevistador.

Verena Alberti, em seu livro *Ouvir Contar*, possibilita-nos refletir sobre o tema. Primeiro, o fato de considerar que a “história é construção” pode nos levar ao equívoco de que a “história é ficção”. Neste caso, se a “fonte oral é uma construção” podemos raciocinar no engano: a “fonte oral é uma ficção”. Segundo a autora, “Confundir a entrevista de história oral com obra de ficção é fechar os olhos àquilo que a entrevista efetivamente documenta. E se afirmo que ela não é ficção, isso não quer dizer que eu negue sua força narrativa, que pode ser imensa”⁴²¹.

A entrevista é uma fonte construída, mas nem por isso ela perde seu valor como documento histórico, e é na relação entrevistado e entrevistador que ela é construída:

[...] na entrevista de história oral há no mínimo dois autores – o entrevistado e o entrevistador. Mesmo que o entrevistador fale pouco, para permitir ao entrevistado narrar suas experiências, a entrevista que ele conduz é parte de seu próprio relato – científico, acadêmico, político etc. – sobre ações passadas, e também de suas ações⁴²².

Desse modo, deixamos clara a nossa participação ativa na produção das entrevistas: na sua elaboração, a partir de um projeto de pesquisa em História, na seleção dos entrevistados e na escolha das perguntas. Procuramos considerar as entrevistas como um diálogo, como escreveu Yara A. Khoury:

[...] as entrevistas orais, por sua própria natureza, não se fazem com técnicas e, sim, com relações humanas em que estamos desejosos de conhecer melhor como cada pessoa vive e constrói essa luta, ou mesmo se submete. Tem

⁴²¹ ALBERTI, op. cit. 2004. p. 10.

⁴²² Id. Ibid., p. 34.

significado, também, trazer essas narrativas para dentro de nosso texto numa relação de igualdade⁴²³.

Nesse sentido, o texto de Alessandro Portelli, *História Oral como arte da escuta*, também é significativo:

Ao contrário da maioria dos documentos históricos, as fontes orais não são *encontradas*, mas *cocriadas* pelo historiador. Elas não existiriam sob a forma em que existem sem a presença, o estímulo e o papel ativo do historiador na entrevista feita em campo. Fontes orais são geradas em uma troca dialógica, a *entrevista*: literalmente, uma troca de olhares⁴²⁴.

No entanto, sabemos que essa relação de troca não é tarefa fácil: ela não depende só de um bom planejamento do entrevistador, e nem sempre os entrevistados estão dispostos a conversar sobre determinados assuntos. Portanto, também consideramos o que escreveu Alistair Thomson: “não há, necessariamente, uma única, ou universal ‘maneira certa’, de se fazer história oral”, mas “os entrevistadores precisam ter sensibilidade definidas por gênero, classe, raça e etnia, região, sexualidade, deficiência e idade” na realização da entrevista⁴²⁵.

Ainda, segundo Alessandro Portelli, podemos considerar que a História oral nada mais é do que “uma ferramenta adicional na panóplia de fontes do historiador”. No entanto, a entrevista oral tem alguns diferenciais, ligados à memória, à narrativa e à subjetividade. Por esse motivo, ela exige uma análise específica conectada a estes elementos⁴²⁶.

Destarte, compete algumas considerações sobre o conceito de memória, além das apresentadas na introdução deste texto, pois, quando trabalhamos com entrevistas, isso também deve ser considerado. A memória é ajuizada tanto como uma elaboração individual quanto como algo coletivo e social, já que:

[...] não se pode desconhecer que em toda entrevista, mesmo aquela que relata memórias de experiências bastante singulares, a dimensão social é constitutiva desta em razão dos aspectos lingüísticos, culturais, econômicos ou mais propriamente históricos formadores de qualquer indivíduo. Logo, o historiador tem diante de si um documento que é individual e social ao mesmo tempo⁴²⁷.

⁴²³ KHOURY, op. cit., p. 32.

⁴²⁴ PORTELLI, op. cit., p. 10.

⁴²⁵ THOMSON, Alistair. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. In: ALBERTI, Verena, FERNANDES, Tania Maria, FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. p. 47; 50.

⁴²⁶ PORTELLI, 2016, op. cit., p. 09-10.

⁴²⁷ PEREIRA NETO, André de Faria; MACHADO, Bárbara Araújo; MONTENEGRO, Antonio Torres. História Oral no Brasil: uma análise da produção recente (1998/2008). *História Oral: Revista Associação Brasileira de História Oral*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 113-126, jul-dez. 2007, p. 117.

Portanto, as memórias apresentadas em uma entrevista incluem elementos que são, ao mesmo tempo, pertencentes exclusivamente ao entrevistado, mas, também, algo que dialoga com o restante da sociedade na qual estão inseridos. Thomson, em seu artigo sobre a relação entre a História Oral e as memórias, escreveu que:

A memória “gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas”, em função das mudanças nos relatos públicos, sobre o passado. Que memórias escolhemos para recordar e relatar (e portanto, lembrar), e como damos sentido a elas são coisas que mudam com o passar do tempo⁴²⁸.

Da mesma forma, a memória está sujeita a ser reelaborada conforme a situação apresentada no momento da entrevista. Por isso, não só o passado é parte constituinte da memória, mas também o presente. Como escreveu Henri Bergson: “a memória é um fenômeno que responde pela reelaboração do passado no presente, ‘ela prolonga o passado no presente’”⁴²⁹.

A partir dessas características da memória – algo dinâmico, construído na relação indivíduo/sociedade, passado/presente – é que analisaremos as entrevistas a seguir. Portanto, levaremos em consideração quais são as narrativas apresentadas sobre o passado e como elas dialogam com o momento da entrevista. Além disso, as ações de transformações na paisagem são relatadas conforme a vivência de cada um, que não se diferenciam tanto, por guardarem relações de uma mesma sociedade.

3.2 PAISAGEM DA(S) MEMÓRIA(S): NARRATIVAS SOBRE O TRABALHO NAS MADEIREIRAS E NA AGRICULTURA

A primeira entrevista foi realizada no dia 22 de março de 2013, com Alberto Rodrigues Pompeu, que nasceu em Foz de Iguaçu, no dia 15 de novembro de 1937, e trabalhou como contador na indústria madeireira. Além deste trabalho, Pompeu atuou como diretor geral do Hospital Universitário do Oeste do Paraná e como professor na Unioeste (Universidade

⁴²⁸ THOMSON, Alistair. *Recompondo a Memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. Proj. História*, São Paulo, 15, p. 51-84, abr., 1997. p. 57.

⁴²⁹ BERGSON, Henri. *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins e Fontes, 2006. p. 247. Apud: GUIMARÃES, J. F. S; REZENDE, C. V. de; BRITO, A. M. P. de. *O conceito de memória na obra “Matéria e Memória” de Henri Bergson*. In: VI Colóquio Internacional: “educação e contemporaneidade”. São Cristóvão/SE, 2012. p. 05.

Estadual do Oeste do Paraná). Ele e sua família são considerados “pioneiros”⁴³⁰ do município de Cascavel, sendo que, no dia 12 de novembro de 2018, Pompeu recebeu, em uma solenidade na câmara de vereadores, o título de cidadão honorário.

A entrevista possui a duração de 1 hora e 44 minutos. As perguntas foram realizadas no intuito de incentivar que Pompeu falasse não só de seu envolvimento com as madeireiras, mas também de sua vida, de forma ampla. No entanto, devido ao entrevistado possuir uma grande eloquência, o que torna a entrevista uma fonte riquíssima para a análise, não foram realizadas muitas perguntas.

A realização da entrevista foi possível a partir do contanto com o professor Nilceu Deitos, que já conhecia Pompeu. Deste modo, o professor marcou o dia e nos encontramos em frente à Catedral Metropolitana de Cascavel, dirigindo-nos a pé para o prédio onde residia o entrevistado. Antes de começar a entrevista, Pompeu fez questão de mostrar uma coleção que possui de objetos antigos: computadores, televisores, rádios, mapas, uniforme do exército nazista, armas etc. Durante a entrevista, Pompeu também apresentou algumas fotografias pessoais e que contêm imagens de madeireiras.

Para a análise, além da entrevista que realizei com Pompeu, usarei a que ele concedeu ao Projeto Universidade sem Fronteiras, intitulado: *Intervenções na relação Universidade/Educação Básica: tempo passado, desafio do presente*. A entrevista foi realizada pelos professores Nilceu Deitos e Paulo Koling, pela professora Geni Rosa Duarte, pelas alunas Sandra Popiolek e Patrícia Leão e pelo aluno Marcos Vinícius Ribeiro, do curso de História da Unioeste, com o objetivo de analisar a questão agrária da região Oeste do estado do Paraná. A entrevista está disponível para consulta no acervo do CEPEDAL (Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná), localizado em Marechal Cândido Rondon, de forma transcrita.

Este projeto teve início no ano de 2007 e término em 2009. Sob a coordenação da professora Geni Rosa Duarte, o projeto foi realizado nos municípios de baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano): Campo Bonito, Ibema, Catanduvas, Guaraniaçu e Diamante do Sul, todos localizados na região Oeste do estado do Paraná. No entanto, durante a entrevista realizada com Pompeu, muitas perguntas foram feitas sobre o espaço que compreendia o município de Cascavel.

⁴³⁰ SPERANÇA, 1992, op. cit., p. 276. Entendemos que, para os gestores do município de Cascavel e para Sperança e outros autores que escreveram sobre a história de Cascavel, o “pioneiro” seria o primeiro morador do município ou do espaço que se tornaria o município, e que tivesse alguma atuação vista como importante dentro daquela sociedade, como médicos e comerciantes. Neste sentido, alguns indivíduos são excluídos, como os indígenas.

O projeto foi financiado pela SETI⁴³¹, e tinha como objetivos: investigar os “processos de ocupação e posse da terra, relações de trabalho, migração e constituição de modos de vida urbanos e rurais”⁴³². Além de produzir mais de 50 entrevistas, utilizou-se de dados e de outros documentos, tendo “por finalidade a realização de um programa de pesquisa e a produção de um acervo documental”⁴³³, o que possibilitou a produção de material didático. Estes materiais foram utilizados para a elaboração de oficinas apresentadas nas escolas de educação básica dos municípios envolvidos.

A segunda entrevista que será analisada foi realizada com Sady José Baldo em 13 de setembro de 2013 na cidade de Cascavel/PR, em sua residência e comércio. A duração foi de 58 minutos.

Baldo nasceu no atual município de Erebangó/RS no ano de 1947 e se mudou em 1963 para o espaço do estudo. Ele é um ex-empregado da IMAPAR, mas também trabalhou em outras empresas madeireiras, exercendo diferentes atividades. Posteriormente, trabalhou como motorista de trator na agricultura. No momento da entrevista, possuía um pequeno estabelecimento comercial próximo à BR 467. Estas informações foram extraídas da entrevista, na qual Baldo respondeu questões de forma ampla sobre a sua vida, que estão diretamente relacionadas ao trabalho nas madeireiras.

A realização desta entrevista foi possível a partir do contato entre meu pai e o entrevistado. Baldo possuía um comércio próximo a uma oficina de caminhões; meu pai é caminhoneiro e, sabendo de minha pesquisa e da vivência de Baldo junto às ações das madeireiras, tornou possível a realização da entrevista.

Já a terceira entrevista foi realizada com Lurdes Zancanaro Manica, no dia 17 de abril de 2018, em sua residência, no distrito Juvinópolis, pertencente ao município de Cascavel/PR. O tempo de entrevista é de 1 hora e 30 minutos, na qual a entrevistada narra sua vida antes de se mudar para o município, bem como os motivos da mudança e seus diferentes trabalhos.

Zancanaro nasceu em 06 de agosto de 1944 no município de Passo Fundo/RS e se mudou no ano de 1966 para o espaço do estudo. Ela é uma ex-empregada de diversas fazendas da região e trabalhou na agricultura e na pecuária no período e espaço estudados. No momento da entrevista, estava aposentada e residia em sua casa própria.

⁴³¹ Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná.

⁴³² DUARTE, Geni Rosa. Memória, Fonte Oral e Ensino de História: tempo passado, desafio do presente. In. XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR: “Patrimônio Histórico no Século XXI”. *Anais* dos dias 21 a 24 de maio de 2008, Jacarezinho. p. 02.

⁴³³ Id. *Ibid.*, p. 02.

Para a realização da entrevista, questioneei minha mãe se ela conhecia alguém que trabalhou na agricultura⁴³⁴ e que eu poderia entrevistar. O motivo de perguntar a minha mãe se deve ao fato de ela ser filha de agricultores e, antes de se casar, também ter trabalhado na agricultura, ajudando seus pais.

Dessa forma, ela citou alguns nomes, e disse de quais pessoas seria mais fácil obter contato. Selecionei Zancanaro Manica, pela proximidade com minha mãe, já que ela era casada com um irmão de meu avô materno. Outro motivo pelo qual a escolhi é o fato de se tratar de uma mulher, pois a única mulher que eu havia entrevistado até então era Oneide Frizzo Franceis⁴³⁵, junto ao seu esposo, os quais haviam trabalhado em madeiras e foram proprietários de serrarias. Esta entrevista foi analisada na dissertação com o objetivo de entender a organização e as ações de madeiras de forma ampla⁴³⁶. Creio ser relevante observar que, apesar do parentesco com Lurdes Zancanaro Manica, eu não tive a oportunidade de conversar e saber de suas vivências até o dia da entrevista.

3.2.1 “Mas e quando termina essa fase da madeira que é nossa matéria prima”, veio a agricultura! E pegou esses madeiros com muita experiência⁴³⁷”

Iniciaremos com a análise de duas entrevistas produzidas com Alberto Rodrigues Pompeu, com o objetivo de observar se elas apresentam semelhanças nas percepções sobre as transformações que ocorreram na paisagem.

Pompeu pode ser considerado um porta-voz autorizado a falar sobre a “história do município de Cascavel”, pois já foi convidado a produzir diferentes entrevistas, como: para o projeto “História e Memória”, produzida pela TVImago (Web TV da UNIOESTE) e pelo MIS Museu da Imagem e do Som; outra entrevista foi feita para o documentário “Memória Viva”,

⁴³⁴ Como já fiz em outras entrevistas, busquei o contato de pessoas próximas, que conhecessem alguém que teve vivências ligadas aos objetivos de minha pesquisa.

⁴³⁵ Entrevista concedida por Amador Franceis e Oneide Frizzo Franceis a Daniele Brocardo. Cascavel/PR, residência dos entrevistados, em 07 de junho de 2013.

⁴³⁶ BROCARD, D., 2015. , op. cit. p. 61. Oneide Frizzo Franceis nasceu em Passo Fundo/RS e migrou para Cascavel em 1957. Seu envolvimento com o setor madeireiro ocorreu por conta de seus pais. O pai era construtor de serrarias e também trabalhava em algumas funções, como laminador. Sua mãe possuía uma pensão dentro da madeira, em que alugava quartos para os empregados. Foi nesta pensão que Oneide conheceu seu esposo, Amador. Amador Franceis nasceu no dia 18 de março de 1937 no município de Veranópolis/RS, e, antes de se deslocar para Cascavel, já trabalhava como funcionário de uma beneficiadora de madeira. No ano de 1955 ele se mudou para Cascavel, onde passou desempenhar a função de guarda livro (contador) na madeira *Exportadora Carimã*. Por volta do ano 1968, Amador iniciou sua própria empresa, comprando madeira por sua conta e a vendendo para os caminhoneiros que levavam o produto para São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

⁴³⁷ Subtítulo extraído da entrevista concedida por Alberto Rodrigues Pompeu a Daniele Brocardo e Nilceu J. Deitos. Cascavel/PR, residência Alberto Rodrigues Pompeu, em 22 de março de 2013.

realizado pelo MIS em parceria com a Unipar – Universidade Paranaense. Além de diversas entrevistas concedidas a jornais, como para a *Gazeta do Povo*⁴³⁸, também teve parte de sua fala inserida no livro de Luiz F. Guil.

Tendo com base o papel atribuído a Pompeu pela sociedade, pelos meios de comunicação e pelos agentes do município, analisaremos as entrevistas selecionadas. Não obstante, já podemos adiantar que, talvez, por produzir várias entrevistas, Pompeu constrói uma narrativa semelhante nelas, que apresenta sua percepção sobre as transformações da paisagem.

Podemos dividir as entrevistas em três grandes eixos de análise, que se interligam entre si: 1º – a valorização de elementos que são considerados sinônimos de modernidade, progresso ou de tecnologia, em oposição a elementos que não se encaixam nessas definições; 2º – a exaltação das ações das madeireiras; e 3º – as narrativas sobre o processo de transformação de ações de madeireiras para a agricultura.

No entanto, estas entrevistas também possibilitam estudar outros elementos que não se encaixam diretamente nestes eixos, alguns dos quais são de nosso interesse e serão levados em consideração, e outros que poderão ser utilizados em outras pesquisas, já que ambas as narrativas são construídas de forma detalhada pelo entrevistado, o que possibilita ampla análise.

Iniciamos com a entrevista realizada por mim e pelo professor Nilceu Deitos com Pompeu. Ele contou como se deu sua mudança para o município de Cascavel com sua família quando tinha 11 anos de idade. Seu pai aceitara participar da construção de uma estrada:

[...] essa estrada que hoje vai daqui ao Piquiri, não por esse caminho novo de Corbélia, isso era sertão tudo. [...]. Então o meu pai acabou, ele era sertanista, ele era desbravador ele aceitou a construção, ele empreitou a construção, a parte de abertura, de, eles chamavam de exploração, locação e abertura da estrada [...]⁴³⁹.

Pompeu descreveu, como motivo de sua mudança e de seus familiares, a construção de uma estrada em uma paisagem compreendida como “sertão”. Sabemos, pelo texto de

⁴³⁸ PARO, Denise. Sexagenária, Cascavel é referência no Oeste. *Gazeta do Povo*. 13/11/2011. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/sexagenaria-cascavel-e-referencia-no-oeste-9y26inh2bzmmmod4z5f50cr61a/>>. Acesso: 30/11/2019.

⁴³⁹ Id. Ibid., s/p.

Sperança, que seu pai, Manoel Ludgero Pompeu⁴⁴⁰, havia sido designado subprefeito distrital do então distrito de Cascavel⁴⁴¹.

Se a paisagem é considerada “sertão”, termo que, por vezes, atribui significados à natureza⁴⁴², como lugar do atraso, do selvagem, e que se contrapõe ao termo “cidade”⁴⁴³. A construção de uma estrada, elemento responsável por transformar a paisagem, é utilizada pelo entrevistado como elemento que possibilita e legítima representar seu pai como: “desbravador” ou “sertanista”, sinônimos de “pioneiro”, “herói” e “bandeirante”, ou seja, aquele capaz de levar e/ou proporcionar as adequações desejadas a um espaço. Em especial, aquele capaz de transformar o que era visto como “sertão” (violento, selvagem etc.) em “cidade”, sendo essa entendida como sinônimo de civilização e urbanização.

Essa percepção apresentada sobre a paisagem e sobre o seu pai se assemelha ao que foi escrito no texto de Sperança. Vejamos:

Desbravador por índole, nos anos de 1949 e 1950 fez a exploração, a locação e o desmatamento de toda a estrada que vai de Cascavel ao Porto 1, no Rio Piquiri, [...] permitindo a primeira ligação por via rodoviária desta região com o Norte do Paraná, então inacessível.

Em 1954, com recursos próprios, partiu do prolongamento da Avenida Carlos Gomes em direção ao Sul, abrindo picadas no sertão, encontrando a antiga linha telegráfica e chegou ao Rio Iguazu [...] ⁴⁴⁴.

A percepção semelhante ocorreu tanto na figura do pai de Pompeu, entendido como um dos protagonistas da história de Cascavel, atuando de forma direta na transformação da paisagem, quanto na visão da paisagem natural como “sertão”, transformado por meio da exploração e/ou do desmatamento.

Também podemos encontrar percepção parecida a essas em outras narrativas sobre outros espaços do Brasil. Um exemplo se constitui no caso do livro *Cidades e Sertões*, de José de Lima Figueiredo, analisado por Gilmar Arruda. Neste livro, os “sertões” “representam espacialmente e simbolicamente os locais interiores, não-urbanizados, sem progresso ou civilização. Cada vez mais, colam-se na imagem dos ‘interioranos’ como o epíteto de

⁴⁴⁰ Manoel Ludgero Pompeu foi subprefeito do distrito de Cascavel, subdelegado de polícia do distrito de Cândói, no município de Guarapuava, subdelegado de polícia de Catanduvas, então distrito de Laranjeiras do Sul, e ocupou outros cargos na prefeitura dos municípios de Foz do Iguazu e Cascavel. SPERANÇA, A.; SPERANÇA, C., op. cit., p. 85.

⁴⁴¹ SPERANÇA, op. cit. 1992, p. 278.

⁴⁴² ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru/SP: EDUSC, 2000, A, p. 18.

⁴⁴³ Id. Ibid., p. 13.

⁴⁴⁴ SPERANÇA, A.; SPERANÇA, C., op. cit., p. 85. Sobre Manoel Ludgero Pompeu.

‘caipiras, caboclos, rudes, atrasados etc.’”⁴⁴⁵. Em oposição ao “sertão”, nestas narrativas estão as “cidades” ou o “litoral”⁴⁴⁶, sendo que estes últimos conteriam o que falta no outro, ou seja, são os lugares do moderno, do progresso etc. Contudo, também podemos ler uma percepção semelhante a essas no jornal *Diário D’ Oeste* em 11 de novembro de 1962, na defesa do asfaltamento da BR-35, no que diz respeito aos ideais de progresso e desenvolvimento, ligados à construção de infraestrutura para o município, semelhante, no caso acima, à construção de rodovia.

Pompeu seguiu sua fala da seguinte maneira:

Então nós viemos morar aqui, mas a economia aqui estava, já tinha terminada a fase econômica da erva mate e estava iniciando a parte de madeira, a madeira que ainda estava na mão de uma serraria, de uma grande empresa que era a Industrial Madeireira, sucessora de M. Lupion de Moysés Lupion, que era sucessora de Domingos Barthe. Então a Industrial Madeireira que depois, nós viemos a saber que pertencia aos Festugato, mas eles não moravam nessa época aqui, quem veio administrar aqui como um sócio minoritário, mas era um administrador da Industrial, foi o seu Florêncio Galafassi, [...]. Então essa é a grande indústria que começou a exploração da, a extração da madeira, que foi na época econômica muito importante aqui pra nós. [...] ⁴⁴⁷.

Novamente, a percepção apresentada pelo entrevistado se assemelha às construídas pelos autores que escreveram sobre a história local, analisados no primeiro capítulo. Primeiramente, na ordenação da história do município em ciclos econômicos, porém, tanto nos textos dos autores como na narrativa de Pompeu, este ciclo não teria um início e um fim, mas uma continuidade em uma nova atividade: uma visão da história do município de Cascavel com uma espiral contínua, que destaca a economia como condutora da história.

Uma segunda semelhança da narrativa de Pompeu com a historiografia local está na valorização das ações das madeireiras, o que podemos analisar no fragmento abaixo, do texto de Sperança:

Era um tempo de crise, mas havia sinais positivos. A Industrial Madeireira do Paraná, por exemplo, transferiu em 1966 a sua sede de Foz do Iguaçu para Cascavel, quando a família Festugato igualmente se deslocou para cá. Isto representou uma aposta no futuro do centro-pólo oestino ⁴⁴⁸.

⁴⁴⁵ ARRUDA, Gilmar. Representações da natureza: história identidade e memória. In: ROLIM, Rivail C.; PELEGRINI, Sandra A.; DIAS, Reginaldo (Orgs). *História, Espaço e Meio Ambiente*. Maringá: ANPUH-PR. 2000, B, p. 56.

⁴⁴⁶ FREITAG, Liliane. Região Editada: história territorial em narrativas de Paraná. In: SALES, J. R.; FREITAG, L.; FILHO, M. (orgs.) *Região: espaço, linguagem e poder*. São Paulo: Alameda, 2010. p. 63.

⁴⁴⁷ POMPEU a Daniele Brocardo e Nilceu J. Deitos. op. cit., s/p.

⁴⁴⁸ SPERANÇA, op. cit. 2011, p. 223.

Como na entrevista de Pompeu, o enaltecimento sobre as madeireiras ocorre a partir da ação de uma indústria em especial: a IMAPAR (Industrial Madeireira do Paraná). Para o autor, ela seria capaz de ajudar o município a resolver os problemas que enfrentava na década de 1960. Então, tanto na fala de Pompeu como no texto de Sperança, há uma percepção semelhante, segundo a qual a paisagem/natureza é compreendida como sertão, mas, a partir das transformações geradas pelas ações das madeireiras, advém o progresso.

A partir disso, podemos refletir sobre o que escreveu Freitag em seu estudo a respeito das narrativas que descrevem a região paranaense, identificada como tríplice fronteira internacional. Vejamos:

O sertão é o espaço que deve ser desterritorializado para que se ergam os novos marcos simbólicos necessários para nação moderna. Ou seja, a natureza deve sucumbir em nome do progresso. Embora aparentemente isso venha colocar em xeque os fundamentos de identidade que regem a ideia de nação – o espaço de prodígios naturais – esses não perdem seu valor intrínseco, pois da modernidade que passa a habitar o sertão, nasce uma outra paisagem, mais plástica, organizada, mercantilizada: é o espaço produtivo⁴⁴⁹.

Algo semelhante ao que Freitag analisou também foi considerado por Arruda como “re-invenção’ da natureza”, pois, se antes ela era vista como exuberante, paradisíaca, associada à “identificação ou de individualização de uma nação ou de um espaço”, nessa nova visão, a natureza é “associada a um outro componente de comparação, a ideia de progresso”. A natureza é um “recurso para promover ou impedir” o progresso, “entendido como desenvolvimento econômico”⁴⁵⁰.

Tendo como base essas reflexões, podemos considerar que, tanto na narrativa de Pompeu como nos textos de história local sobre o município de Cascavel, a paisagem/natureza é entendida como “sertão”. Entretanto, essa percepção se altera com a construção de uma estrada e/ou com as ações das madeireiras, o que torna a paisagem natural em cidade, o lugar do progresso e do desenvolvimento econômico.

No trecho da entrevista de Pompeu citado anteriormente, analisamos o segundo eixo da narrativa, que é a exaltação das ações das madeireiras. No entanto, este ponto também aparece na narrativa junto ao enaltecimento das tecnologias, ou seja, em conjunto com o primeiro eixo de análise (a valorização de elementos que são considerados como sinônimos de

⁴⁴⁹ FREITAG, op. cit. 2010, p. 63.

⁴⁵⁰ ARRUDA, op. cit. 2000, B, p. 57; 52.

modernidade, progresso ou de tecnologia, em oposição aos que não se encaixam nessas definições). É o que podemos observar no seguinte trecho de sua fala:

Pompeu: [...], aliás é bom que vocês saibam que a indústria de madeira tem várias formas de funcionar, não sei se vocês já têm esse desenvolvimento, não sei se é nessa área que você quer desenvolver.

Entrevistadora: Pode falar também.

Pompeu: Muito bem, as serrarias, as primeiras eram somente com força hidráulica, com roda d'água, uma cachoeira desviada. [...]. Depois esses próprios da Industrial Madeireira montaram uma serraria bem maior com duas serras fitas, lá na região do tesouro, [inaudível] próximo hoje de Corbélia, hoje tem uns assentamentos lá naquela região, lá tem um lugar. Então ali também tinha uma grande reserva de pinheiros, então eles foram aos poucos ampliando, aquela serraria era enorme! Era duas, eu nunca tinha visto! Porque era como uma serraria tecnicamente, o equipamento consta de uma serra fita, uma serra vamos dizer, que pode ser fita e depois ela tem o desdobramento, essa tinha duas serras, uma numa ponta do barracão, o barracão era enorme! Então tinha uma produção dobrada no mesmo local, numa mesma organização. Porque eles tinham bastante, serraram tudo, eles conseguiram destruir toda a nossa reserva florestal de pinheiros, de *Araucária*, eles conseguiram. [...] As serrarias eram montadas, tecnicamente elas funcionavam, eu conheci três tipos, a chamado quadro que era uma serraria menor, existia o chamado *Tissot* que era um pouco maior, e a fita, a serra fita era a de maior produção [...]. Então, esses detalhes técnicos e funciona, esse é o detalhe técnico da produção, ela tinha uma série de equipamentos, mas ela também tinha a força motora dessas serrarias, as primeiras que aconteceram as pequenas eram com roda d'água, [...]. E depois também começou o sistema elétrico, além do locomóvel⁴⁵¹ existia algumas serrarias como a primeira de São João [hoje distrito de Cascavel], que foi montada uma turbina, [...] em cada máquina da serraria tinha um motor elétrico, então já era um outro processo bem mais avançado. [...] Era uma parte técnica bem complicada. Então as serrarias funcionavam dessa forma. [...] Há! Teve uma serraria, as primeiras que eu sei foram do Melisa e do Cascavel Velho, bem antigas no processo rudimentar que era a roda d'água, depois é que veio essa do Lupion, que depois foi passada para o Festugato, para a Industrial Madeireira. Bom, nesse tempo também eu trabalhei com um outro madeireiro, que era o Sbaraini, o Sbaraini foi um grande pioneiro nessa área, ele, tem muita história dele, ele teve cinco serrarias na região também, em diferentes locais e ele sempre, ele sempre preferiu o funcionamento pelo sistema hidráulico [...]⁴⁵².

Pompeu produziu uma narrativa longa e atenta aos detalhes de funcionamento e aos equipamentos tecnológicos usados pelas madeireiras. Nessa narrativa, temos uma visão positiva sobre o uso destes equipamentos, que também envolve uma percepção acerca da

⁴⁵¹ Locomóvel (do latim *locus*: local e *mobilis*: móvel) é uma máquina a vapor automotora usada para movimentar cargas pesadas sobre estradas, para aragem de solo ou para fornecer energia em locais determinados. É também denominado como “locomotiva de estrada”, para distinguir-se das locomotivas ferroviárias. Contudo, produz um som semelhante a uma locomotiva ferroviária. Disponível: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Locom%C3%B3vel>. Acesso: 04/01/2018.

⁴⁵² POMPEU a Daniele Brocardo e Nilceu J. Deitos. op. cit., s/p.

passagem do tempo, pois ele indica um processo evolutivo, marcado pela substituição de uma tecnologia menos avançada por uma mais aperfeiçoada.

Portanto, o entrevistado construiu uma visão da história para o município na qual o tempo segue uma linha progressiva em direção a um futuro cada vez melhor, de maior produção e propenso ao progresso. Já o passado é visto como mais atrasado.

Para Pompeu, a utilização dos equipamentos tecnológicos está conectada diretamente à atuação das grandes indústrias madeireiras e de seus proprietários. Em vista disso, existe a percepção de que eles seriam dotados de uma “vocação”, ou de uma habilidade natural para o emprego destes equipamentos, algo que vai aparecer mais vezes em sua narrativa.

No entanto, por mais positiva que possa ser essa descrição, de forma ordenada ao longo do tempo em rela o aos avanços proporcionados pelas madeireiras, ocorre também a percepção sobre elementos negativos. Estes elementos são exaltados por meio da palavra “destruição”, sinônimo de exterminação, demolição, aniquilamento, devastação, morte, fim, ruína, extinç o⁴⁵³ etc. De tal modo, Pompeu não percebe de igual forma todas as a es das madeireiras, pois, para ele, a exploração de toda a “reserva florestal” de *Araucária*   uma a o negativa causada pelas madeireiras, fruto também de sua capacidade tecnológica. Destarte, para o entrevistado, a rapidez com que exploraram as árvores de araucária – algo que ele entende como coletivo – não permitiu que houvesse um estoque para futuro uso.

Por conseguinte, sua percepção negativa a respeito das a es das madeireiras não se d  por uma percepção da floresta como sendo constituída pela diversidade de espécies da flora e da fauna. A crítica   sobre o uso não racional de um recurso econômico: a m teria-prima madeira.

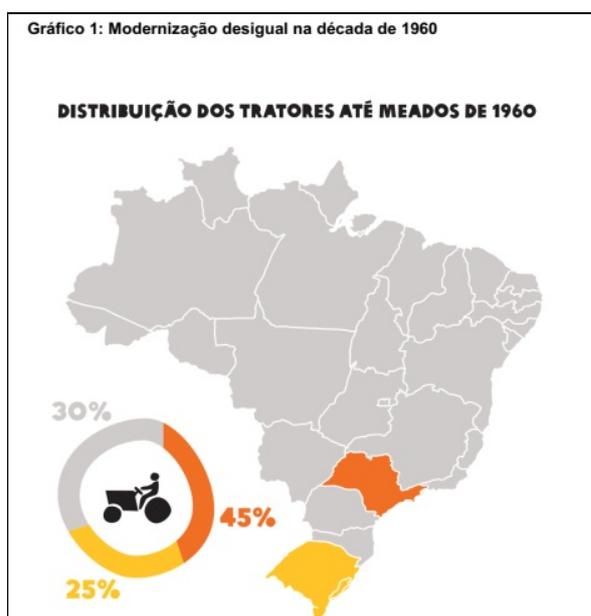
O entrevistado seguiu falando sobre as diferentes fases de produção das madeireiras, desde o corte das árvores até a exportação. Nesta narrativa são presentes os padrões de produção: medidas e agregações de valores na produção; as diferentes funções de cada empregado e suas qualificações conforme cada cargo.

Entretanto, o que nos chama atenção novamente é a questão dos detalhes técnicos sobre a exploração da madeira e sobre as máquinas usadas, passando de um processo considerado menos elaborado para uma nova tecnologia, avaliada como mais moderna. Desse modo, Pompeu falou: “Porque naquele instante em que, depois que cortada a base dele, o que demorava um bom tempo, dependendo do equipamento, no princípio, era no machado, depois na serra, depois a motosserra veio depois [...]”⁴⁵⁴.

⁴⁵³ Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/destruicao/>>. Acesso: 12/03/2019.

⁴⁵⁴ POMPEU a Daniele Brocardo e Nilceu J. Deitos. op. cit., s/p.

Do mesmo modo, falou sobre o uso de trator: “[...] a estaleirada tinha dois processos: fazia com trator, que tinha trator, trator de lâminas e tal, de esteira, trator de pneu nem se falava na época, ninguém tinha, trator não existia, esse trator de pneu veio aparecer aqui no período da agricultura”⁴⁵⁵. Para o entrevistado, este último equipamento só passou a ser utilizado com a transformação das ações das madeireiras para a agricultura. O informe da Oxfam Brasil, de novembro de 2016, traz um mapa sobre o uso de tratores em meados de 1960⁴⁵⁶:



MAPA 3: Distribuição dos tratores até meados de 1960.

Fonte: OXFAM BRASIL. *Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdade no Brasil rural*, novembro de 2016. Disponível em: <www.oxfam.org.br>. Acesso: 30/11/2018. p. 05.

Podemos averiguar, a partir do mapa e da fala de Pompeu, que foi somente com a modernização técnica da agricultura que se iniciou o uso mais intensivo de alguns equipamentos, como o trator. No entanto, como o mapa indica, esse uso não se deu de igual forma para todas as regiões do país.

Outra questão que aparece novamente na fala é sobre as reservas de árvores. Se no fragmento anterior a exploração dessas reservas pelos madeireiros apareceu como algo ruim, agora é algo positivo:

Pompeu: [...] a matéria prima é composta de várias etapas, a matéria prima, vamos nos ater a um tipo de árvore: Pinheiro Araucária, ele então esta, o madeireiro tem a sua reserva lá, é de lá que ele vai tirar a tora, a madeira em

⁴⁵⁵ Id. Ibid. cit., s/p.

⁴⁵⁶ OXFAM BRASIL, op. cit. , p. 05. Acesso: 30/11/2018.

toros pra transportar, mas ele também tinha, ele comprava de terceiros. Então aqueles proprietários agrícolas que tinham pinheiros, dentro lá da sua área, ele não interessava. Um detalhe que precisa também ser mencionado, que terra de pinheiro não era terra boa de agricultura, não era bem. Aqui no São João [distrito], que tinha bastante, ninguém gostava de terra de pinheiro, ela era uma terra fraca, ácida, não é própria pra... tinha que corrigir. Então, o Pinheiro era um estorvo, vamos dizer, dentro da propriedade agrícola, e era fácil de comprar, então o madeireiro tinha suas reservas, claro, mas ele preferia serrar a de terceiros porque a reserva continuava, como o próprio nome diz, uma reserva que ele tinha na sua propriedade⁴⁵⁷.

Novamente, a paisagem é percebida pela ótica do campo econômico. O pinheiro é descrito como um “estorvo”: “O que obstrui, atrapalha ou impossibilita a realização de algo”⁴⁵⁸ – neste caso, para os agricultores, pois tornaria até mesmo a terra não favorável para o plantio agrícola. Contudo, não era um “estorvo” para os madeireiros, mas um recurso natural, uma “matéria-prima”. Desse modo, Pompeu apresenta a necessidade de os madeireiros possuírem suas reservas, mas não se utilizarem delas imediatamente, o que objetiva o futuro uso e a possibilidade de obtenção de sua “matéria prima” a partir de uma ligação com os agricultores.

Destarte, há a construção de uma relação entre os madeireiros e os agricultores para a exploração das árvores. Por meio do texto “*Mata Branca*”: o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem no Estado de Santa Catarina, de autoria de E. S. Nodari, podemos perceber que essa relação ocorreu em todo o Sul do país:

A derrubada das matas fazia parte do processo de colonização, uma vez que, junto com os colonos, rapidamente foram instaladas serrarias, geralmente pertencentes a pessoas ou grupos que já tinham atuado no ramo madeireiro no Rio Grande do Sul. A exportação de madeira para a Argentina já acontecia no Rio Grande do Sul e, mesmo, em algumas partes do oeste de Santa Catarina. Esse era um objetivo colocado desde o início pelas empresas colonizadoras quando se estabeleceram na região, pois, sabendo que parte dos lucros seria proveniente do aproveitamento das riquezas florestais, montaram serrarias, abriram estradas em locais que lhes interessavam e organizaram o transporte das madeiras⁴⁵⁹.

Assim, a parceria agricultores/madeireiros ou colonizadoras/madeireiros foi algo que se estabeleceu – e ainda é usado no Brasil – para dar início a um processo mais intensivo na

⁴⁵⁷ POMPEU a Daniele Brocardo e Nilceu J. Deitos. op. cit., s/p.

⁴⁵⁸ Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/estorvo/>>. Acesso: 13/03/2019.

⁴⁵⁹ NODARI, Eunice Sueli. “Mata Branca”: o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem no Estado de Santa Catarina. In: NODARI, Eunice Sueli; Klug, João. (Org.). *História ambiental e migrações*. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 44.

transformação na paisagem, ou seja, a derrubada da floresta e a abertura da chamada “fronteira agrícola”.

Também, conseguimos analisar essas relações agricultores/madeireiros através dos jornais, principalmente do *Fronteira do Iguaçu*, no dia 17 de abril de 1977, na entrevista do madeireiro João Grubisich, que falou em um desequilíbrio ecológico que era fruto dessas ações em conjunto.

Na entrevista, Pompeu falou sobre outros elementos ligados à produção madeireira:

Pompeu: [...] Há! Outra coisa interessante que eu quero te falar sobre serraria, a serragem, o resido, dois processos. No começo eles empilhavam, faziam aterros enormes, enormes, as serrarias antigas iam empilhando, tinha aqui em Cascavel [...], ali em cima, tinha uma serraria, tinha um aterro enorme de 10 metros de altura, porque o pó da serra, a serragem que nós chamamos, eles transportavam e iam empilhando, uma parte, quem tinha locomóvel usavam uma parte daquela serragem pra fogo, pra fazer, mas não havia consumo suficiente [...]. Muito bem, esse era um processo de empilha, depois eu não sei o que fizeram com aquelas pilhas, aqueles enormes aterros, mas no mato não tinha importância um aterro a mais, um aterro a menos, não havia problema de meio ambiente, nem nada. Esse é um, depois surgiu o outro processo que era uma valeta interna, pela serraria, em cada serra, na serra fita, na serra circular, na destopadeira, passava uma canaleta embaixo, então a serra caía na água e ela era conduzida pro rio, era uma forma também de transportar, aí não havia aquela pilha de, o aterro de serragem, são detalhes interessantes. Só que este processo, houve uma queixa aqui no Pequirizinho [rio] na região ali, que a serraria entupiu as tocas dos bagres, dos mandi, os rios todos eles tinham peixes, tinham lambaris, como esses rios pequenos e o bagre, que nós chamamos de bagre, mas os gaúchos eles chamam de mandi, então o bagre ele tem tocas dentro do rio e a serragem tampava, então ele desapareceu ou então ele diminuiu bastante, ele não tinha onde procriar, onde viver, esse foi. Todos os rios aí pra baixo encheu de serragem, são as inconveniências da época. Muito bem, você vê são detalhes interessantes.

As transformações na paisagem causadas pelas madeireiras são apresentadas de maneira natural, através do ordenamento de um processo para outro como algo supostamente inevitável dentro de um processo contínuo, mas, “se é verdade que sabemos que a ordem das coisas não é natural”⁴⁶⁰, também sabemos, como escreveu Zygmunt Bauman, em seu livro *Modernidade e ambivalência*, que existe a ambivalência da ordem:

O caos, “o outro da ordem”, é pura negatividade. É a negação de tudo o que a ordem se empenha em ser. É contra essa negatividade que a positividade da ordem se constitui. Mas a negatividade do caos é um produto da

⁴⁶⁰ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 13.

autoconstituição da ordem, seu efeito colateral, seu resíduo e, no entanto, condição *sine qua non* da sua possibilidade (reflexa). Sem a negatividade do caos, não há positividade da ordem; sem o caos, não há ordem⁴⁶¹.

De tal modo, há ausência da percepção do caos que se instala com a ordem no processo de produção das madeireiras. Assim, por mais irracional que pareçam, montanhas e rios de serragem são, dentro dessa lógica: “inconveniências da época” e/ou “detalhes interessantes”.

Podemos entender essa percepção das madeireiras como responsáveis por garantir a ordem, a partir do domínio elas tinham sobre a *natureza*, entendida muitas vezes como “[...] algo em que não se deve confiar e que não deve ser deixado por sua própria conta – algo a ser *dominado, subordinado, remodelado* de forma a se reajustar às necessidades humanas”⁴⁶². Mas, por mais ordenado que pudesse ser o processo produtivo madeireiro, ele não escapou de sua ambivalência – o caos, ou a desordem: rios poluídos, peixes mortos etc.

Ao final da entrevista, Pompeu foi questionado sobre qual era sua percepção sobre a ação das madeireiras para o município de Cascavel:

Pompeu: Ah, foi uma fase econômica muito importante pra nós aqui, trouxe muita população e trouxe economia bastante e todos esses produtores, eles claro que desenvolveram outras atividades, eles, houve a sucessão deles da própria família e também em outras atividades. Porque eles não se limitaram em madeira, o resultado econômico dessa exploração, ela foi aplicada aqui em Cascavel com certeza, muita gente, muita gente ficou rica aqui baseada, essa riqueza é naturalmente possibilitou aos demais, aos que estavam junto com eles. Bom, daqui também se projetou muito empresário que foi pro Mato Grosso, foi daqui pra diante. Isso é próprio do gaúcho ser cigano né, meio migrante, então também daqui eles foram pra lá. Mas a maioria ficou por aqui, faleceram por aqui e terminaram seus dias aqui, estão por aí os seus descendentes. [...] Há! Um detalhe interessante também sobre a economia, oh, quando acabou essa fase de madeira, parecia que ia haver uma estagnação, mas surgiu o “boom da soja”, principalmente soja, e aí também surgiu, com isso, claro, a lavoura mecanizada e pegou, olha um detalhe importante, pegou todos esses empresários de madeira com experiência no manuseio de máquinas. Então todos eles tinham equipes, todos tinham oficina mecânica, todos tinham a sua de manutenção, todos eles pegavam o trator dele, o caminhão pra outro ramo, foi a coisa mais fácil do mundo, eles sabiam lidar com caminhão, sabiam lidar com trator, sabiam lidar com a parte rural, olha como foi importante essa sucessão, quer dizer, a experiência deles no ramo, na sucessão, na parte industrial. Porque não tiveram que produzir ou ensinar a forjar tratorista, não tiveram que forjar motorista de caminhão, eles já tinham esse, a manutenção dessas máquinas já estava, eles já tinham prática disso, eles já tinham local, já tinham base pra tudo isso, todos os madeireiros viraram agricultores com muita facilidade e veja bem que não foi pequenas lavouras, eles tiveram, eles não foram pequenos empresários que se desenvolveram em Cascavel na área agrícola, tanto que

⁴⁶¹ Id. Ibid., p. 15.

⁴⁶² Id. Ibid., p. 15.

eles tem grande experiência em agricultura de alta escala, veja o quanto foi importante esse detalhe econômico⁴⁶³.

Essa fala permite ver os três grandes eixos com os quais dividimos toda a narrativa de Pompeu: 1º – a valorização de elementos que são considerados como sinônimos de modernidade, progresso ou de tecnologia, em oposição a elementos que não se encaixam nessas definições; 2º – a exaltação das ações das madeireiras; e 3º – as narrativas sobre o processo de transformação de ações de madeireiras para a agricultura. Todos se conectam entre si para dar sentido a uma percepção sobre as ações das madeireiras como positiva e como um trampolim para a agricultura moderna e tecnológica.

A história do município de Cascavel e da transformação na paisagem está determinada pelo seu aspecto econômico. Cada nova temporalidade dessa história é marcada por outra atividade econômica, mas essa não se encerraria em si mesma, pois, assim como o tempo, as atividades seriam permanentes, no sentido de que seriam realizadas pelos mesmos sujeitos e possibilitariam as mesmas vantagens. O tempo, por sua vez, torna-se circular e sucessivo, com uma atividade que se inicia e termina, dando início a outra, e assim por diante.

Esse tempo não possibilita a volta para o passado; é sempre mais acelerado para o futuro. Como no comunicado do jornal Diário do Oeste⁴⁶⁴, o destino do município seria avançar rumo a um futuro melhor. Por isso uso da expressão “boom da soja”, que marca o início de uma nova atividade e de uma temporalidade, ou seja, ocorreu um desenvolvimento acelerado dessa atividade na visão de Pompeu. Podemos atribuir como possível causa dessa aceleração a modernização da agricultura.

Essa percepção da história do município por fases econômicas também apareceu quando Pompeu falou sobre um antigo madeireiro de Cascavel, proprietário da empresa aérea Vasp (Viação Aérea São Paulo, que deixou de operar em 2005):

Pompeu: [...] ele foi um dos donos da Vasp, tiveram, não sei comprou dos paulistas lá. Realmente nós tivemos várias fases, Cascavel cresceu porque teve sorte também, a expectativa, a perspectiva não era boa não, primeiro, porque a madeira já tava acabando, o mercado argentino sempre irregular, muito inseguro; era bom, mas inseguro, quando conseguia, exportara, vendia tudo bem; “mas e quando termina essa fase da madeira que é nossa matéria prima”, veio a agricultura! E pegou esses madeireiros com muita experiência⁴⁶⁵.

⁴⁶³ POMPEU a Daniele Brocardo e Nilceu J. Deitos. op. cit., s/p.

⁴⁶⁴ DIÁRIO DO OESTE, op. cit., Domingo, 11 de novembro de 1962. Diário. Ano I, nº I, p. 03.

⁴⁶⁵ Id. Ibid., s/p.

Nesse trecho, há a construção dos madeireiros como agentes das novas temporalidades para a história do município. A percepção de Pompeu, tanto nesse trecho como no anterior, assemelha-se, novamente, ao que os autores analisados no primeiro capítulo escreveram sobre o local do município de Cascavel. Esclarecemos isso com a utilização de um exemplo: Piaia escreveu que houve uma crise em 1970, o que obrigou os madeireiros a “diversificar suas aplicações. E a opção mais rentável era exatamente aquela que combinava de muitos modos com a experiência desses pioneiros que já estavam acostumados às lides agrárias: a agricultura”⁴⁶⁶.

Desse modo, tanto na fala de Pompeu como nos textos sobre a história de Cascavel, está presente a percepção de que os madeireiros eram dotados de um preparo específico para exercer a atividade agrícola, constituindo-os em seres únicos: “madeireiros/agricultores”.

No entanto, Pompeu não valoriza todos os “madeireiros/agricultores”, mas somente os “grandes”, com maior poder econômico, em oposição aos considerados “pequenos”. Ele constrói uma narrativa que preconiza os vencedores, os grandes beneficiários dessas ações, já que “o principal instrumento utilizado para promover a industrialização do campo”, portanto, a modernização da agricultura, “foi o crédito agrícola”, subsidiado pelo governo. Para George Martine:

A distribuição social, setorial e espacial dos incentivos provocou uma divisão de trabalho crescente; *grosso modo*, maiores propriedades, em terras melhores, tiveram acesso a crédito, subsídios pesquisa, tecnologia e assistência técnica, a fim de produzir para o mercado externo ou para a agroindústria. Enquanto isso, os produtores menos capitalizados foram relegados a terras menos férteis, utilizando práticas tradicionais e explorando a mão-de-obra familiar para subsistir ou produzir um pequeno excedente comercializado nos mercados urbanos, o baixo poder de compra das massas garantiam preços também baixos⁴⁶⁷.

Talvez a visão de Pompeu, que estima os beneficiados da modernização agrícola, ocorra porque sua percepção sobre as transformações na paisagem é restrita à economia. O entrevistado parece explicar uma visão em que o desenvolvimento econômico é sinônimo de desenvolvimento humano:

Vivemos durante dezenas de anos com a evidência de que o crescimento econômico, por exemplo, traz ao desenvolvimento social e humano aumento

⁴⁶⁶ Id. Ibid., p. 137-138.

⁴⁶⁷ MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?. *Lua Nova*, São Paulo, n. 23, p. 7-37, Mar. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451991000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 04/06/2019. p. 10.

da qualidade de vida e de que tudo isso constitui o progresso. Mas começamos a perceber que pode haver dissociação entre quantidade de bens, de produtos, por exemplo, e qualidade de vida; vemos, igualmente, que, a partir de certo limiar, o crescimento pode produzir mais prejuízos do que bem-estar e que os subprodutos tendem a tornar-se os produtos principais. Portanto, a palavra progresso não é tão clara quanto parece.

Em segundo lugar, estamos habituados a associar à idéia de progresso à de racionalidade, ordem e organização; o que deve progredir, para nós, é a ordem e não a desordem; a organização e não a desorganização⁴⁶⁸.

Assim, é evidente, na entrevista de Pompeu e nos textos sobre a história local de Cascavel, uma percepção de ordenamento progressivo, na qual a passagem de uma atividade econômica para outra ganha um ar natural e mecânico que garantiria o progresso, entendido com uma certeza na melhora. No entanto, essa percepção desconsidera o contrário do progresso – e que sempre o acompanha –, que são suas incertezas: a decadência e a degradação⁴⁶⁹.

Portanto, o processo de transformação da paisagem em Cascavel também é permeado por problemas socioambientais causados pelas ações dos “madeireiros/agricultores”, muitos desses oriundos do Rio Grande do Sul. Ao citar a frase “é próprio do gaúcho ser cigano né”⁴⁷⁰, o entrevistado mencionou o papel destes na continuidade do “desmatamento civilizador”⁴⁷¹. Trata-se da ocupação e exploração da floresta em outros biomas do Brasil, com a abertura constante de novas “fronteiras agrícolas” pelos descendentes dos imigrantes que ocupavam os estados do Sul do país. A continuação deste processo traz como consequências a perda da biodiversidade, a morte de indígenas, os conflitos rurais etc.⁴⁷².

Passamos agora para a entrevista concedida por Pompeu à equipe do projeto de extensão *Universidade Sem Fronteiras*. Durante a entrevista, os envolvidos com a pesquisa, listados anteriormente, fizeram perguntas ao entrevistado, as quais tinham como objetivo ponderar a questão agrária da região Oeste do estado do Paraná, principalmente em relação aos municípios que compreendiam o recorte de análise.

Para muitas respostas, Pompeu utilizou como base suas vivências no município de Cascavel, como na sua fala a seguir. Paulo José Koling o questionou sobre os conflitos pela

⁴⁶⁸ MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. Tradução Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 95-96;

⁴⁶⁹ Id. *Ibid.*, p. 97.

⁴⁷⁰ POMPEU a Daniele Brocardo e Nilceu J. Deitos. *op. cit.*, s/p.

⁴⁷¹ BUBLITZ, Juliana. *Forasteiros na floresta subtropical: uma história ambiental da colonização europeia no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, 2010. 203 p. Tese (doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. p. 72.

⁴⁷² BAMPI, Aumeri Carlos et al. O processo de desenvolvimento econômico da Amazônia norte mato-grossense trazido pelos migrantes contemporâneos como produtor do desenraizamento socioambiental. In: Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações, 3º, 2014, Florianópolis. *Anais*. p. 11-27.

posse da terra que ocorreram na região, e Pompeu respondeu com o exemplo da Colônia Esperança, pertencente ao distrito de São João:

Pompeu: Bom, um bom exemplo vocês podem encontrar no modelo do que aconteceu ali na colônia de São João, Esperança, foi a titulação para o verdadeiro posseiro. Porque o estado não mudou o rumo da posse, da propriedade inicialmente como posse, que depois deu certo e deram condições a essas pessoas adquirirem. São João [texto incompreensível] numa empresa que eu trabalhava, nós adquirimos os pinheiros que não serviam pra nada. Isso é um fato econômico extraordinário, era bom pra quem gostava de explorar pinheiro. Para o morador, o agricultor não interessava o pinheiro. Pinheiro foi sempre símbolo de terra ruim. Esses madeireiros retiravam os pinheiros que pra eles era um alívio a retirada. Eram duas coisas, dois interesses que coincidiam, que estavam na mesma direção. O proprietário tinha a terra limpa para a agricultura e o madeireiro com o seu produto, para seu negócio temporário, porque ele era um explorador da natureza. Mas foi uma fase econômica que atravessamos, muito boa por sinal. O período da indústria madeireira, interessante, coincidiu com um fato também que não é do momento, mas que eu não posso esquecer é que quando se encerrou o ciclo da madeira aqui, muitos desses proprietários de serrarias e tal, se voltaram para a agricultura mecanizada com condições e conhecimentos empresariais. Eles tinham o trator, sabiam usar o caminhão, uma máquina, tinha sua equipe tratorista. E não era um erro você dá um trator pra um colono, que não sabe dirigir nem o trator, mas essas empresas é que começaram esse processo de plantio mecanizado, que eles chamavam, foi uma fase interessante. Uma associação que parecia que a nossa economia estaria perdida, porque não tínhamos mais madeiras. Que nada, continuou num processo novo, mas com o mesmo conhecimento empresarial. Agora, isso também resultou em outras coisas, por exemplo, a aquisição de mais terras pelo proprietário já ligado ao latifundiário que foi adquirindo. E o colono pequeno não tinha condições de produzir daquela forma nova a não ser pra subsistência, mas isso não valia mais, porque nossa sociedade costuma estabelecer novas regras. Pra você ter uma televisão em casa você precisa de luz elétrica e coisas dessa natureza, você precisa de dinheiro pra pagar... você precisa ter dinheiro pra produzir, de uma produção econômica. Aí eles não conseguiam se manter e acabou vendendo pro vizinho. E aí as áreas foram se estendendo, e o que aconteceu, esse êxodo rural que veio para as periferias das cidades, porque não tinham o conhecimento de uma vida urbana⁴⁷³.

A fala de Pompeu ordena a passagem do tempo e dos fatos de modo que tudo represente uma sequência lógica, de maneira a formar um processo evolutivo. As ações dos madeireiros tornam-se responsáveis pela retirada dos pinheiros e dos produtores agrícolas com menor poder econômico da terra.

⁴⁷³ Entrevista concedida por Alberto Rodrigues Pompeu ao Projeto: Universidade sem Fronteiras, sub-área das licenciaturas, intitulado: Intervenções na relação Universidade/Educação Básica: tempo passado, desafio do presente. Cascavel/PR, residência Alberto Rodrigues Pompeu, em 28 de fevereiro de 2009.

Do mesmo modo, os madeireiros são considerados os agentes das diferentes fases de uma história: primeiro, por transformar a paisagem através de suas atividades primordiais, o pinheiro se torna um produto; depois dessa primeira ação de transformação há uma segunda, mais rápida, realizada pelos madeireiros devido às suas “capacidades tecnológicas”. A modernização da agricultura, com o uso do trator, do veneno e do crédito agrícola subsidiado pelo governo brasileiro foi o elemento usado para transformar a paisagem: o que era outrora floresta se tornou plantação.

Na narrativa está presente uma percepção sobre este processo como uma necessidade histórica que é cumprida. Assim, essas ações dos madeireiros não ganham conotações negativas, assim como as ações dos governos, que visavam fomentar as atividades dos madeireiros e agricultores.

Por outro lado, deve-se levar em conta que o crédito agrícola foi distribuído pelos governos de forma irregular, o que serviu para “acentuar ainda mais a concentração da propriedade da terra, afetando também as relações de produção no campo” e provocou “um forte êxodo rural” para as cidades⁴⁷⁴. Contudo, na percepção de Pompeu, isso tudo foi construído a partir de uma lógica, segundo a qual era mais justo disponibilizar recursos para quem já o possuía – neste caso, os madeireiros.

Bauman escreveu que a história da modernidade “pode ser vista como história do progresso, como a *história natural da humanidade*”⁴⁷⁵, e, para que exista a modernidade, no entanto, são necessários os agentes capazes de administrá-la:

(isto é, que possuem conhecimento, habilidade e tecnologia) e soberanos. Os agentes são soberanos na medida em que reivindicam e defendem com sucesso o direito de gerenciar e administrar a existência: o direito de definir a ordem e, por conseguinte, pôr de lado o caos como refugio que escapa à definição⁴⁷⁶.

Podemos entender, a partir da fala de Pompeu, os madeireiros como uma espécie de “agentes soberanos capazes” de garantir a modernidade, uma vez que acontece o enaltecimento do progresso e dos avanços tecnológicos como algo próprio dos madeireiros, desconsiderando como isso foi possibilitado.

Para Pompeu, foi fundamental a ordem na qual as coisas teriam ocorrido. Os madeireiros exploram os pinheiros, o que possibilitou ao produtor agrícola conseguir

⁴⁷⁴ MARTINE, op. cit., p. 10.

⁴⁷⁵ BAUMAN, op. cit. 1999, p. 17.

⁴⁷⁶ Id. Ibid., p. 15.

produzir. Do mesmo modo, os madeireiros com maior poder e “conhecimento” técnico introduziram a modernização da agricultura, o que possibilitou uma economia após as ações das madeireiras. Nessa visão, a “Ciência, trabalho, mais os recursos naturais seriam os elementos necessários para promoção do progresso”⁴⁷⁷.

Entretanto, dois elementos chamam atenção na fala de Pompeu, como dissonantes da ideia de progresso gerado pela ação dos madeireiros. O primeiro está na observação segundo a qual, de fato, a exploração madeireira só poderia ocorrer de forma temporária, pois o que era explorado era a natureza, a qual pode ser esgotada. Aqui, ocorre a percepção de que os madeireiros não se organizavam de forma tão racional, já que não produziram algo capaz de garantir a continuidade de suas atividades por mais tempo, com, por exemplo, reflorestamento.

O segundo elemento está em apresentar a cidade/urbano não como algo melhor em oposição ao rural, pois, para ele, a migração para as cidades ocorreu, também, pelo desconhecimento desses sujeitos sobre o novo espaço que iriam ocupar. Então, a cidade é, neste trecho, percebida a partir de um sentido negativo. Podemos perceber nessa fala de Pompeu certa aproximação com a reportagem sobre os trabalhadores rurais do dia 16 de agosto de 1978 no jornal *O Paraná*, analisada no capítulo anterior, no sentido de descrever que a migração para as cidades, talvez, não fosse a melhor opção para esses trabalhadores rurais.

A próxima pergunta foi realizada por Geni Rosa Duarte e diz respeito à concentração fundiária na região. Pompeu argumentou:

Pompeu: Eu entendo que seja em razão do que, não é só a agricultura que cria a necessidade de uma expansão territorial, o que precisa também a pecuária, você cria animais também. Na região de Guaraniaçu nós vemos morros com bastante gado. O que é isso? O gado também se adapta à terra irregular. O que nossa economia tinha como base não era o gado, era o porco. O suíno criava-se em pequena escala, não era nem em grande escala. O processo, voltando para o processo antigo, o caboclo não se fazia roça, não importava o gado, ele plantava o milho e quando chegava no ponto soltava os porcos pro mato e depois ia buscar os porcos. Era chamado o sistema de safra, os safrististas. Então era um processo econômico, mas tinha umas séries, que isso causava também uma mudança no sistema ecológico. Por exemplo, você não consegue plantar no mesmo local duas vezes. Porque há necessidade da vegetação que vem e sobrevém ela compete na segunda produção. Na primeira você derruba o mato virgem e taca fogo, para na cinza quente que é um grande nutriente, a cinza é o potássio. Ele crescia bem o milho, muito bem, primeira safra tudo bem. Na segunda, sem os incisos, competindo com o milho, ele tem que limpar duas ou três vezes. Isso nosso

⁴⁷⁷ ARRUDA, op. cit. 2000, B, p. 52.

caboclo não faz, esse trabalho já não é muito com ele. Então era o que acontecia, ele ia pro outro mato, aí a fronteira acabava. O que aconteceu, esse sistema acabou. Muito bem, agora é pequenas, produzir o que? Verduras e tal? Nem pensar. O suíno, o gado, o pequeno proprietário é mais pra consumo, pro leite. Gado não dá. O suíno também. Então é granja, mas pra granja tem que ser organizado tem que ter uma condição empresarial já maior, porque tem uma série de coisas que precisa implantar na sua propriedade. Eu não sei, eu não tenho ido mais pra esse interior, como é que estas propriedades pequenas estão sobrevivendo. Eu não posso comparar essa nossa região, com a região que vocês estão lá em [Marechal Cândido] Rondon, que lá vocês já são organizados e já tem aquela forma de produzir. É um bom chiqueirão, é um bom açude. Nós não temos isso aqui. Como é que um caboclo vai fazer um açude? Que jeito? Ele não tem condições econômicas nem práticas. Ele tem cavalinho, sua carrocinha, quando já tá bem de vida tem a sua carrocinha, mas isso acabou. Ele acaba vendendo e a sociedade do consumo cria esses ambientes e essa necessidade, principalmente, de se ter esses os objetos que os outros têm. A identificação rural, um fato muito bacana, mas criou uma necessidade. Nada é de graça, como se paga? Vendendo galinha, porco? Você tem uma produção continua pra reproduzir. Aí passa a ter limitações, essa é a dificuldade que eu vejo nessas pequenas propriedades. Aí a associação, outro problema grande. A conversa da lua na época de plantar, uma série de fatores contribui para o plantio, pra criar porco, a forma e tal. Os filhos vão para os centros, vão trabalhar. Ao mais pobres, as filhas vão trabalhar de domesticas nas cidades, isso é comum. As pessoas lá do Campo Bonito, outras regiões, buscarem as meninas, as moças para trabalhar no centro e não volta mais. Nas casas, nos edifícios, essa associação não ocorre. Os velhos vão ficando mais velhos, não tem mais condições e pronto. Não sei, vocês estiveram visitando lá, eu não sei como estão essas propriedades rurais pequenas. Quem que tá cuidando? Os filhos não vão ficar, porque ele viu o amigo dele vindo pra cidade que tá de bicicleta, de moto, de automóvel, que foi estudar. Um se formou, outro não. [...].⁴⁷⁸

Pompeu, ao responder à questão, não se concentrou em explicar a propriedade com grande concentração fundiária, mas em descrever a forma de produção em pequenas propriedades. Em sua fala, ocorre a interpretação de como era organizada a produção agrícola em pequenas propriedades, e porque elas não funcionariam mais. Há um descrédito sobre os sujeitos que chama de “caboclo”⁴⁷⁹ e seu modo de produção agrícola, em oposição à nova produção, agropecuária, segundo ele, organizada, ao contrário da antiga.

Segundo o Dicionário da Terra: “O termo caboclo se originou junto à formação social e étnica dos trabalhadores camponeses brasileiros. Como substantivo de dois gêneros, designa os(as) mestiços(as) de ascendências indígena e branca”. O termo possuiu sentido “pejorativo

⁴⁷⁸ POMPEU ao Projeto Intervenções na relação Universidade/Educação Básica: tempo passado, desafio do presente. op. cit., s/p.

⁴⁷⁹ Segundo Marcio Antônio Both da Silva, foram atribuídos diferentes significados a palavra “caboclos” ao longo da história do Brasil. Para mais informações ver: SILVA, Marcio Antônio Both da. Caboclos. *História Unisinos*, p. 338-351, maio/agosto de 2014. Disponível: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2014.182.10/4210>>. Acesso: 25/11/2020.

de sujeito atrasado, ignorante, preguiçoso e portador de maus hábitos”, além de “pessoa do interior, caipira, matreiro e pouco instruído” etc. A origem do vocábulo é provavelmente de *caa-boc*, de um dialeto indígena do Nordeste, que significa “tirado ou procedente da mata”⁴⁸⁰.

Aqui, novamente, temos uma percepção que podemos encaixar na prática moderna, descrita por Bauman como “[...] o esforço para exterminar a ambivalência”, ou seja: “[...]. A construção da ordem coloca os limites à incorporação e à admissão. Ela exige a negação dos direitos e das razões de tudo que não pode ser assimilado – a deslegitimação do outro [...]”⁴⁸¹. Assim, se o modo de produção agrícola do “caboclo” de subsistência não opera nos moldes da produção moderna capitalista, de monoculturas para exportação, buscando atender aos interesses do mercado (produção de *commodities*), logo, se torna ambivalente.

Pompeu observou que os “caboclos”, ou pequenos proprietários agricultores, geravam impacto ao meio ambiente, quando comparados à agropecuária moderna. Segundo Miguel M. X. de Carvalho: “[...] a antiga prática da criação de porcos (bem diferente dos horrores do modelo atual de confinamento) era feita com os porcos soltos”, e essa se beneficiava “bastante da quantidade imensa de pinhões [...]”. No entanto, isso não impedia as “[...] consequências ruins para o ecossistema da floresta com araucária, pois diminuía a quantidade de pinhão disponível para a fauna nativa [...]”⁴⁸².

Outro impacto negativo das ações dos chamados “caboclos” seria a queimada da floresta para posterior cultivo, algo que, segundo o mesmo autor, fora alvo de muita crítica. Por parte dos “observadores críticos do desmatamento ao longo dos últimos séculos no Brasil”, como Reinhard Maack, “mas também daqueles que visavam estabelecer uma agricultura intensiva”, como o geógrafo Leo Waibel. Esses sujeitos, de diferentes correntes de pensamentos, descreviam o “caboclo” como irracional, atrasado, capaz de transmitir seus métodos agrícolas considerados irracionais, um destruidor de floresta e um fabricante de desertos⁴⁸³.

No entanto, nem todas as visões sobre os “caboclos” foram negativas. Warren Dean destaca a força desses sujeitos “abandonados e oprimidos por um governo que se recusa a reconhecer seu direito à terra, não obstante, sobreviviam, multiplicavam-se e enfrentavam a floresta que aterrorizava imigrante e o povo da cidade”. Outra visão positiva sobre os

⁴⁸⁰ SILVA, Silvio S. Caboclo. In: MOTTA, Márcia (Org.) *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 68.

⁴⁸¹ BAUMAN, op. cit. 1999, p. 16.

⁴⁸² CARVALHO, M. M. X. de, op. cit. 2010, p. 72-73.

⁴⁸³ Id. Ibid., p. 73-74.

“caboclos” foi do conservacionista e político Alberto Torres, que atuou na primeira República e foi citado por Dean⁴⁸⁴.

Cabe ressaltar que não foram somente os “caboclos” que se utilizaram das queimadas, os colonos europeus e seus descendentes (que se deslocaram para outros estados do Brasil, ocupando municípios como Marechal Cândido Rondon) também “usavam a queimada dentro do sistema de rotação de terras, afetando a fertilidade do solo [...]”⁴⁸⁵. Além deles, a indústria madeireira e outros agricultores fizeram uso dessa técnica. No entanto, o “[...] fogo frequentemente escapava ao controle do agricultor e do pecuarista e às vezes atingiu níveis catastróficos, como o grande fogo do Paraná no ano de 1963, que queimou milhares de hectares de florestas nativas”⁴⁸⁶. Ainda, segundo Carvalho:

Assim, o caboclo ou o lavrador nacional foi uma espécie de bode expiatório, um personagem considerado central para a devastação, embora ele fosse na verdade apenas mais um dos personagens responsáveis pela destruição da floresta. [...] No entanto, a injusta marginalização social do caboclo ao longo dos séculos não torna o impacto que ele teve sobre a floresta invisível ou indigno de nota. O que devemos considerar é que um método agrícola que num contexto histórico pode ser considerado sustentável ou menos agressivo à floresta, em outro pode ser considerado um dos mais terríveis para o meio ambiente. [...]⁴⁸⁷.

Do mesmo modo, podemos ponderar os impactos atuais da pecuária, citada por Pompeu. A criação de gado, segundo Carvalho, “(principalmente boi e cavalo, mas também em menor medida porco e galinha) pisoteia e come a vegetação favorecendo em geral gramíneas que conseguem tolerar o pastoreio e o pisoteio”⁴⁸⁸.

Além disso, “a indústria da pecuária na Amazônia brasileira é o maior vetor de desmatamento do mundo”⁴⁸⁹. Segundo a agência das Nações Unidas, para a alimentação e agricultura (FAO), a pecuária é responsável por 14,5% do aumento dos gases do efeito estufa⁴⁹⁰. Também, tem impacto negativo sobre o consumo de água: estima-se que a “média global para a produção de um quilo de carne bovina é de 15,5 mil litros de água”⁴⁹¹.

⁴⁸⁴ DEAN, op. cit. p. 259.

⁴⁸⁵ Gregory, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)*. Cascavel: Edunioeste, 2002. p. 111.

⁴⁸⁶ CARVALHO, M. M. X. de, op. cit. 2010, p. 73.

⁴⁸⁷ Id. Ibid., p. 74-75.

⁴⁸⁸ Id. Ibid., p. 72.

⁴⁸⁹ GREENPEACE. *A farra do boi na Amazônia*. Edição resumida. Disponível em: <www.greenpeace.org.br>. Acesso: 28/03/2019.

⁴⁹⁰ Disponível em: <<http://www.fao.org/news/story/pt/item/197623/icode/>>. Acesso: 08/11/2019.

⁴⁹¹ Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1816992/pegada-hidrica-um-novo-desafio-para-a-pecuaria>>. Acesso: 28/03/2019. <<http://www.fao.org/americas/noticias/ver/es/c/229495/>>. Acesso: 08/11/2019.

Na fala de Pompeu, o êxodo rural para as cidades foi descrito como “comum” e como a única opção para os filhos dos pequenos proprietários agrícolas. No entanto, nem todos seguiram este destino, alguns optaram por ficar trabalhando na propriedade de seus pais, e os que não conseguiram se manter nesse espaço acabaram migrando para novos lugares, em busca de continuar o seu modo de vida. Aqui, temos um dos fatores da constante expansão da fronteira agrícola no Brasil.

Outras pessoas optaram por se juntar ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), fundado no 1º Encontro Nacional que ocorreu, não por acaso, em Cascavel/PR⁴⁹². Contudo, como escreveu Ariovaldo Umbelino de Oliveira:

[...] é importante frisar que o MST não foi o único movimento social na história do Brasil, e ele não é na atualidade, o único movimento social no campo brasileiro. Bastaria lembrar rapidamente de que há um número muito grande de movimentos de luta pela terra no campo brasileiro. [...] dos povos indígenas pela demarcação de seus territórios; a luta pela terra de trabalho realizada pelos posseiros que se faz em vários pontos do país; a luta dos peões contra a peonagem (“escravidão branca”) [...]. Há também, a luta dos camponeses contra as desapropriações de terra para a execução das grandes obras do Estado. Não custa lembrar que o MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens – também, nasceu exatamente deste processo de luta dos camponeses contra essas desapropriações e particularmente contra o valor irrisório destas desapropriações. Há o movimento dos camponeses contra a subordinação praticada pela indústria no setor avícola, entre os produtores de fumo que se unem e que se rebelam contra esta subordinação que os torna reféns destas indústrias que adquirem suas matérias-primas. Os movimentos dos brasiguaios e dos brasilianos, é bom não esquecer que mais de 250 mil brasileiros estão no Paraguai, mais de 40 mil brasileiros estão na Bolívia. [...]. Deve-se lembrar também do movimento dos bóias-frias que praticaram no interior do Estado de São Paulo greves e lutas por melhores condições de trabalho. Não custa lembrar também, a recente filiação da Contag à CUT, a realização do Movimento Grito da Terra Brasil, as marchas nacionais da Via Campesina, entre outras manifestações. Também não custa lembrar os seringueiros na Amazônia e as suas lutas pelas demarcações das reservas extrativistas⁴⁹³.

Assim, essas pessoas acharam outros meios para buscar se manter no campo e conservar suas práticas de produção agrícola, o que contesta, em parte, a visão de Pompeu. Entretanto, a migração para as cidades foi, e é, uma opção para os filhos de agricultores que possuem uma propriedade muito pequena para a manutenção de todos os membros da família.

Como descreveu Pompeu, o anseio pelo acesso ao consumo pode ser um fator que leva a essa migração para as cidades. Segundo Zygmunt Bauman, em seu livro *a Modernidade*

⁴⁹² Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86>>. Acesso: 27/03/2019.

⁴⁹³ OLIVEIRA, op. cit. 2007. p. 139-140.

Líquida: “Numa sociedade de consumo, compartilhar a dependência de consumidor- a dependência *universal* das compras- é a condição *sine qua non* de toda liberdade *individual*; acima de tudo da liberdade de ser diferente, de ‘ter identidade’”⁴⁹⁴. Portanto, vivemos em uma sociedade em que nossas identidades são construídas a partir do que consumimos – temos a liberdade para consumir, mas não para não consumir: “A lista de compras não tem fim. Porém por mais longa que seja a lista, a opção de não ir às compras não figura nela. E a competência mais necessária em nosso mundo de fins ostensivamente infinitos é a de quem vai às compras hábil e infatigavelmente”⁴⁹⁵.

Na sequência da entrevista, o professor Paulo José Koling questionou o entrevistado a respeito da quantidade e a formação de grandes propriedades existentes em Cascavel. Pompeu respondeu que esses proprietários são, na maioria, descendentes de madeireiros, o que significa que já possuíam uma grande propriedade devido a essa atividade anterior: –“só mudaram de ramo, de industrializadores de madeira passaram a ser agropecuaristas”⁴⁹⁶.

Em seguida, Pompeu passou a falar sobre as relações desses proprietários com seus trabalhadores: “nas fazendas tinham mais moradores, mas os conflitos principalmente de ordem trabalhista, criaram, afastaram, esse ramo [...] cada fazenda tinha uma série de moradores que tinham a sua casinha, a sua vaquinha, sua hortinha nos fundos”.

Em seguida, Pompeu construiu um motivo para o término dessas relações de trabalho: “[...] eles eram quase escravos, mas eles eram bobos, não tinham conhecimento dos direitos trabalhistas”. Esse tipo de trabalhador fora substituído pelos chamados “boia-fria”: – “[...] foi uma fase também. Eles, aqui na cidade, passaram a rebanhar na madrugada. Tinham os pontos do boia-fria que levavam pra fazer a carpida e o plantio todos os dias. Tinha até que mudar, porque se mantivesse o mesmo peão, ele criava vínculo trabalhista”⁴⁹⁷, porém, os “boias-frias” também foram substituídos:

Pompeu: [...] essa fase tornou-se caro porque eles passaram a usar o produto químico, porque havia principalmente ACARPA [Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná]. E a produção mecanizada foi melhorando e as terras foram ficando mais limpas. Hoje, o plantio direto não exige mais revirar a terra de novo, foram métodos que foram criados e dispensando a mão de obra, eles têm o mínimo de mão de obra. E geralmente a mão de obra hoje é especializada, que é o tratorista, o motorista, coisas dessa

⁴⁹⁴ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 98.

⁴⁹⁵ Id. *Ibid.*, p. 88.

⁴⁹⁶ POMPEU ao Projeto Intervenções na relação Universidade/Educação Básica: tempo passado, desafio do presente. op. cit., s/p.

⁴⁹⁷ Id. *Ibid.*, s/p.

natureza. Eu acredito que são fases, são momentos, e isso não retorna mais. Hoje, o próprio sistema mecânico agrícola⁴⁹⁸.

Pompeu procurou explicar como se deu a formação de grandes propriedades agrícolas na região. A partir disso, mencionou o processo de alteração na paisagem, a diminuição do número de trabalhadores rurais e a mudança do que antes era floresta em terra “limpa”. Em sua narrativa, é construída uma lógica, que organiza as transformações na paisagem e as diferentes formas de trabalho por meio de fases de uma história contínua.

Dentro dessa lógica, o trabalho dos chamados “boias-frias” consistia em somente uma fase que já chegou ao seu fim. Foi com a modernização da agricultura que tivemos o começo deste trabalho, “como essa modernização resultou na mecanização apenas de parte do processo produtivo”. Inicialmente, “ela gerou ao mesmo tempo a possibilidade para o fazendeiro de se liberar de mão-de-obra em determinadas épocas do ano”⁴⁹⁹. Então, o “boia-fria” era a opção mais vantajosa para o empresário rural, já que não exigia contratos trabalhistas, nem moradia ou qualquer outro vínculo. Na atualidade, nestes espaços nos quais a floresta fora substituída por monoculturas ou pecuária, cada vez menos há a necessidade de trabalhadores rurais, como observou Pompeu e como analisamos nos jornais no capítulo anterior.

Uma instituição que tornou possível essas transformações na paisagem e na forma de trabalho foi a Acarpa, mencionada por Pompeu. Ela deu origem ao atual EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), e assumiu as funções que até o ano de 1959 eram executadas pelo ETA (Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano).

O ETA começou a atuar no Paraná em 20 de maio de 1956, através de um convênio firmado entre o governo do Brasil e dos Estados Unidos. Segundo Sonia Regina de Mendonça, o ETA tornou possível um processo que existia no Brasil desde meados da década de 1940: a redefinição do significado do ensino técnico agrícola, afastando-se “de sua dimensão escolar, assumido o cunho de práticas extensionistas”⁵⁰⁰. Assim, o ETA tinha entre seus objetivos a “qualificação da mão de obra rural adulta e também ao seu controle”, tornando o meio rural brasileiro apto para consumir “a tecnologia estadunidense, definida como a mais adequada”⁵⁰¹.

⁴⁹⁸ Id. *Ibid.*, s/p.

⁴⁹⁹ CARVALHO, T., *op. cit.*, p. 63-64.

⁵⁰⁰ MENDONÇA, Sonia Regina de. *Ensino Agrícola e Influência Norte-Americana no Brasil (1945-1961)*. *Tempo* [online], vol. 15, n. 29, p. 139-165, 2010. p. 140.

⁵⁰¹ Id. *Ibid.*, p. 141.

O surgimento e as ações do ETA estão ligados ao conceito de “desenvolvimento”: “desde fins da II Grande Guerra, a realidade histórica foi colonizada pelo ‘discurso do desenvolvimento’”⁵⁰². No entanto, é preciso entender a razão pela qual isso ocorreu. Um dos fatores foi o próprio contexto da Guerra Fria, em que o combate à pobreza, no chamado Terceiro Mundo, era também um “instrumento de combate à possível expansão da influência comunista em âmbito internacional”⁵⁰³. Deste modo:

A reordenação do Imperialismo se baseou numa política de combate à pobreza cujo objetivo era não apenas criar consumidores, mas transformar os próprios pobres em objeto de conhecimento e gerenciamento, originando intervenções junto a áreas como as da educação, saúde, higiene, moralidade e emprego. Afirmar-se-ia como “verdade” universal que o traço principal do Terceiro Mundo era sua pobreza e que sua solução consistia no desenvolvimento econômico, abraçado com sentimento messiânico expresso, materializado na ideia de salvação⁵⁰⁴.

Somado a isso estava a necessidade dos Estados Unidos de se “expandir e aprofundar mercados externos para seus produtos, bem como de encontrar novas áreas para investimento de seus excedentes de capitais”⁵⁰⁵.

Outra questão que orientou as ações do ETA foi a fé na ciência e na tecnologia para acabar com a pobreza. Contudo, esse “viés humanitário” e essa “visão positivada” trouxeram “novas formas de poder e controle, mais sutis e refinadas”, que resultaram na erosão da “capacidade dos ‘povos pobres’ definirem suas vidas e desqualificando-se, totalmente, seus próprios saberes”⁵⁰⁶. Tinha-se a formação de um mercado de consumos dos “bens e serviços estadunidenses”. Tudo isso foi estabelecido como base na orientação “‘técnica’ dos extensionistas ligados ao crédito”, o que, por sua vez, criou a “‘necessidade imperiosa’ de máquinas e insumos produzidos nos Estados Unidos, como pré-condição para o nível de desenvolvimento pretendido”⁵⁰⁷.

A narrativa de Pompeu parece reproduzir estes ideais do ETA. De tal modo, o desmatamento e a expulsão dos trabalhadores rurais para as cidades são apresentados como algo natural, como parte de uma ordem linear e progressiva que trouxe, também, as tecnologias e a modernidade, sendo que essas últimas teriam sido conseguidas pelo empenho dos madeireiros e, posteriormente, utilizadas por eles na agricultura em grandes propriedades.

⁵⁰² Id. Ibid., p. 144.

⁵⁰³ Id. Ibid., p. 145.

⁵⁰⁴ Id. Ibid., p. 145.

⁵⁰⁵ Id. Ibid., p. 145.

⁵⁰⁶ Id. Ibid., p. 148.

⁵⁰⁷ Id. Ibid., p. 160.

Destarte, para o entrevistado, as madeireiras transformaram a natureza – entendida como “sertão” – e a produção agrícola dos caboclos, ocasionando a eliminação do que era visto como atrasado, e garantido o que era, ou é, entendido como progresso: a cidade de Cascavel, a soja, a agricultura, o trabalho organizado. No entanto, Pompeu possui a percepção de que tudo isso resultou em alguns sacrifícios – para o meio ambiente, ou para os que migraram do campo para as cidades – ainda que estes sejam observados como necessários.

A paisagem formada pelo pinheiro e pelos caboclos é agora parte do passado e não pode ser retomada: “são momentos, e isso não retorna mais”⁵⁰⁸. No presente, a transformação da paisagem se dá pelos diferentes plantios, do milho para a soja.

Pompeu produz uma percepção que pode ser analisada como aliada a um regime de historicidade que apareceu com a modernidade, segundo o qual a história deixa de ensinar, não é mais *Historia magistra vitae*, e o passado não tem nada a oferecer ao futuro. Esse regime de historicidade está coligado com o surgimento do conceito de progresso, no qual “toda a história pôde ser concebida como um processo de contínuo e crescente aperfeiçoamento”. Desde então, o horizonte de expectativa passa a incluir um coeficiente de mudança que se desenvolve com o tempo”⁵⁰⁹.

3.2.2 “Mas era bom aquele tempo! Era sofrido também!”⁵¹⁰

A segunda entrevista analisada foi realizada com Sady José Baldo. Ela é composta por uma “unidade narrativa”⁵¹¹ que expressa uma visão ambígua – positiva e negativa – sobre os seus trabalhos no passado nas madeireiras e na agricultura. Para Alberti, no trabalho com entrevista de história oral é impotente atentar para a “preciosidade de unidade narrativas”, pois: “elas são capazes de comunicar experiências que vão além da trajetória particular de determinado entrevistado, dando conta de formas de elaborar o mundo próprias a uma geração, a um segmento profissional, a um campo do conhecimento, enfim”⁵¹².

⁵⁰⁸ POMPEU ao Projeto Intervenções na relação Universidade/Educação Básica: tempo passado, desafio do presente. op. cit., s/p.

⁵⁰⁹ KOSELLECK, R. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora: PUC – Rio, 2006. p. 317.

⁵¹⁰ Subtítulo extraído da entrevista concedida por Sady José Baldo a Daniele Brocardo. Cascavel/PR, residência e comércio de Sady José Baldo, em 13 de setembro de 2013.

⁵¹¹ ALBERTI, op. cit. 2004, p. 94.

⁵¹² Id. Ibid., p. 110-111.

Assim, avaliamos a entrevista de Baldo, como um representante dos trabalhadores das madeiras, nos procedimentos mais árduos. No início, ficamos sabendo que se mudou acompanhado de seus pais, para o espaço do estudo, e que já na adolescência trabalhava na serraria.

Na narrativa é o trabalho que molda a paisagem: “[...] Os menores não podiam trabalhar, nem aguentavam trabalhar com madeira pesada, como eu era, primeiro era madeira mesmo, pinheiro grande, então era a base de aproveitamento”⁵¹³. Assim, relatou seu cotidiano de trabalho, o qual consistia no aproveitamento de madeira, produzindo cabinhos de madeira⁵¹⁴, serviço considerado menos intenso, já que poderia ser exercido por menores de idade.

Baldo seguiu descrevendo seu cotidiano nesse trabalho: “E era tempo que você levantava cinco e meia, o bicho berrava lá, apitava o locomóvel lá pra você acordar e daí seis horas tinha que estar grudando já [começando trabalhar]. Era bom, bom não, era o jeito de trabalhar”⁵¹⁵. O que ele manifestou neste trecho, como já foi mencionado, é uma visão ambígua, que pode expressar certa nostalgia na lembrança das suas condições de trabalho. Este elemento está presente também quando descreveu como era organizada a vila dos trabalhadores das madeiras:

Sady Baldo: [...] era tudo numerado as casas, sabia as ruas tudo numerado, pelo número você sabia quem que morava... tipo o cara vinha para trabalhar na firma, já eles falavam: - “você vai em tal casa”, daí o cara já ficava no nome dele aquilo lá. Era bom! A turma não pagava, ganhava o ... nem era tão bom o salário, mas dava pra viver né! [...] Aquele tempo na beirada de casa você podia plantar, eu mesmo tinha milho plantado... frango, criava frango, porquinho e tudo. Era bom! Que era tudo meio mato mesmo, na beirada onde fazia aqueles descampamento⁵¹⁶ de fazer serraria, era tudo mato, dali um pouco virava uma quiçaçona⁵¹⁷ ali, o melhor mesmo era roçar e plantar, “toda a vida” e você tirava o feijão, tirava o arroz, tirava o que puder⁵¹⁸.

Nessa parte da narrativa a ambiguidade sobre seu trabalho está em dizer que mesmo não recebendo um bom salário ele tinha direito a uma moradia cedida pela empresa em que trabalhava e que poderia ter sua alimentação complementada pelo que plantava e pelos animais que criava. Podemos avaliar essa organização das atividades das madeiras como

⁵¹³ Id. Ibid., s/p.

⁵¹⁴ Estes cabos de madeira são utilizados basicamente para a produção de rodos, vassouras e outros materiais.

⁵¹⁵ BALDO. op. cit., s/p.

⁵¹⁶ Descampamento: provavelmente tem o sentido de desmatar, tirar o campo, o mato.

⁵¹⁷ Vegetação rasteira, termo semelhante a mato.

⁵¹⁸ BALDO. op. cit., s/p.

um planejamento para complementar os salários dos seus trabalhadores, mas também como uma atuação conjunta da agricultura e das madeiras para as transformações na paisagem.

Na sua fala há a exaltação da necessidade de se plantar em oposição ao termo “mato”. Podemos apreciar este último a partir do que considerou Ely Bergo de Carvalho, ao analisar, em sua dissertação, a fala dos agricultores no município de Engenheiro Beltrão/PR:

Há outros fatores que deve-se levar em conta para se entender o processo de devastação da floresta, um deles se expressa ao chamarem a floresta de “mato”, considerando que “mato” não é apenas a floresta primária, é também a capoeira, e mais, qualquer planta que nasça em lugar indesejado (“praga”), as quais o agricultor tem por ofício carpir, eliminar, para limpar o terreno⁵¹⁹.

O mato e a quiçaça⁵²⁰ são considerados indesejáveis ou indicativos da falta de trabalho humano. Desse modo, para Baldo, era necessária sua eliminação – plantar em seu lugar –, o que significava o uso do espaço pelo trabalho. Assim, como escreveu Carvalho, há a necessidade de se considerar o “discurso do trabalho” para entender a ação total de se eliminar a vegetação e, assim, “podemos inferir que manter” o “mato” ou a “quiçaça” era manter a “terra inculta”, o que significava o não trabalho, “portanto, um ato moralmente condenável”⁵²¹ para os trabalhadores.

Se na narrativa de Sady J. Baldo a paisagem é moldada pelo trabalho, logo, a mudança de um emprego para outro está associada às transformações na paisagem. Desse modo, ele contou que trabalhou por mais ou menos dois anos no aproveitamento de madeira, e, posteriormente, passou para a função de “pé de fita”, na qual era serrada a madeira. Depois, passou a ser bitoleiro⁵²², por três anos, e, em seguida, foi trabalhar como serrador de madeira. Acrescentou, na sequência: “[...] larguei mão e fui para o mato, daí fui puxar tora. Fui trabalhar com trator, daí fiquei lá até terminar a serraria, ‘acabou’ as madeiras, daí eles mudaram pra São Miguel do Iguazu – PR”. Após isso, narrou que passou a trabalhar para outra empresa, a IMARIBA: “daí eu fui trabalhar na roça dele ali na... como é que é? Lavoura, como é que é, era... Santa Izabel... parece que é o nome da firma dele, [...] na agricultura”⁵²³.

⁵¹⁹ CARVALHO, Ely Bergo de. Sombras do Passado, Projetos de Futuro: as florestas nas memórias dos agricultores de Engenheiro Beltrão-Paraná, 1947-2003 Florianópolis, 2004, 176 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. p. 78.

⁵²⁰ Vegetação rasteira, termo semelhante a mato.

⁵²¹ CARVALHO, E. B. de. op. cit., p. 79.

⁵²² Bitoleiro pode ser caracterizado como o funcionário dentro da serraria, responsável pela definição da espessura da madeira e por transportar as toras de madeira até serrador.

⁵²³ BALDO. op. cit., s/p.

De tal modo, construiu sua trajetória como um sujeito ativo nos diferentes níveis do trabalho nas madeiras, do menor salário até um salário mais alto. Nessa construção, percebemos uma divisão do trabalho a partir do conhecimento do trabalhador e da sua idade. Portanto, podemos raciocinar que era possível construir uma “carreira” na sequência profissional dentro das madeiras.

Essa “carreira” de trabalho nas madeiras terminou para Baldo por efeito do que se chamou, no município de Cascavel, de “O fim do ciclo madeiro”⁵²⁴. Isto é, quando a vegetação se tornou escassa para a exploração, as madeiras se mudaram para outros lugares, e seus trabalhadores, se não as seguiam, foram trabalhar na agricultura, o que só foi possível a partir das transformações geradas pelas ações das madeiras na paisagem.

Destarte, durante a narrativa de Baldo apareceram outros elementos que mostram sua motivação como sujeito ativo no trabalho. Vejamos:

Sady Baldo: É eu sempre fui assim, que ver, eu, pra mim poder aprender de tratorista, trator de esteira que eu queria apreender, que naquele tempo aqui já tinha muita destoca, então o que ganhava mais era tratorista de esteira e eu queria aprender, que eu fiz, eu bati o pé lá a firma tinha que fazer um acerto do INSS, aquele tempo era, como é que era, como é que chama? [...] Acho que era, e daí eles tinham que fazer um acerto com nós pra nós passar pro novo modelo [INPS] de acerto lá, por mês [...] E daí as firma tiveram que acertar foi ordem do governo e eu sei que o véio queria me dar 60% só do valor, era meu, e 40% daí eu tinha que devolver pra firma, daí eu falei: - “eu devolvo, mas, eu primeiro tenho que aprender de tratorista, vou lá trabalhar, lá no mato, daí depois que eu aprender eu acerto” [rindo]. A cabeça né cara! Mas, eu queria ir pra frente, eu não queria ir pra trás, eu ia acertar de dar dinheiro de graça pra ele nada [rindo]. O véio deixou eu ir trabalhar com trator de pneu, pra aprender primeiro no trator de pneu, daí eu fui, [...] ⁵²⁵.

Nesse trecho, em que Baldo descreveu como aprendeu a trabalhar com trator, podemos analisar três aspectos. O primeiro é que Baldo edificou sua narrativa como um sujeito ativo, capaz de tomar decisões e construir sua carreira como um bom trabalhador. Também demonstrou esforço e motivação para aprender uma nova função, entendida como mais moderna. A partir dessa lembrança, atribuiu um significado para suas vivências. Assim, podemos considerar o que escreveu Pollak:

“[...] a imagem que uma pessoa adquire, ao longo da vida, referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para

⁵²⁴ SPERANÇA, op. cit. 1992, p. 241.

⁵²⁵ BALDO. op. cit., s/p.

acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros”⁵²⁶.

Portanto, a imagem que esse trabalhador construiu sobre si durante a entrevista é a percepção que gostaria que tivéssemos dele, e isso passou ser parte de sua memória. A partir da reelaboração de suas memórias, possibilitou que se construísse, também, sua identidade, já que essa última: “[...] é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. [...] Ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada’”⁵²⁷. De tal modo, a identidade auferida é de um trabalhador motivado e esforçado.

O segundo aspecto que podemos analisar diz respeito às resistências e às negociações, observadas na relação patrão/empregado durante o processo de criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)⁵²⁸. Ao avaliar o passado a partir do presente o entrevistado construiu um sentido para o fato vivido. Descreveu que não se sentiu confortável em ter que devolver parte de seu dinheiro para a empresa em que trabalhava, mas que soube ver nisso uma oportunidade de aprender uma nova função. Assim, soube, portanto, resistir às condições que eram impostas e negociar para obter uma vantagem. Nessa análise, como na anterior, estamos observando uma “relação dialética entre memória e identidade”⁵²⁹:

Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. As histórias que relembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais. Assim, podemos dizer que nossa identidade molda nossas reminiscências; quem acreditamos que somos no momento e o que queremos ser afetam o que julgamos ter sido. Reminiscências são *passados importantes* que compomos para dar um sentido mais satisfatório à nossa vida, à medida que o tempo passa, e para que exista maior consonância entre identidades passadas e presentes⁵³⁰.

⁵²⁶ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, V. 5. N. 10, 1992. p. 205.

⁵²⁷ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 38.

⁵²⁸ INPS: “Órgão criado pelo Decreto nº 72, de 21 de novembro de 1966, como resultado da fusão dos institutos de aposentadoria e pensões do setor privado então existentes [...]. Autarquia vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, o INPS integrava o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas), encarregando-se da concessão e da manutenção de benefícios aos empregados e empregadores urbanos e rurais e a seus dependentes. [...]. Os recursos do INPS provinham das contribuições dos empregados, dos empregadores e da União. [...] Após entrar em crise ao longo da década de 1980, foi extinto em 12 de abril de 1990”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-nacional-de-previdencia-social-inps>. Acesso: 05/02/2019.

⁵²⁹ THOMSON. op. cit. 1997, p. 57.

⁵³⁰ Id. Ibid., p. 57.

De tal modo, a primeira e a segunda análise se intercalam, na medida em que a memória é o ponto construtor da identidade de um bom trabalhador, mesmo que, para tanto, operem negociações e resistências, o que explana que nenhuma identidade é construída sem oposição ou diferença.

Já o terceiro aspecto está novamente na percepção sobre as transformações na paisagem pelo trabalho, pois, como afirmou: “[...] aprender de tratorista, trator de esteira que eu queria apreender, que naquele tempo aqui já tinha muita destoca [...]”⁵³¹. O novo trabalho desejado por Baldo era a consequência final do processo de desmatamento, quando as árvores já foram cortadas e só restaram na terra os troncos e as raízes para serem retirados no processo nomeado de destoca⁵³².

Seguimos acompanhando a fala de Baldo:

Sady Baldo: Daí de motorista, daquela vez lá, deu um corte, começou a faltar madeira já no mato da firma, daí eles fizeram um, como é que é, cortaram a cota da madeira, eles entregavam em Foz do Iguaçu essa madeira serrada, lá os caras cortaram a cota deles que não podiam mais vender aquela quantia, daí parou uma serraria, essa do Santo Antônio, parou, parou seis meses e depois começou de novo, eu fiquei parado lá, trabalhando por lá, depois ficamos quase um ano trabalhando, daí eu mudei, saí da serraria e vim trabalhar de tratorista aqui na [fazenda localizada em Cascavel] Cajati, na Cajati ali eu trabalhei quase 13 anos, 12 anos e pouco. Entrei de tratorista, de tratorista era lavrar, gradear, passar veneno, tudo o quanto é coisa⁵³³.

As transformações na paisagem são apresentadas pela mudança de emprego – da serraria com as árvores – para a agricultura, com o trator e o veneno. Temos então, depois de uma exploração madeireira, as ações para as transformações na paisagem geradas pela modernização da agricultura. Não obstante, isso não foi distribuído de igual forma. Somente grandes propriedades, como a fazenda Cajati (Imapar – Cajati Reflorestamentos e Agricultura Ltda. – produtora de sementes e pertencente ao mesmo proprietário da IMAPAR, com aproximadamente 889 hectares⁵³⁴), tiveram inicialmente acesso a créditos para comprar tratores, insumo e assistência técnica (o que também observamos anteriormente com a

⁵³¹ BALDO. op. cit., s/p.

⁵³² Destocar: “Arrancar os tocos que ficam em um terreno depois que se abateram as árvores”. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/destocar/>. Acesso: 06/02/2019.

⁵³³ BALDO. op. cit., s/p.

⁵³⁴ Disponível em: <https://www.bonde.com.br/bondenews/parana/incra-compra-fazenda-e-assentara-106-familias-no-parana-109281.html>>. Acesso: 12/02/2019.

“Reportagem na ‘fazenda mocotó’ com SR. Roberto Wypych”⁵³⁵ produzida pelo jornal *Fronteira do Iguçu*; e no Mapa 05, elaborado pela OXFAM Brasil)⁵³⁶.

A desigual distribuição por parte dos governos militares do pacote da “Revolução Verde”, além de ocasionar um aumento na concentração de terra⁵³⁷, proporcionou, talvez, uma ampliação mais lenta das transformações na paisagem, já que os pequenos proprietários agrícolas só mais recentemente tiveram acesso a estas técnicas e equipamentos⁵³⁸.

No trecho a seguir podemos analisar novamente a ambiguidade na narrativa de Baldo sobre o período de seu trabalho nas serrarias:

Sady Baldo: [...] a serragem ia tudo pro rio! O que não ia pro rio ficava num monte lá, volta e meia queimava aquilo lá, a maioria foi tudo pro rio, as firmas aí que fazia, fazia na beira do rio, já pra poder levar a serra, aquilo lá matava peixe, cara! Madeirama, sei lá, tinha madeira que ela é venenosa, matava os peixes tudo, tinha até um cipó que se você batesse o cipó no meio da água aqui pra baixo aí morria tudo [os peixes]. Era muito bom naquele tempo! Mas era ruim também! Porque era só mato, aqui não adiantava você caçar bicho, você não precisava sair caçar com cachorro, você achava onde quer. Eu não era muito de caça, mas tinha meu pai e os outros caras que gostavam, saíam cedo caçar [...], eu, o meu era jogar bola, gostava de jogar bola, agora, caçar, não⁵³⁹.

Neste trecho, em que Baldo descreveu o destino da serragem, é reforçada a sua visão sobre o período como bom e ruim. Ruim porque era só “mato”, o que pode representar a ausência talvez de um centro urbano com escolas, hospitais, pavimentação nas vias e outros benefícios para a vida humana. Entretanto, o mato pode ser ainda a percepção da existência de algo incômodo, algo que se desejava eliminar. Ambas as percepções têm sentidos complementares, apesar de serem palavras antônimas. O mato é, ao mesmo tempo: ausência e existência, na fala de Baldo.

O entrevistado rememorou esses fatos em uma comparação entre passado e presente. Assim, conectou diretamente o trecho sobre a abundância de peixes com a afirmação “era muito bom naquele tempo”, já que no presente não existem tantos peixes nos rios⁵⁴⁰. Logo em

⁵³⁵ FRONTERIA DO IGUAÇU., op. cit. Sábado 17 de março de 1973, Ano III, nº 176, p. 13-14.

⁵³⁶ OXFAM BRASIL. op. cit., p. 05. Acesso: 30/11/2018.

⁵³⁷ Id. Ibid., p. 05.

⁵³⁸ BITTENCOURT, Gilson Alceu. *Abrindo a Caixa Preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil*. Campinas/SP, 2003. 222 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente). Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.

⁵³⁹ BALDO. op. cit., s/p.

⁵⁴⁰ “A bacia do rio Paraná possui um total de 29 espécies de peixes ameaçadas de extinção. Incluída na bacia do rio Paraná está o rio Iguçu [...]. No rio Iguçu ocorrem sete das espécies ameaçadas da bacia do Paraná, todas endêmicas deste rio. As espécies ameaçadas do rio Iguçu são todas de pequeno porte: cinco lambaris (*Hasemania maxillaris*, *H. melanura*, *Hyphessobrycon taurocephalus*, *Glandulocauda melanopleura*,

seguida também falou da abundância de “caças”. A caça, como o futebol, foi apresentada como um lazer naquele período, e, devido à grande quantidade de animais proporcionada pelo “mato”, era de fácil execução.

Entretanto, essa narrativa de Baldo também apresenta uma reflexão que envolve os impactos causados pelas ações das madeireiras. Além do desmatamento, temos a poluição dos rios e do ar, pois a madeira que não foi aproveitada para outros fins foi queimada ou jogada nos rios, algo que também foi descrito por Pompeu.

No final da entrevista, Baldo também foi questionado sobre a ação das madeireiras para o município de Cascavel. A visão apresentada a partir da pergunta traz a interação entre os tempos: passado, presente e futuro, em uma ordem linear, cronológica e ascendente. Assim, para ele, foi necessária a ação das madeireiras, e sem elas não seria possível haver a agricultura, elemento descrito como central para a economia do município: “hoje... Cascavel hoje é agricultura, então não adianta, hoje tem o [Jacy Miguel] Scanagatta, têm os mais velhos aí que são tudo rico, tudo eles tinha terra com pinheiro em cima”. Sua percepção negativa está em um uso não racional do recurso da madeira:

Sady Baldo: eles tinham que desmatar, só que eles não aproveitaram, o certo seria eles cortar menos madeira jogar menos fora, esse que é o problema, não é só eles não, é em todo o país nosso. Em todo país nosso eles jogaram muita madeira fora, eles não pensavam no amanhã né!?⁵⁴¹

Apesar de ser crítico em relação ao uso não racional⁵⁴² por parte dos madeireiros, observou que isso seria uma prática corriqueira, feita por todos, e, como proprietários da terra, eles tinham o direito – e quase que a obrigação – de usufruir de tudo que nela estava. Desse modo, a crítica de Baldo não recai sobre o desmatamento, mas sobre o não aproveitamento total dos recursos da natureza.

Astyanax gymnogenys), uma cambeva (*Trichomycterus castroi*) e um peixe-anual (*Austrolebias carvalhoi*). Os represamentos, como a Itaipu construída no rio Paraná, “constituem a interferência antrópica de maior impacto sobre os ecossistemas fluviais”. ROSA, Ricardo S.; LIMA Flávio C. T. Os Peixes Brasileiros Ameaçados de Extinção. In: MACHADO, A. B. M.; DRUMMOND, G. M.; PAGLIA A. P. (editores). *Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção* 1. ed. Brasília, DF: MMA; Belo Horizonte, MG: Fundação Biodiversitas, 2008. p. 14-15.

⁵⁴¹ BALDO. op. cit., s/p.

⁵⁴² A ideia de um uso racional da natureza também é defendida por movimentos ambientais – como os desenvolvimentistas, corrente reformista, que defende que basta remodelar o capitalismo, “adotando medidas conservacionistas”. Tal corrente “propõem um estilo de desenvolvimento mais adequado às condições naturais do planeta, pregando o conhecimento da dinâmica natural para poder dimensionar o uso dos recursos sem esgotá-los”. RIBEIRO, W. C. Em Busca da Qualidade de Vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PINSKY, Jaime (Org). *História da Cidadania*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 403.

Na narrativa de Baldo há a lógica de um maior aproveitamento do que é considerado um recurso e deve ser usado de forma racional para o futuro e para haver maior lucro. De tal modo, Baldo destacou aspectos considerados positivos, causados pelas transformações da paisagem, como o espaço gerado para a atuação da agricultura.

3.2.3. “Eu tenho saudade do tempo da roça, parece que era bem mais divertido né!”⁵⁴³

A entrevista realizada com Lurdes Zancanaro Manica ofereceu particularidades devido à sua condição de mulher e mãe na sociedade brasileira, o que podemos notar logo no início de sua fala, quando se apresentou como Lurdes Zancanaro, apesar de possuir também o sobrenome de seu marido, já falecido, Severino Vitorio Manica, com quem se casou no município de Tapejara/RS, com 21 anos.

Também falou que está com 74 anos, é mãe de 5 filhos – 3 mulheres e 2 homens –, e se queixou de eles possuírem somente o sobrenome de seu marido: “só tem Manica, não tem Zancanaro nenhum dos meus filhos”⁵⁴⁴. Ela também informou que tem 10 netos e 4 bisnetos.

Além desses filhos, Lurdes teve outra menina, que faleceu ainda bebê, com nove meses. No período do falecimento de sua filha, Lurdes Zancanaro trabalhava em seu segundo emprego,⁵⁴⁵ no município de Cascavel, numa fazenda pertencente a um comandante das forças aéreas. A entrevistada contou que, devido à distância, já que o hospital mais próximo ficava no município vizinho de Catanduvas/PR, e à falta de condições – como de um veículo no caminho para o hospital –, sua filha falecera: “[...] morreu lá no Tormenta, ali no passar o rio [...]”⁵⁴⁶.

Na sequência de sua fala ela resumiu aquele período da seguinte maneira: “Era sofrido, mas era tudo mais fácil, parece que qualquer coisa servia. Agora, hoje em dia, que está mais difícil tudo”⁵⁴⁷. É interessante notar que há uma comparação do passado com o presente, e, nessa confrontação, mesmo quando o passado parece mais triste e difícil (sem um hospital por perto, nem remédios ou estradas e transporte – o que levou à perda de sua filha), Zancanaro ainda exaltou o presente como sendo ainda mais complicado. Isso pode ter ocorrido porque o

⁵⁴³ Subtítulo extraído da entrevista concedida por Lurdes Zancanaro Manica a Daniele Brocardo. Distrito de Juvinópolis – Cascavel – PR, casa da entrevistada, em 17 de abril de 2018. s/p.

⁵⁴⁴ Id. Ibid., s/p.

⁵⁴⁵ Seu primeiro emprego também foi em uma fazenda pertencente ao ex-prefeito de Cascavel/PR, Salazar Barreiros.

⁵⁴⁶ ZANCANARO MANICA op. cit., s/p.

⁵⁴⁷ Id. Ibid., s/p.

momento da entrevista é o presente em si – nossas recordações do passado são carregadas de percepções que temos na atualidade.

De tal modo, ela estava interpretando o presente em relação à burocracia, visto que seguiu sua narrativa descrevendo a dificuldade de um de seus netos para a emissão da Carteira de trabalho. Portanto, produziu uma analogia que conectou a morte de sua filha – quando não foi necessário, imediatamente, o atestado de óbito – com o presente.

Ao longo da entrevista, Zancanaro estruturou sua fala a partir da sua condição de mãe e avó, pois fez questão de falar sobre como estão cada um de seus filhos e netos. Narrou que suas filhas ainda moram e trabalham em fazendas e seus dois filhos trabalham no espaço urbano. Em relação à morte de familiares, disse que:

Lurdes Zancanaro: É morre os mais novos e ficam os mais velhos, que comeram mais feijão [risos]. Eles guentam mais, é que eu acho que agora tá mais difícil por causa dessas coisas, muito veneno, muito veneno, porque a gente, no tempo da gente, plantava, era feijão sem veneno, milho sem veneno, não se colhia nada com veneno. Agora hoje em dia plantam tudo e matam tudo com veneno, pra depois colher⁵⁴⁸.

Lurdes Zancanaro se referiu a outro tempo, quando plantavam, colhiam e se alimentavam de forma diferente da atual. Novamente, há uma comparação entre passado e presente, com uma valorização do passado.

A partir da fala de Zancanaro observamos uma mudança no processo de produção da agricultura. Segundo o geógrafo Milton Santos, a agricultura é um bom meio de sabermos sobre como estão as “relações profundas entre as sociedades humanas e o seu entorno”⁵⁴⁹. De certo modo, foi isso que a entrevistada conseguiu perceber, com base na confrontação da agricultura com o passar do tempo – ela marcou as alterações que interferiram na qualidade de vida das pessoas.

No Brasil, como discutimos no primeiro capítulo, essas transformações, que se somam a outras modificações socioambientais, são frutos da modernização da agricultura, e acarretaram a instalação de “uma agricultura propriamente científica, responsável por

⁵⁴⁸ Id. *Ibid.*, s/p.

⁵⁴⁹ SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 88.

mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto à vida de relações”⁵⁵⁰. Também, como já analisamos, tornaram o Brasil um grande consumidor de agrotóxicos⁵⁵¹.

Essas mudanças observadas na agricultura ocasionam impactos à saúde humana. Segundo o *Atlas do Agronegócio*, as intoxicações agudas por agrotóxicos (ou veneno) “afetam principalmente as pessoas expostas em seu ambiente de trabalho”, ou seja, trabalhadores agrícolas, como Lurdes Zancanaro, ou agricultores. Entre os sintomas dessas intoxicações, estão: “[...] irritação da pele e dos olhos, coceira, vômitos, diarreias, dificuldades respiratórias, convulsões e morte”⁵⁵².

No entanto, os agrotóxicos também geram intoxicações crônicas, sendo essas “[...] decorrentes da presença de resíduos de agrotóxicos em alimentos e no ambiente, geralmente em doses baixas”, o que afeta toda a população. Alguns danos desses tipos de intoxicações são: “infertilidade, impotência, abortos, malformações, neurotoxicidade, desregulação hormonal, efeitos sobre o sistema imunológico e câncer”⁵⁵³.

O dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) também apresenta, através de pesquisas, os impactos do uso de agrotóxicos na saúde. Segundo o dossiê, “um terço dos alimentos consumidos cotidianamente pelos brasileiros está contaminado pelos agrotóxicos”. Além disso, “parte dos agrotóxicos utilizados tem a capacidade de se dispersar no ambiente, e outra parte pode se acumular no organismo humano, inclusive no leite materno”⁵⁵⁴. No entanto:

Há muitas lacunas de conhecimento quando se trata de avaliar a multiexposição ou exposição combinada a agrotóxicos. A grande maioria dos modelos de avaliação de risco serve para analisar apenas a exposição a um princípio ativo ou produto formulado, ao passo que no mundo real as populações estão expostas a misturas de produtos tóxicos cujos efeitos sinérgicos (ou de potencialização) são desconhecidos ou não são levados em consideração. Além da exposição mista, as vias de penetração no organismo também são variadas, podendo ser oral, inalatória e ou dérmica simultaneamente. Essas concomitâncias não são consideradas nos estudos experimentais mesmo diante da possibilidade de que exposições por diferentes vias modifiquem a toxicocinética do agrotóxico, podendo torná-lo ainda mais nocivo⁵⁵⁵.

⁵⁵⁰ Id. Ibid., p. 88.

⁵⁵¹ ALENTEJANO, op. cit., p. 480. Dados referentes ao ano de 2013. Disponível em: <<http://www.saude.ufpr.br/portal/observatorio/monitoramento/mapas-do-consumo-de-agrotoxicos-no-parana/>>. Acesso: 13/02/2019.

⁵⁵² SANTOS, M; GLASS, V. (Orgs.) *Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. p. 22.

⁵⁵³ Id. Ibid., p. 22.

⁵⁵⁴ CARNEIRO, F.F. et al (Org.). Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro/ São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 58; 74.

⁵⁵⁵ Id. Ibid., p. 76.

De tal modo, podemos aferir que as percepções apresentadas por Lurdes Zancanaro não são totalmente baseadas na “ciência moderna”. Elas operam mais com base em seu conhecimento, composto de suas vivências em sociedade, do trabalho na agricultura e das relações a partir do passar do tempo. Sobre a produção do conhecimento científico versus conhecimento tradicional, podemos refletir sobre o que escreveu Arruda:

A apreensão dos fenômenos da natureza, hoje em mãos do discurso científico, como a meteorologia, geologia, cartografia etc., também pode ser pensada em termos de uma tradição baseada na experiência. É válido lembrar o “notório” saber que os “antigos” tinham sobre os fenômenos naturais, seu senso de direção e orientação espacial, que foi sistematicamente negado pela “ciência”. Esses saberes populares fazem parte de um conjunto maior que poderíamos chamar de “memória coletiva da natureza”, ou de “horizonte espacial coletivo” e, como tal, propiciar ao historiador um rico veio de pesquisa sobre a “mentalidade popular” e suas relações conflituosas com os “saberes científicos”, ou com os valores da modernidade⁵⁵⁶.

A partir dessas considerações também podemos avaliar os impactos do “pensamento abissal”, como o “pensamento moderno ocidental”. Para Boaventura de Sousa Santos, as manifestações que melhor representam esse tipo de pensamento são o conhecimento e o direito modernos. Assim, no campo do conhecimento, a ciência moderna possui o monopólio da distinção entre o verdadeiro e o falso em detrimento dos demais conhecimentos. A disputa epistemológica moderna ocorre entre “as formas científicas e não-científicas de verdade”⁵⁵⁷. Estão do lado não científico os conhecimentos dos populares, dos indígenas etc. Deste lado da linha, “não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia,...”. As linhas abissais visível e invisível se aliam para separar e tornar “incomensuráveis e incompreensíveis” os que não obedecem aos critérios científicos de verdade⁵⁵⁸. Tanto no direito como no campo do conhecimento as divisões geradas pelas linhas são abissais, pois eliminam categoricamente qualquer realidade do outro lado. Deste lado, ficam as experiências desperdiçadas, os autores tornam-se invisíveis, o que significa dizer também que esses conhecimentos são desconsiderados.

O que estamos avaliando é a “modernização da agricultura” como parte da ciência e como isso contribuiu para o silenciamento de outros saberes, sobretudo dos povos indígenas e

⁵⁵⁶ ARRUDA, op. cit. 2000, B, p. 60.

⁵⁵⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: _____; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina. SA, 2009, p. 25.

⁵⁵⁸ Id. Ibid. p. 25.

de “saberes populares”, na medida em que foram tratados como “crendice”. No entanto, a ciência moderna também contribuiu para novos conhecimentos, inclusive para outras formas de organização da agricultura, que não levam em consideração a utilização de agrotóxicos.

Na narrativa de Lurdes Zancanaro aparecem, de outras formas, elementos que descrevem uma produção agrícola e uma alimentação diferente das utilizadas na atualidade.

De tal modo:

Lurdes Zancanaro: A minha mãe mesmo morreu com essa idade e não se via uma latinha de comida comprada dentro da casa dela, morava no sítio, daí ela fazia, se era pra fazer um doce era das frutas dela lá e daí tinha tudo, a hortinha, tinha de tudo lá na horta e era pouquinha terra que eles tinham, só tinham três alqueires, depois que o falecido pai morreu, eles sempre arrendavam terra, mais depois ficou só o meu irmão com a mãe, daí eles se viraram naquele [terreno] mesmo, pedacinho de terra, dava pra viver.

Daniele Brocardo: E plantavam o quê seus pais? O que eles plantavam mais?

Lurdes Zancanaro: O tempo que nós era solteiro lá, que eu morei 21 anos junto só depois casei, nós sempre plantava arroz, até poucos anos eles plantavam arroz, arroz, feijão, era milho, daí a gente plantava fumo também, daí mudou pro fumo também. [...]

Lurdes Zancanaro: Não se usava nada de veneno, nem nas muda de fumo, era tudo plantado sem veneno e plantava tudo sem veneno e o falecido pai tinha muita abelha. Daí nós tinha bastante abelha, dava muito mel⁵⁵⁹.

Zancanaro narrou também que essa produção era vendida para os vizinhos ou consumida pela própria família⁵⁶⁰. Portanto, o modo de produção agrícola descrito, de subsistência, de policultura e marginal aos princípios do mercado, já não faz parte do presente. Nesse tempo, em oposição à produção, segue a lógica total do mercado, voltada para a exportação de monoculturas, com uso excessivo de venenos, ou, como escreveu Milton Santos:

Nas áreas onde essa agricultura científica globalizada se instala, verifica-se uma importante demanda de bens científicos (sementes, inseticidas, fertilizantes, corretivos) e, também, de assistência técnica. Os produtos são escolhidos segundo uma base mercantil, o que também implica uma estrita obediência aos mandamentos científicos e técnicos. São essas condições que regem os processos de plantação, colheita, armazenamento, empacotamento, transportes e comercialização, levando à introdução, aprofundamento e difusão de processos de racionalização que se contagiam mutuamente, propondo a instalação de sistemismos, que atravessam o território e a sociedade, levando, com a racionalização das práticas, a uma certa homogeneização⁵⁶¹.

⁵⁵⁹ ZANCANARO MANICA, op. cit., s/p.

⁵⁶⁰ Id. Ibid., s/p.

⁵⁶¹ SANTOS, op. cit., 2004, p. 89.

Tal homogeneização também passa a fazer parte da alimentação da população, pois estima-se que a população humana já chegou a se alimentar “de mais de 1.500 espécies de plantas e que pelo menos 500 dessas espécies e variedades têm sido cultivadas ao longo da história. Atualmente, apenas 30 vegetais cultivados perfazem 95% da dieta humana, e o trigo, arroz, milho e soja representam mais de 85% do consumo de grãos”⁵⁶². Temos, portanto, uma transformação na alimentação humana que é parte de uma transformação na paisagem.

É a partir das lembranças sobre sua mãe que a entrevistada percebeu as transformações na alimentação humana. Essas alterações na forma de se alimentar e na forma de produzir os alimentos são uma das consequências trazidas pela Revolução Verde.

A Revolução Verde tinha como objetivo “intensificar a oferta de alimentos [...] a fim de solucionar a fome no mundo, visto que na época se considerava a pobreza, e principalmente a fome, como um problema de produção”⁵⁶³. Porém, além de não acabar com a fome no mundo – visto que esse problema não está na quantidade de alimentos produzidos, mas na desigual distribuição deles – ainda inseriu “os organismos geneticamente modificados, os quais, hoje, dominam boa parte da agricultura e também trouxeram incertezas e preocupações por parte, principalmente, dos consumidores, que temem pela sua saúde com o consumo de organismos transgênicos”⁵⁶⁴.

A Revolução Verde inseriu outro “tipo de fome” – uma fome causada pela qualidade dos alimentos disponíveis e não pela quantidade. Temos nas prateleiras dos supermercados uma variedade de produtos que apresentam rotulagem diferente e marcas diferentes, mas pouca variedade nutricional⁵⁶⁵. Assim:

O refinamento dos alimentos, o “empacotamento” dos mesmos, o crescimento e maturação forçados, o uso de produtos químicos, organismos geneticamente modificados (OGMs), e entre tantas outras transformações vieram para acelerar todos os processos, deixar os alimentos aparentemente

⁵⁶² MAICÁ, Eitel Dias. Sementes. In: CALDART, Roseli Salet et al (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 700.

⁵⁶³ PEREIRA, op. cit., p. 687.

⁵⁶⁴ MENDONÇA, Fernanda Graebin. *Alimentos Transgênicos x Alimentos de Qualidade: os desafios jurídicos para a garantia do direito humano à segurança alimentar*. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=9fa382e159884a63>>. Acesso: 20/02/2019.

⁵⁶⁵ No livro *O Negócio da Comida: quem controla nossa alimentação*, de autoria de Esther Vivas Esteve (São Paulo: Expressão Popular, 2017), é descrito como “avançamos para um mundo com mais alimentos, mas com menor diversidade e segurança alimentar”. Vivemos, além da Revolução Verde, a “Revolução Pecuária”, que nos impõe que carnes temos que consumir. As causas da fome, segundo a autora, são políticas. Contudo, fome também tem um outro lado da mesma moeda: obesidade. Elas são, em conjunto, causadas por um sistema alimentar que causa desnutrição e que beneficia a indústria agroalimentar e os supermercados.

mais bonitos, com maior durabilidade, com maior praticidade (semi-prontos ou prontos) enquanto que a produção natural de cultivares de espécies animais e vegetais reduzem o seu tempo natural de desenvolvimento. [...]”⁵⁶⁶.

Para analisarmos essas mudanças podemos nos deter no exemplo da produção de fumo (tabaco) da forma como é descrita por Zancanaro e como ocorre no presente, após os efeitos da Revolução Verde. Se antes, nessa produção, não se utilizavam agrotóxicos, atualmente, “são usados em média 60 litros de agrotóxicos por hectare dessa lavoura”⁵⁶⁷. Além disso, na descrição, o fumo, como as demais culturas, era consumido pela própria família ou vendido para os vizinhos. Hoje, a produção de fumo no Sul do Brasil ocorre, sobretudo, com controle total das empresas de tabaco, no Sistema Integrado de Produção do Tabaco (SIPT), descrito por alguns autores como servidão moderna⁵⁶⁸, pois:

[...] As atividades são realizadas manualmente, exigindo a execução de movimentos repetitivos e a adoção de posturas forçadas durante longos períodos, que implicam distúrbios osteoarticulares. Exceto durante as etapas de cura/secagem e pré classificação, todas as demais atividades são realizadas sob céu aberto, expondo as pessoas envolvidas às intempéries e ao risco de adoecimento por doenças provocadas pela radiação solar, como câncer de pele. A larga utilização de agrotóxicos, de diversas classes toxicológicas, expõe as famílias produtoras ao risco das intoxicações agudas e crônicas. Os trabalhadores e as trabalhadoras ficam expostos à nicotina presente nas folhas do tabaco, principalmente na época da colheita, o que resulta na doença da folha verde do tabaco. [...].

O Sistema Integrado de Produção do Tabaco (SIPT) regula as relações entre famílias produtoras e as empresas fumageiras, por intermédio de contratos de compra e venda da produção. Por meio desse contrato cabe às empresas a governança das atividades, com fornecimento de insumos (agrotóxicos, fertilizantes etc.), prestação de assistência técnica e classificação final do produto para o pagamento da produção, entre outras obrigações. [...]”⁵⁶⁹.

Assim, nessa nova forma de produção do fumo,⁵⁷⁰ os agricultores, além de estarem sujeitos aos problemas de saúde causados pelos agrotóxicos e pela nicotina, ainda têm sua

⁵⁶⁶ CONTE, Franciéli Aline. Efeitos do consumo de aditivos químicos alimentares na saúde humana. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, nº 181, ano XVI, p. 69-81, 2016, p. 71.

⁵⁶⁷ SANTOS, M; GLASS, V. op. cit., p. 22.

⁵⁶⁸ ALMEIDA, G. E. G. *Fumo: servidão moderna e violação de direitos humanos*. Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

⁵⁶⁹ MARCELO, Moreno dos Reis, et al. Conhecimentos, atitudes e práticas de agricultoras sobre o processo de produção de tabaco em um município da Região Sul do Brasil. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2017, vol. 33. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>.

⁵⁷⁰ Para informações sobre a produção de fumo na atualidade associada ao uso de agrotóxicos, ver: REIS, TROIAN, Alessandra et al. O uso de agrotóxicos na produção de fumo: algumas percepções de agricultores da comunidade Cândido Brum, no município de Arvorezinha (RS). In: SOBER CONGRESSO, 47., 2009, Porto Alegre. *Apresentação oral*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 1-20. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/844.pdf>>. ASCARI, R. A.; SCHEID, M; KESSLER, M. Fumicultura e a

produção limitada pelos interesses das empresas que estabelecem contrato para a venda do produto. A entrevistada explanou uma percepção bastante crítica sobre essas mudanças.

É interessante refletir sobre a razão pela qual Zancanaro conectou a produção de alimentos com a criação de abelha. Será que ela tem conhecimento de que são estes insetos os principais responsáveis pela polinização, tanto dos remanescentes de florestas como de plantas cultivadas? Saberá ela também que a ciência atual aponta o uso de agrotóxicos em larga escala como o causador do desaparecimento de várias espécies de abelhas e que a “[...] segurança alimentar global está ameaçada pelo declínio das abelhas manejadas e pela perda de polinizadores selvagens, no Brasil chamadas de abelhas indígenas sem ferrão [...]”⁵⁷¹? Mas, novamente sua percepção pode estar mais baseada em suas vivências.

Outros pesquisadores, ao lerem a fala de Zancanaro, poderão analisar que ela estava apenas se referindo à produção de mel. No entanto, isso só é possível se não considerarmos a entrevista de forma total, e como a criação de abelhas foi percebida sempre a partir de uma memória afetiva, construída com base no cuidado que seu pai tinha com tal trabalho. Deste modo, a entrevistada relatou que seu pai tentava por várias vezes fazer com que ela o acompanhasse nesse ofício, mas ela não conseguia. Assim, recordou que, depois da morte de seu pai, as abelhas também morreram, já que somente ele possuía a “paciência” necessária para lidar com elas.

Ela seguiu a sua narrativa comparando o trabalho com as abelhas com o trabalho com as vacas: “Mesma coisa com uma vaca brava, se você vai mexer com uma vaca brava e se você ter medo, ela vai atrás, senão ela não vem”⁵⁷². Portanto, para ela, vacas e abelhas precisam ser respeitadas, o que indica uma percepção que não as encara apenas como animais de trabalho, mas como seres vivos que requerem uma atenção e comportamento semelhante ao que se deve destinar aos seres humanos.

utilização de agrotóxicos: riscos e proteção da saúde. *Revista Contexto & Saúde*, 2012(23), 41-50. Disponível em: <<https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/1840>>.

⁵⁷¹ NOCELLI, R. C. F. et al. Riscos de Pesticidas sobre as Abelhas. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/69299/1/Roberta.pdf>>. Acesso: 25/02/2019. Ver também: Pesticidas causam colapso no sistema nervoso de abelhas. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/ncomms2648>. Acesso em: 03/04/2010. Neonicotinoides afetam “GPS” natural das abelhas. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0091364>. Acesso em: 03/04/2020. Abelhas expostas a pesticidas voam menos e mais devagar. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/ece3.5143>. Acesso em: 03/04/2020. Abelhas expostas ao Sulfoxaflor geram menos descendentes. Disponível em: <https://sci-hub.tw/https://www.nature.com/articles/s41586-018-0430-6>. Acesso: 03/04/2020. Glifosato mata bactérias intestinais de abelhas. Disponível em: <https://www.pnas.org/content/pnas/115/41/10305.full.pdf>. Acesso: 03/04/2020.

⁵⁷² ZANCANARO MANICA op. cit., s/p.

Em relação às vacas, sua fala indicou uma relação de afeição que permanece em sua memória: “[...] esses dias eu estava sonhando bem com as minhas [vacas] que vendi por último, parece que eu estava mexendo com tudo elas, digo: - ‘Ai! fiquei faceira’, me acordei, digo: - ‘i! estou na cama, nem tenho vaca nada!’ [rindo]”⁵⁷³. Podemos visualizar essa valorização das vacas também pelo fato dela ter uma fotografia de um desses animais em um porta-retrato na sua estante da sala junto a outros porta-retratos com as fotografias de seus familiares.

Sobre o período quando vivia no campo, Zancanaro afirmou que: “Eu tenho saudade do tempo da roça, parece que era bem mais divertido né!? Bom agora se eu fosse pra ir não aguento mais, fui carpir a horta, foi quarta passada, quando foi quinta não conseguia caminhar”⁵⁷⁴. Nesse trecho, o passado é interpretado como um período melhor, não só pelo seu trabalho com as vacas, mas também pela juventude. Além disso, podemos considerar, ainda, que outrora não havia uma divisão clara entre tempo do trabalho e tempo de lazer, como escreveu E. P. Thompson:

O termo “lazer”, evidentemente, é em si anacrônico. Na sociedade rural em que persistiam a pequena lavoura e a economia doméstica, bem como em grandes áreas da indústria manufatureira, a organização do trabalho era tão variada e irregular que é ilusório traçar uma distinção nítida entre “trabalho” e “lazer”. Por um lado, as reuniões sociais mesclavam-se ao trabalho – o mercado, a tosa das ovelhas e a colheita, o ato de buscar e carregar os materiais de trabalho, e assim por diante, durante o ano todo. Por outro lado, investia-se um enorme capital emocional, não aos poucos numa sequência de noites dias de festivais especiais.⁵⁷⁵

Isso se alterou com o processo de industrialização e a consolidação do capitalismo nos diferentes espaços da sociedade, o que mudou não só a relação do trabalho e do lazer, mas, até mesmo, os espaços de diversão⁵⁷⁶. Entretanto, isso só foi possível a partir de uma série de mecanismos, como: “pela divisão de trabalho, supervisão do trabalho, multas, sinos e relógios, incentivos em dinheiro, pregações e ensino, supressão das feiras e dos esportes – formaram-se novos hábitos de trabalho e impôs-se uma nova disciplina do tempo”⁵⁷⁷. Também podemos considerar como um fator que tornou aceitável essa separação

⁵⁷³ Id. Ibid., s/p.

⁵⁷⁴ Id. Ibid., s/p.

⁵⁷⁵ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 52.

⁵⁷⁶ MELO, Victor Andrade de. Lazer, modernidade, capitalismo: um olhar a partir da obra de Edward Palmer Thompson. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, p. 5-26, janeiro-junho de 2010. p. 20.

⁵⁷⁷ THOMPSON, E. P., op. cit., p. 297.

trabalho/lazer a modernização da agricultura, com sua nova forma de produzir, que buscava a racionalização e a organização do tempo e do espaço no meio rural.

Ela também falou sobre os diferentes lugares em que trabalhou e contou algumas vivências que teve em cada um desses trabalhos, seja tirando leite para vender ou para fazer queijo, enquanto seu marido fazia cerca de arame farpado, ou, ainda, quando cuidava de cabritos soltos que fugiam, ou fazia roça de milho. Em seguida, descreveu quando se mudou pela primeira vez para a casa onde reside hoje, e quando seu esposo quis mudar novamente:

Lurdes Zancanaro: [...] daí ele veio pra casa: “mulher, vamos mudar”, digo: “você vai mudar, você me prometeu que não ia mais mudar e eu recém terminei de arrumar a minha mudança”, 40 dias bem certo nós estava saindo de novo. Daí, brigamos a noite inteira, [ele]: “vai!?”, [ela]: “não vou”, [ele]: “vai mulher, porque nós vamos ganhar dois salários e nós temos as nossas vacas lá e tem não sei o que e o homem é bom e não sei o que”, digo: “eu vou pensar até amanhã cedo”, [...] [ela]: “homem eu não te disse se eu vou ou não vou, eu não estou a fim de ir”, mas eu fazia proposta só pra ver ele bravo, mas daí ele ficou bravo, daí fungava, digo: “tá bom tá pare de fugar que vamos” [rindo]⁵⁷⁸.

Nesse fragmento podemos perceber que Zancanaro, mesmo acolhendo as escolhas de seu marido, ainda assim não deixava de apresentar que também tinha uma opinião e que não atendia de pronto ao que ele propunha para a vida de ambos e dos filhos, mesmo que isso gerasse alguma discussão.

Ainda nessa fala observamos que sua vida, como a de outros trabalhadores agrícolas, foi marcada pelas constantes mudanças para novos lugares em busca de emprego, sendo que grande parte dessas mudanças foram causadas pelos efeitos da modernização da agricultura, o que Pompeu descreveu pela ótica do empresário rural.

Todavia, este trecho é aqui apresentado no intuito de exemplificar que, por mais que uma narrativa esteja sendo estudada dentro de uma pesquisa, ela traz elementos que possibilitam outras análises que não se restringem a um único objetivo de pesquisa. Conforme escreveu Alessandro Portelli:

Por outro, a forma narrativa sempre contém mais camadas de significado, mais caminhos de interpretação do que uma análise lógica, racional. Embora nós não nos abstenhamos de desenvolver hipóteses e de sugerir interpretações, estamos cientes do fato de que o material que apresentamos pode sempre ser lido de outras maneiras⁵⁷⁹.

⁵⁷⁸ Id. Ibid., s/p.

⁵⁷⁹ PORTELLI, op. cit. 2016, p. 20.

A narrativa de Lurdes Zancanaro possibilita pesquisar as transformações na paisagem e como isso alterou, também, a alimentação e a saúde dos seres humanos. Além disso, sua fala possibilita analisar as diferentes vivências de uma trabalhadora do meio rural, como por meio das ligações construídas com os animais, porém, há também em sua narrativa ponderações sobre as diferentes condições deste trabalho, ligadas a diferentes fatores, como o gênero, já que as mulheres tinham um tipo de trabalho e os homens outro.

Assim, a entrevista de Zancanaro Manica é importante por ser ela uma mulher, o que nos permite estudar como as relações de gênero e de trabalho diferentes têm influência em uma percepção diversa sobre as transformações na paisagem.

As percepções analisadas neste capítulo sobre as transformações na paisagem, ainda que expressem aspectos da sociedade em geral, contêm a individualidade de cada sujeito entrevistado.

A partir da fala de Pompeu podemos analisar que, por ser um professor universitário aposentado que tem a sua história de vida e a de sua família ligada à história do município de Cascavel, é considerado um porta-voz autorizado dessa história. Sua narrativa é dotada de elementos que buscam confirmar seu conhecimento sobre os fatos, e, talvez, por isso, suas percepções sobre as transformações na paisagem lembrem em muitos pontos os textos produzidos sobre a história local do município.

Já a fala de Baldo se diferencia da de Pompeu não só por não ocupar esse lugar de destaque no presente como porta-voz da história do município, mas também pelo seu trabalho no passado: suas lembranças são sobre seu trabalho duro e a tentativa de se constituir como “alguém na vida”. Então, é partir de seu trabalho que as transformações na paisagem foram percebidas, mas essas narrativas conservam elementos em comum, como a valorização sobre as ações das madeireiras para as atividades econômicas posteriores no município, como a agricultura.

No entanto, a percepção de Baldo apresenta algumas críticas a essas ações, como a de um uso não racional das árvores derrubadas. Já Pompeu organizou sua narrativa de modo que as ações dos madeireiros no passado teriam sido fundamentais para o presente, seja pela tecnologia usada ou pela ação de extração da floresta.

A fala de Lurdes Zancanaro pode ser pensada como dissonante em relação a essa valorização das ações no passado para um presente melhor. Zancanaro não percebeu o presente como algo melhor: o veneno e a dificuldade em produzir seu próprio alimento foram, em sua percepção, consequências negativas das transformações na paisagem.

No próximo capítulo também analisaremos uma fonte produzida no presente sobre as transformações da paisagem no passado: o acervo eletrônico de fotografias do Museu da Imagem e do Som de Cascavel – MIS. No entanto, essa fonte se diferencia das entrevistas analisadas aqui não só por ser outro formato e suporte de narrativa, mas por ser construída por agentes oficiais.

CAPÍTULO 4 – “AS IMAGENS DA PERCEPÇÃO”: NARRATIVAS VISUAIS SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM

4.1. O ACERVO FOTOGRÁFICO ELETRÔNICO DO MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DE CASCAVEL – MIS

Neste capítulo analisamos o acervo eletrônico de fotografias do Museu da Imagem e do Som de Cascavel – MIS, disponível no *site*: <http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/acervo.php>, com o objetivo de analisar quais são as percepções construídas por este acervo sobre as transformações na paisagem.

O acervo fotográfico eletrônico do Museu da Imagem e do Som de Cascavel passou a existir a partir do projeto de extensão “Ações Para Higienização, Catalogação e Digitalização do Acervo do Museu da Imagem e do Som (MIS) de Cascavel”, vinculado ao Convênio nº. 061/2009 – uma parceria entre a UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) e a prefeitura municipal de Cascavel, no período da gestão do prefeito Edgar Bueno.

O objetivo deste convênio era higienizar, digitalizar e disponibilizar de forma eletrônica o acervo de fotografias existentes no Museu da Imagem e do Som – MIS – do município de Cascavel. Estes serviços foram realizados pela universidade no campus de Marechal Cândido Rondon nas instalações do CEPEDAL (Núcleo de Pesquisa e Documentação Sobre o Oeste do Paraná) e no Laboratório de Microfilmagem e Digitalização de Documentos, do Programa de Pós-Graduação em História.

A equipe de trabalho vinculada à universidade, inicialmente, era integrada pelos professores: Paulo José Koling (coordenador do projeto de bolsa e coord. do Lab. Microf. Dig. de Documentos), Marcos Nestor Stein (diretor do CEPEDAL) e Nilceu Jacob Deitos; pelos agentes universitários Lúcia Teresinha Macena Gregory (CEPEDAL) e Mauro Consa Pequitin (Laboratório de Microfilmagem e Digitalização de Documentos); e pelos acadêmicos do curso de História, estagiários ou bolsistas: Jael dos Santos, Rosana Déa Marques Gonsalves, Daniele Brocardo, Shaieny Philippsen Cardoso e Fabiola Waiss. Com o passar dos anos, a equipe passou por reconfigurações de pessoal.

Já a equipe de trabalho vinculada à prefeitura de Cascavel era formada pela coordenadora do MIS, Silvia Maria Soares do Prado e pelos estagiários do curso de História da UNIPAR – Universidade Paranaense⁵⁸⁰.

⁵⁸⁰ Foi enviado um questionário a coordenação do museu e para o e-mail do museu, com o objetivo de compor esse capítulo, porém não tivemos respostas.

As classificações por *temas; assuntos; galerias*, inicialmente foram elaboradas em conjunto entre as duas equipes de trabalho, porém, ao longo dos primeiros meses de atividade do projeto, ficou acertado que essa seria uma função exclusiva da equipe da prefeitura, cabendo a ela, também, a elaboração das legendas das fotografias. Assim, foi de competência da equipe de trabalho da universidade higienizar, digitalizar e inserir as fotografias no *site*, conforme as descrições predeterminadas pela coordenação do museu, ou, como consta no *site* do museu:

O trabalho de organização das imagens e a identificação das fotos são feitos pela Equipe do Museu da Imagem e do Som - MIS que pesquisa as fontes bibliográficas e orais a respeito da imagem quando não há informações. Depois de identificadas, as fotos são enumeradas, digitalizadas e inseridas as informações e a classificação da foto. Finalizado esse processo, as fotos, organizadas em papel neutro, para conservação das mesmas, são enviadas ao CEPEDAL juntamente com a ficha de descrição.

Já a Equipe do CEPEDAL tem como função, prioritariamente, a higienização, ou seja, processo que consiste na limpeza do material, – extração da poeira, fragmentos de papéis, metais e outros resíduos e então é feita a digitalização, que consiste na conversão do documento impresso em papel para imagens digitais, por meio de um scanner, e seu armazenamento em sistema digital. Ao final da atividade, os documentos são devolvidos ao Museu da Imagem e do Som juntamente com a cópia digital em alta resolução⁵⁸¹.

Desse modo, como será possível verificar ao longo das análises das fotografias, essas classificações e as legendas expõem percepções sobre as transformações na paisagem, bem como sobre outros assuntos – o que é passível de uma análise histórica.

O historiador Jael dos Santos, em seu TCC, intitulado *Museu real/museu virtual: apontamentos sobre o projeto MIS (2009-2011)*⁵⁸², destacou como o objetivo de seu trabalho: “debater alguns problemas concernentes ao projeto de extensão ‘Ações Para Higienização, Catalogação e Digitalização do Acervo Fotográfico do Museu da Imagem e do Som (MIS) de Cascavel’”⁵⁸³, o qual ele nomeia ao longo do texto como Projeto MIS.

No primeiro capítulo, o autor se dedicou a analisar o MIS de Cascavel enquanto um museu, partindo dos diferentes sentidos e funções que os museus receberam nos distintos

⁵⁸¹ Disponível em: <http://www.cascavel.pr.gov.br/secretarias/cultura/subpagina.php?id=799>. Acesso: 04 de outubro de 2019.

⁵⁸² SANTOS, Jael dos. *Museu real/museu virtual: apontamentos sobre o projeto MIS (2009-2011)*. Marechal Cândido Rondon, 2011. 83p. Trabalho acadêmico (TCC) – História, UNIOESTE.

⁵⁸³ Id. Ibid. p. 09.

tempos e espaços. Com base em alguns autores⁵⁸⁴ observou que na era moderna os museus eram espaços que apresentavam a dominação que o homem exercia sobre seus semelhantes e sobre o que considerava diferente, como o meio natural⁵⁸⁵. A partir desse aparato histórico, o autor buscou situar os museus “enquanto expressões de seu tempo e das relações de poder dominantes na sociedade que os projeta e alimenta”⁵⁸⁶.

Santos refletiu, ainda, sobre o aparecimento das novas mídias, principalmente da internet. Junto com elas surgiu uma nova concepção de tempo (fruto do aceleração das experiências humanas, causadas por essas novas mídias, e também como consequência da era moderna, do rompimento do horizonte de expectativa [futuro] com o de experiência [o passado]⁵⁸⁷). Isso vai obrigar os museus, enquanto lugares de memória e ligados ao passado, a repensar suas funções e sua atuação e organização nas sociedades. Para o autor, o projeto de extensão foi uma das soluções encontradas pelo MIS de Cascavel para acompanhar essas mudanças:

O MIS de Cascavel, ao implantar o Projeto MIS, aparenta estar procurando respostas às questões acima elencadas. A alternativa encontrada pela entidade foi convergir às tendências contemporâneas, expondo a sua existência e seu fundo fotográfico na internet⁵⁸⁸.

No segundo capítulo do texto o autor apresentou como se transformou um acervo físico e um acervo virtual e as várias etapas de trabalho do projeto: a higienização das fotografias, a catalogação. Sobre este processo, observou:

A ficha que contém os dados catalográficos foi desenvolvida pela equipe do Museu da Imagem e do Som de Cascavel e contém elementos como: data da imagem, tema, assunto, galeria, créditos, doador, gestão (prefeitos), tipo da imagem (colorida ou não), identificação, tamanho da foto e sua descrição. Esses dados são importantes não somente nessa etapa, mas também na inserção das imagens na internet, pois tais informações constam ao lado das imagens quando essas são acessadas na página do projeto⁵⁸⁹.

A próxima etapa de trabalho descrita foi a digitalização, realizada no Laboratório de Microfilmagem e Digitalização ligado ao Programa de Pós-graduação em História. O autor

⁵⁸⁴ TAMANINI, Elizabete. Descobrir, Coletar, Preservar: Aspectos da historiados museus. *Cadernos do CEOM*. Ano 14 n. 12, p. 107-132. UNOESC – Chapecó, junho de 2000. SUANO, Marlene. *O que é museu?* São Paulo: Brasiliense, 1986, Coleção Primeiros Passos, 182.

⁵⁸⁵ SANTOS, op. cit., p. 15.

⁵⁸⁶ Id. Ibid., p. 75.

⁵⁸⁷ KOSELLECK, op. cit., p. 317.

⁵⁸⁸ SANTOS, J. op. cit., 2011, p. 26.

⁵⁸⁹ Id. Ibid., p. 37.

explica de forma detalhada como era elaborado esse processo e como, a partir dele, era realizada uma classificação por pasta e por fotografias. Podemos entender isso a partir do exemplo: MIS0001_S1_01_B, no qual MIS corresponde à identificação do projeto, 0001 ao número da pasta, S1 ao número de escâneres – que poderia envolver até 3 processos de digitalização –, 01 o número da fotografia e, por fim, o formato salvo do arquivo: “B” para baixa resolução e “A” para alta⁵⁹⁰.

Em seguida, escreveu que a “última etapa técnica corresponde à inserção das fotografias no servidor da Prefeitura Municipal de Cascavel para que essas sejam disponibilizadas aos pesquisadores e ao público em geral”⁵⁹¹. O autor observou que essa foi a etapa com maior número de problemas. Por exemplo: “[...] Houve casos nos quais dois computadores não podiam trabalhar ao mesmo tempo, pois as informações lançadas em cada fotografia se cruzavam”⁵⁹².

Santos explicou, ainda, em um item do texto, como foi realizado o acesso ao acervo eletrônico, de forma detalhada, e como esse acervo foi organizado no formato “cascata”. Para exemplificar essa organização o autor elaborou um quadro, reproduzido abaixo:

⁵⁹⁰ Id. Ibid., p. 43.

⁵⁹¹ Id. Ibid., p. 44.

⁵⁹² Id. Ibid., p. 45.

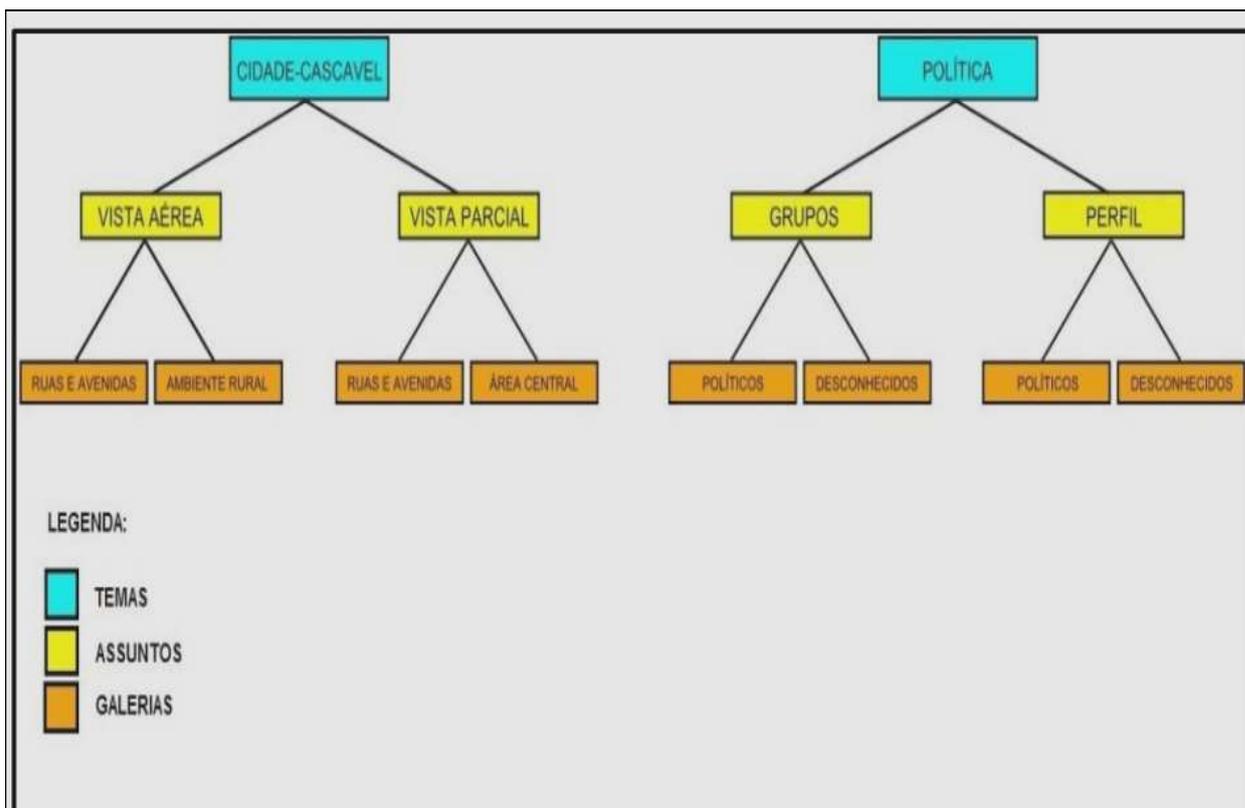


Figura 18. Ilustração do sistema “cascata”

Fonte: SANTOS (2011).

FIGURA 1: Organização do Acervo eletrônico do Museu da Imagem e do Som.

Fonte: SANTOS, Jael dos. *Museu real/museu virtual: apontamentos sobre o projeto MIS (2009-2011)*. Marechal Cândido Rondon, 2011. 83 p. Trabalho acadêmico (TCC) – História, UNIOESTE. p. 46.

Esse capítulo foi encerrado com um item sobre os resultados do projeto de extensão e sobre sua importância, como o aumento da “vida útil das imagens fotográficas” e o acesso facilitado para pesquisas e para o ensino⁵⁹³. No entanto, também foram apresentadas algumas problemáticas do projeto. Como exemplo temos a falta de documentos de outras naturezas: áudios, vídeos, mapas, textos, entre outros⁵⁹⁴.

No terceiro e último capítulo, Santos buscou pesquisar os “enquadramentos de memória presentes na coleção eletrônica do MIS de Cascavel”, principalmente a partir das “categorias contidas no acervo eletrônico, ‘política’ e ‘pioneiros’”⁵⁹⁵.

O autor observou, dentro das categorias escolhidas para análise, que o tema “política” foi o mais polêmico, sendo “alterado em vários momentos”, pois, enquanto a equipe de trabalho ligada à universidade entendia isso com a “acepção de que política é toda e qualquer experiência social que envolva a socialização de indivíduos, independente do local ou tempo”,

⁵⁹³ Id. *Ibid.*, p. 51.

⁵⁹⁴ Id. *Ibid.*, p. 52.

⁵⁹⁵ Id. *Ibid.*, p. 11.

a coordenação do museu, ligada à prefeitura, definiu que “‘a comunidade’ de Cascavel se localizaria de modo mais apropriado na busca pelas imagens se houvesse mais destaque para a cronologia das gestões administrativas (sequência de Prefeitos)”⁵⁹⁶.

O trabalho realizado por Santos, apesar de estudar outros elementos sobre o acervo *eletrônico* do Museu da Imagem e do Som de Cascavel, é importante para compreendermos como esse acervo foi construído e organizado – de acordo com os preceitos da administração pública de Cascavel – e quais eram seus objetivos. Para Santos:

O acervo eletrônico do MIS de Cascavel se apresenta como histórico. Assim é pela proposta que enseja: abrigar e conservar um conjunto de fotografias que retratem cenas do passado de Cascavel. A sua posição institucional o tensiona [sic] a oferecer ao usuário do site vetores de memória de ordem coletiva para o município de Cascavel, orientadas a ressaltar aspectos muito bem determinados da trajetória pública e econômica do local⁵⁹⁷.

Segundo o autor, o museu, a partir da execução do projeto de extensão, buscou “expor uma dimensão visual, fotográfica, da história do município de Cascavel e da região oeste do Paraná na internet”⁵⁹⁸. No entanto, o que foi exposto, e, portanto, construído para a história desse município, não foi somente visual. Essa elaboração também ocorre pelas legendas que acompanham as imagens e pela escolha dos *Temas* em que são agrupadas. Deste modo, realizaremos a análise de algumas imagens que apresentam as transformações na paisagem, suas respectivas legendas e classificações.

Outra questão é a patrimonialização das imagens. As fotografias pertencentes ao acervo do MIS têm seu significado alterado ao fazerem parte deste conjunto. O sentido de sua produção permanece diverso de seu enquadramento no presente. Podemos pensar que até mesmo seu gênero fotográfico foi alterado: fotorreportagens passam a ser imagens políticas e álbuns de família passam a compor a história que se quer construir para município, ou seja, o significado do passado atribuído a estas imagens foi muitas vezes completamente alterado pela organização do *site* do museu no presente.

Podemos considerar, ainda, que há, por exemplo, muita diferença entre um arquivo de registros escritos e de registros visuais:

[...] Como não pertencem à categoria de documentos criados para representar ações com valor jurídico ou legal, não apresentam traços que permitam sua classificação de acordo com uma natureza oficial. Uma vez produzidos,

⁵⁹⁶ Id. *Ibid.*, p. 61-62.

⁵⁹⁷ Id. *Ibid.*, p. 60.

⁵⁹⁸ Id. *Ibid.*, p. 56.

podem integrar diversas espécies ou tipos de documentos, ou ser utilizados separadamente, de acordo com os objetivos previstos. Admitem reprodução em novas séries de cópias para outros usos que não o original, aquele responsável pela sua primeira aparição. Por fim, podem ser arquivados sob lógica específica, em total desacordo com a aplicada ao restante do conjunto documental produzido pelo titular do arquivo⁵⁹⁹.

Assim, podemos supor que as imagens que agora compõem o acervo eletrônico do MIS de Cascavel tiveram sua originalidade alterada ao fazer parte deste arquivo. Elas receberam um novo caráter de acordo com as escolhas realizadas nas classificações em *temas*, *assunto* e *galerias*, e também a partir das descrições que as acompanham.

4.1.1 A pesquisa com o acervo eletrônico de fotografias

O acervo é organizado no site em *Temas* gerais, depois em *Assuntos* e, por fim, em *Galerias*. Realizamos uma seleção dos *Temas* intitulados: “Atividades econômicas” (448 fotos); “Ciclo da madeira” (17 fotos); “Cidade-Cascavel” (3480 fotos); “História” (32 fotos); “Meio ambiente” (23 fotos); “Transportes” (163 fotos) e “Sociedade” (567). A escolha destes temas foi feita por congregarem as fotografias que representam as transformações que ocorrem na paisagem a partir da ação de madeireiras ou da agricultura.

⁵⁹⁹ LACERDA, op. cit., p. 56.

ACERVO do Museu de Imagem e do Som	
Temas	Nº
ARQUITETURA	(33)*fotos
ARTES PLÁSTICAS	(902)*fotos
ARTES VISUAIS	(60)*fotos
ATIVIDADES ECONOMICAS	(448)*fotos
CARNAVAL	(414)*fotos
CICLO DA MADEIRA	(17)*fotos
CIDADANIA	(10)*fotos
CIDADE-CASCADEL	(3480)*fotos
CIDADES PARANAENSES	(173)*fotos
COMÉRCIO	(709)*fotos
COMUNICACAO	(54)*fotos
CONCURSO	(1)*fotos
CONE SUL	(18)*fotos
CONVITE	(2)*fotos
CULTURA	(4665)*fotos
DESENVOLVIMENTO	(1)*fotos
DESFILES	(40)*fotos
EDUCACAO	(1160)*fotos
ESPACO PUBLICO	(13)*fotos
ESPORTE	(608)*fotos
EVENTOS	(16)*fotos
EXPOSIÇÃO AMAZONICA	(9)*fotos
EXPOSIÇÃO DE ARTES	(10)*fotos
EXPOSIÇÃO MENNA BANETA	(28)*fotos
EXPOSIÇÃO SIRLEI SALVADORI	(13)*fotos
EXPOSIÇÃO SUITE VOLARE	(0)*fotos
HISTORIA	(32)*fotos
INDUSTRIA E COMÉRCIO	(3799)*fotos
INSTITUICAO MILITAR	(139)*fotos
MEIO AMBIENTE	(23)*fotos
MILITARES	(135)*fotos
MOSTRA DE ARTES	(22)*fotos
MUNICIPIO	(5)*fotos
OUTRAS CIDADES	(4)*fotos
OUTROS ESTADOS	(32)*fotos
OUTROS PAISES	(2)*fotos
PERFIL	(14)*fotos
PIONEIROS	(741)*fotos
POLÍTICA	(4933)*fotos
RELIGIAO	(66)*fotos
SALÃO DE NEGÓCIOS	(13)*fotos
SAUDE	(13)*fotos
SECRETARIA DE CULTURA	(8147)*fotos
SOCIEDADE	(567)*fotos
TRANSPORTES	(163)*fotos
USINA	(33)*fotos
VISTAS DE CASCADEL	(22)*fotos

QUADRO 1: Página inicial do *site* do acervo do Museu da Imagem e do Som, com destaque em vermelho para os *temas* que englobam fotografias selecionadas para análise.
Disponível em: <http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/acervo.php>. Acesso: 16/04/2019.

ACERVO do Museu de Imagem e do Som	
Titulo: ATIVIDADES ECONOMICAS	
Assuntos	Nº
INDUSTRIA E COMERCIO	(394)*fotos
EVENTOS	(31)*fotos
POLICIA CIVIL	(0)**fotos
OUTRS	(0)*fotos
OUTRAS MODALIDADES	(0)*fotos
AGRICULTURA	(23)*fotos

QUADRO 2: Acervo do Museu da Imagem e do Som, destaque para os *assuntos* que foram selecionados para análise e endossam o *tema*: “Atividades econômicas”. Disponível em: <http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/acervo.php>. Acesso: 16/04/2019.

A partir da seleção desses *Temas* é realizada a seleção por *Assuntos*. No exemplo apresentado na imagem acima, a partir dos *Temas* “Atividades econômicas”, foram escolhidas para a análise as fotografias relacionadas às classificações dos *Assuntos*: “Indústria e Comércio” e “agricultura”. Em seguida, a seleção é por *Galerias*, como no exemplo da imagem abaixo, a *Galeria* “Zona rural”, que pertence ao *Assunto*: “agricultura”.

ACERVO do Museu de Imagem e do Som	
Titulo: ATIVIDADES ECONOMICAS	
Sub título: AGRICULTURA	
Galerias	Nº
ZONA RURAL	(23)*fotos

QUADRO 3: Acervo do Museu da Imagem e do Som, com destaque para a galeria: “Zona rural”, que está inserida no assunto: “Agricultura”. Disponível em: <http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/acervo.php>. Acesso: 16/04/2019.

Toda essa seleção leva em consideração as ações de transformação na paisagem realizadas pelas madeireiras e pela agricultura. No entanto, ela também é realizada no intuito de evidenciar, de forma geral, como o acervo apresenta essas transformações, ou seja, qual é a percepção que o acervo constrói através das imagens, da sua organização e descrição.

Devemos considerar que grande parte do acervo do museu não tem como objetivo apresentar as transformações na paisagem. Do total de 32.995 imagens⁶⁰⁰, o tema com maior número de fotos é “secretaria de cultura”, com 8390 fotos. Neste tema estão inseridos registros de variados eventos culturais organizados pelo município de Cascavel. De tal modo, o maior

⁶⁰⁰ Disponível em: <http://www.cascavel.pr.gov.br/servicos/museu/acervo.php>. Acesso: 21/10/2019.

objetivo do acervo parece ser apresentar as realizações das várias gestões de prefeitos mais que qualquer outro elemento da história do município.

Essa valorização das gestões dos prefeitos também é construída através dos campos de identificação das imagens, pois, se uma fotografia possui a data definida de sua produção, é imediatamente relacionada à gestão de um dos prefeitos. Mesmo que a imagem não tenha qualquer relação com as ações da prefeitura, a partir do acervo passa a ser relacionada a uma gestão.

No entanto, por mais que não seja o objetivo principal do acervo fazer uma descrição sobre as transformações na paisagem, é possível analisar esses elementos. O acervo estabelece percepções sobre as transformações que ocorrem na paisagem através da forma como foram classificadas as imagens e por meio de suas legendas.

Para além da organização do acervo, em nossa análise levamos em consideração as seguintes reflexões de Vânia Carvalho:

A imagem deverá ser compreendida como um conjunto articulado de categorias e esquemas de percepção. Ela não é espelho do real, nem puro reflexo de outros níveis do sistema. A imagem tem uma função ativa – produzir representações. A mentalidade capitalista, portanto, não se define apenas como um conjunto abstrato de valores e normas, como um espírito sem corpo. Ela possui um rosto, ou melhor, vários rostos e não há motivo para não querermos conhecê-los.⁶⁰¹

4.2. UM MUSEU DAS IMAGENS

4.2. 1 A Natureza como Atividades Econômicas

A coleção eletrônica do MIS possui, atualmente, 448 fotos inseridas no tema “Atividades econômicas”, e 394 dessas fotos estão no assunto “indústria e comércio”; 23 fotos no assunto “agricultura”; e o restante, 31 fotos, agrupam o assunto “eventos” – que não será analisado por apresentar fotografias que não abarcam o objetivo da pesquisa.

No assunto “indústria e comércio”, as galerias com maior número de fotografias são, em ordem: 1º “Lojas” (87 fotos, que não serão analisadas – esse número elevado de fotografias se justifica pela categoria ser muito ampla); 2º “Serraria” (59 fotos); 3º “Madeireiras” (44 fotos); 4º “Fábricas” (39 fotos); e 5º “ferroeste” (34 fotos). Esse assunto também é constituído por

⁶⁰¹ CARVALHO, Vânia Carneiro de. A representação da natureza na pintura e na fotografia brasileiras do século XIX. In: FABRIS, Annateresa (Org.). Fotografia: usos e funções no século XIX. São Paulo: Edusp, 1998, p. 201.

outras galerias, que não serão, contudo, consideradas neste estudo (e que possuem inferior número de fotos). Já o assunto “agricultura” é constituído por uma única galeria: “zona rural”, na qual estão todas as 23 fotos.

Dentro destas classificações analisamos as galerias: “Serrarias”, “Madeireiras” e “Zona rural”, e, por conseguinte, as fotografias assim classificadas, que possibilitam analisar as representações sobre as transformações na paisagem.

Começaremos nossa análise com as classificações “madeireiras” e “serrarias”. Enquanto madeireira é definida como: “Empresa que se dedica à exploração industrial e/ou comercial da madeira”, serraria é o: “Estabelecimento industrial aparelhado para serrar toros; engenho de serra”⁶⁰². Assim, a partir destas definições, talvez a maior diferença entre ambas seja a comercialização, o que faz sentido, pois, ao olharmos para as fontes sobre o município de Cascavel, a maior diferença entre elas estava na exportação pelo porto fluvial de Foz do Iguaçu. O que definiríamos como serraria, normalmente, vendia suas madeiras, já cortadas, para empresas maiores exportarem para fora do país.

Diante disso podemos perguntar: por que foi criada uma galeria “madeireiras” e outras “serrarias”? Será que essas imagens poderiam ser inseridas juntas? Observando as imagens das duas galerias percebemos que ambas apresentam imagens muitas vezes semelhantes, como: de caminhões carregados de madeira, pessoas trabalhando na serra fita etc. Entretanto, há outras imagens que se diferenciam. Possivelmente, quem criou essas galerias estivesse o objetivo de separar a serraria, onde as árvores são transformadas em tábuas, do restante da produção madeireira, com os outros processos: corte das árvores, exportação, transporte etc.

⁶⁰² MICHAELIS: *dicionário escolar língua portuguesa*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2008. p. 537; p. 790.

ACERVO do Museu de Imagem e do Som	
Título: <u>ATIVIDADES ECONOMICAS</u> Sub título: <u>INDUSTRIA E COMERCIO</u> Galeria: <u>MADEIREIRAS</u>	
Foto	Descrição / Legenda
	Pinheiro
	Cartão de boas festas e feliz ano novo - pinheiro do Paraná
	Homens posando para foto ao lado de caminhão Ford carregado de toras
	Caminhão de Francisco Bento carregado de toras
	Serraria, estopadeira de madeira, homens trabalhando.

Imagem 3: Acervo do Museu da Imagem e do Som, com destaque para a galeria “madeireiras”. Disponível em: <http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/acervo.php>. Acesso: 16/04/2019.

ACERVO do Museu de Imagem e do Som	
Título: <u>ATIVIDADES ECONOMICAS</u> Sub título: <u>INDUSTRIA E COMERCIO</u> Galeria: <u>SERRARIA</u>	
Foto	Descrição / Legenda
	Vista aérea de serraria
	Locomóvel da serraria, sistema para cortar as madeiras
	Serraria, ao lado caminhão carregado com toras
	Vista aérea de uma serraria, o ciclo da madeira ao mesmo tempo que ajudou no desenvolvimento de Cascavel, desmatou várias áreas de mata nativa sem a preocupação ambiental de replantar.
	Serraria com toras a serem cortadas e madeiras empilhadas para o comércio

Imagem 4: Acervo do Museu da Imagem e do Som, com destaque para a galeria “Serraria”.
 Fonte: Disponível em: <http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/acervo.php>. Acesso: 16/04/2019.

Possivelmente, isso também explique a razão de as imagens 5 e 6 (apresentadas abaixo) estarem na galeria “madeireiras”:



Imagem 5: Imagem Galeria “Madeireiras”.

Disponível em: <http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/acervo.php>. Acesso: 02/08/2019.



Imagem 6: Imagem Galeria “Madeireiras”.

Disponível em: <http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/acervo.php>. Acesso: 02/08/2019.

Estas imagens apresentam pinheiros. A primeira fotografia foi edificada com um ângulo de baixo para cima, que faz com que essas árvores pareçam gigantescas. A segunda imagem é um cartão de boas festas, que foi apresentado a alguém (o que conseguimos saber pela escrita em caneta).

Sylvia Caiuby Novaes escreveu sobre a relação da fotografia com a pesquisa etnográfica:

O ato de fotografar implica empatia e certamente intersubjetividade. É muito difícil fotografar em ambientes a que não pertencemos sem que se estabeleça uma relação de confiança, intimidade e empatia. A câmera é, por outro lado,

um instrumento que obriga à observação atenta, um olhar sensível e, de certo modo desnaturalizado. Tal como em toda boa pesquisa, para fotografar é preciso estranhar – ou desnaturalizar o olhar – e ao mesmo tempo se aproximar. Distância e proximidade são ingredientes fundamentais da boa etnografia e igualmente da fotografia. Fotografar implica igualmente um tipo de conhecimento que não passa pela palavra, mas muito mais pela sensibilidade do olhar, pela intuição, pela capacidade de estar no lugar certo na hora certa, pela sensibilidade de colocar o corpo (e a câmera a ele acoplada) na correta distância. Fotografar implica a boa relação que se consegue estabelecer com as pessoas que fotografamos. É igualmente importante no ato de fotografar decidir o que estará em foco e o que estará desfocado, ou se tudo que a foto mostra estará em foco. Se a boa pesquisa implica um recorte adequado, este é também um dos elementos centrais de toda a boa foto: o que ela recorta da ampla realidade e dá a ver. Tanto na fotografia como na pesquisa antropológica, a menor abertura permite uma maior profundidade de campo⁶⁰³.

Podemos ponderar que, para ser captada a imagem de uma árvore, há, ao mesmo tempo, a construção de uma aproximação e de um estranhamento com ela. De tal modo, tanto quem produziu a primeira imagem como quem presenteou com o cartão percebia o pinheiro como algo importante e/ou belo. Não obstante, o que não podemos saber é se essas características foram compreendidas de igual forma pelos funcionários do museu.

A percepção que o acervo do MIS constrói, ao inserir essas imagens na galeria “madeireiras”, é que os pinheiros seriam parte da cadeia de produção das madeireiras – só existiriam para tanto. Então, nessa percepção, se os pinheiros eram belos ou importantes para serem fotografados, só poderiam ser como uma matéria-prima, um recurso econômico.

Essa não é a única percepção construída pelo acervo do MIS⁶⁰⁴ nessa galeria. Vejamos, a partir da análise da imagem a seguir:

⁶⁰³ NOVAES, Sylvia Caiuby. O silêncio eloquente das imagens fotográficas e sua importância na etnografia. *Cadernos de Arte e Antropologia*, vol. 3, nº 2, p. 57-67, 2014. p. 63-64.

⁶⁰⁴ Observaremos outras percepções do acervo de forma contraditória. Questão da terra, protestos, MST.



Imagem 7: Imagem Galeria “Madeireiras”.

Fonte: <http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/acervo.php>. Acesso: 02/08/2019.

Há uma percepção diferente na descrição da imagem 7, em que se afirma: “mata depredada devido a atividade de extração das madeireiras”. A palavra depredação traz o significado que algo foi destruído e/ou roubado. As árvores nesta descrição não são objetos pertencentes às madeireiras, elas têm o valor de uma riqueza e/ou um patrimônio que fora subtraído.

Entretanto, podemos avaliar que a intenção de quem produziu a imagem não era mostrar a vegetação (ao contrário das fotografias 5 e 6), já que no primeiro plano estão seis homens e um cachorro. Cinco destes estão sentados sobre uma espécie de viga de madeira, da qual não vemos as extremidades de nenhum dos lados. O que essa fotografia mostra são os homens que cruzaram as pernas, em sinal de imponência e/ou descanso, e só poderia realizar esse gesto que dominou o meio ao seu redor, a ponto de tornar uma árvore um assento. É interessante observar que o único homem que não se sentou sobre a viga, nem cruzou as pernas, foi o mesmo que abraça um cachorro. Além disso, ele é o único que tem os pés descalços e se sentou no chão, o que expressa outra relação com meio e com as demais pessoas retratadas.

Já a imagem de número 8 apresenta um homem e uma mulher ao fundo em um prédio. Mas estes não foram descritos na legenda, nem há qualquer referência a uma “depredação” da vegetação. Observemos:



Imagem 8: Imagem Galeria “Madeireiras”.

Fonte: < <http://www.cascavel.pr.gov.br/servicos/museu/acervo.php>>. Acesso: 02/08/2019.

O que se escolheu para ser descrito na legenda foi a indústria Imapar, seus proprietários⁶⁰⁵ e o caminhão. Podemos avaliar que a intenção de quem produziu essa imagem não consistia em mostrar essas pessoas, já que da mulher podemos ver apenas contornos e do homem apenas uma parte, embora, neste último caso, possivelmente isso se deva à deterioração da imagem, causada pelo tempo. Essa foto, segundo o MIS, fora produzida no ano de 1946.

O que mais podemos observar nesta fotografia? Um prédio, uma parte de uma árvore, um muro e um caminhão carregado de madeira, sendo esta última cena recorrente em muitas imagens, tanto na galeria “madeireiras” como na “serraria”. Essa valorização sobre as imagens de caminhões ocorre pelo papel que essa tecnologia teve no processo de transformação da paisagem, como foi analisado no primeiro capítulo.

Contudo, por que a Imapar foi mencionada na descrição? Quiçá seja pelo nome gravado na lataria do caminhão: “Lupion”. Contudo, é provável que a Imapar e seus proprietários sejam descritos pelas suas ações nas transformações na paisagem e pela importância que lhe é atribuída na história do município de Cascavel.

⁶⁰⁵ Moisés Lupion teria sido o proprietário até o ano de 1948, depois Renato Festugatto, Flavio Azanburjo Marder e Florêncio Galafassi.

Como informamos no primeiro capítulo desta tese, a Imapar (Industrial Madeireira do Paraná) foi a maior empresa madeireira a atuar na região. Lupion⁶⁰⁶, que é apontado na foto como um dos seus proprietários, foi governador do Paraná em dois mandatos (1947-1951 e 1956-1961). Também foi senador (1955-1956) e deputado federal (1963-1964). No livro sobre a sua vida há as seguintes informações:

Os Lupion iniciam a diversificação industrial. 1.942 é um ano de excelentes resultados financeiros para os Lupion. David [seu irmão] viaja à Argentina onde compra uma propriedade (3 fazendas) da família do Sr. Domingos Barthe. A propriedade fica em Cascavel e é composta de três áreas grandes com 28.600 alqueires e um milhão e oitocentos mil pinheiros. As propriedades denominam-se São Domingos, Piquiri, Centralito e La Paz. [...] Montamos três serrarias em Cascavel, uma em Centralito, a segunda em São Domingos e a terceira em Piquiri. Começamos a serrar madeiras com uma tro e fazíamos tábuas para exportar para a Argentina. Em Foz do Iguaçu tínhamos um porto 12 alqueires (Porto Lupino), hoje Industrial Madeiras do Paraná de Renato Festugatto.⁶⁰⁷

Além dessas propriedades, são citadas outras em diferentes regiões do estado do Paraná e até mesmo em outros estados, como: “[...] em Jaguaré (São Paulo). Esta era uma propriedade ao lado do Instituto Nacional do Pinho, num numa [sic] área de 32 mil metros quadrados e cinco barracões de 20X70”⁶⁰⁸. Devido à quantidade de bens acumulados pela família Lupion, o autor do livro se refere ao “Império Lupion”.

Também fora adquirida a fazenda Andradas, com 134.753. 375 m², de Domingos Barthe. Segundo o relatório de Benjamim Mourão (engenheiro civil que organizou o laudo de Avaliação de M. Lupion & Cia para o Banco do Brasil) nas três fazendas (La Paz, Andradas e Piquiri) estimava-se, por baixo, a quantidade de “1.300.000 pinheiros, além de pelo menos

⁶⁰⁶ “[...] Durante sua segunda administração estadual, agravaram-se os conflitos agrários no Paraná, pois os lavradores se recusavam a deixar as terras em que trabalhavam, organizando a resistência armada aos pistoleiros contratados por algumas empresas. Essa luta resultou em sucessivos levantes em municípios da região sudoeste do estado, como Francisco Beltrão, Pato Branco, Santo Antônio e Capanema. Na condição de proprietário da Citla, Lupion foi envolvido diretamente nesses conflitos, sendo acusado pela imprensa e por parlamentares opositoristas de utilizar a Força Pública do estado em auxílio à ação violenta das empresas imobiliárias.[...] Em 1961, Lupion foi substituído no governo estadual por Ney Braga, que expediu contra ele vários mandados de prisão, acusando-o de corrupção. O ex-governador exilou-se então na Argentina, retornando ao Brasil em 1962, ano em que foi eleito deputado federal pelo Paraná na legenda do PSD. Exerceu o mandato entre junho de 1963 e abril do ano seguinte, quando, em decorrência das mesmas acusações de corrupção, teve o mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos com base no Ato Institucional nº 1 (AI-1), baixado pelo governo formado após a deposição do presidente João Goulart. Recuperou seus direitos políticos em 1974. Disponível: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/moisés-lupion-de-troya>. Acesso:19/01/21.

⁶⁰⁷ VAZ, Raul. *Moisés Lupion – A verdade*. Curitiba: Publicações Paratodos, 1986, p. 65-66.

⁶⁰⁸ Id. *Ibid.*, p. 66.

131 mil outras árvores de porte, com cedro, ipê, peroba entre outros”⁶⁰⁹, que, posteriormente, foram exploradas pelas empresas dos Lupion e pela Imapar.

Outras estimativas sobre a exploração da floresta pela Imapar são encontradas em entrevistas presentes na revista *Pitoco* de abril de 2019. Segundo Renato Festugato Neto, a área que a Imapar possuía era de 87 mil hectares (entre Catanduvas e Santa Tereza do Oeste – espaço que era formado pelo atual município de Cascavel e partes dos municípios de Corbélia e Guaraniaçu). Neste espaço, a empresa teria explorado 387 mil pinheiros para exportação⁶¹⁰. Já o filho de Florêncio Galafassi, Dercio Galafassi, em entrevista à mesma revista, falou em 500 mil e 600 mil pinheiros na área da Imapar⁶¹¹. Não temos como saber se esses dados são corretos, já que, segundo Festugato Neto, os arquivos que foram guardados pelo seu avô sobre a Imapar se perderam com um incêndio. Não obstante, o que sabemos é que esta empresa teve participação ativa na exploração das florestas da região, e que, mesmo em área que não era de sua propriedade, ela explorava o pinheiro através de contratos com os agricultores, ou seja, ação ativa na transformação na paisagem.

Outra imagem que nos possibilita uma ampla reflexão foi inserida na galeria serraria.



Imagem 9: Imagem Galeria “Serraria”.

Fonte: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/acervo.php>>. Acesso: 31/07/2019.

⁶⁰⁹ Id. Ibid., p. 74.

⁶¹⁰ EDUARDO, Jairo. Pinhão Bilionário. *Pitoco*, Cascavel, ano XXIII, Nº 2193, p 04-14. 19 de abril de 2019. <https://www.pitoco.com.br/arquivos-pitoco>. p. 08.

⁶¹¹ Id. Ibid., p. 12.

A imagem foi doada pela SEMUC – a extinta Secretaria de Cultura de Cascavel –, o que significa que provavelmente essa fotografia fora realizada por um fotógrafo oficial do município. Ela não tem uma data definida. Por isso, a categoria “GESTÃO” é nomeada como indefinida. Outras informações que temos sobre essa imagem são sua cor – preto e branco (P/B) – e seu tamanho – 23x17. Apesar de o identificador ser desconhecido, ela possui uma descrição (ou legenda) bastante extensa quando comparada com outras imagens.

Essa imagem apresenta três partes que integram a cadeia produtiva da serraria. Podemos ver, em primeiro plano, uma construção grande, rodeada por pequenas construções e madeiras empilhadas, ou seja, a serraria em si, rodeada pelas casas de seus funcionários e as toras de árvores já derrubadas. Já em segundo plano há uma pequena quantidade de árvores, espaçadas uma das outras. O que domina esse plano da imagem é a “terra vazia” ou pronta para o cultivo da agricultura. Ao fundo, distante como um espectro, há o que resta de um aglomerado de uma vegetação e, um pouco à frente, há fumaça. Podemos conjecturar que a intenção de quem produziu essa imagem não estava nessa vegetação, mas em mostrar a “grandeza” das realizações das serrarias.

Ao analisarmos o acervo do MIS temos a constatação de uma ausência. Não encontramos fotografias que representassem a “‘natureza selvagem’, isto é, não organizada pelo homem”. O meio natural, quando retratado, está relacionado à dominação humana: caça, pesca, as ações das madeireiras ou da agricultura e “paisagem urbanas”. Podemos observar isso nas imagens e/ou na organização do acervo eletrônico que o museu faz, como no exemplo das imagens 5 e 6, que, mesmo representando árvores de pinheiros, foram inseridas na galeria “madeireiras”.

Vânia Carneiro de Carvalho, em seu estudo sobre a pintura e fotografia brasileiras do século XIX⁶¹², observou:

Parte significativa da produção fotográfica mostra-se comprometida com a construção de uma imagem do país compatível com o universo capitalista. A montagem da nova imagem dá-se por duas vias interdependes [...].

- a imagem da urbanização, em que a natureza adquire função simbólica e decorativa;
- a imagem da produção. A natureza, nesse caso, adquire interesse fotográfico na medida em que está engajada no processo produtivo.⁶¹³

Dentro deste contexto do século XIX a autora destacou as fotografias de ferrovias como os símbolos mais expressivos dessas representações. As fotografias de ferrovias evidenciam a

⁶¹² CARVALHO, op. cit, 1998, p. 205-206.

⁶¹³ Id. Ibid., p. 217.

presença de indústrias em um país agrícola, algo que se assemelha à imagem da serraria. Outro elemento que possibilita uma comparação entre as duas imagens é ambas buscarem extinguir “o ‘exótico’ e ‘provinciano’ da sua natureza, transformando-a em imagem de progresso, de domínio do processo produtivo, em prova documental da prosperidade que o país poderia oferecer, em resumo, transformando a natureza em imagem-mercadoria”⁶¹⁴.

A partir de estudos sobre as fotorreportagens tomamos conhecimento de como elas são lidas, não só pelas imagens, mas também pelas legendas e títulos que lhe são atribuídos pelo periódico em que foram inseridas. O mesmo podemos avaliar das fotografias inseridas no acervo eletrônico do MIS. O resultado é a amarração entre a imagem e o texto, que é realizado pela direção do museu através da construção das legendas e da galeria em que é inserida. Assim, a leitura da imagem está condicionada ao sentido atribuído ao texto das legendas, que busca lhe impor a leitura adequada⁶¹⁵.

Quando analisamos a descrição com a imagem podemos perguntar onde está o “desenvolvimento” mencionado como fruto das ações do chamado “ciclo da madeira”? A partir de outras percepções, semelhantes a essa, podemos aferir que isso é entendido como a terra pronta para o cultivo agrícola, portanto, seria a agricultura o resultado deste “desenvolvimento”, visualizado no segundo plano da imagem.

Contudo, esse “desenvolvimento” da agricultura só foi possível pelo desmatamento. Destarte, entramos na segunda percepção que aparece na descrição sobre as ações do “ciclo da madeira”, segundo a qual as serrarias ou as madeireiras desmataram sem “a preocupação ambiental de replantar”. Essa percepção nos suscita realizar outras perguntas. Primeiro, as serrarias teriam “preocupação ambiental”? E se tivessem, teriam garantido o “desenvolvimento” entendido como sinônimo de agricultura? E, por fim, se o “ciclo da madeira”, ao invés de garantir o espaço para a agricultura, tivesse replantado árvores, essas seriam uma vegetação com espécies nativas como aquela que pouco aparece na foto?

Não temos respostas para tais questões, mas elas permitem problematizar as imagens e suas descrições. O museu classifica tanto as madeireiras como as serrarias enquanto atividades econômicas. Essas atividades, dentro do sistema capitalista, apresentam como finalidade o maior lucro possível para seus proprietários. Portanto, se existiram preocupações ambientais, elas foram secundárias. Mesmo que, ao invés de produzir espaço para a agricultura, essas “atividades econômicas” devolvessem o cultivo de árvores, essa plantação

⁶¹⁴ Id. Ibid., p. 217.

⁶¹⁵ MONTEIRO, Charles. Imagens da cidade de Porto Alegre nos anos 1950: a elaboração de um novo padrão de visibilidade urbana nas fotorreportagens da *Revista do Globo*. In: Monteiro, Charles (Org.). *Fotografia, história e cultura visual: pesquisas recentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 20-21.

seguiria, provavelmente, a lógica de uma monocultura, via de regra, com espécies exóticas, e visaria o seu futuro uso, não uma preocupação ambiental em repor a “mata nativa”.

Para analisar com mais detalhes as percepções sobre as transformações da paisagem escolhemos o assunto com o mesmo nome: agricultura, que também está inserido no tema atividades econômicas. Esse assunto é composto por uma única galeria, Zona Rural, na qual encontramos 23 fotografias.

Título: ATIVIDADES ECONOMICAS Sub título: AGRICULTURA Galeria: ZONA RURAL	
Foto	Descrição / Legenda
	Agricultura em Cascavel
	Agropecuária em Cascavel.
	Agropecuária em Cascavel – Fazenda Pinhalzinho, atualmente a fazenda do Salazar Barreiros no Rio do Salto.
	Agropecuária em Cascavel – Fazenda Pinhalzinho, atualmente a fazenda do Salazar Barreiros no Rio do Salto.
	Agricultura cascavelense – “Clorofitus”
	Agricultura cascavelense
	Agricultura cascavelense
	Agricultura cascavelense
	Agricultura cascavelense
	Agricultura cascavelense

Imagem 10: Acervo do Museu da Imagem e do Som, com destaque para a galeria “Zona rural”. Disponível em: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/acervo.php>>. Acesso: 07/10/2019.

Ao analisar as imagens dessa galeria, uma a uma, observamos que algumas apresentam imagens de atividade agropecuária, e, outras, imagens de ambientes urbanos, como de uma horta comunitária no Bairro Interlagos. Além disso, essas fotografias não evidenciam uma valorização da atividade agrícola como esperávamos, já que, em muitos casos, a organização e as legendas produzidas pelo MIS reproduzem o que foi construído nos textos sobre a história do município, como analisaremos mais adiante. No entanto, existem fotografias que se encaixam na classificação proposta, no assunto agricultura e na galeria zona rural.



Imagem 11: Imagem Galeria “Zona Rural”.

Fonte: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/acervo.php>>. Acesso: 07/10/2019.

A fotografia acima possui a seguinte descrição: “Agropecuária em Cascavel – Fazenda Pinhalzinho, atualmente a fazenda do Salazar Barreiros⁶¹⁶ no Rio do Salto”. Como podemos ver, parece que não houve nenhuma preocupação em descrever os elementos e as pessoas que nela estão retratados.

Na imagem há cinco pessoas capinando ao fundo. Há, também ao fundo, um caminhão e árvores. Provavelmente, os indivíduos retratados são trabalhadores volantes (boias-frias). O caminhão, provavelmente, seria o transporte para o trabalho dessas pessoas e para o transporte da produção.

Quem realizou a fotografia, assim como quem escreveu a legenda, não pareceria estar interessado nestas pessoas, já que na fotografia foram expostas no primeiro plano as plantas,

⁶¹⁶ Ex-prefeito do município 1989 a 1992 e de 1997 a 2000.

possivelmente hortelãs. Essa planta, na década de 1970, era produzida de forma ampla no Paraná, com destaque para região oeste do estado⁶¹⁷.

As características dessa produção, nas regiões de Cascavel, Campo Mourão e Maringá, era que só 10% da produção era realizada em terra próprias e 90% era realizado no regime de meação, ou seja, os trabalhadores meeiros trabalhavam para um proprietário/arrendatário da terra e o pagamento pelo trabalho era feito geralmente com óleo de hortelã: “Isto nem sempre ocorria, pois o patrão comumente adiantava o pagamento em mercadorias trazidas da cidade, ou mesmo, garantia o crédito deste meeiro para adquirir bens de consumo em estabelecimento na cidade, incluindo mercadorias de valor mais elevados”⁶¹⁸. Também foi comum neste processo o arrendamento de partes da propriedade que ainda continham “vegetação nativa, para que os arrendatários abrissem o caminho para a hortelã e depois para outras culturas”⁶¹⁹. Assim, as plantações de hortelã foram um elemento importante na transformação da paisagem.

Se o objetivo de quem construiu a fotografia não era retratar as pessoas, nem o caminhão, e, tampouco, a vegetação, mas a plantação, também a intenção destes trabalhadores não aparentava ser posar para a foto, pois há somente um deles que está voltado em direção à câmera. Mesmo assim, ele olha para baixo, atento ao seu trabalho, como os outros. Deve-se levar também em consideração que, no período, ser fotografado constituía em um evento incomum e importante, isso devido a poucas pessoas terem condições de possuírem acesso a máquinas fotografias.

Esta fotografia é uma das poucas que possuem uma data: 1969. Por isso, é associada diretamente a uma gestão de prefeitos, neste caso: a gestão de Odilon Damaso Correia Reinhardt, de 1964-1969. Nessa fotografia também está identificado o doador “Marcelo Reinhardt”, provavelmente parente do antigo prefeito. Assim, o museu parece reafirmar como seu objetivo principal promover as ações dos prefeitos, em detrimento de outros elementos da história do município. Isso também é ressaltado pela legenda, que estabelece relação direta com a imagem, já que não há qualquer referência ao que ela representa, mas, também, pela menção do nome do atual proprietário da fazenda: Salazar Barreiros, ex-prefeito de Cascavel.

⁶¹⁷ VOLL, Francisco A. P. *Memória e trabalho: a inserção socioprodutiva do sujeito da hortelã na microrregião de Toledo/PR: 1959-1980*. Toledo, 2015. 96 p. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, p. 15.

⁶¹⁸ Id. *Ibid.*, p. 29.

⁶¹⁹ Id. *Ibid.*, p. 28.

4.2.2 Que História Se Quer Contar?!

A presença de um tema nomeado “ciclo da madeira” indica uma forte influência dos escritos de Alceu A. Sperança sobre a narrativa histórica que o museu está construindo para o município de Cascavel. Esse tema tem como subtítulo o assunto “pioneiros”, o que também se assemelha à narrativa de Sperança em seus livros, analisados no primeiro capítulo desta tese. A preponderância da percepção de Sperança também aparece no tema: “história” – analisado adiante.

Outra questão está no termo: “pioneiros”. Além de ser usado como assunto, também foi um dos temas principais. Jael dos Santos analisou este tema a partir do trabalho de José Henrique Rollo Gonçalves, intitulado *A mística do pioneirismo, antídoto contra o socialismo*⁶²⁰. Nesse texto Gonçalves analisou os discursos e escritos de Bento Munhoz da Rocha Neto, elaborados quando este ocupava o cargo de Deputado Federal e Ministro da Agricultura, buscando evidenciar como, no contexto das décadas de 1950 e 1960, de efervescência das lutas camponesas em todo o país, o Norte paranaense foi usado como exemplo de reforma agrária a ser seguido⁶²¹:

A entronização política do Norte do Paraná significou, por outro lado, o manuseio tático de uma forma regional de categorização coletiva, a *identidade pioneira*, que, conduzida ao estatuto de *tipo humano*, veio reforçar a idéia de que uma colonização liberal seria o melhor antídoto contra as propostas de reforma agrária advindas dos socialistas e comunistas⁶²².

Com base neste autor, Santos analisou como o museu procurou inserir imagens visando à construção de uma história livre de tensões e conflitos, principalmente em relação à posse da terra na região Oeste do Paraná. Portanto, “a criação do tipo ‘pioneiro’ expressou o esforço de uma elite política em estender seus pressupostos socioeconômicos a camadas menos favorecidas de pequenos proprietários e trabalhadores rurais”. Tratou-se de uma tentativa de se diminuir as lutas sociais e a “[...] formação de uma pequena burguesia rural cuja aspiração convergisse aos ideais de positividade do trabalho e da propriedade”. Além destes elementos, a partir das companhias colonizadoras que aturam na região oeste, propor-se-á a⁶²³:

⁶²⁰ GONÇALVES, J. H. R. *A mística do pioneirismo, antídoto contra o socialismo*. Bento Munhoz da Rocha Neto, a reforma agrária e o norte do Paraná dos anos 50 e 60. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa: v. 2, n. 1, 1997. p. 145-171.

⁶²¹ Id. *Ibid.*, p. 148.

⁶²² Id. *Ibid.*, p. 147.

⁶²³ SANTOS, op. cit, 2011, p. 71.

[...] atração de uma camada de trabalhadores rurais cuja aspiração seria comprar seu próprio lote de terra para tornarem-se, também, proprietários. Nesse sentido, observamos a gênese histórica de um tipo de indivíduo orientado a agir como produtor e consumidor e a arquitetura de um sistema racional de manutenção das relações capitalistas de produção nas pequenas propriedades em vias de estruturação⁶²⁴.

Santos também observou “as representações fotográficas do almoço dos pioneiros”, um evento realizado pela prefeitura anualmente, que visa reunir os sujeitos nomeados “pioneiros”. O autor situou “o evento enquanto um socializador de valores e o acervo fotográfico enquanto um vetor para a afirmação desses”⁶²⁵.

A respeito do que já apresentamos acima sobre o texto de Jael dos Santos e a tentativa de se construir uma ausência de tensão sobre questão da posse da terra no município de Cascavel podemos analisar as imagens que estavam inseridas na galeria “MST”, no tema “Sociedade” e no assunto “Movimentos Sociais”. No início dessa pesquisa, no ano de 2016, havia 19 fotos. Todavia, em uma nova consulta, em 29 de agosto de 2017, constatamos que não havia nenhuma fotografia. Essa situação permanece até hoje, em julho de 2020.

ACERVO do Museu de Imagem e do Som	
Título: SOCIEDADE	
Sub título: MOVIMENTOS SOCIAIS	
Galerias	Nº
PROTESTOS	(10)*fotos
MST	(0)*fotos

QUADRO 4: Acervo do Museu da Imagem e do Som destaque para a galeria “MST”

Fonte: http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/acervo3.php?id_titulo=93&id_sub=218. Acesso: 30/07/2019.

Se as imagens dos pioneiros representam uma ausência de tensão na posse da terra na região Oeste, as imagens do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) seriam como uma contradição a essa visão da história que se quer construir. Talvez, por isso, elas “desapareceram”, o que possibilita o apagamento de uma parte da história que não se quer contar.

O MST também é praticamente invisível na “historiografia” sobre Cascavel. Sperança não escreveu sobre o MST. Nas páginas finais do seu livro *Pequena história de Cascavel e do*

⁶²⁴ Id. Ibid., p. 71.

⁶²⁵ Id. Ibid., p. 73.

Oeste ele apresenta um cronograma com as datas que considera mais importantes para a história do município de Cascavel. Entre elas está 1962, quando ocorreu a “intervenção do Governo encerra graves conflitos de terras”⁶²⁶. Um cronograma semelhante é apresentado no livro *Cascavel: a história*, entre as datas de 1978-1991. Neste, há algumas datas que demonstram conflitos agrários na região Oeste:

1980

Agosto, 10

Fundação da Sociedade Rural do Oeste Paranaense.

Novembro, 15

O ex-prefeito de Toledo, advogado Wilson Carlos Kuhn, alerta para o fato de que meio milhão de pessoas abandonaram a região Oeste no período de 1975 a 1980, condenando a monocultura da soja. Só em Cascavel havia o registro de aproximadamente 10 mil desempregados, segundo comprovou pesquisa promovida por acadêmicos da Fecivel a partir de dados coletados pelo IBGE.[...]

1984

[...]

Julho, 11

Justiça determina o despejo de uma dezena de famílias de arrendatários da fazenda Jangadinha, latifúndio de 405 alqueires localizado a 125 quilômetros de Cascavel.

[...]

1985

[...]

Abril, 5

Mais de sete mil propriedades rurais foram vendidas em 1984 nas regiões de Cascavel e Toledo, segundo o Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura, fato resultante da descapitalização e proletarianização dos pequenos produtores rurais.

[...]

Agosto, 31

Quatro mil bóias-frias, arrendatários, posseiros, meeiros, minifundiários e trabalhadores rurais expulsos da terra, além de “brasiguaios” sem terra, reuniram-se defronte à Catedral de Nossa Senhora Aparecida para apoiar o processo nacional de Reforma Agrária. Tratou-se da “*Marcha da Panela Vazia*”, convocada pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra (Mastro) e pela Pastoral da Terra da Igreja Católica⁶²⁷.

No entanto, o “1º Encontro Nacional em Cascavel”⁶²⁸ do MST, em 1984, é ignorado, assim como o próprio nome do movimento. Os livros de Piaia e Guil, apesar de trabalharem a questão da violência relacionada à posse e à propriedade da terra, também não detalham a atuação do MST em Cascavel. De modo geral, problemas agrários aparecem como algo do passado.

⁶²⁶ SPERANÇA, A.; SPERANÇA, C., op. cit. p. 177.

⁶²⁷ SPERANÇA, A., op. cit. 1992, p. 253-257.

⁶²⁸ Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86>. Acesso: 23/10/2019.

Contudo, estes textos trazem um aspecto interessante para nossa pesquisa: foram ilustrados com fotografias do acervo físico do Museu da Imagem e do Som de Cascavel. Entretanto, tais fotografias não se encontram no site do MIS.



Imagem 12: Fotografias do MIS no Livro de Piaia.

Fonte: PIAIA, Vander. *Terra, sangue e ambição: a gênese de Cascavel*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2013. p. 186; p. 197; p. 243.

A legenda da primeira imagem à esquerda é: “A existência disseminada da prostituição era um indicativo do baixo controle social”; já na legenda da imagem superior à direita consta: “Sob a sombra das frondosas árvores, homens se enfrentavam e morriam na defesa de um pedaço de terra”; e a fotografia na parte inferior, à direita: “Possesores detidos por forças policiais comandadas pelo Coronel Lapa, no Levante de Três Barras⁶²⁹, em 1964”⁶³⁰.

⁶²⁹ Para maior conhecimento sobre o “Levante de Três Barras” ver: CHAGAS, Mayara da Fontoura das. *Narrativas de Colonos e posseiros na luta pela terra: a (re) criação da memória da revolta de Três Barras do Paraná, 1964-2014*, 2015, 158 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015.

⁶³⁰ PIAIA, op. cit. p. 186; p. 197; p. 243. Algumas das legendas dessas fotografias reforçam as percepções – analisadas no primeiro capítulo – do autor: que a violência ou a prostituição seriam causadas pela ausência do Estado.



Imagem 13: Fotografias do MIS no Livro de Guil.

Fonte: GUIL, Luiz Francisco. *Cascavel: a conquista do oeste paranaense*. Curitiba: Arte editora, 2018. p. 99; p. 85.

Legenda da imagem à esquerda:

Em 1963, entre jagunços e posseiros, 42 encontram-se na delegacia, conduzidas pelo contingente do Coronel Lapa. Diante deles, facões, punhais e revólveres. Algumas destas tristes figuras eram profissionais da pistola. Outras, homens comuns que, na busca de recursos para a manutenção de suas famílias, faziam-se também pistoleiros. Seu trabalho era 'limpar a área' para garantir a posse da terra pelos grileiros. Desolação de desventurados, colhidos pelo vendaval da história⁶³¹.

Legenda da imagem à direita: ““Sob a sombra das frondosas árvores, homens se enfrentavam e morriam na defesa de um pedaço de terra’ (VANDER PIAIA, 2013). Citação e fotografia foram extraídas do livro ‘Terra, sangue e ambição – a gênese de Cascavel’”⁶³².

Para tentar encontrar as imagens acima foram feitas várias buscas por palavras-chaves no *site* do museu. Em “busca avançada”, foi digitado, por exemplo, a palavra: “jagunço”, o que possibilitou um único resultado, uma imagem de blocos de rua, no carnaval municipal de 1998. Também foi inserida a palavra: “mulher”, o que resultou em um número grande de imagens, mas nenhuma correspondia à imagem usada por Piaia como representação da prostituição. Quando indicado o termo “prostituição”, as imagens que aparecem relacionadas a essa palavra são de uma peça teatral de 1993, nomeada “Monólogo da Prostituta no Manicômio”, do grupo Anima. Buscando por “violência”, o resultado foi somente uma imagem, inserida em duas galerias: trata-se de uma viatura da polícia militar com um adesivo

⁶³¹ GUIL, op. cit. p. 99,

⁶³² Id. Ibid., p. 85.

de um projeto: “Viver sem violência”. Para os organizadores do acervo eletrônico do museu os problemas sociais e os conflitos agrários são paisagens que devem ser silenciadas, não pertencendo nem ao passado, nem ao presente.

Apesar da tentativa de silenciamento, ações de violência na transformação da paisagem são algo recorrente na História do Brasil e foram registradas por escritores como Warren Dean:

A usurpação de terras públicas nos limites mais distantes da Mata Atlântica foi, até o final, uma atividade assassina. ‘A terra encharcada de sangue é terra boa’, observou um bem-sucedido negociante de fazendas. Os cadáveres eram principalmente de homens pobres – pistoleiros contratados e pequenos produtores. Os sobreviventes nativos das últimas e brutais emboscadas eram arrebanhados pelo Serviço de Proteção ao Índio, sucessor secularizado dos missionários capuchinos do império, e colocados em algumas reservas minúsculas, pontos de passagem para a ‘aculturação’ e extinção. Os poderes Legislativo e Judiciário então conferiam títulos bem definidos aos grileiros. O Estado brasileiro prosseguia assim, na região da Mata Atlântica, sua abominável tradição da abdicar da responsabilidade e recompensar a vilania⁶³³.

Um indício de que as transformações na paisagem neste espaço foram marcadas por ações de violência – como as descritas por Dean – se encontra nos registros do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social, utilizado tanto no Estado novo como na Ditadura Civil Militar), e caracterizaram o Oeste do Paraná como um lugar propício para “movimentos considerados subversivos”⁶³⁴. Além disso, movimentos sociais que lutam pela melhor distribuição da terra, como o MST, tiveram e têm significativa atuação neste espaço. Em relação a isso, Adamy escreveu que:

A história mais recente desta região foi marcada pelas disputas relacionadas à reocupação, à posse e à propriedade da terra. Processo esse que teve sua origem já no início dessa ocupação/colonização, dirigida e/ou fomentada, onde Estado e iniciativa privada fundiam e mesclavam seus interesses e seus objetivos.

A ocupação e a titulação da terra, em Cascavel, no Oeste do Paraná seguiu critérios que priorizavam e privilegiavam o favorecimento político e a força econômica de quem a reivindicava, o que promove, ainda hoje, o questionamento da legalidade de algumas propriedades. Questionamento esse, que deu legitimidade, no início de século XXI, às ocupações de terra efetivadas pelos trabalhadores rurais sem terra na região, forjando o

⁶³³ DEAN, op. cit. p. 255.

⁶³⁴ Essa informação refere-se à leitura realizada da documentação do DOPS na pasta AESI sobre a Itaipu Binacional. Apud: CHAPARINI, F. S. Gernote Kirinus: Religião, política e lutas pela terra no Oeste Paranaense (1970-1980). Marechal Cândido Rondon, 2018. 113 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. p. 80.

cumprimento jurídico da função social da terra, embasado em ilegalidades no histórico dominial de determinadas áreas rurais, e viabilizando experiências de resistência na conquista e no uso da terra⁶³⁵.

Essas informações, além de possibilitarem o entendimento da atuação do MST neste espaço, ajudam na compreensão de como o Oeste do Paraná – principalmente Cascavel – se tornou um lugar de “formação de uma estrutura fundiária marcada pela criação e manutenção de grandes propriedades rurais” e como isso foi contundente para a “formação de uma fração agrária da classe dominante, com forte organização política e representatividade junto ao Estado restrito, em vários níveis do Estado nacional e em suas instituições”⁶³⁶.

Outra pesquisa que trata da atuação do MST em Cascavel foi elaborada por Mello. A autora observou que:

[...] a região Oeste tem um histórico de ocupação de trabalhadores sem terra antes mesmo do movimento institucionalizado, eram movimentos organizados por sindicatos, a exemplo do MASTER [Movimento de Agricultores Sem Terra] e MASTRO [Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná]⁶³⁷.

Assim, na opção de busca avançada, digitando “MST” como palavra-chave, conseguimos encontrar algumas fotografias do movimento, agora deslocadas, não em um único tema como antes. Assim, dentro do tema “militares”, no assunto “polícia militar” e na galeria “eventos” há única uma imagem. Já no tema “política”, no assunto: “movimentos sociais” e na galeria “município”, há mais uma imagem. Nesta galeria também existem outras duas imagens de protestos que envolvem a questão agrária, como podemos observar na imagem abaixo.

⁶³⁵ ADAMY, I. S. Terra, disputa e memória no oeste do Paraná. In: BROCARD, D; DEBIASI, R. E; ORBEN, T. A. (Orgs.). *Terra e memórias: Vivências, conflitos e conquistas no(s) rural(is) do Brasil*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 144.

⁶³⁶ Id. *Ibid.*, p. 143.

⁶³⁷ MELLO, C. V. de. *Os trabalhadores sem terra no processo de formação do assentamento Valmir Mota: Cascavel, Paraná (1999-2017)*. Marechal Cândido Rondon 2018. 135 p. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. p. 09.

Titulo: **POLÍTICA**
 Sub título: **MOVIMENTOS SOCIAIS**
 Galeria: **MUNICIPIO**

Foto	Descrição / Legenda
	MST- discurso Lula (Luiz Inácio da Silva) – Cascavel/PR
	Manifestações sociais/rurais
	Manifestações sociais/rurais

Imagem 14: Acervo do Museu da Imagem e do Som, com destaque para a galeria “município”.
 Fonte: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/servicos/museu/acervo.php>>. Acesso: 09/08/2019.

Existe ainda uma imagem no tema “política”, assunto “reunião”, galeria “geral”. Outras três imagens estão no tema “política”, assunto “gestão Fidelcino Tolentino”, galeria “geral”.

	Fidelcino Tolentino em inauguração de escola em acampamento do MST.
	Fidelcino Tolentino em inauguração de escola em acampamento do MST.
	Fidelcino Tolentino em inauguração de escola em acampamento do MST, década de 80.

Imagem 15: Acervo do Museu da Imagem e do Som, destaque para as fotografias da galeria “geral”.
 Fonte: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/servicos/museu/acervo.php>>. Acesso: 25/10/2019.

Nas legendas das imagens acima é novamente forjada uma percepção de que é a partir da boa vontade dos governantes que as coisas são alcançadas, seja em um título de uma propriedade⁶³⁸ ou em uma escola, os acontecimentos estão relacionados diretamente à gestão de um prefeito, não às lutas sociais. Nas narrativas construídas pelo MIS parece haver só espaço para a passividade: os munícipes são espectadores das ações dos governantes.

Há uma naturalização da história, as ações seguem um ritmo evolutivo, sem violências e sem mortes, e, se houve violência, ela aconteceu no passado: não seria mais parte do presente. Dentro dessa mesma lógica, se ocorreram mortes, elas foram de forma natural. É o que podemos analisar na imagem abaixo, inserida no tema “ciclo da madeira”, no único assunto “pioneiros”, na galeria “Augusto Gotardo”.



Imagem 16: Imagem Galeria “Augusto Gotardo”.

Fonte: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/acervo.php>> Acesso: 02/08/2019.

A legenda da imagem afirma que: “Ciclo da madeira – Augusto Gotardo conta sobre o desenvolvimento do pinheiro, que nasce, cresce e morre depois de aproximadamente 200 anos o pinheiro começa a apodrecer por baixo a foto ilustra pinheiros mortos”⁶³⁹. Portanto, a naturalização de uma história que segue seu ritmo predeterminado também está nessa imagem e na sua descrição. Há a construção de uma ausência de tensão e do entendimento segundo o

⁶³⁸ Essas imagens nos possibilitam uma reflexão semelhante à que Jael dos Santos realizou de uma imagem da entrega de títulos de propriedade de terra a uma mulher pelo prefeito Octacílio Mion. Santos afirmou que: “O título, em tese, assegura a exploração permanente da propriedade pelo portador do documento. Também acaba por sonegar possíveis lutas e tensões vividas pela mulher, sua família e seu grupo pela posse da terra, algo recorrente na região oeste do Paraná”.

⁶³⁹ Disponível em: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/acervo4.php>>. Acesso: 25/10/2019.

qual, mesmo sem a ação das madeireiras, o pinheiro morreria, então elas – as madeireiras – só adiantaram um processo. Como a vida humana, as florestas teriam um “ciclo natural” de vida e morte. No caso das araucárias, elas morreriam e sua madeira apodreceria. Então, a percepção construída é de que as madeireiras só faziam o inevitável.

Essa imagem recebeu, a partir de sua descrição, uma singularidade: ela passou a ser prova de uma realidade que se quer construir, é a testemunha da verdade dos fatos. Sobre essa particularidade atribuída às fotografias, Boris Kossoy afirma que:

Desde seu surgimento e ao longo de sua trajetória, até os nossos dias, a fotografia tem sido aceita e utilizada como prova definitiva, “testemunho da verdade” do fato ou dos fatos. Graças a sua natureza físicoquímica – e hoje eletrônica – de registrar aspectos (selecionados) do real, tal como estes de fato se parecem, a fotografia ganhou elevado *status* de credibilidade. Se, por um lado, ela tem valor incontestável por proporcionar continuamente a todos, em todo o mundo, fragmentos visuais que informam das múltiplas atividades do homem e de sua ação sobre os outros homens e sobre a Natureza, por outro ela sempre se prestou e sempre se prestará aos mais diferentes e interesseiros usos dirigidos⁶⁴⁰.

Os usos e interesses relacionados à fotografia do MIS tiveram como finalidade confirmar a morte natural dos pinheiros: as árvores com troncos ocos estariam mortas antes mesmo de seu corte pelas madeireiras.

Se essa imagem não estivesse alocada no acervo eletrônico e não possuísse uma descrição não teríamos muitas informações para analisá-la. O que sabemos é que se trata de uma imagem colorida, no tamanho 10x15. Contudo, o que não sabemos é quando e onde foi tirada, e por qual fotógrafo. Nem ao menos sabemos se são todas árvores de pinheiro. O que poderíamos analisar simplesmente na visualização da imagem é que, dos 11 troncos de árvores, só 5 possuem seus interiores ocos, portanto, nem todos estariam mortos antes de seu corte.

Na tentativa de construir uma visão harmônica para a história de Cascavel, o MIS se utilizou de imagens emprestadas de outros acervos pessoais, como a imagem acima, e, por outro lado, deixou de utilizar fotografias do seu acervo físico. Outros aspectos sobre a história que o museu busca construir tem relação com a reafirmação do que já foi escrito.

Nos temas gerais existe um nomeado “História”. Dentro dele há um único assunto: “Livro Cascavel A His.”. Na galeria: “Alceu A. Sperança” há 32 fotos – utilizadas no livro de

⁶⁴⁰ KOSSOY, Boris. *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. Cotia/SP: Ateliê Editora, 2002. p. 19.

Sperança⁶⁴¹ – que possuem como descrição uma legenda semelhante à usada no livro. Vejamos duas imagens como exemplos. A primeira, da página 101, possui como legenda: “O sub-ciclo milho/porco estabeleceu, com a madeira, a base para o vigor econômico da região de Cascavel”; e a segunda, da página 186: “transição da agricultura manual para a mecanização no início dos anos 70. Carro de boi é substituído por trator e colheitadeira”. No *site* abaixo:



Imagem 17: Imagem Galeria “Alceu A. Sperança”.

Fonte: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/acervo.php>> Acesso: 02/08/2019.

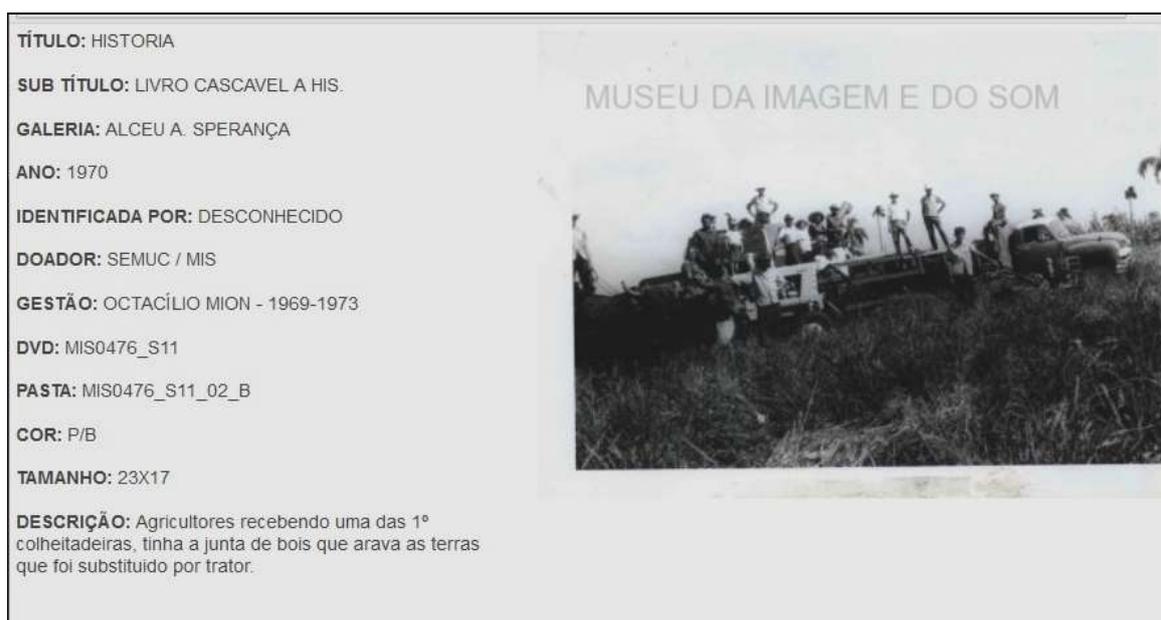


Imagem 18: Imagem Galeria “Alceu A. Sperança”.

Fonte: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/acervo.php>> Acesso: 02/08/2019.

⁶⁴¹ SPERANÇA, A., op. cit. 1992.

Novamente, as imagens são usadas como prova para a construção de uma realidade histórica, o que nos lembra novamente das reflexões de Kossoy: “Não raro nos defrontamos com imagens que a história oficial, a imprensa, ou grupos interessados se encarregam de atribuir um determinado significado com o propósito de criarem realidades e verdades”⁶⁴². Neste caso, essas imagens seriam provas materiais de uma história ordenada, em que a passagem do tempo ocorre de forma evolutiva e linear. Observamos isso também nos textos que a acompanham. Na imagem 17 o porco e o milho estariam situados no mesmo período da madeira e teriam como objetivo garantir a economia inicial para o município, mas essa foi só uma fase – ou subciclo –, substituída – como a “junta de bois” na imagem 18 – pela tecnologia, representada pelo trator e outros equipamentos agrícolas.

É relevante frisar que essas descrições e classificações são só uma forma de ver e construir uma ideia ou um significado sobre as imagens, entre inúmeras outras possibilidades. Prova disso é que a imagem 18 também foi alocada no tema “pioneiros”; no assunto: “Famílias”; na galeria: “Família Piovesan”; com a descrição: “propriedade do senhor Waldomiro Piovesan, pessoal com o trator e caminhonete do Sr. Waldomiro em meio a lavoura”⁶⁴³. Nesse caso os equipamentos tecnológicos serviram para marcar a condição social do personagem da foto.

Sperança também utilizou, na página 181 de seu livro, a primeira imagem apresentada acima, do livro de Guil, do ano 1963, que representa o “conflito entre jagunços e posseiros”. Todavia, mesmo nessa galeria sobre livro de Sperança essa fotografia não foi encontrada no acervo eletrônico do MIS, ou seja, quando o que já foi escrito sobre a história desse município não é conveniente, essa percepção também é negada e silenciada.

4.2.3 Progresso x Destruição

Há no acervo eletrônico do MIS outras imagens semelhantes às usadas por Sperança em seus livros, mas que foram inseridas em outros temas, como a do exemplo abaixo:

⁶⁴² KOSSOY, op. cit. 2002, p. 22.

⁶⁴³

Disponível em:
http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/acervo4.php?id_titulo=85&id_sub=170&id_galeria=278.
 Acesso: 20/11/2019.

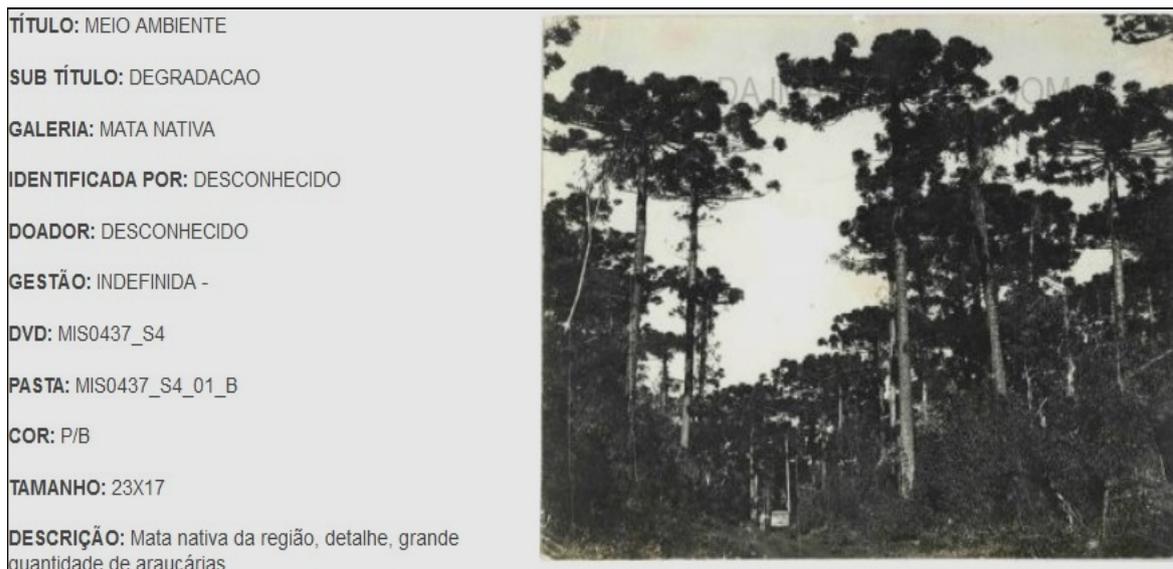


Imagem 19: Imagem Galeria “Mata Nativa”.

Fonte: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/acervo.php>> Acesso: 02/08/2019.

Essa imagem está inserida no tema “meio ambiente”, dentro do único assunto “degradação”, com 23 fotos no total, subdivididas em 4 galerias, sendo a única imagem da galeria: “mata nativa”. Duas imagens semelhantes a estas foram inseridas nos livros de Sperança, de 1992 e 2011. Há uma pequena diferença entre elas: a posição do homem e do carro em relação aos pinheiros. Na imagem do *site* estes estão mais distantes, fazendo com que os pinheiros aparentem ser maiores. No livro de 1992 os pinheiros estão um pouco atrás e o carro e o homem à frente, o que diminui os pinheiros. Já a imagem do livro de 2011 se assemelha mais à do acervo, porém, a distância entre o carro/homem e os pinheiros não é tão grande como na foto do *site*.

Nos dois livros as legendas das imagens são as mesmas: “A I Guerra Mundial valorizou significativamente a madeira paranaense, motivando o ciclo econômico responsável pelo aparecimento e consolidação de Cascavel como pólo regional”⁶⁴⁴. Há uma única diferença: a data de 1962⁶⁴⁵ da fotografia, citada na primeira edição.

⁶⁴⁴ SPERANÇA, A., op. cit. 2011, p. 73.

⁶⁴⁵ SPERANÇA, A., op. cit. 1992, p. 75.

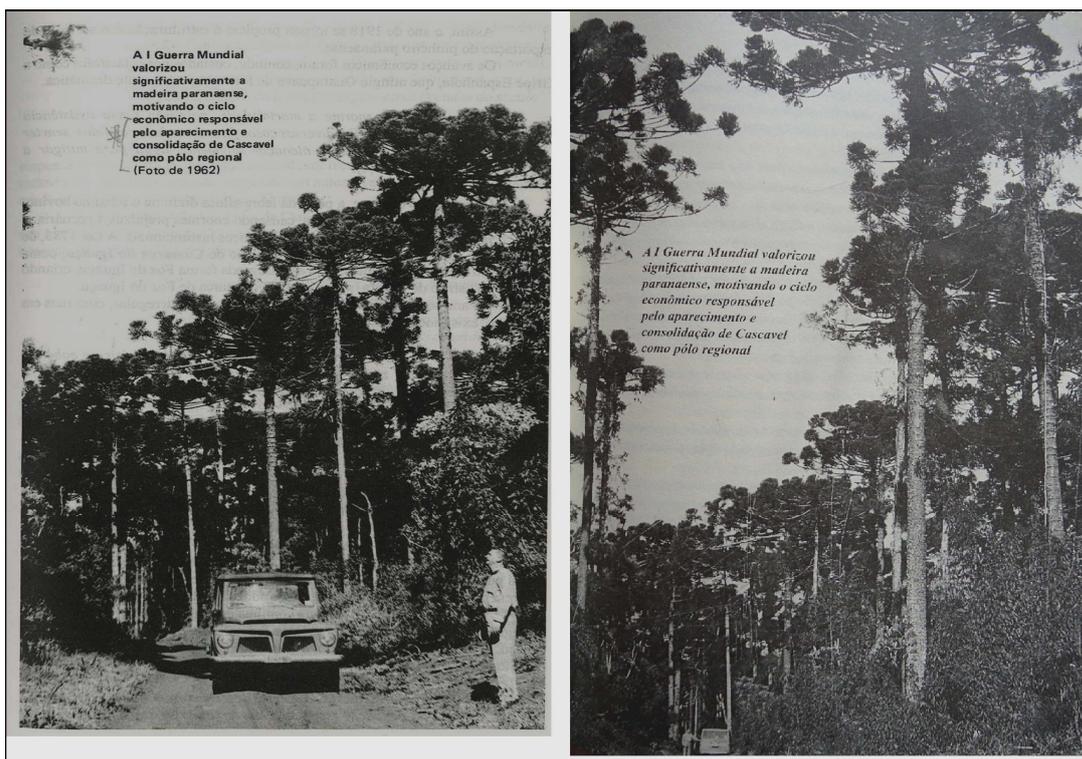


Imagem 20: Fotografias dos livros de Sperança de 1992 e 2011.

Fonte: SPERANÇA, A. A. *Cascavel: a história*. Curitiba: Lagarto, 1992, p. 75. SPERANÇA, A. A. *Cascavel: a história*. Cascavel: Positiva, 2011, p. 73.

Já no acervo eletrônico a descrição da imagem é: “Mata nativa da região, detalhe, grande quantidade de araucárias”. Essa descrição da imagem no acervo e sua classificação marcam uma ruptura com uma percepção da história do município que foi construída em outras galerias do acervo – como analisamos acima –, sob forte influência dos escritos de Sperança.

Por mais que não seja a mesma fotografia, provavelmente elas foram construídas no mesmo lugar, com o mesmo sujeito, em uma mesma data, pelo mesmo fotógrafo e com poucas diferenças. Podemos questionar se foram essas poucas diferenças que induziram a essa percepção diferente sobre as transformações na paisagem e sobre a história do município. Não obstante, este tema possui outras fotografias que sustentam percepções diferenciadas. Vejamos três exemplos abaixo:



Imagem 21: Imagem Galeria “Roçada”.

Fonte: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/acervo.php>> Acesso: 02/08/2019.



Imagem 22: Imagem Galeria “Desmatamento”.

Fonte: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/acervo.php>> Acesso: 02/08/2019.

TÍTULO: MEIO AMBIENTE	
SUB TÍTULO: DEGRADACAO	
GALERIA: DESMATAMENTO	
ANO: 1959	
IDENTIFICADA POR: DESCONHECIDO	
DOADOR: DESCONHECIDO	
GESTÃO: HELBERTO EDWINO SCHWARZ - 1956-1960	
DVD: MIS0437_S3	
PASTA: MIS0437_S3_02_B	
COR: P/B	
TAMANHO: 23X17	
DESCRIÇÃO: Mata devastada, o processo de desmatamento começava pela derrubada do mato fino, após este ter secado ateava-se fogo, este método era de difícil controle, em vários momentos o fogo se espalhava demais e perdia-se o controle sobre este assim, houve devastação em áreas que não seria aproveitado para o plantio (agricultura).	

Imagem 23: Imagem Galeria “Desmatamento”.

Fonte: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/acervo.php>> Acesso: 02/08/2019.

Podemos considerar que nas três imagens acima – como na anterior – há percepções diferentes sobre as transformações na paisagem das que foram estabelecidas em outros temas. Essas percepções diversas são construídas pela classificação que o museu escolheu, como no tema: “meio ambiente”, no assunto “degradação” e nas galerias “desmatamento” e “roçada”. Entretanto, é através das legendas das imagens que essas percepções são edificadas de forma mais distinta.

A primeira imagem apresenta a seguinte legenda: “Paisagem típica da época da colonização área desmatada para o plantio de cana e mandioca, aos fundos mata virgem”, ou seja, quem construiu o texto para a imagem não deixou de observar o desmatamento e a vegetação, algo que talvez não fosse o interesse principal do fotógrafo, já que o primeiro plano da imagem é composto pela plantação, identificada como mandioca. No entanto, ainda há, nesta descrição, elementos que reproduzem a visão que MIS construiu de uma história harmônica, pois, por mais que haja desmatamento, isso seria uma “paisagem típica”, algo natural, próprio deste passado histórico.

A segunda imagem apresenta a legenda: “Lavoura de soja em área de desmatamento em meio a plantação alguns trabalhadores, aos fundos mata nativa”. São imagens relacionadas à agricultura e à plantação de soja, mas, ainda assim, foram inseridas no assunto “degradação”, na galeria “desmatamento”. Além disso, é descrita a vegetação e a presença de humana, o que foi ignorado nas descrições de outras imagens. Portanto, a percepção construída nesta imagem

se diferencia daquela que exalta somente as atividades humanas como propulsoras do que é entendido como desenvolvimento. Os impactos negativos destas ações também foram abordados.

Já terceira e última imagem aqui analisada tem como descrição:

Mata devastada, o processo de desmatamento começava pela derrubada do mato fino, após este ter secado ateava-se fogo, este método era de difícil controle, em vários momentos o fogo se espalhava demais e perdia-se o controle sobre este assim, houve devastação em áreas que não seria aproveitado para o plantio (agricultura).

Essa é uma das descrições mais longas das imagens. Ela apresenta uma percepção sobre as ações da agricultura para a transformação na paisagem de forma crítica. Há a descrição detalhada de como acontecia o desmatamento, que, de acordo com essa percepção, dava-se sem cuidado e/ou o controle dos agricultores.

Se estas imagens não estivessem inseridas nesse acervo, nem possuíssem as descrições, poderíamos nos concentrar em descrever somente o que está representado nelas. Se assim o fosse, poderíamos chegar à conclusão de que elas possuem algo de semelhante: todas retratam uma ampla transformação na paisagem. Elas demonstram a construção de uma agricultura em uma área que provavelmente até então era ocupada pela floresta, da qual podemos observar apenas alguns resquícios.

O elemento que aparece como fundamental para a transformação da paisagem de floresta em paisagem de agricultura não é a tecnologia, mas o fogo. Podemos observar que em todas as imagens há vestígios que indicam que ele foi usado para essa transformação. Na primeira e na segunda fotografia há os troncos queimados, e, na terceira, observamos a fumaça.

Ivo Canabarro e Daniel Schneider, no texto *Imagens do mundo do trabalho*⁶⁴⁶, ao analisarem uma imagem semelhante de um ambiente queimado argumentaram que:

É interessante na imagem a possibilidade de leitura, interpretação e percepção da forma como os imigrantes iniciavam a ocupação do ambiente natural, derrubando a mata e fazendo a queimada, ou para construir sua moradia ou para iniciar a lavoura de subsistência. Ressalta-se que essa forma de ocupação inicial do espaço era uma técnica muito utilizada pelos “caboclos” e veementemente criticada pelos sujeitos que afirmavam ser o imigrante o único capaz de modernizar a agricultura brasileira.

⁶⁴⁶ CANABARRO, Ivo dos Santos; SCHNEIDER, Daniel. *Imagens do mundo do trabalho*. Revista *Mouseion*, Canoas, v. 1, jun. 2007. Disponível em: <www.revistamuseu.com.br>. Acesso: 28/07/2020.

A utilização dessa técnica, tanto por parte do caboclo como do imigrante, aponta em primeiro lugar, para um hibridismo cultural do imigrante, que busca se adaptar e buscar respostas aos novos estímulos lançados pelo meio circundante, copiando assim uma prática cabocla e, em segundo lugar, por ser essa a melhor forma encontrada por ambos para iniciar, da maneira mais rápida possível, o plantio e ocupação da terra⁶⁴⁷.

No espaço do estudo não são os imigrantes que se utilizaram das queimadas, mas, provavelmente, seus descendentes, oriundos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Destarte, o que podemos considerar é que a transformação na paisagem – de floresta para a agricultura – não foi apenas algo garantido pelas modernas técnicas de produção ou pela tecnologia que os madeireiros possuíam. Essa transformação foi gerada graças a um processo cultural de troca entre os “caboclos” e os imigrantes ou seus descendentes.

Retornando ao acervo eletrônico do MIS, a imagem de uma floresta após um incêndio (imagem 23) também foi utilizada por Piaia e Guil em seus livros. No livro de Piaia ela tem a seguinte legenda: “As queimadas de origem natural foram substituídas pelos incêndios propositais, abrindo clareiras para a plantação humana. Nos anos 60, densas nuvens de fumaças pairavam constantemente sobre as cidades oestinas”⁶⁴⁸. Já no livro de Guil: “Floresta queimada em 1959. O processo de desmatamento começava pela roçada do mato fino. Depois que secava, ateava-se fogo”⁶⁴⁹. Como podemos ler, essa imagem foi descrita de forma diferente, tanto pelo MIS como por cada autor.

⁶⁴⁷ Id. *Ibid.*, p. 45.

⁶⁴⁸ PIAIA, *op. cit.* p. 147.

⁶⁴⁹ GUIL, *op. cit.* p. 127.

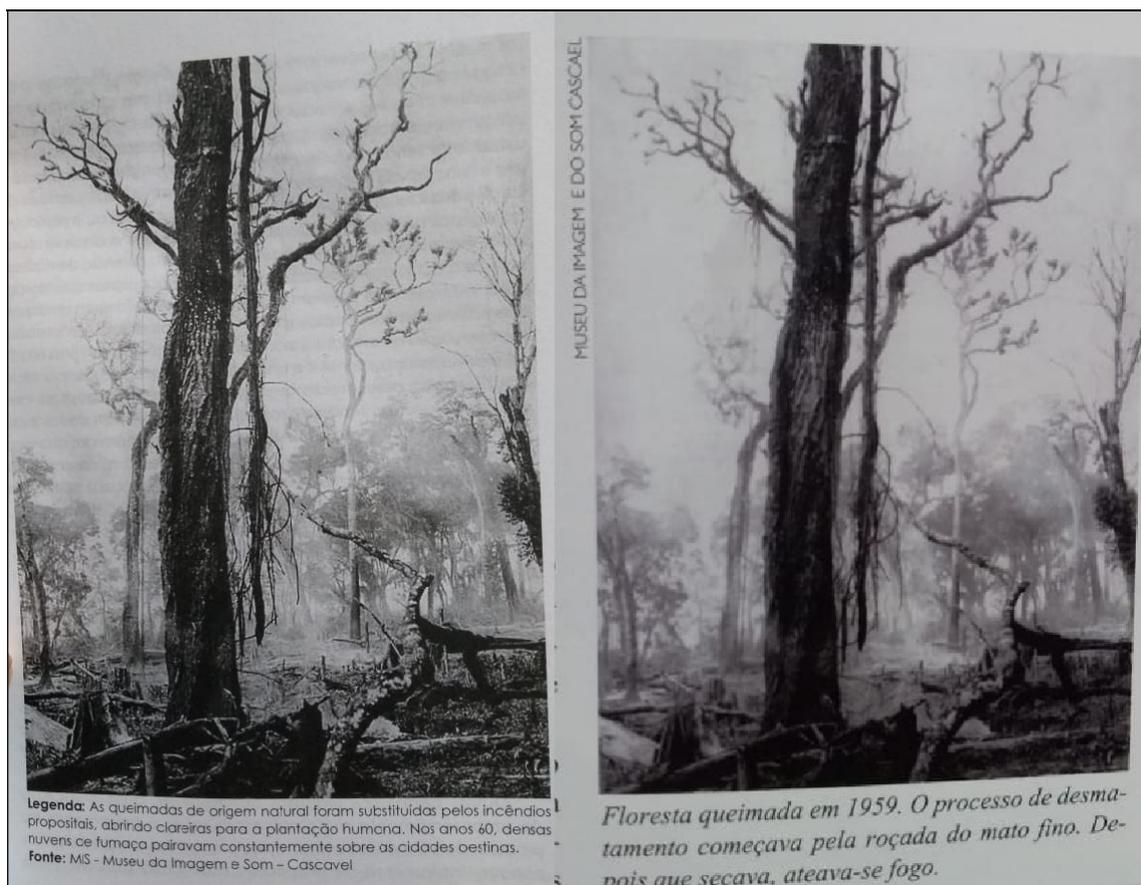


Imagem 24: Fotografia do MIS nos Livros de Piaia a esquerda e no livro de Guil a direita.

Fonte: PIAIA, Vander. *Terra, sangue e ambição: a gênese de Cascavel*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2013. p. 147; GUIL, Luiz Francisco. *Cascavel: a conquista do oeste paranaense*. Curitiba: Arte editora, 2018. p. 127.

Assim, podemos afirmar que as fotografias não possuem um significado intrínseco. Seus sentidos são construídos através da organização do museu – no *site* – e de suas legendas. O museu arquiteta, dessa forma, um sentido para o passado, presente e futuro do município: o que tenta impor como algo único. Também, concluímos que, em muitos casos, esse sentido busca valorizar alguma gestão da prefeitura, ou minimizar algum conflito na construção de uma história harmônica para o município.

Há pelo menos duas percepções sobre as transformações na paisagem através das ações das madeireiras/serrarias e da agricultura no acervo do MIS eletrônico: 1) essas ações trouxeram benefícios para o município de forma irrestrita; e 2) esses benefícios vieram acompanhados da destruição do meio natural. Todavia, por vezes elas aparecem juntas, como observemos na fotografia da galeria serraria.

Para o MIS o passado deve ser lembrado, mas essa lembrança ocorre como observou Hartog: “Lembrar, não esquecer é apresentado como um dever pessoal dirigido a

cada um de nós. Mas uma tal memória não é transmissão, mas reconstrução: história”⁶⁵⁰. Portanto, o Museu da Imagem e do Som, a partir de seu acervo eletrônico, propõe uma rememoração que se apresenta como o reconstruir da história. Contudo, não é a edificação de uma história com novas questões, mas a reconstrução de uma história com o apagamento de velhas questões: o passado deve ser conveniente para o presente de determinados grupos.

⁶⁵⁰ HARTOG, François. Tempo, História e a Escrita da História: a ordem do tempo. *Revista de História*, nº 148, 2003. p. 31.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos analisar as percepções existentes sobre as transformações na paisagem geradas pelas ações de indústrias madeireiras e pela agricultura no município de Cascavel/PR entre os anos de 1950 a 1980. Analisamos essas percepções por meio das seguintes fontes: jornais produzidos pela imprensa de Cascavel (1960-1980); entrevistas de história oral realizadas com antigos trabalhadores de madeireiras e/ou da agricultura (2009-2018); e o acervo eletrônico de fotografias do Museu da Imagem e do som (2009-2019).

Ao ponderar sobre cada uma dessas fontes podemos considerar que há uma percepção que se sobressai em relação às outras: a de que as transformações na paisagem foram benéficas e necessárias para garantir um crescimento econômico, que, por sua vez, garantiu um presente melhor. Assim, nessa percepção, as ações das madeireiras e da modernização da agricultura são percebidas como positivas: responsáveis por garantir o progresso, o desenvolvimento e o uso das melhores tecnologias. Se aconteceu algum prejuízo para vida humana ou para o meio natural, isso é visto como necessário para a construção desse presente.

Essa percepção, que é hegemônica, influencia as demais percepções e está presente nas narrativas que constituem uma memória pública para o município. Tais narrativas buscam compor o que é “Cascavel”, os seus moradores e parte do oeste do Paraná no presente. Ela não é apenas fruto da contemporaneidade: já fora alicerçada no passado, desde as narrativas construídas pelos jornais locais nas décadas de 60 e 80. Portanto, é formada ao longo do tempo, e baseada em uma visão da história desse município que grupos detentores do poder econômico e político querem contar e que se espera que se constitua como única verdade.

Observamos também que essas narrativas não são processos estáticos: elas não se encerram em si mesmas. Elas precisam ser realimentadas constantemente. Como prova dessa constante reelaboração temos os livros que buscam construir a história local e que estão em constante processo de edificação, com novos autores, novos textos ou, ainda, reedições de textos já publicados⁶⁵¹. Não obstante, há novas narrativas que reafirmam a mesma percepção,

⁶⁵¹ O *site Preto no Branco* apresentou a reportagem: “Livros vão resgatar as histórias das famílias que começaram Cascavel” no dia 29/06/2020. Tal reportagem trata dos objetivos dos irmãos Alceu Sperança e Regina Sperança em publicar dois livros: um com o título “Livro das Famílias”, que será, segundo o *site*, sobre “as famílias históricas de Cascavel”, “que mais influenciaram os 90 anos de história de Cascavel”. Os autores também pretendem publicar a reedição “atualizada da obra de 1980”, *Pequena história de Cascavel e do Oeste*. Ainda, segundo o *site*, “Se tudo correr bem e houver patrocinadores, o primeiro livro deve ser lançado até novembro, data oficial do aniversário do Município. O segundo pretende ser lançado até março de 2021, 91º

como o monumento construído próximo ao Teatro municipal, apresentado na introdução deste trabalho.

A presente tese evidenciou como, por meio de diferentes fontes, uma percepção sobre a paisagem se faz (re)atualizada. Nesta visão, o presente é entendido como melhor que o passado, ele é o resultado do trabalho de transformação da paisagem local, é o tempo do “progresso e do desenvolvimento” – comportando uma visão de história evolutiva, linear e presentista.

Podemos considerar que as narrativas encontradas nos jornais escritos no período de 1960-1980 ainda tinham muitos traços de uma percepção do futuro como um lugar melhor. Do ponto de vista do futuro dominante, como definiu Hartog: “a palavra-chave é Progresso”, a História era “entendida como processo e Tempo como se direcionando a um fim (progressão)”. No entanto, com o fim desse regime moderno no final do século XX não é mais possível pensar a História desse modo. O futuro e o passado se tornaram opacos⁶⁵². Passamos a um ponto de vista de um regime do presentismo: o presente só tem sentido em si mesmo. Assim, o passado construído no site do MIS, a partir de 2009, só existe como justificativa para o presente, sem propor nada de novo para o futuro. Nesse sentido, cabe citar novamente Hartog: “Assim fomos do futurismo para o presentismo e ficamos habitando um presente hipertrofiado que tem a pretensão de ser seu próprio horizonte”⁶⁵³.

As percepções apresentadas por Pompeu e nos textos sobre a história local – como os jornais – trazem muitos elementos do que poderíamos entender como um regime moderno, no qual o progresso é o elemento justificador de tudo. Entretanto, também encontramos aí elementos que apontam para uma história de Cícero: a história magistral, o passado como repleto de exemplos a serem seguidos. Todavia, é o presente o elemento dominante nessas narrativas. Não temos mais um caminho novo a seguir: o que o passado poderia ter ensinado já foi aprendido. Além disso, o progresso no tempo presente parece a continuidade de um mesmo tempo. Portanto, não temos nada a esperar do futuro. O tempo presente é “superior a qualquer tempo anterior”⁶⁵⁴.

Assim, a percepção dominante é elaborada com base no presentismo: o presente é triunfante, só ele foi e é possível, não há mais alternativa. O passado é reconstruído para justificar o presente, e esse último é único e melhor. Esse presente aparece como uma

aniversário de cidade”. Disponível em: <https://pretonobranco.com.br/noticia/2969/livros-vaio-resgatar-as-historias-das-familias-que-comecaram-cascavel>. Acesso: 06/07/2020.

⁶⁵² HARTOG, op. cit. 2003. p. 11.

⁶⁵³ Id. Ibid., p. 27.

⁶⁵⁴ Id. Ibid., p. 18.

realidade dada no passado e, também, como a única realidade para o futuro, um futuro no eterno presente.

Nesse presente que aparece como eterno, a exploração do meio natural no passado e no presente é “sempre” justificada como algo positivo ou, ao menos, necessário, visando algo melhor. De tal modo, para os jornais, para Pompeu, para os textos sobre a história local, para Baldo e para o acervo eletrônico do MIS, a exploração também trouxe consequências negativas, porém, eram incontornáveis. Para a percepção dominante o presente era e é o único futuro possível. Por isso as ações das madeireiras e da agricultura são positivas.

Não obstante, essa percepção dominante não é a única. Há outras percepções, que apresentam derrotas, conflitos, sofrimentos e destruição. Elas destacam o caráter desarmônico de uma visão única da história desse município. Nessas outras percepções as transformações na paisagem ocasionaram o êxodo rural, o aparecimento e, posteriormente, o desaparecimento da figura do boia-fria. Também ocasionaram o desemprego rural, o uso de mais venenos na agricultura, a extinção de espécies de plantas e animais, entre outros prejuízos às diferentes formas de vida.

Além disso, como tentamos evidenciar nesta tese, a paisagem é constituída por homens, mulheres, crianças, outros animais, plantas, solos, montanhas, água, etc, que devem ser analisados de forma conjunta. A paisagem é a junção do meio natural com os humanos, é a síntese dinâmica dessa relação.

Como afirmou Schama, a “paisagem é cultural antes de ser natureza”, “uma árvore nunca é apenas uma árvore [...] Em cada árvore, cada rio, cada pedra, estão depositados séculos de memória”⁶⁵⁵. Assim, a carga cultural carregada por essa paisagem também foi transformada. As narrativas construídas por alguns dos entrevistados demonstraram que as possibilidades de vivência com a paisagem atual mudaram em relação ao passado: não se pesca como antes, não se tem os mesmos sabores nos alimentos, ou seja, “a paisagem do presente é a consequência histórica da interação entre o homem e o ambiente”, “a paisagem é o resultado material de interações entre processos físicos, ecológicos, sociais e culturais”⁶⁵⁶.

Nessa perspectiva, no primeiro capítulo, por meio de uma revisão bibliográfica, refletimos sobre como cada autor ou autora discorreu sobre as ações das madeireiras e da agricultura. É relevante observar que os textos que abordam a agricultura, normalmente – com algumas exceções –, não ponderam sobre os impactos ambientais, e estão mais preocupados com as dimensões econômicas – o que também é válido para a maioria dos textos que

⁶⁵⁵ SCHAMA, op. cit., p. 70.

⁶⁵⁶ PRIORI; PAIXÃO, op. cit., 2015. p. 162; 166.

pesquisam as ações das madeireiras. Isso ocorre porque há ainda uma visão nas ciências que elege os humanos como mais importantes em relação a outras espécies de seres vivos, mas, também, porque prevalece, na sociedade capitalista, uma percepção segundo a qual o campo econômico é mais importante do que outras questões.

A partir dessa revisão foi possível entender quais foram as ações das madeireiras e da agricultura para as transformações na paisagem, como elas ocorreram e as razões pelas quais ocorreram. Podemos entender, ainda, que essas ações de transformações foram pensadas e executadas com uma visão e um propósito: mas existiam outros. Destarte, podemos analisar como se optou pelo projeto de modernização técnica da agricultura e não pela Reforma Agrária. Para tanto, foram criadas as empresas de assistência técnica e extensão rural e os sistemas de distribuição de crédito agrícola, que tornaram possível a compra de insumos e mudaram a forma de produzir e de pensar: elementos necessários para que a modernização tivesse êxito. Vimos como as ideias de progresso e desenvolvimento – entendido como características do presente – já acompanhavam a modernização da Agricultura desde o início de sua implementação e eram colocadas em oposição ao saber tradicional.

Podemos concluir que essas ações de transformações na paisagem não estão deslocadas ou alheias aos interesses do Estado brasileiro. Muitas vezes os proprietários de madeireiras ou agroindustriais atuaram de forma direta no governo, em nível local, estadual e nacional, utilizando-se do Estado para favorecer seus próprios interesses.

No segundo capítulo, ao analisar a imprensa local⁶⁵⁷, no período em que essas transformações estavam ocorrendo, verificamos que, por mais que a percepção dominante já se fizesse presente – até pelos interesses dos proprietários dos jornais –, havia também algumas incertezas sobre os resultados dessas transformações.

Como fruto dessas incertezas sobre os efeitos das transformações na paisagem, existiu a necessidade de espaços de convencimentos dentro dos jornais em relação aos benefícios que tais transformações acarretariam. Esses espaços foram elaborados, em parte, por órgãos governamentais que tinham também um caráter didático, como a Acarpa (Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná).

As narrativas arquitetadas pelos jornais trazem uma visão do tempo como algo linear, progressivo e, ao mesmo tempo, cíclico. Assim, as transformações na paisagem são encaradas como naturais e necessárias. O meio natural é visto como potencial para o progresso e o

⁶⁵⁷ Apesar do pouco valor atribuído ao acervo pelos seus organizadores, já que os jornais praticamente ficam em um corredor da Biblioteca Pública de Cascavel e qualquer pessoa pode manuseá-los sem materiais de proteção e os funcionários responsáveis pelo acervo não foram formados para tanto: tudo isso traz um risco iminente de perda desse acervo, o que infelizmente já está ocorrendo.

desenvolvimento do país – por isso há a continuação das atividades madeireiras em outros espaços.

Além disso, as mudanças acarretadas pela modernização da agricultura são vistas como necessárias. Portanto, a perda da terra por algumas pessoas, o desemprego no meio rural e a migração para as cidades ou para outros lugares também foram vistas como inevitáveis. Os problemas sociais dessas migrações – assim como a intoxicação por “defensivos” –, na visão dos jornais, eram gerados pelas pessoas que estavam envoltas nesses processos. De tal modo, por mais que ocorressem algumas críticas, elas estavam mais centradas nos sujeitos e menos na tecnologia – essa última seria resultante do desenvolvimento e do progresso.

No terceiro capítulo foram analisadas as entrevistas realizadas com Alberto Rodrigues Pompeu, Sady José Baldo e Lurdes Zancanaro Manica. Essas pessoas vivenciaram as transformações e, no momento das entrevistas, as recordaram. Assim, o uso destas entrevistas permite uma conexão entre presente e passado a partir das memórias: a partir delas o passado é invocado para justificar e afirmar, ou, ainda, questionar o presente.

A percepção dominante está presente na narrativa de Pompeu, a partir da exaltação do progresso como um caminho evolutivo do passado – com as madeireiras – para o presente, com as tecnologias, empregadas na agricultura. A paisagem era o “sertão”, que após a ação das madeireiras passa a ser “civilizado”. A paisagem também é encarada, na percepção de Pompeu, assim como nos jornais, pela da lógica do progresso com natural e ordenado.

Essa percepção dominante também aparece na fala de Sady J. Baldo, mas não é a única em sua narrativa. Talvez por isso haja o trabalho constante de realimentação da percepção dominante a partir de novas narrativas. Como na imprensa do passado, no presente não há uma única certeza sobre os resultados dessas transformações. Assim, por mais que Baldo exalte a necessidade de desmatar, também crítica um uso não racional do que ele vê enquanto recurso: a paisagem, a natureza, algo que para o presente trouxe consequências negativas, já que não se dispõe da mesma quantidade e da qualidade desses “recursos”.

A percepção de Baldo sobre as transformações na paisagem está ligada aos seus diferentes trabalhos: a partir da mudança de funções ele vai descrevendo as alterações na paisagem. As lembranças sobre seus trabalhos são marcadas por uma ambiguidade – como bom e ruim –, quiçá por isso suas percepções sobre as transformações também apresentem essas características – em alguns casos positivas e, em outros, negativa.

Como afirmado, por mais que a percepção dominante se imponha, nos diferentes tempos ela nunca foi a única: há também narrativas dissonantes a ela, como ocorre em boa parte da narrativa de Lurdes Zancanaro Manica. Nessa narrativa os tempos não seguem uma

evolução. O presente e o futuro não são necessariamente melhores. O passado pode ser uma redenção, sem veneno e com alimentos de melhor qualidade.

Mas, como escreveu Löwy, a partir da leitura das teses “sobre o conceito de História” de Walter Benjamin: “A redenção não é inteiramente garantida, ela é apenas uma possibilidade muito pequena que é preciso saber agarrar”⁶⁵⁸. O passado, como o presente e o futuro, não está acabado: há possibilidade para novos olhares. A redenção do passado é a forma de revê-lo, corrigi-lo e reparar o que já se foi, e, também, de trazer novamente o que era bom e se perdeu.

Manica não faz sua narrativa como alguém que só observou os fatos: narra a partir de suas particularidades vividas, sua condição de mulher em uma sociedade onde os cuidados com a manutenção da vida e com o privado são atribuídos como funções femininas. Pompeu, ao contrário, relata como um observador, como se fosse o narrador de uma história vivida por outros, isso talvez seja fruto da função que lhe é atribuída, como uma fala autorizada, de um “pioneiro”.

No quarto e último capítulo analisamos o acervo eletrônico de fotografias do MIS. Nessa fonte há a tentativa de construir uma visão da história do município como ausente de conflitos e por meio da naturalização da exploração do meio natural. As ações das madeireiras e da agricultura seguiriam um ritmo evolutivo, diminuindo a importância das mortes decorrentes da violência nos conflitos pela terra.

No entanto, essas ações de violência e conflitos pela posse da terra – ou pelo meio natural – fazem parte da paisagem do passado desse município, mas também do presente. Assim, os “sem terra” são parte da paisagem do presente, mesmo com as tentativas de apagamentos por parte do MIS e de outros agentes. Essas figuras humanas, destituídas da terra, são o resultado direto das ações de transformações na paisagem, geradas, sobretudo, a partir da modernização da agricultura. Esses sujeitos foram forjados a partir de outras figuras humanas, que ocupavam a paisagem no passado. Assim, são resultado da perda da terra pelos indígenas, boias-frias, meeiros, camponeses, caboclos, arrendatários, trabalhadores assalariados, pequenos proprietários agrícolas, desapropriados da ITAIPU, entre outros.

O latifúndio também é parte da paisagem desse espaço. A IMAPAR (industrial madeireira do Paraná) já foi uma grande representante desse poder. Todavia, no presente, esse grupo perdeu lugar para outros grupos econômicos ligados mais ao agronegócio.

⁶⁵⁸ LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de História”. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 52.

Hartog escreveu que “mais modestamente devemos restaurar alguma forma de comunicação entre presente, passado e futuro”⁶⁵⁹. Assim, acho necessário que possamos repensar o presentismo para que possamos ter um novo horizonte de expectativa e rever o campo de experiência. De tal modo, teremos esperança em outros futuros possíveis. O passado, o presente e futuro não estão acabados, há possibilidade de novos olhares, novos projetos, novas expectativas.

Nesse sentido, acho necessário que possamos construir outras percepções sobre as transformações que ocorreram na paisagem. Esse construir é necessário para refletimos sobre outras formas de transformação ocorridas, com novas análises históricas, que considerem: agroecologia, agroflorestal, permacultura e tantas outras como meios de reduzir os impactos ambientais causados tanto pelas ações das madeiras, como pela a agricultura convencional, mas, também, como uma maneira de nós, seres humanos, integramos novamente a natureza de forma mais harmônica. Ao analisarmos as percepções sobre as transformações da paisagem no passado, talvez possamos contribuir para os debates que considerem as possibilidades de outras formas de se viver em nosso planeta, com menos impactos ambientais e com mais equidade social.

⁶⁵⁹ HARTOG, op. cit. 2003. p. 31.

FONTES

a) Impressas:

CORDEIRO, Anselmo. *Ninho de Cobras*. Cascavel: Editora Independente Ltda, 1986.

DIÁRIO D'OESTE: um jornal a serviço do município, do Estado e do Brasil. Cascavel/PR: Gráfica Lincoln. Domingo 11 de novembro de 1962. Diário. Ano I, nº I.

DIÁRIO D'OESTE: um jornal a serviço do município, do Estado e do Brasil. Cascavel/PR: Gráfica Lincoln. Terça-feira 13 de novembro de 1962. Diário. Ano I, nº II.

DIÁRIO D'OESTE: um jornal a serviço do município, do Estado e do Brasil. Cascavel/PR: Gráfica Lincoln. Terça-feira, 04 de dezembro de 1962. Diário. Ano I, nº 17.

DIÁRIO D'OESTE: matutino. Cascavel/PR: Gráfica Lincoln. Domingo 10 de março de 1963. Diário. Ano I, nº 57.

DIÁRIO D'OESTE: Matutino. Cascavel/PR: Gráfica Lincoln. Terça-feira, 12 de março de 1963. Ano I, nº 58.

DIÁRIO D'OESTE: Matutino. Cascavel/PR: Gráfica Lincoln. Quinta-feira 14 de março de 1963. Diário. Ano I, nº 60.

DIÁRIO D'OESTE: Matutino. Cascavel/PR: Gráfica Lincoln. Quinta-feira, 21 de março de 1963. Diário. Ano I, nº 65.

DIÁRIO D'OESTE: Matutino. Cascavel/PR: Gráfica Lincoln. Quinta-feira 04 de abril de 1963. Diário. Ano I, nº 74.

DIÁRIO D'OESTE: Matutino. Cascavel/PR: Gráfica Lincoln. Quarta-feira, 08 de maio de 1963. Diário. Ano I, nº 94.

DIÁRIO D'OESTE: Matutino. Cascavel/PR: Gráfica Lincoln. Terça-feira 28 de maio de 1963. Diário. Ano I, nº108.

DIÁRIO D'OESTE: Matutino Independente. Cascavel/PR: Gráfica Lincoln. Quarta-feira, 05 de fevereiro de 1964. Diário. Ano II, nº 254.

DIÁRIO D'OESTE. Cascavel/PR: Gráfica Lincoln. Domingo 23 de abril de 1967. Diário. Ano III, nº 365.

DIÁRIO D'OESTE. Cascavel/PR: Gráfica Lincoln. Domingo 30 de abril de 1967. Diário. Ano III, nº 366.

DIÁRIO D'OESTE. Cascavel/PR: Gráfica Lincoln. Domingo 24 de setembro de 1967. Diário. Ano III, nº 384.

EDUARDO, Jairo. *Pinhão Bilionário. Pitoco*, Cascavel, ano XXIII, Nº 2193, p 04-14.19 de abril de 2019. <https://www.pitoco.com.br/arquivos-pitoco>.

FAUTH, Willy. *Tudo Sobre Cascavel: história, comércio, indústria, poder publico, entidades, informações, estatísticas*. Toledo: Grafo - set, V. 1, nº 2, 1973.

FRONTERIA DO IGUAÇU. Cascavel/PR: Editora Fronteira do Iguazu, LTDA. Quinta-feira 01 de abril de 1971, Ano I, nº 18.

FRONTERIA DO IGUAÇU. Cascavel/PR: Editora Fronteira do Iguazu, LTDA. Sábado 08 de julho de 1972, Ano II, nº 102. Suplemento rural, nº37.

FRONTERIA DO IGUAÇU. Cascavel/PR: Editora Fronteira do Iguazu, LTDA. Sábado 17 de março de 1973, Ano III, nº 176.

FRONTERIA DO IGUAÇU. Cascavel/PR: Editora Fronteira do Iguazu, LTDA. Terça-feira 07 de agosto de 1973. Trimensal. Ano III, nº 225.

FRONTERIA DO IGUAÇU. Cascavel/PR: Editora Fronteira do Iguazu, LTDA. Sábado 16 de fevereiro de 1974, Ano III, nº 306.

FRONTERIA DO IGUAÇU. Cascavel/PR: Editora Fronteira do Iguazu, LTDA. terça-feira 11 de novembro de 1975, Ano V, nº 743.

FRONTERIA DO IGUAÇU. Cascavel/PR: Editora Fronteira do Iguazu, LTDA. Quarta-feira 12 de novembro de 1975, Ano V, nº 744.

FRONTERIA DO IGUAÇU. Cascavel/PR: Editora Fronteira do Iguazu, LTDA. Quinta-feira 20 de novembro de 1975, Ano V, nº 750.

FRONTERIA DO IGUAÇU. Cascavel/PR: Editora Fronteira do Iguazu, LTDA. Quarta-feira 01 de dezembro de 1976, Ano 6, nº 1031.

FRONTERIA DO IGUAÇU. Cascavel/PR: Editora Fronteira do Iguazu, LTDA. Sábado 25 de dezembro de 1976, Ano 6, nº 1051.

FRONTERIA DO IGUAÇU. Cascavel/PR: Editora Fronteira do Iguazu, LTDA. Quinta-feira 30 de dezembro de 1976, Ano VI, nº 1054.

FRONTERIA DO IGUAÇU. Cascavel/PR: Editora Fronteira do Iguazu, LTDA. Quarta-feira 13 de abril de 1977, Ano 7, nº 1138.

FRONTERIA DO IGUAÇU. Cascavel/PR: Editora Fronteira do Iguazu, LTDA. Domingo 17 de abril de 1977, Ano VII, nº 1142.

MANFREDINI, Luiz. *Empreendedores do Paraná: oeste e sudoeste*. 2ªed. Curitiba: Ipê Amarelos, 2008.

MICHAELIS: dicionário escolar língua portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2008. p.537; p. 790.

O PARANÁ: jornal de fato. Cascavel/PR. Sexta-feira 12 de novembro de 1976, Ano I, nº 151, suplemento: O Paraná Agrícola.

O PARANÁ: jornal de fato. Cascavel/PR. Quarta-feira 1º de dezembro de 1976, Ano I, nº 165.

O PARANÁ: jornal de fato. Cascavel/PR. Domingo 03 de abril de 1977, Ano I, nº 26. Caderno C.

O PARANÁ: jornal de fato. Cascavel/PR. Quinta-feira, 21 de abril de 1977, Ano I, nº 280.

O PARANÁ: jornal de fato. Cascavel/PR. Domingo 06 de agosto de 1978, Ano III, nº 53, Caderno Rural.

O PARANÁ: jornal de fato. Cascavel/PR. Quarta-feira 16 de agosto de 1978, Ano III, nº674.

O PARANÁ: jornal de fato. Cascavel/PR. Quarta-feira, 23 de maio de 1979. Diário. Ano IV, nº 901.

O PARANÁ: jornal de fato. Cascavel/PR. Domingo, 19 de agosto de 1979. Diário. Ano IV, nº 975.

O PARANÁ: jornal de fato. Cascavel/PR. Quarta-feira 11 de março de 1981, Ano V, nº 1432.

O PARANÁ: jornal de fato. Cascavel/PR. Domingo 29 de março de 1981, Ano V, nº 1448. Caderno Rural.

b) Oraís:

Entrevista concedida por Alberto Rodrigues Pompeu a Daniele Brocardo e Nilceu J. Deitos. Cascavel/PR, residência Alberto Rodrigues Pompeu, em 22 de março de 2013.

Entrevista concedida por Alberto Rodrigues Pompeu ao Projeto: Universidade sem Fronteiras, sub-área das licenciaturas, intitulado: Intervenções na relação Universidade/Educação Básica: tempo passado, desafio do presente. Cascavel/PR, residência Alberto Rodrigues Pompeu, em 28 de fevereiro de 2009.

Entrevista concedida por Sady José Baldo a Daniele Brocardo. Cascavel/PR, residência e comércio de Sady José Baldo, em 13 de setembro de 2013. s/p.

Entrevista concedida por Lurdes Zancanaro Manica a Daniele Brocardo. Distrito de Juvinópolis – Cascavel-PR, casa da entrevistada, em 17 de abril de 2018. s/p.

c) Sites consultados:

A pecuária e uso da água. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1816992/pegada-hidrica-um-novo-desafio-para-a-pecuaria>. Acesso em: 28/03/2019.

Conflito sobre a posse de terra envolvendo madeireira em Quedas do Iguaçu/PR. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/04/08/dois-anos-apos-massacre-de-quedas-do-iguacu-no-parana-nenhum-pm-foi-punido/>. Acesso em: 17/12/2018.

Conflito sobre a posse de terra envolvendo madeireira em Quedas do Iguaçu/PR. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2016/04/mst-afirma-que-vitimas-mortas-no-pr-foram-atingidas-por-tiros-nas-costas.html> Acesso em: 17/12/2018.

Delfim Netto. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-delfim-neto>. Acesso: 25/11/2020.

Destocar . Disponível em: <https://www.dicio.com.br/destocar/>. Acesso em: 06/02/2019.

Destruição. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/destruicao/>. Acesso em: 12/03/2019.

Día Mundial del Agua: se requieren 15.000 litros de agua para generar un kilo de carne, señala la FAO, Disponível em: <http://www.fao.org/americas/noticias/ver/es/c/229495/>. Acesso em: 08/11/2019.

Estorvo. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/estorvo/>. Acesso em: 13/03/2019.

Fazenda Cajati em Cascavel, antiga propriedade da IMAPAR. Disponível: <http://www.incra.gov.br/incra-compra-fazenda-cajati-em-cascavelpr>. Acesso: 19/12/2017.

Fusão entre as empresas Bayer e Monsanto. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/o-que-esta-por-dentro-da-fusao-entre-bayer-e-monsanto/>. Acesso em: 12/12/2018.

GREENPEACE. *A farra do boi na Amazônia*. Edição resumida. Disponível em: www.greenpeace.org.br. Acesso: 28/03/2019.

História da formação do MST. Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86>. Acesso: 27/03/2019.

IMAPAR-CAJATI Reflorestamentos e Agricultura Ltda. produtora de sementes e pertencente ao mesmo proprietário da IMAPAR Disponível em: <https://www.bonde.com.br/bondenews/parana/incra-compra-fazenda-e-assentara-106-familias-no-parana-109281.html>. Acesso: 12/02/2019.

Jacy Miguel Scanagatta. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jacy-miguel-scanagatta>. Acesso em: 25/11/2020.

Museu da Imagem e do Som-MIS Cascavel. Disponível em: <http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/acervo.php>. Acesso em: 16/04/2019.

Números de Emissões de GEE pelo gado. Disponível em: <http://www.fao.org/news/story/pt/item/197623/icode>. Acesso: 08/11/2019.

O município de Cascavel em primeiro lugar no Estado do Paraná no consumo de agrotóxicos. Dados referentes ao ano de 2013. Disponível

em:<<http://www.saude.ufpr.br/portal/observatorio/monitoramento/mapas-do-consumo-de-agrotoxicos-no-parana/>>. Acesso. 13/02/2019.

O Território do Iguaçu Disponível em:
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Territ%C3%B3rio_Federal_do_Igua%C3%A7u>. Acesso
29/03/2018.

PARO, Denise. Sexagenária, Cascavel é referencia no Oeste. *Gazeta do Povo*. 13/11/2011.
Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/sexagenaria-cascavel-e-referencia-no-oeste-9y26inh2bzmod4z5f50cr61a/>>. Acesso em: 30/11/2019.

População Brasileira por situação do domicílio. Disponível em:
<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>. Acesso: 05/12/2018.

População Brasileira por situação do domicílio. Disponível em:
https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940_1996.shtm.. Acesso:
06/12/2018.

População Brasileira por situação do domicílio. Disponível em:
http://www.ipardes.pr.gov.br/biblioteca/docs/NT_14_tendencias_demograficas.pdf. Acesso:
07/12/2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMY, Irene Spies. *Formação e organização política da classe dominante agrária: a sociedade rural do oeste do Paraná*. Marechal Cândido Rondon, 2010. 173 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

_____. Terra e poder no Oeste do Paraná. In: SILVA, Antônio Both da; KOLING, Paulo José. (Org.) *Terra e poder: abordagens em história agrária*. Porto Alegre: FCM Editora, 2015.p.141-161.

_____. Terra, disputa e memória no oeste do Paraná. In: BROCARD, D; DEBIASI, R. E; ORBEN, T. A. (Orgs.). *Terra e memórias: Vivências, conflitos e conquistas no(s) rural(is) do Brasil*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.p.143-171.

_____. *Poder e Cooperativismo no Oeste do Paraná: o caso da Coopavel*. Marechal Cândido Rondon, 2019. 275 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. De “versão” a “narrativa” no Manual de história oral. *História Oral*, v. 15, n. 2, p. 159-166, jul.-dez. 2012.

ALENTEJANO, Paulo. Modernização da Agricultura. In: CALDART, Roseli Saete et al (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ALMEIDA, G. E. G. *Fumo: servidão moderna e violação de direitos humanos*. Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

ARRUDA, Gilmar. Representações da natureza: história identidade e memória. In: ROLIM, Rivail C.; PELEGRINI, Sandra A.; DIAS, Reginaldo (Orgs). *História, Espaço e Meio Ambiente*. Maringá: ANPUH-PR. 2000, B.

_____. *Cidades e sertões: entre e história e a memória*. Bauru/SP: EDUSC, 2000, A.

ASCARI, R. A.; SCHEID, M; KESSLER, M. Fumicultura e a utilização de agrotóxicos: riscos e proteção da saúde. *Revista Contexto & Saúde*, 2012(23), 41-50. Disponível em:<<https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/1840>>.

AYOUB, Dibe Salua. Madeira Sem Lei: memórias de um conflito fundiário no Paraná. In *Anais do 34º Encontro Anual da Anpocs*, de 25 a 29 de outubro de 2010, em Caxambu/MG. Disponível: < <https://www.anpocs.com/index.php/papers-34-encontro/st-8/st14-6/1468-dayoub-madeira/file>>. Acesso em: 17/12/2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/04/08/dois-anos-apos-massacre-de-quedas-do-iguacu-no-parana-nenhum-pm-foi-punido/>>.

BAMPI, Aumeri Carlos et al. O processo de desenvolvimento econômico da Amazônia norte mato-grossense trazido pelos migrantes contemporâneos como produtor do desenraizamento

socioambiental. In: Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações, 3º, 2014, Florianópolis. *Anais*.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. tradução Paulo Neves. - 2- ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. *Abrindo a Caixa Preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil*. Campinas/SP, 2003. 222 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente). Universidade Estadual de Campinas-Unicamp.

BLANC-PAMARD, Chantal; RAISON, Jean-Pierre. Paisagem. In: *Enciclopédia Einaudi*. vol. 8, Região. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986, p.138-159.

BOMBARDI, Larissa Mies. Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro. In: Tatiana Merlino; Maria Luisa Mendonça. (Org.). *Direitos Humanos no Brasil - 2012*. 1ed. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2012, v. 1.

BRITTEZ, Ricardo Mirando de. Aspectos ambientais a serem considerados na restauração da floresta com Araucária no Estado do Paraná. *Pesq. Flor. Bras*, Colombo, n 55, jul/dez, 2007.

BROCARDI, Daniele. *Memórias sobre o Processo de Desmatamento e da Ação de Madeiras na Região de Cascavel / PR (1950-1970)*. Marechal Cândido Rondon/PR, 2012, 50 p. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE.

_____. *Memórias sobre a ação de madeiras: o processo de extração da floresta no município de Cascavel/PR*. Marechal Cândido Rondon/PR, 2015, 134 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE.

_____; DEBIASI, R. E. ; ORBEN T. A.(ORGS.). *Terra e Memórias: vivências, conflitos e conquistas no(s) rural(is) do Brasil*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

BUBLITZ, Juliana. *Forasteiros na floresta subtropical: uma história ambiental da colonização européia no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, 2010. 203 p. Tese (doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ.

CANABARRO, Ivo dos Santos; SCHNEIDER, Daniel. Imagens do mundo do trabalho. *Revista Musement*, Canoas, v. 1, jun. 2007. Disponível em: <www.revistamuseu.com.br>. Acesso: 28/07/2020.

CANCIÁN, Nadir Aparecida. *A conjuntura econômica da madeira do norte do Paraná*. Curitiba, 1974. 217p. Dissertação (mestrado em História)- Universidade Federal do Paraná (UFPR).

CARNEIRO, F.F. et al (Org.). *Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARVALHO, Ely Bergo de. *Sombras do Passado, Projetos de Futuro: as florestas nas memórias dos agricultores de Engenheiro Beltrão-Paraná, 1947-2003* Florianópolis, 2004, 176 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

_____. *A Modernização do Sertão: terras, florestas, estado e lavradores na colonização de Campo Mourão, Paraná, 1939-1964*. Florianópolis, 2008, 346 p. Tese (doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

CARVALHO, Miguel M. X. de. *Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com Araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)*. Florianópolis, 2010. 313 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

_____. A crítica ambiental e o processo de devastação das florestas de araucária no Sul do Brasil. In: ANPUH – XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, São Leopoldo, *Anais*. São Leopoldo, 2007, p.01-08.

_____. NODARI, Eunice Sueli; NODARI, Rubens Onofre. “Defensivos” ou “agrotóxicos”? História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.24, n.1, jan.-mar. 2017, p.75-91.

_____. ; NODARI, Eunice Sueli. As Origens da Indústria Madeireira e do Desmatamento da Floresta de araucária no Médio Vale do Iguaçu (1884-1920). *Cadernos do CEOM*, Ano 21, nº 29 – Bens Culturais e ambientais. 2008.

_____. ; NODARI, Eunice Sueli. As fases da exploração madeireira na floresta com araucária e os progressivos avanços da indústria madeireira sobre as florestas primárias (1870-1970). In. Simpósio Internacional de História Ambiental e Migração. *Anais Florianópolis/SC*, 2010.

_____. ; OLIVEIRA, O. J. F. de. Memórias de criadores de suínos: a modernização da suinocultura vista a partir da experiência dos criadores (Nova Laranjeiras - Paraná). *Revista de História Regional*, 23(1), p. 134-150, 2018.

_____. ; PROVIN, B. G.; VALENTINI, R. P., Uma Leitura da Modernização da Suinocultura: história, agropecuária e bem-estar animal - Paraná, Brasil (1960 - 1980). *Expedições: teoria da história e historiografia*, ano 7, nº 2, p.119-140, dezembro de 2016.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. A representação da natureza na pintura e na fotografia brasileiras do século XIX. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1998, p.199-231.

CARVALHO, Tarcísio. Bóia-Fria. In: MOTTA, Márcia (Org.) *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CASTELLA, P. R.; BRITZ, Ricardo, Mirando de. *A floresta com araucária no Paraná: conservação e diagnóstico dos remanescentes florestais*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

CHAPARINI, F. S. Gernote Kirinus: Religião, política e lutas pela terra no Oeste Paranaense (1970-1980). Marechal Cândido Rondon, 2018. 113 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

CONTE, Franciéli Aline. Efeitos do consumo de aditivos químicos alimentares na saúde humana. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, nº 181, ano XVI, p.69-81, 2016.

CORAZZA, M. M. S; KRUPINISKI, R. Jornal Fronteira do Iguazu e a Ditadura Militar: a construção do consenso por meio dos editoriais (1972 a 1973). *Revista Advérbio*, v.VII, nº 13, 21/03/2017. Disponível em: <http://www.adverbio.fag.edu.br/>. Acesso em: 18/12/2019.

CORRÊA, Dora Shellard. Paisagens através de outros olhares. *Revista de História Regional*. 20, 2015.

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, nº 35, p.253-270, 2007.

CURCIO, G. R.; DEBRINO, Marlon. *Latosolo vermelho do subplanalto de Cascavel – características e potencial de uso*. Disponível em: <http://www.pronasolos.pr.gov.br/pagina-13.html>. Acesso em: 22/11/2019.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DELFIM NETO, Antônio. Problemas econômicos da agricultura brasileira. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP – Boletim, n. 46, Cadeira XXV. São Paulo, 1963? 298p. Apud: DELGADO, Guilherme Costa. *A questão agrária no Brasil, 1950-2003*. p. 01. Disponível: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_2-10.pdf.

DELGADO, Guilherme Costa. *A questão agrária no Brasil, 1950-2003*. p. 01. Disponível: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_2-10.pdf.

_____. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: Carter, M. (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

DUARTE, Geni Rosa. Memória, Fonte Oral e Ensino de História: tempo passado, desafio do presente. In. XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR: “Patrimônio Histórico no Século XXI”. *Anais dos dias 21 a 24 de Maio de 2008*, Jacarezinho.

DUMKE, Ediane Teresinha. *A importância do ciclo madeireiro nos primórdios da colonização da região oeste do Paraná: 1930-1970*. Cascavel, 2004. Trabalho acadêmico (TCC) - Curso de Ciência Econômica, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

FREITAG, Liliane da C. *Extremo-oeste paranaense história territorial, região identidade e (re)ocupação*. Franca, 2007.209p. Tese (Doutorado em História), Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP.

_____. Região Editada: história territorial em narrativas de Paraná. In: SALES, J. R.; FREITAG, L.; FILHO, M. (orgs.) *Região: espaço, linguagem e poder*. São Paulo: Alameda, 2010.

FURTADO, Celso. A estrutura agrária no sub-desenvolvimento brasileiro. In: *Análise do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro, Nacional, 1972. p.89-122. apud: GONÇALVES, José Sidnei. A questão agrária nos clássicos revisitada: as idéias, seu tempo e seu lugar. *Informações Econômicas*, SP, v.23, n.08, ago. 1993.

FONSECA, Carlos Roberto (ed.). *Floresta com araucária: ecologia, conservação e desenvolvimento sustentável*. Ribeirão Preto: Holos, 2009.

GONÇALVES, J. H. R. A mística do pioneirismo, antídoto contra o socialismo. Bento Munhoz da Rocha Neto, a reforma agrária e o norte do Paraná dos anos 50 e 60. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa: v. 2, n. 1, 1997. p. 145-171.

GONÇALVES, José Sidnei. A questão agrária nos clássicos revisitada: as idéias, seu tempo e seu lugar. *Informações Econômicas*, SP, v.23, n.08, ago. 1993.

GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

GUIL, Luiz Francisco. *Cascavel: a conquista do oeste paranaense*. Curitiba: Arte editora, 2018.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. São Paulo, Paz e Terra, 1982. 255p. apud: GONÇALVES, José Sidnei. A questão agrária nos clássicos revisitada: as idéias, seu tempo e seu lugar. *Informações Econômicas*, SP, v.23, n.08, ago. 1993.

GUIMARÃES, J. F. S; REZENDE, C. V. de; BRITO, A. M. P. de. O conceito de memória na obra "Matéria e Memória" de Henri Bergson. In: *VI Colóquio Internacional: "educação e contemporaneidade"*. São Cristovão/SE, 2012.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

_____. Tempo, História e a Escrita da História: a ordem do tempo. *Revista de História*, nº148, p.09-34, 2003.

JACKSON, John Brinckerhoff. *Discovering the vernacular landscape*. New Haven: Yale University Press, 1984. apud VIEIRA, Daniel de Souza Leão. Paisagem e Imaginário: contribuições teóricas para uma história cultural do olhar. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, Vol. 3, Ano III, nº 3, 2006, p.04. Disponível em: www.revistafenix.pro.br. Acesso 15/03/2018.

JAWSNICKER, Claudia. Correio D' Oeste, A Verdade e Diário do Oeste. Jornalismo político-partidário em Cascavel (PR) na década 50. *Revista Pj: Br jornalismo Brasileiro*, São Paulo, Ed:07, 2º semestre de 2006. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/monografia7_c.htm>. Acesso em: 21/03/2018. p/s.

_____. Os impasses da modernização dos jornais no oeste do Paraná na década de 70. In: VIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sul, 2007, Passo Fundo. *Anais Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*.

KHOURY, Yara A. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: ALMEIDA, P. R. de; KHOURY Y. A.; MACIEL, L. A. *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d' Água, 2006.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora: PUC-Rio, 2006.

KOSSOY, Boris. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, Etienne. *O fotográfico*. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. Cotia/SP: Ateliê Editora, 2002.

LACERDA, Aline L. de. A imagem nos arquivos. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana. (Org.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. p.53-66.

LAVALLE, A. M. *A madeira na economia paranaense*. Curitiba: Grafipar, 1981.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de História”*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MAICÁ, Eitel Dias. Sementes. In: CALDART, Roseli Salete et al (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MARCELO, Moreno dos Reis, et al. Conhecimentos, atitudes e práticas de agricultoras sobre o processo de produção de tabaco em um município da Região Sul do Brasil. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2017, vol.33. Disponível em:<<http://www.scielo.br>>.

MARIANO, Maicon. Sociedade e Meio Ambiente: discursos sobre a “Era da madeira” In: 2º Simpósio internacional de história ambiental e migrações, 2012, Florianópolis. *Anais: Florianópolis*, 2012.p.161-178.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?. *Lua Nova*, São Paulo, n.23, p. 7-37, Mar. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451991000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04/06/2019.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MASCARENHAS, Milena C. Poeira: a expressão dos atingidos de Itaipu. In: SILVA, Marcio Antônio Both da; KOLING; Paulo José. (Org.). *Terra e poder: abordagens em história agrária*. Porto Alegre: FCM Editora, 2015.

McNEILL, John. Deforestation in the Araucaria Zone of Southern Brazil, 1900-1983. In: RICHARDS, J. F.; TUCKER, R. P. (ed.) *World Deforestation in the Twentieth Century*. Durham: Duke University Press, 1988.p.21. Apud CARVALHO, M. M. X. de. *Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com Araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)*. Florianópolis, 2010. 313 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

MELLO, C. V. de. *Os trabalhadores sem terra no processo de formação do assentamento Valmir Mota: Cascavel, Paraná (1999-2017)*. Marechal Cândido Rondon 2018. 135p. Dissertação (mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

MELO, Victor Andrade de. Lazer, modernidade, capitalismo: um olhar a partir da obra de Edward Palmer Thompson. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, p. 5-26, janeiro-junho de 2010.

MENDONÇA, Fernanda Graebin. *Alimentos Transgênicos x Alimentos de Qualidade: os desafios jurídicos para a garantia do direito humano à segurança alimentar*. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=9fa382e159884a63>>. Acesso em: 20/02/2019.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Ensino Agrícola e Influência Norte-Americana no Brasil (1945-1961). *Tempo* [online], vol. 15, n. 29, p.139-165, 2010.

MEYRER, Marlise Regina. *Representações do desenvolvimento nas fotorreportagens da revista O Cruzeiro (1955-1957)*. Porto Alegre, 2007. 257 p. Tese (Doutorado em História) – PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

_____. A “domesticação” da paisagem como parte do “processo civilizador”: uma análise das fotorreportagens da revista *O CRUZEIRO*. *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, V.15, p. 299 – 335. 2º Semestre – 2011.

MILAN, Elisana; MORO, Rosemeri Segecin. O conceito biogeográfico de ecótono. *Terr@ Plural*, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, jan/jun. 2016.

MONTEIRO, Charles. Imagens da cidade de Porto Alegre nos anos 1950: a elaboração de um novo padrão de visualidade urbana nas fotorreportagens da *Revista do Globo*. In: Monteiro, Charles (Org.). *Fotografia, história e cultura visual: pesquisas recentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.p. 09-49.

MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. Tradução Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *O Rural à la gauche: campesinato e latifúndio nas interpretações de esquerda (1955-1996)*. Niterói: Editora da UFF. 2014.

NATIVIDADE. Melissa de M. Aliança para o Progresso e educação rural no Brasil. In: Encontro de História da Anpuh – Rio, XVII, 2016, Nova Iguaçu. *Anais: entre o local e o global*, Nova Iguaçu, 2016, p. 02. Disponível em:

<http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465608518_ARQUIVO_Alianca_paraoProgressoeducacaoruralnoBrasil.pdf>.

NOCELLI, R. C. F. et al. *Riscos de Pesticidas sobre as Abelhas*. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/69299/1/Roberta.pdf>>. Acesso: 25/02/2019.

NODARI, Eunice Sueli. “Mata Branca”: o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem no Estado de Santa Catarina. In: NODARI, Eunice Sueli; Klug, João. (Org.). *História ambiental e migrações*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

NOVAES, Sylvia Caiuby. O silêncio eloquente das imagens fotográficas e sua importância na etnografia. *Cadernos de Arte e Antropologia*, vol. 3, n° 2, p. 57-67, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OXFAM BRASIL. *Terrenos da desigualdade: Terra, agricultura e desigualdade no Brasil rural*, Novembro de 2016. Disponível em: www.oxfam.org.br. Acesso: 30/11/2018.

PAIVA, Ruy Miller. Apreciação geral sobre o comportamento da agricultura brasileira. In: Seminário de análise do processo de formulação de política governamental. Rio de Janeiro, FGV, 1968.7 6p. apud: GONÇALVES, José Sidnei. A questão agrária nos clássicos revisitada: as idéias, seu tempo e seu lugar. *Informações Econômicas*, SP, v.23, n.08, ago. 1993.

PEREIRA NETO, André de Faria; MACHADO, Bárbara Araújo; MONTENEGRO, Antonio Torres. História Oral no Brasil: uma análise da produção recente (1998/2008). *História Oral: Revista Associação Brasileira de História Oral*, Rio de Janeiro, v 10, n2, p.113-126 jul-dez.2007.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Revolução Verde In: CALDART, Roseli Salette et al (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PERIS, Alfredo Fonceca. *A dinâmica econômica dos eixos Cascavel-Guaíra e Cascavel-Foz do Iguaçu*. Disponível em: <http://www.geocities.ws/periconsultoria/publicacao/Trilhas_cap04.pdf>. Acesso em: 10/04/2019.

PIERUCCINI, Mariângela Alice; TSCHÁ, Olga. da C. P; IWAKE, Shiguero. *Criação dos Municípios e Processos Emancipatórios*. Disponível: <http://www.unioeste.br/projetos/oraculus/pmop/capitulos/Capitulo_03.pdf>. Acesso em: 20/05/2013.

PIAIA, Vander. *Terra, sangue e ambição: a gênese de Cascavel*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2013.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos históricos. Rio de Janeiro, V. 5. N 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PRADO JR., Caio. A revolução brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1966. 332p. apud: GONÇALVES, José Sidnei. A questão agrária nos clássicos revisitada: as idéias, seu tempo e seu lugar. *Informações Econômicas*, SP, v.23, n.08, ago. 1993.

PRIORI, Angelo Aparecido; PAIXÃO, Letícia Aparecida. A paisagem como fonte histórica e como produtora de memória. *História Revista: revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás*, v. 20, n1, 2015.

RADIN, José Carlos; SALINI, Ademir Miguel . O Instituto Nacional do Pinho e a indústria madeireira no oeste catarinense. *Revista Professare*, Caçador, v.4, n.3 , p.21-46, dez. 2015.

RANGEL, Ignácio. A questão agrária brasileira. Recife, Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962. apud: GONÇALVES, José Sidnei. A questão agrária nos clássicos revisitada: as idéias, seu tempo e seu lugar. *Informações Econômicas*, SP, v.23, n.08, ago. 1993.

REIS, TROIAN, Alessandra et al. O uso de agrotóxicos na produção de fumo: algumas percepções de agricultores da comunidade Cândido Brum, no município de Arvorezinha (RS). In: *SOBER CONGRESSO*, 47., 2009, Porto Alegre. Apresentação oral. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 1-20. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/844.pdf>>.

RIBEIRO, Sarah Iurkiv G. Os Guarani no Oeste do Paraná: espacialidade e resistência. *Espaço Plural*, Ano VI, Nº 13, p. 27-30, 2º Semestre de 2005. Disponível em: www.unioeste.br/saber. Acesso em 18/11/2019.

_____. Tibes. Fronteira e Espacialidade: o caso dos Guarani no Oeste do Paraná. *Varia Scientia*, V.06, Nº 12, p. 171-19, dez. de 2006.

RIBEIRO, W. C. Em Busca da Qualidade de Vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PINSKY, Jaime (Org). *História da Cidadania*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003, p.399-417.

RODRIGUES DOS SANTOS, J; SCHÖNE, K. C; NOAL, S. M; Colonização do oeste do Paraná: possibilidade de pesquisa através das fotografias do Museu da Imagem e do Som (MIS) do Município de Cascavel. *Revista Vernáculo*, 2, n.34,p.34-56, 2014. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/vernaculo/article/view/37254/23575>>. Acesso em: 15/01/ 2016.

ROMERO, Mariza. Entrevista: François Hartog. *Rev. Bras. Hist.* vol.35, n.70 pp.281-291. 2015. Disponível em: < <https://dx.doi.org/10.1590/1806-93472015v35n70005>>>. Acesso 13/11/2019.

ROSA, Ricardo S.; LIMA Flávio C. T. Os Peixes Brasileiros Ameaçados de Extinção. In: MACHADO, A. B. M.; DRUMMOND, G. M.; PAGLIA A. P. (editores). *Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção* 1.ed. - Brasília, DF : MMA; Belo Horizonte, MG : Fundação Biodiversitas, 2008.

SALLES, Jefferson de Oliveira. Atores sociais do desmatamento no Paraná 1940 - 1960: contribuições para uma história da indústria madeireira. In. SONDA, Claudia; TRAUZYNSKI, Silvia Cristina (Org.). *Reforma Agrária e Meio Ambiente: teoria e prática no estado do Paraná*. Curitiba: ITCG, 2010.

SANTOS, Jael dos. *Museu real/museu virtual: apontamentos sobre o projeto MIS (2009-2011)*. Marechal Cândido Rondon, 2011. 83p. Trabalho acadêmico (TCC)- História, UNIOESTE.

_____. Uma cidade em movimento: O desenvolvimento urbano de Cascavel a partir do acervo fotográfico do MIS- Museu da Imagem e do Som- de Cascavel (1960-1975). In: III Encontro Nacional de Estudos da Imagem, 2011, Londrina. *Anais*: Londrina, 2011, p.1490-1504.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: ____; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina. SA, 2009.

SANTOS, José Carlos dos; RISTOW, Márcia Regina. Suicídios: fato social e desenvolvimentismo na base dos atentados contra a vida. In: Revista *Emancipação*, Ponta Grossa, 10(2): 563-576, 2010.

SANTOS, M; GLASS, V. (Orgs.) *Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Marcio Antônio Both da; SILVA, Carla Luciana Souza. Conflitos e violência contra camponeses no Oeste do Paraná no contexto da modernização da agricultura (1964-1988). In: Sérgio Sauer [et al].. (Org.). *Comissão Camponesa da Verdade*. Relatório final. Violações de direitos no campo 1946 a 1988. 1ed. Brasília: Dex-UNB, 2015, v. Único.

SILVA, Silvio S. Caboclo. In: MOTTA, Márcia (Org.) *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVEIRA, Cláudio R. *História da indústria da madeira: serra catarinense 1940-2005*. Lages (SC): Ed do autor, 2005.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, Mariângela Alice Pieruccini. *A Modernização da Agricultura e a Construção de Territorialidades Rurais no Município de Cascavel – PR (1960-2007)*. Florianópolis, 2007. 288 p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina.

SPERANÇA, Alceu; SPERANÇA, C. *Pequena História de Cascavel e do Oeste. Cascavel: J.S. Impressora Ltda*. 1980.

_____. *Cascavel: a história*. Curitiba: Lagarto, 1992.

_____. *Cascavel: a história*. Cascavel: Positiva, 2011.

_____. *Cascavel 50- livro de ouro*. Cascavel: Gráfica Tuicial, 2002.

TAMANINI, Elizabete. Descobrir, Coletar, Preservar: Aspectos da historiados museus. *Cadernos do CEOM*. Ano 14 n. 12, p.107-132. UNOESC – Chapecó, junho de 2000. SUANO, Marlene. *O que é museu?* São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos, 182).

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudança de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THOMÉ, Nilson. *Ciclo da Madeira: história da devastação da Floresta da Araucária e do desenvolvimento da indústria madeireira em Caçador e na região do contestado no século XX*. Caçador: Imprensa Universal, 1995.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a Memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. *Proj. História*, São Paulo, 15, p. 51-84, abr., 1997.

_____. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. In: ALBERTI, Verena, FERNANDES, Tania Maria, FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

VAZ, Raul. *Moisés Lupion – A verdade*. Curitiba: Publicações Paratodos, 1986.

VIEIRA, Daniel de Souza Leão. Paisagem e Imaginário: contribuições teóricas para uma história cultural do olhar. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, Vol. 3, Ano III, nº 3, 2006, p.14. Disponível em: www.revistafenix.pro.br. Acesso 15/03/2018.

VIOLA, Eduardo J. *O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica*. Notre Dame [Estados Unidos]: Kellogg Institute, 1987.

VOLL, Francisco A. P. *Memória e trabalho: a inserção socioprodutiva do sujeito da hortelã na microrregião de Toledo/PR: 1959-1980*. Toledo, 2015. 96 p. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2. ed., Curitiba: Lítero- Técnica, 1985.

_____. *História do Paraná*. 2. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

WENTZ, Liliana Irma Mattje. *Os caminhos da madeira: região norte do Rio Grande do Sul 1902-1950*. Passo Fundo: UPF, 2004.

WOLFART, Cintia. “O Novo Já Nasce Velho”: Os Clubes 4-S e a Modernização da Agricultura no Oeste do Paraná (1950-1980). Marechal Cândido Rondon/Paraná 2017. 269.p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste.